

CRÉDITO RURAL E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM RIO CLARO (SP)

Lígia Celoria Póltroniêri

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Geografia da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cecília
França.

SÃO PAULO

1985

Ao Henrique, meu marido;
a Vitor, Fábio e Paula,
meus filhos, maior incen
tivo.

Í N D I C E

	Página	
LISTA DE FIGURAS	vi	
LISTA DE TABELAS	x	
INTRODUÇÃO	1	
CAPÍTULO I		
<u>A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E O CRÉDITO RURAL EM RIO CLARO: BA-</u>		
<u>SE DA PESQUISA</u>	7	
As relações entre a atividade agrícola e a disponibi- lidade de capital	12	
Caracterização da área de estudo e o padrão de dis- tribuição espacial das unidades da amostra	22	
CAPÍTULO II		
<u>A ATIVIDADE AGRÍCOLA EM RIO CLARO</u>		76
Características sociais, fundiárias e de moderniza- ção da atividade agrícola por estrato de área do es- tabelecimento	94	
As conseqüências da modernização e a penetração do capital industrial multinacional no setor rural de Rio Claro	111	

CAPÍTULO III

<u>ESTRUTURA FUNDIÁRIA E CRÉDITO RURAL</u>	153
A instituição do crédito à agricultura	154
A utilização dos recursos do crédito rural pelos agricultores rio-clarenses de 1940 a 1982, segundo as modalidades de financiamento, época de início da utilização e instituições financiadoras	158
O comportamento dos agricultores rio-clarenses, por estrato de área, quanto à utilização dos recursos do crédito rural no ano de 1983	204
Uma avaliação sobre o uso do crédito rural em Rio Claro no período 1940/1983 e suas implicações na modernização da agricultura do município	221
As transformações ocorridas no desempenho das atividades agrícolas, em Rio Claro, em função da utilização dos recursos do crédito rural de 1940 a 1983 ...	241

CAPÍTULO IV

AS EXPECTATIVAS DOS AGRICULTORES DE RIO CLARO EM RELAÇÃO

<u>A POLÍTICA FUTURA DE CRÉDITO RURAL</u>	248
Perspectivas da política de crédito rural nos anos de 1983 e 1984	249
A postura de alguns agricultores usuários perante a política de crédito rural no ano de 1985	311
CONCLUSÕES E PROPOSTAS	321
BIBLIOGRAFIA CITADA	326

ANEXOS 339

Anexo 1 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas por região brasileira no período 1975/1981, em porcentagem

Anexo 2 - Brasil - financiamentos concedidos a produtores e cooperativas por tipo de instituição financeira no período 1975/1981, em porcentagem

Anexo 3 - Formulário de informações

Anexo 4 - Vendas de defensivos agrícolas por regiões geoeconômicas e/ou estados - Ano - 1983

Anexo 5 - Quais as espécies de praguicidas utilizadas pelo senhor e qual a finalidade? (n = 137)

Anexo 6 - Porque o senhor não utilizou o crédito rural? (n = 127)

Anexo 7 - Porque o senhor não está utilizando o crédito rural? (n = 208)

Anexo 8 - A utilização do crédito rural provocou mudanças no desenvolvimento de sua atividade? (n = 171)

Anexo 9 - Futuramente, pretende utilizar o crédito rural? (n = 293)

LISTA DE FIGURAS

Figura		Página
1	Município de Rio Claro: Hipsometria e Solos ...	23
2	Município de Rio Claro: Utilização da Terra ...	26
3	Município de Rio Claro: Evolução da População, em Porcentagem	28
4	Padrão de Distribuição Espacial dos Estabelecimentos da Amostra	35
5	Padrão de Distribuição dos Estabelecimentos por Estrato de Área e Concentração Fundiária por Setor do Município	37
6	Eletrificação Rural por Estrato de Área do Estabelecimento, por Setor, no Ano de 1983	49
7	Tempo de Exploração do Estabelecimento pelo Agricultor Entrevistado, por Estrato de Área, por Setor do Município	67
8	Estabelecimentos da Amostra - Utilização da Terra e Composição do Rebanho no Ano de 1983 (n = 293)	82
9	Utilização da Terra e Composição do Rebanho por Estrato de Área do Estabelecimento no Ano de 1983 (n = 291)	96
10	Usuários e Não Usuários de Insumos Modernos por Estrato de Área do Estabelecimento, nos Diferentes Setores, no Ano de 1983	100
11	Hortos Florestais - Utilização da Terra	109

Figura

12	Usuários de Praguicidas Vegetais e Animais - Frequência Anual de Aplicação por Estrato de Área do Estabelecimento (n = 137)	114
13	Praguicidas Vegetais e Animais - Classificação Toxicológica e Número de Usuários por Classe ..	125
14	Espécies de Praguicidas Vegetais e Animais e Número de Usuários por Estrato de Área do Esta- belecimento	126
15	Espécies de Praguicidas Vegetais e Animais, Clas- sificação Toxicológica e Número de Usuários por Espécie	127
16	Praguicidas Vegetais e Animais - Classificação Toxicológica e Número de Usuários por Estrato de Área do Estabelecimento	129
17	Assistência Técnica - Frequência Anual de Rece- bimento por Estrato de Área do Estabelecimento (n = 92)	135
18	Usuários e Não Usuários de Crédito Rural por Estrato de Área do Estabelecimento, por Setor, no Período de 1940/1982	144
19	Usuários de Crédito Rural por Estrato de Área do Estabelecimento - Época do Primeiro Financia- mento (n = 164)	163
20	Usuários de Crédito Rural - Frequência de Utili- zação por Estrato de Área do Estabelecimento (n = 164)	166

Figura

21	Usuários de Crédito Rural - Época de Início da Utilização, Modalidade e Finalidade dos Financiamentos nos Estabelecimentos de Menor Área, em Porcentagem (n = 59)	173
22	Usuários de Crédito Rural por Estrato de Área do Estabelecimento e Instituições Financiadoras em Diferentes Épocas, em Porcentagem (n= 155)	177
23	Usuários de Crédito Rural - Época de Início da Utilização, Modalidade e Finalidade dos Financiamentos nos Estabelecimentos de Área Média, em Porcentagem (n = 96)	181
24	Usuários de Crédito Rural por Estrato de Área do Estabelecimento, Segundo as Modalidades de Financiamento e Instituições Financiadoras, por Setor, em Diferentes Épocas	194
25	Município de Rio Claro - Financiamentos Concedidos pelo Banco do Brasil por Modalidade e Local de Residência do Mutuário, em Porcentagem..	201
26	Município de Rio Claro - Financiamentos Concedidos pelo Banco do Estado de São Paulo, por Modalidade, em Porcentagem	203
27	Usuários e Não Usuários de Crédito Rural por Estrato de Área do Estabelecimento, por Setor, no Ano de 1983	210
28	Usuários de Crédito Rural - Modalidade e Finalidade dos Financiamentos no Ano de 1983, por Estrato de Área, em Porcentagem (n = 81)	213

Figura

29	Usuários de Crédito Rural por Estrato de Área do Estabelecimento e Instituições Financiadoras no Ano de 1983, em Porcentagem (n = 77)	214
30	Usuários de Crédito Rural por Estrato de Área do Estabelecimento, Segundo as Modalidades de Financiamento e Instituições Financiadoras, por Setor, no Ano de 1983	219
31	Usuários e Não Usuários de Crédito Rural por Estrato de Área do Estabelecimento, no Período 1940/1983, em Porcentagem (n = 293)	224

LISTA DE TABELAS

		Página
Tabela		
1	Processo de Amostragem	31
2	Município de Rio Claro - Concentração Fundiária no Setor 1	38
3	Município de Rio Claro - Concentração Fundiária no Setor 2	40
4	Estabelecimentos Agrícolas por Estrato de Área-Distância do Centro Urbano e Serviços de Eletri-ficação Rural e Telefone (n = 293)	47
5	Estabelecimentos Agrícolas por Estrato de Área- Características Pessoais dos Proprietários: Sexo, Idade, Nacionalidade e Escolaridade (n=291)	54
6	Estabelecimentos Agrícolas por Estrato de Área- Atividade Econômica dos Proprietários (n=291)..	58
7	Estabelecimentos Agrícolas por Estrato de Área- Meios de Informação Utilizados pelo Agricultor (n = 293)	62
8	Tempo de Exploração dos Estabelecimentos Agrí- colas por Estrato de Área (n = 293)	65
9	Estabelecimentos Agrícolas por Estrato de Área- Local de Residência dos Proprietários (n = 291)	68
10	Estabelecimentos Agrícolas por Estrato de Área- Grau de Sindicalização dos Agricultores (n = 291)	72

Tabela

11	Estabelecimentos Agrícolas por Estrato de Área-Tipo de Propriedade, Valorização Econômica e Mão-de-Obra (n = 293)	77
12	Estabelecimentos Agrícolas por Estrato de Área-Utilização de Insumos Modernos (n = 293)	86
13	Fonte e Frequência Anual de Assistência Técnica nos Estabelecimentos Agrícolas por Estrato de Área	115
14	Praguicidas Vegetais e Animais - Frequência Anual de Aplicação, Orientação Técnica, Espécies, Classificação Toxicológica e Número de Usuários por Estrato de Área do Estabelecimento	119
15	Assistência Financeira - Utilização de Recursos do Crédito Rural no Período 1940/1982 por Estrato de Área do Estabelecimento (n = 164)	160
16	Usuários de Crédito Rural Segundo a Modalidade e a Época do Início da Utilização no Período 1940/1982, por Estrato de Área do Estabelecimento	171
17	Assistência Financeira - Utilização de Recursos do Crédito Rural no Ano de 1983 por Estrato de Área do Estabelecimento (n = 81)	205
18	Estabelecimentos Agrícolas por Estrato de Área-Usuários e Não Usuários de Recursos do Crédito Rural no Período 1940/1983 (n = 293)	223

Tabela

19	Índices de "Qui-Quadrado" - Usuários de Crédito Rural e Adoção de Insumos Modernos na Agricultura em Rio Claro, SP (n = 293)	229
20	Índices de "Qui-Quadrado" - Usuários de Crédito Rural e Adoção de Insumos Modernos por Estrato de Área do Estabelecimento (n = 293)	233
21	Estabelecimentos Agrícolas por Estrato de Área - Perspectivas Futuras de Utilização de Utilização de Recursos do Crédito Rural (n = 106) ...	273

INTRODUÇÃO

A prática da atividade agrícola é de importância fundamental no conjunto das atividades humanas. Seu desenvolvimento, porém, está na estreita dependência não só da política agrícola, mas também da política econômica global que gerencia um determinado espaço.

Um dos instrumentos básicos da política agrícola brasileira é o crédito rural. Tem este adquirido importância cada vez maior no processo produtivo da agricultura, no que se refere ao fornecimento de recursos visando ao aumento da produtividade, além da melhoria do nível de vida do agricultor. Os objetivos propostos por esta política têm, então, além de um sentido econômico, um sentido social bastante amplo.

A partir da década de sessenta, toda a política de crédito rural passou a ser direcionada para a modernização da agricultura, constituindo-se no instrumento fundamental que permitia ao agricultor desprovido de recursos investir na propriedade em outros elementos que não o custeio agrícola e ou pecuário.

É a época que caracteriza os investimentos realizados predominantemente na agricultura paulista e de outros Estados do sul, principalmente na mecanização da atividade, no emprego de sementes selecionadas, na adubação química e na aplicação de praguicidas, insumos considerados "modernos" e de custo muito elevado.

É evidente que a orientação da política de crédito rural neste sentido se vinculava à necessidade de transformar o setor agrícola em mercado de consumo garantido aos produtos industrializados, produzidos principalmente por empresas multinacionais.

A extrema vinculação entre a formulação da política de crédito rural e a modernização da agricultura fez com que nos interessássemos em investigar o assunto. Como a maioria dos estudos a este respeito foi realizada por economistas e agrônomos e, mesmo assim, em pequeno número, achamos válido abordar geograficamente as relações entre estes dois mecanismos, principalmente porque grande parte dos autores que já escreveram algo a respeito do crédito rural põem em destaque o elevado grau de concentração do mesmo nas mãos dos grandes produtores, relegando a segundo plano a utilização pelos pequenos e médios.

O apoio bibliográfico foi, então, fornecido exclusivamente por trabalhos realizados por especialistas de outras áreas que teoricamente inferiram sobre a estreita vinculação entre política de crédito e política de insumos modernos na agricultura, sempre generalizados a nível de Brasil, e por trabalhos específicos, de cunho teórico, sobre crédito rural, tecnologia moderna, política agrícola, por força da inexistência, até o momento, de obras de caráter geográfico.

Um estudo neste sentido apenas poderia ser realizado a nível municipal, pela própria natureza das informações. A escolha do município de Rio Claro (SP) como área-base de pesquisa prende-se ao fato de havermos inferido a estreita relação entre aquisição de insumos modernos e utilização de recursos financeiros provenientes de empréstimos bancários em contatos informais mantidos com agricultores ali radicados.

A hipótese que norteia o presente trabalho é de que a política de crédito rural viabilizou o processo de modernização da agricultura em Rio Claro (SP), sobretudo a partir dos anos sessenta, possibilitando, inclusive, a implantação de atividades dependentes do setor industrial, principalmente nos

pequenos e médios estabelecimentos. Iniciado em julho de 1982, ele é resultado de uma exaustiva pesquisa de campo e em fontes primárias de informação que propiciaram a análise efetuada. À medida que tal análise é aprofundada, tenta-se uma colocação teórica para inserir o município de Rio Claro num contexto mais amplo, de Estado e de Nação. Tal colocação, que permeia todos os capítulos, é norteadada pela política econômica do país no passado e no presente e pelas modificações na legislação sobre crédito rural. Julgamos ser tal procedimento metodológico mais condizente com o tratamento direto que demos ao assunto.

O trabalho foi estruturado em 4 capítulos. No Capítulo I, apresenta-se o processo de ocupação do espaço do município, as articulações de crédito na época em que Rio Claro se destacava como um dos maiores produtores de café da Província de São Paulo e a caracterização dos recursos naturais da área atualmente ocupada. Discute-se o processo de amostragem e o formulário de informações apresentado aos agricultores e, além de analisar a distribuição espacial dos estabelecimentos rurais componentes da amostra e a infra-estrutura de serviços, informa-se também sobre alguns aspectos relativos às características pessoais dos proprietários, os setores de atividade econômica nos quais estão inseridos, o tempo em que exploram o estabelecimento, o local de residência e a vinculação aos Sindicatos Patronal e dos Trabalhadores Rurais.

No Capítulo II, analisam-se os atributos sociais, fundiários e de modernização da atividade agrícola nos pequenos, médios e grandes estabelecimentos bem como as consequências da adoção de insumos modernos e a penetração do capital industrial multinacional no setor rural de Rio Claro.

O Capítulo III é o corpo do trabalho. Nele, analisa-se a instituição do crédito à agricultura, o grau de utilização destes recursos pelos agricultores da área no período de 1940 a 1982 e no ano de 1983 e suas relações com a estrutura fundiária, as modalidades de financiamento contratadas e as instituições financeiras fornecedoras destes recursos nos dois períodos considerados. Paralelamente, faz-se o confronto das

informações obtidas no campo com aquelas fornecidas pelo setor financeiro oficial atuante em Rio Claro e apresenta-se uma avaliação sobre o uso do crédito rural neste período e a adoção de insumos modernos na agricultura do município, caracterizando os perfis etário, profissional e educacional dos tomadores de crédito. Finaliza-se o capítulo com a análise das transformações ocorridas no desempenho das atividades agrícolas em função da utilização dos recursos do crédito rural sob duas perspectivas: como os agricultores usuários perceberam as mudanças ocorridas e em que medida estas transformações contribuíram para a elevação de seu padrão de vida.

No Capítulo IV, analisa-se a política de crédito rural vigente no ano de 1983 e, através de publicações técnicas, a opinião de especialistas em agricultura, bem como a forma como os agricultores tomaram conhecimento das diretrizes da referida política por meio da divulgação de notícias pela imprensa. Apresentam-se as perspectivas de utilização futura do crédito rural pelos agricultores entrevistados e as sugestões feitas por eles visando à melhoria desta política. A mesma abordagem foi feita no ano de 1984, analisando os rumos tomados pela política de crédito rural através da opinião de técnicos e do acesso dos agricultores às alterações propostas, via imprensa escrita. Além disso, apresenta-se o posicionamento de técnicos e especialistas em agricultura a respeito do caráter inflacionário do crédito rural no conjunto da economia brasileira e a postura atual de alguns dos agricultores entrevistados sobre a política de crédito à agricultura.

As conclusões dizem respeito às relações entre a utilização dos recursos do crédito rural e a adoção de insumos modernos pelos agricultores rio-clarenses e à apresentação de algumas propostas visando ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis em benefício da melhoria do nível de vida da população rural.

Com a realização deste trabalho, espera-se contribuir para a melhoria, a nível municipal, das políticas de atuação junto à comunidade rural e também fornecer subsídios para uma

revisão da política de crédito direcionada à adoção de insumos modernos na agricultura.

Ressalvando as dificuldades de acesso a algumas fontes de informação, o que sempre costuma acontecer num setor ou noutro, acreditamos ter mais a agradecer àqueles que nos forneceram preciosa ajuda que lastimar as lacunas decorrentes das poucas negativas.

Nesse sentido, não poderíamos deixar de lembrar aqui algumas pessoas e entidades que muito contribuíram para chegarmos ao término da pesquisa. Em particular, agradecemos à Professora Doutora Maria Cecília França, orientadora da Tese pelo apoio científico e pela amizade e compreensão nos momentos difíceis;

à Divisão Regional Agrícola, Casa da Agricultura, Sindicato Rural Patronal, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, agência do INCRA, Cooperativa de Laticínios de Rio Claro, agências do Banco do Brasil e do Banco do Estado de São Paulo, entidades sediadas em Rio Claro, cujos funcionários muito nos auxiliaram pelo fornecimento de informações ou através de conversas esclarecedoras;

aos alunos Antonio Outeiro Pinto Santoro, Carlos Alexandre Francischetti Dantas, Magali Rodolfo e Marta Malagutti, estagiários e amigos;

à Professora Lucy Marion Calderini Philadelpho Machado, amiga e colega do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Unesp, Campus de Rio Claro, que pacientemente ouviu a leitura dos originais, discutindo muitos pontos;

ao Professor Antonio Vitório Lorenzon Filho do Departamento de Engenharia de Transportes da Faculdade de Engenharia de Limeira da UNICAMP, pela inestimável contribuição e apoio técnico;

ao Professor Doutor Walter Cecílio Brino, Chefe do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Unesp, pelas excelentes condições de trabalho e pelo apoio irrestrito;

ao Professor Antonio Carlos Tavares e Professor Doutor Adistão Marcon, colegas do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP, Campus de Rio Claro pela valiosa colaboração;

a Gilberto Donizeti Henrique, desenhista do Departamento de Geografia do mesmo Instituto, pela confecção das ilustrações;

aos agricultores rio-clarenses que, quando procurados, não relutaram em colaborar, apesar do caráter sigiloso do tema. Sem eles não teria havido sequer a possibilidade de tornar público o contraste entre uma maioria, que vive na exclusiva dependência dos recursos do crédito rural para desenvolver a atividade agrícola e que se descapitaliza a cada safra, e uma minoria que também pratica a atividade com recursos governamentais e que, ao contrário, acumula cada vez mais às custas de investimentos de capital próprio em aplicações no mercado financeiro.

CAPÍTULO I

A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E O CRÉDITO RURAL EM RIO CLARO: BASE DA PESQUISA

A área onde se insere o município de Rio Claro começou a ser ocupada quando da descoberta de ouro em Minas Gerais, tendo funcionado originalmente como pouso de tropas, o que propiciou o estabelecimento de um pequeno comércio de gêneros de primeira necessidade. Trabalhos de pesquisa realizados sobre a história agrícola do município revelam que suas terras foram exploradas por grandes fazendas desde a segunda década do século XIX, com mão-de-obra escrava.

Num período de cem anos, o espaço agrícola do município passou por modificações no produto cultivado (da cana-de-açúcar para o café), por um processo de fracionamento parcial das grandes lavouras, conheceu a transição do trabalho escravo para o livre e a transferência de capital e mão-de-obra para outras áreas localizadas mais para o interior (Diniz, 1973; Dean, 1977 e Sanchez, 1978).

Desde 1840, houve em Rio Claro tentativas de introdução de imigrantes italianos nos trabalhos agrícolas, principalmente por iniciativa do Senador Vergueiro, proprietário da Fazenda Ibicaba, em Limeira, mas foi a partir de 1888 que maiores contingentes começaram a instalar-se nas grandes fazendas,

nas quais, em muitos casos, trabalharam lado a lado com os escravos, os quais, depois de libertos, continuaram a compor a força de trabalho das grandes lavouras (Dean, 1977).

A área do Estado de São Paulo, onde se localiza o município de Rio Claro, foi, a partir de 1850, a que apresentou crescimentos econômico e populacional mais dinâmico. A experiência com trabalhadores livres na agricultura realizada neste município foi de grande importância para o restante do país, uma vez que os fazendeiros que ali se concentravam, ocupavam posições influentes nas finanças do Império.

O grau de mobilidade da população era muito elevado, e Rio Claro funcionou como centro de passagem para aqueles que se dirigiam para terras recém-ocupadas. A cafeicultura foi a atividade responsável pelo dinamismo que caracterizou Rio Claro desde meados do século XIX; no período de apogeu desta cultura, os fazendeiros que ali se localizaram detinham grande poder e influência na política da província e, até mesmo, em âmbito nacional.

A construção da ferrovia ligando Rio Claro a São Paulo e a Santos é apontada como principal fator do desenvolvimento sempre crescente do núcleo urbano de Rio Claro naquela época, mas o progresso deveu-se à chegada da ferrovia aliada a um aumento dos quadros de mão-de-obra, em vista da política imigratória, principalmente com a vinda de italianos atraídos pelo progresso da área. "Estes dois fatores - a ferrovia e o aumento do número de imigrantes vieram quebrar os pontos de estrangulamento da economia rio-clarense, apontados como empecilhos ao seu progresso desde o período canavieiro precedente" (Diniz, 1973).

A história econômica do município até o início do século XX divide-se, segundo Diniz (1973), em duas fases: a primeira, quando "Rio Claro - colocado como "ponta de trilho"-conheceu seu período áureo, estendendo a sua zona de influência bem para o oeste"; e a segunda, quando, "com o avanço da ferrovia mais para o oeste, Rio Claro perdeu a sua privilegiada posição de "ponta-de-trilho" e, no final da década de oitenta, fala-se em estagnação ou até mesmo numa ligeira decadên-

cia".

O declínio da cafeicultura no final do século XIX e início do século XX abalou profundamente a economia rio-clarense. Mas não se pode afirmar que a decadência do município se deva apenas a este fator; Rio Claro já se constituía numa "zona velha", pois o café avançara para o oeste, criando áreas mais novas de produção e, devido às técnicas atrasadas de cultivo, as terras não apresentavam os mesmos índices de produtividade. Cafezais eram abandonados, como documenta o "Relatório Anual da Câmara Municipal de Rio Claro, correspondente ao exercício de 1905" apresentado por Diniz (1973). Neste contexto, o número de imigrantes que se dirigiam para o município diminuiu acentuadamente; os lucros obtidos na cafeicultura decresceram, e o poder aquisitivo da população também.

A decadência do café em Rio Claro provocou uma outra grave consequência; a exemplo do que ocorreu em outros municípios paulistas, integrantes da chamada "zona velha do café", as grandes propriedades começaram a fragmentar-se, dando origem a bairros rurais já nos primeiros anos do século XX (Diniz, 1973) ou foram até mesmo leiloadas. Segundo esta autora, algumas destas fazendas eram colocadas em leilão sem ser sequer arrematadas, demonstrando as precárias condições financeiras da área. A título de exemplo, cita um anúncio do jornal O Alpha datado de 1911: "não havendo licitantes para arrematação da 'Fazenda Boa Vista' posta ontem em praça, pela terceira vez, foi a mesma adjudicada ao Banco de Crédito Real, em liquidação, credor hypothecario".

Com a abolição da escravatura e a transformação do regime de trabalho nas fazendas, houve diversificação da economia em todo o Estado de São Paulo, pois era necessário cultivar um número maior de produtos para atender à demanda de consumo.

No município de Rio Claro, a primeira tentativa de diversificação da produção agrícola partiu da própria Câmara Municipal em 1890 (Diniz, 1973), a qual fornecia incentivos para a instalação de fábricas de tecido e, ao mesmo tempo, se responsabilizava pelo fornecimento de sementes de algodão. Segun

do a autora, entretanto, a lavoura algodoeira passou a ter importância somente algumas décadas depois.

Os desmembramentos de propriedades provocaram uma instabilidade fundiária semelhante à que ocorreu quando da mudança da lavoura canavieira para a cafeicultura. Diniz (1973) afirma que esta instabilidade "foi particularmente intensa a partir de 1893 ... como atesta o acentuado aumento dos impostos de transmissão de propriedades".

Dean (1977) demonstra que as terras transacionadas se constituíam de parcelas compostas por cafezais exauridos ou que não se prestavam para o cultivo deste produto.

É idéia generalizada que a maioria dos colonos conseguiu realizar totalmente sua ambição de possuir terra, mas o que houve, na realidade, foram aquisições individuais; segundo dados da Estatística Agrícola e Zootécnica de 1904/1905, apresentados por Dean (1977), os imigrantes estrangeiros detinham apenas 34.78% do número total de propriedades no ano de 1905. O mesmo autor lembra, entretanto, que um exame cuidadoso dos nomes dos proprietários demonstra que estes não eram colonos, mas imigrantes, que se instalaram como comerciantes e profissionais liberais na cidade desde o início ou que eram membros absenteeístas da burguesia residente em Santos ou em São Paulo. Quanto ao acesso à terra por aqueles que efetivamente trabalhavam na agricultura, Dean, com base no mesmo recenseamento, calculou que aproximadamente percentual inferior a 12% dos lavradores estaria trabalhando terras próprias.

Se em 1905 foram recenseadas 437 propriedades rurais, o censo de 1919 acusou 868 proprietários em Rio Claro, portanto, o número total de propriedades duplicou em menos de quinze anos. Dean (1977) afirma que foi depois de 1930 que o número de propriedades aumentou muito devido à queda do café e ao colapso no setor de exportações, o que provocou o fracionamento de muitas propriedades.

Em 1939, havia 1414 propriedades registradas em Rio Claro, e os imigrantes de primeira geração possuíam 39% da área destas propriedades, com lotes médios pouco maiores que

os dos brasileiros. Na década de 1930, muitos pequenos posseiros de longa residência finalmente registraram suas terras, diante da pressão exercida por grileiros moradores na cidade.

Segundo Dean (1977), "não se pode afirmar, como o fazem alguns historiadores, que o imigrante "médio" ou "muitos" imigrantes se tornaram proprietários de terra. Em Rio Claro, poucos conseguiram esse feito. Os 300 e poucos mil-réis necessários para repatriar uma família de imigrantes eram mais fáceis de juntar que a média de 6.000 mil-réis para a compra de uma pequena propriedade. Os compradores, de qualquer maneira, eram em geral imigrantes da classe média urbana, e não lavradores."

Com a decadência do café, a burguesia foi abandonando Rio Claro, transferindo-se para a capital. Diante do parcelamento das grandes fazendas, apenas a Fazenda São José permaneceu e permanece sem qualquer desmembramento, até os dias atuais, sendo explorada por membros de uma mesma família desde 1839, com cultivos diversos, produção de sementes de soja e milho e criação de cavalos puro-sangue.

O declínio da cafeicultura provocou a decadência do município em todos os setores. Diniz (1973) aponta que "Este declínio foi parcialmente condicionado pelos sucessivos desmembramentos que afetaram o Município, fazendo com que dele se desligassem as suas áreas mais férteis ...". Realmente, o município de Rio Claro englobava, inicialmente, Brotas, Descalvado, Analândia, Itirapina, Corumbataí, Santa Gertrudes e Ipeúna. Estes espaços foram conquistando autonomia em 1859, 1865, 1897, 1935, 1948 e 1965, respectivamente e, sem dúvida, possuem condições de solo muito mais favoráveis do que aquelas existentes no interior dos limites atuais do município de Rio Claro.

Estas condições de solos pouco férteis condicionaram, evidentemente, as formas de utilização da terra no município. Mas o processo de desenvolvimento da agricultura de Rio Claro foi-se modificando, no decorrer do tempo, em função da introdução de tecnologia moderna, tanto mecânica quanto biológica.

Pelos recenseamentos efetuados neste período, constata-se, através de alguns indicadores do processo de modernização, tais como número de tratores (inovação mecânica) e valor das despesas com adubos, fertilizantes e corretivos, sementes e mudas selecionadas e inseticidas e fungicidas (inovações biológicas), um aumento significativo de utilização destes insumos, principalmente a partir da década de sessenta. As informações referentes às inovações biológicas remontam ao ano de 1950, observando-se que as despesas dos agricultores rio-clarenses foram sempre maiores com adubos, fertilizantes e corretivos de solo, do que com aquisição de sementes ou mudas selecionadas e praguicidas, devido, justamente, às condições de solo pouco fértil; deve-se ressaltar, porém, que as despesas com estes últimos insumos vêm aumentando significativamente ano a ano.

As relações entre a atividade agrícola e a disponibilidade de capital

O desenvolvimento da atividade agrícola exigiu, desde a implantação da cafeicultura em meados do século passado, e exige nos dias atuais o emprego de capital. Segundo Dean (1977), na época da lavoura cafeeira, os maiores empregadores do município não moravam na cidade, e a acumulação de capital era insignificante. A cidade não possuiu nenhuma agência bancária até 1926, dependendo de São Paulo como fonte de crédito.

Neste sentido, Diniz (1973) afirma que devido ao desenvolvimento da cafeicultura não foi mais possível às casas comissárias atender às necessidades financeiras crescentes dos fazendeiros e, embora muitas procurassem elevar o capital havia necessidade de recorrer a novas fontes de recursos; daí, o surgimento da Carteira Hipotecária no Banco do Brasil e o financiamento da lavoura por outros bancos. Em Rio Claro, operavam o Banco de Crédito Real de São Paulo e o London and Brazilian Bank, os quais chegaram a ser proprietários de terras

no município, hipotecadas pelos fazendeiros.

O problema do crédito na agricultura brasileira sempre foi crítico. Em Amaral (1939) encontramos uma citação muito clara a respeito: "Isto vae sem pilheria: ao contrário, em caráter rigorosamente histórico: quem acompanha o evoluir da agricultura brasileira, nota que, ao correr de todo ele, se ouvem dois clamores. O primeiro: contra a falta de crédito. Se não nos arranjam créditos, estamos arruinados e conosco, a lavoura - clamam sem cessar os agricultores. O outro: se não nos perdoam nossas dívidas, sossobraremos, e arrastaremos conosco a própria lavoura - clamam também sem cessar, os mesmos agricultores. Ora, quem deve, teve crédito; se há momentos em que a lavoura geme sob o fardo de suas dívidas, é porque, antes, se prevaleceu do crédito, e provavelmente com imprudência, sem o senso da medida. Seria, então, o caso de concluir-se que não tem faltado crédito à agricultura brasileira. Não concluíamos tal, pois sempre faltou."

Analisando todas as tentativas de formalização do crédito agrícola desde o fim do século XVIII, quando o ouro começou a circular, substituindo o sistema de trocas, o autor afirma que, no Brasil, até a década de trinta o que existiu sobre crédito agrícola resultou principalmente da ação individual. Na parte oficial, muito pouca coisa foi feita, e os fracassos foram muitos, devido à falta de apoio governamental que, através da legislação, concedia alguns poucos favores às cooperativas agrícolas. Apesar disso, ao final da década de trinta já havia um pequeno número de estabelecimentos de crédito agrícola, atuando com dificuldades e vinculados à iniciativa particular em algumas localidades do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas Gerais, de Alagoas, do Rio Grande do Norte, do Estado do Rio, de Pernambuco e na cidade do Rio de Janeiro.

É ainda Amaral (1939) quem afirma que muito pouco se fez pela agricultura no terreno do crédito. Para ele, a agricultura não pode viver sem crédito e, no Brasil, sempre foram tomadas apenas medidas emergenciais em situações de crises, sem nenhuma atitude que garantisse, de modo permanente, a estabili

dade da atividade agrícola.

Referindo-se especificamente aos agricultores rio-clarenses, Diniz (1973) considera que o crédito hipotecário nunca mereceu confiança por parte dos agricultores devido às falhas na legislação o que, até certo ponto, corrobora as afirmações do citado autor.

A raiz de todo o processo creditício, segundo Amaral (1939) é que o problema do crédito tanto agrícola, como mercantil ou hipotecário está intimamente relacionado à disponibilidade de capital circulante. Deste modo, o autor relaciona toda a problemática creditícia à escassez de moeda em circulação. É este fator, ainda hoje um dos principais entraves nas formulações das políticas contemporâneas de crédito.

Com a realização do presente trabalho, pretendemos buscar as relações entre a política de crédito rural e a modernização da atividade agrícola, desde a criação da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil (CREAI) em 1937 e depois da institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, procurando detectar em que medida os financiamentos concedidos por instituições de crédito contribuíram para as transformações que se verificaram na agricultura do município, no que se refere à adoção de insumos modernos e em que medida este processo beneficiou os agricultores no que diz respeito à melhoria de suas condições de vida e de trabalho.

Apesar do município de Rio Claro não se destacar em termos agrícolas da mesma maneira que alguns de seus vizinhos como Piracicaba, Limeira e Araras, por exemplo, escolhemo-lo como área base para estudo por três razões:

- em primeiro lugar, porque com base em evidências empíricas inferimos o estreito relacionamento entre agricultores da região e as instituições financeiras, principalmente no que se refere à aquisição de máquinas e insumos agrícolas;
- em segundo lugar, por localizar-se esse município numa das áreas que absorve maior volume de recursos

do crédito rural desde longa data, que é a Divisão Regional Agrícola de Campinas;

- e, em terceiro lugar, pela proximidade física, pois haveria necessidade de realizar pesquisa direta junto aos agricultores, e o fato de residirmos no local facilitaria os deslocamentos, além de diminuir os custos operacionais.

A falta de capital para ser investido nas atividades agrícolas sempre foi um entrave para o desenvolvimento da agricultura em todo o país. Citando Cincinato Braga, Amaral (1939) afirma que "não se pode armar a ossatura econômica de um país, sem as articulações do crédito agrícola", demonstrando a inegável importância deste mecanismo.

Apesar do sistema de trocas "in natura" ter sido substituído pelo ouro apenas em fins do século XVIII, em 1824 o país já havia contraído dois empréstimos. Na época do Império foram realizados mais dois, em 1888 e 1889, respectivamente, todos direcionados para a lavoura: destinavam-se ao aparelhamento do trabalho livre (Amaral, 1939).

Em âmbito nacional, o primeiro estabelecimento de crédito popular que surgiu foi a Caixa Econômica da Bahia, fundada em 1834 e transformada em 1893 em Banco Econômico da Bahia.

As tentativas no sentido de fornecer capital aos lavradores foram, segundo Amaral (1939), pouco relevantes, embora tenha havido iniciativas como a da Associação Comercial do Rio de Janeiro que, em 1897, convocou reuniões para estudar auxílios à lavoura, concluindo pela necessidade de estabelecimento do crédito agrícola nos moldes daqueles aplicados na Alemanha, na Itália e na Bélgica.

Desde 1907, já havia uma legislação prevendo o crédito agrícola desvinculado da tutela oficial e, em 1915, foi apresentado o projeto de lei número 14, dispondo sobre empréstimos às cooperativas de crédito agrícola (Amaral, 1939).

Decretos e projetos de lei isolados ocorreram em outros pontos do país, como, por exemplo, em Minas Gerais (1911),

favorecendo a agricultura através de cooperativas de café, de laticínios, de algodão, de fumo e de crédito; em 1916, em São Paulo, foi autorizada emissão de apólices "para auxiliar os bancos de crédito popular, que se fundassem" e em 1927, no Rio Grande do Sul, foi apresentado projeto de lei "sobre o crédito agrícola e hypothecario" (Amaral, 1939).

No Estado de São Paulo, desde 1935, foram feitas proposições sobre empréstimos à agricultura, através de um acordo entre Caixas de Aposentadorias e Pensões e Institutos de Comerciantes, Industriários e outros e o Banco do Estado: os primeiros, através de autorização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, recolheriam ao Banco do Estado, 50% das contribuições que são obrigados a recolher do Banco do Brasil; obrigando-se o Banco do Estado a emprestar importância igual às cooperativas de crédito e às seções de crédito das cooperativas agrícolas" (Amaral, 1939). No mesmo ano, foi implantado um plano de financiamento para a lavoura da mandioca, sendo o Estado de São Paulo o responsável pelo financiamento às cooperativas de produtores de mandioca de recursos "para aquisição de machinário e para financiamento as respectivas lavouras" (Amaral, 1939).

Outra lei também autorizava o Estado a financiar a lavoura de cereais; em ambos os casos, "o reembolso se começaria a fazer depois do terceiro exercício financeiro das sociedades beneficiadas em duodécimos annuaes, e juros de 5% ao anno" (Amaral, 1939).

Efetivamente, a política de crédito agrícola teve início, no Brasil, no ano de 1937, com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI) numa época em que a atividade agrícola brasileira tentava reorganizar-se, pois fora duramente atingida pela crise econômica de 1929/1933. A instituição da CREAI deu novo impulso à agricultura, e o volume de créditos concedidos foi aumentando ano a ano. Nesta época, além do Banco do Brasil, apenas os bancos oficiais estaduais e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo participavam desta política. Em 1965 foi criado o Sistema Nacio-

nal de Crédito Rural (SNCR), envolvendo todo o sistema bancário sob a fiscalização do Banco Central e fornecendo recursos para as lavouras e criação, de acordo com três tipos de finalidades distintas: custeio, investimento e comercialização.

No Estado de São Paulo, além dos bancos particulares, a partir de 1965 integrados ao SNCR e fornecendo empréstimos aos agricultores nos municípios onde possuíam agências, a maior atuação neste setor restringia-se ao Banco do Brasil S/A e ao Banco do Estado de São Paulo (BANESPA S/A). Estas duas instituições financeiras disseminaram suas agências por todo o espaço paulista.

Segundo Coelho (1961), o Banco do Brasil e o Banespa, em conjunto, contavam, naquela data, com 167 agências em todo o interior, o que representava 20% do total de municípios paulistas atendidos por bancos oficiais.

No âmbito do Estado, os financiamentos realizados pelo Banco do Brasil predominavam tanto em número como em valor; no período de 1955 a 1959, este órgão responsabilizou-se sempre pela maior parcela, embora fosse aumentando a participação do Banespa. Em 1959, o Banco do Brasil firmou 59.27% do número de contratos, correspondendo a 79.53% do valor, enquanto o Banespa contribuiu com 27.49% do número e apenas 15.48% do valor financiado. Embora ainda fosse nítido o domínio da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, a divisão de responsabilidades já se apresentava muito mais equilibrada do que aquela de 1955, ano em que este banco financiou 70.49% do número e 91.42% do valor contra 22.03% do número e apenas 7.04% do valor subsidiados pelo Banespa.

No período de agosto de 1960 a dezembro de 1963, o número de municípios paulistas que passou a contar com agências do Banco do Brasil aumentou de 96 para 117, enquanto que o Banespa passou de 71 para 83 municípios atendidos (Coelho, 1960 a e b e Campos, 1963). A inauguração da agência do Banco do Brasil em Rio Claro data de 1942, e o Banespa passou a atuar a partir de 1949. Desde essa época, segundo contatos com os atuais responsáveis pela Carteira Agrícola e com antigos

funcionários destas agências, grande número de contratos foi firmado principalmente para as atividades de custeio e investimento agrícola e ou pecuário¹. No primeiro caso, a liberação de verbas destinava-se a todas as fases do ciclo produtivo: preparo da terra, adubos, sementes, tratos culturais e colheita e, no segundo, à compra de máquinas e equipamentos agrícolas. Na pecuária, o custeio envolvia operações de compra de ração, cevada, medicamentos, e o investimento cobria as despesas de aquisição de matrizes, aumento de plantel ou construção de estábulos e outras instalações.

Trabalho realizado pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo com dados relativos ao período 1969/71 mostra que, tanto para as lavouras como para a pecuária, as regiões de Campinas e da Grande São Paulo se responsabilizaram por carrear o maior volume de empréstimos; no primeiro caso isso se deveu não só à rede bancária existente, mas também ao fato da cidade de São Paulo, metrópole econômica, estimular o cultivo de produtos mais sofisticados que exigem aplicação de insumos modernos e, conseqüentemente, maiores injeções de capital; e, no segundo caso, devido à localização, nestas áreas, das bacias leiteiras que abastecem a região metropolitana.

Deve-se ressaltar também a recente expansão da cultura de cana-de-açúcar por todo o espaço paulista, atividade que, evidentemente, exige aplicação de vultosos recursos de capital, tal expansão atingiu grande número de municípios pertencentes à Divisão Regional Agrícola de Campinas, principalmente aqueles enquadrados nas sub-regiões de Piracicaba, Limeira e Rio Claro, o que contribui para realçar ainda mais esta porção

¹As agências não possuem documentos que possibilitem uma análise evolutiva do fornecimento de recursos para a agricultura do município; os mesmos permanecem arquivados no máximo por um período de 10 anos e, depois disso, são incinerados.

do espaço como uma das canalizadoras do volume de recursos destinados ao crédito rural no Estado de São Paulo.

As informações referentes ao número e valor dos contratos efetuados unicamente pelo Banco do Brasil no período 1978/1982 nas várias Divisões Regionais Agrícolas do Estado de São Paulo revelam que as de Ribeirão Preto e Campinas é que se destacavam nas primeiras posições (Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 1982 e 1983).

A concentração do volume de recursos destinados ao crédito rural ocorre não só em algumas áreas do espaço paulista, mas também em alguns Estados da Federação, causando desequilíbrio entre as macrorregiões brasileiras.

Analisando-se a distribuição geográfica do montante de crédito rural no período 1975/1981, nota-se que a região Sudeste sempre se destacou, juntamente com a região Sul, pela absorção da maior parcela do volume de recursos destinados ao crédito rural no conjunto do Brasil (Bacen, 1975/1981). Vários autores como Paiva (1971), Guedes Pinto (1981) e Graziano da Silva (1982) já chamaram a atenção para este fato e os dados demonstram que as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte sempre receberam parcelas ínfimas, tanto no que se refere ao número quanto ao valor dos contratos firmados no período em questão, embora se note uma ligeira tendência de aumento da participação destas áreas no montante total do crédito rural, nos últimos anos (Anexo 1)².

Analisando-se os dados a nível de unidades da Federação, no mesmo período, o Estado de São Paulo sobressai na primeira posição com percentuais sempre superiores no número e no valor dos contratos; em 1981, por exemplo, São Paulo carrou

² Nos anexos constam três tabelas e cinco quadros. O critério foi o de não incluir no texto tabelas, contendo dados não originais e quadros organizados com base em informações qualitativas obtidas na pesquisa de campo e utilizados como apoio das interpretações.

19.16% do valor total de recursos disponíveis (Bacen, 1975 / 1981).

A mesma tendência verificada para as macrorregiões, entretanto, é válida para São Paulo, que vem apresentando reduções sensíveis da ordem de 57.68% no número de contratos e de 81.25% no valor dos mesmos, de 1975 a 1981. O Estado de São Paulo responsabilizou-se, em conjunto com o Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, por 56.45% do número e 62.73% do valor dos contratos de crédito rural no ano de 1980 (Bacen, 1980), enquanto as demais unidades da Federação absorveram 63.55% do número e apenas 37.27% do valor. A apresentação destes dados demonstra a desigualdade existente na distribuição dos recursos destinados à agricultura, fato que se torna ainda mais evidente, se considerarmos que os 4 Estados citados possuíam 1.683.203 estabelecimentos, ocupando uma área agricultável de 106.961.230 hectares, e o restante do país congregava 3.476.644 dos estabelecimentos e 257.893.18 hectares da área cultivada, segundo informações colhidas no Censo Agropecuário de 1980. Em números relativos, torna-se mais fácil a comparação: mais de 60% do volume de recursos de crédito rural disponíveis em 1980 foram destinados aos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, espaços cujos estabelecimentos agrícolas representam 32.62% do número total de estabelecimentos do Brasil e apenas 29.31% de toda a área cultivada pela agricultura brasileira. Os 37.2% restantes distribuíram-se pelos outros Estados da Federação, os quais congregavam 67.38% do número e 70.69% da área total cultivada naquele ano.

A política de crédito rural implantada no país e o advento da modernização da agricultura, principalmente no Centro-Sul a partir da década de 60, transformaram o setor agrícola num campo de pressões vindas, ora do setor industrial que determina os preços dos insumos a serem utilizados no desenvolvimento da atividade, ora do mercado (que muitas vezes é a própria indústria), forçando para baixo o preço dos produtos (Graziano da Silva, 1980).

Por este motivo, o agricultor, na maioria das vezes,

sente necessidade de recorrer aos financiamentos bancários para poder desenvolver a sua atividade. No caso do município de Rio Claro, o atendimento a estas solicitações é feito principalmente pela rede bancária oficial, tanto federal como estadual, e, secundariamente, pelas instituições particulares (bancos comerciais). Isto é válido também a nível do agregado brasileiro: a participação dos bancos oficiais federais (Banco do Brasil e Banco Nacional de Crédito Cooperativo) absorve parcelas muito próximas ou quase sempre superiores a 60%, tanto no número como no valor dos contratos firmados no período (Anexo 2). Isto se deve ao próprio sistema de implantação da política de crédito rural desde 1937, envolvendo primeiramente os bancos oficiais federais e estaduais e, posteriormente, toda a rede bancária e cooperativas de crédito.

Um fato interessante a notar, demonstrado pela análise destes dados no período 1975/1981, é que as instituições oficiais federais se vêm responsabilizando por uma parcela cada vez maior do crédito subsidiado, em detrimento da participação dos oficiais estaduais e dos bancos privados; quanto às caixas econômicas e cooperativas de crédito rural, apresentam índice irrisório de participação no conjunto do país no que se refere ao número e ao valor dos contratos.

No município de Rio Claro, a distribuição do volume de recursos do crédito rural por instituições financeiras não foge à regra: as agências do Banco do Brasil e do Banespa responsabilizam-se pela maior parcela, sendo muito pequena a participação dos bancos comerciais e das cooperativas³. A agricultura deste município está baseada, atualmente, na exploração

³ Não foi possível o acesso aos dados reais dos contratos firmados pelos bancos comerciais em Rio Claro, mas pelos contatos mantidos com os gerentes constatou-se a restrita atuação de suas carteiras agrícolas no conjunto das operações realizadas no município.

de cultivos como cana-de-açúcar, milho, arroz, algodão, laranja, café e feijão feita em solos de qualidade não muito boa, o que exige grande aplicação de capital em adubos, fertilizantes e corretivos. Orienta-se também para a avicultura e para a pecuária, principalmente leiteira.

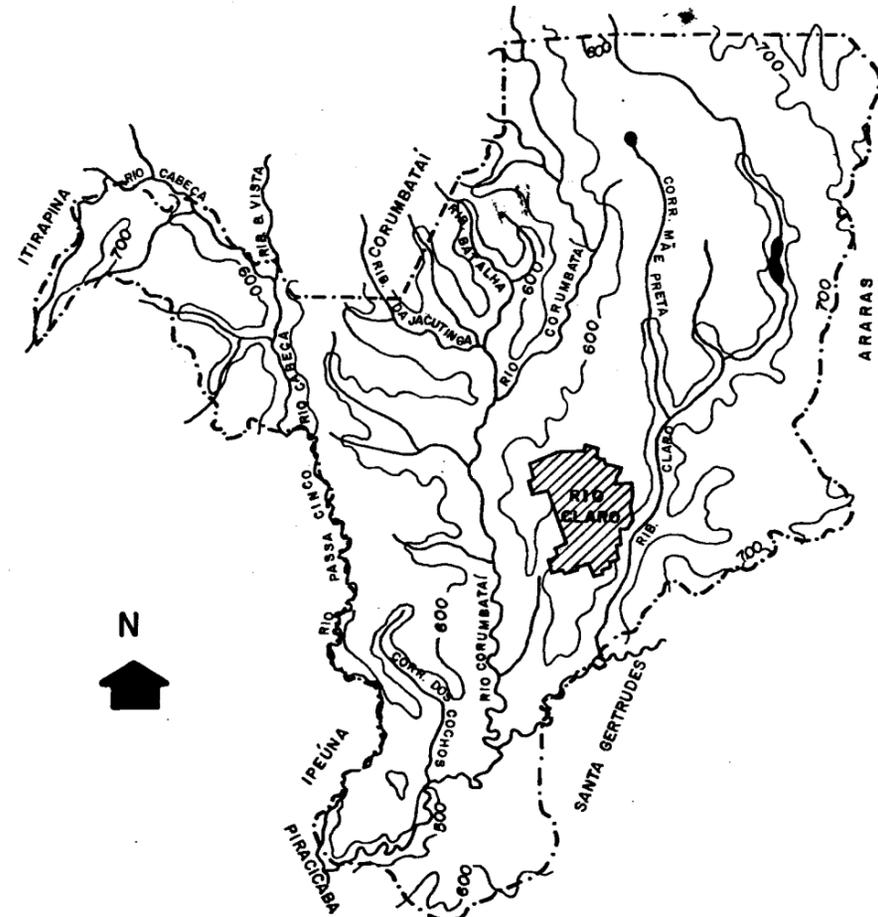
A atividade agrícola no município vem se modernizando no decorrer do tempo e, segundo Mesquita, Gusmão e Silva (1977), principalmente no que se refere à mecanização. Os estabelecimentos agrícolas do município de Rio Claro, em sua maioria, já conheceram o processo de modernização, e nossa preocupação é aqui verificar se o crédito rural contribuiu para isto ou não.

Caracterização da área de estudo e o padrão de distribuição espacial das unidades da amostra

Localizado na Média Depressão Periférica Paulista, o município de Rio Claro apresenta topografia pouco acidentada, composta por colinas tabuliformes com desníveis variando entre 550 e 650 m (Penteado, 1976). É drenado pelos rios Cabeça, Passa Cinco, Corumbataí e Ribeirão Claro (Figura 1).

Os solos que recobrem o município são principalmente arenosos, podzolizados e pobres em nutrientes; ocupando o segundo lugar, em área, aparecem os latossolos vermelho-amarelos, com acidez acentuada e também muito pobres em nutrientes. Apenas no sudeste e sul do município aparece uma mancha de latossolo roxo, solo rico em bases com elevado teor de argila, mas com porosidade muitas vezes superior a 55%; a utilização da terra é feita nestas áreas, principalmente com a cana-de-açúcar, e o intenso tráfego de máquinas pesadas pode provocar adensamento da camada superficial do solo (Oliveira et alii, 1982). A noroeste, ocorre uma pequena mancha de terra roxa estruturada, solo espesso e com excelente potencial nutricional. Com menor expressão no conjunto da área do município, aparecem as areias quartzosas profundas, os solos litólicos e os solos

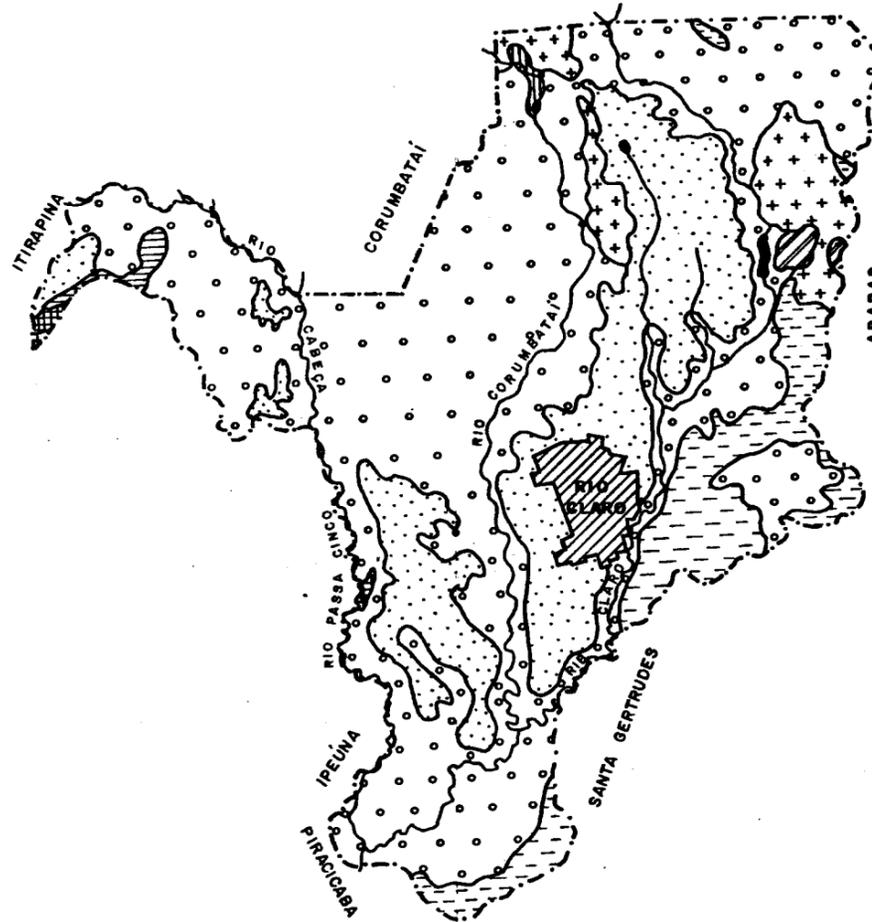
(A)



- EQUIDISTÂNCIA DAS CURVAS DE NÍVEL : 100 METROS -

Fonte : Folha de Campinas - SF-23-Y-A
Fundação IBGE, Segunda Edição - 1980.

(B)



Fonte : Levantamento pedológico semi-detalhado do
Estado de São Paulo - 1981.
Quadrículas de São Carlos SF 23-Y-A-I
e Araras SF 23-Y-A-II.

FIG. 1 - MUNICÍPIO DE RIO CLARO :
HIPSOMETRIA E SOLOS.

A - HIPSOMETRIA

B - SOLOS

	LATOSSOLO ROXO		TERRA ROXA ESTRUTURADA
	LATOSSOLO VERMELHO ESCURO		AREIAS QUARTZOSAS PROFUNDAS
	LATOSSOLO VERMELHO AMARELO		SOLOS LITÓLICOS
	PODZÓLICO VERMELHO AMARELO		SOLOS HIDROMÓRFICOS

- ESCALA -



ORG. LIGIA C. POLTRONERI.
DES. GILBERTO DIENRIQUE.

hidromórficos, cuja característica principal é a pobreza em nutrientes e a acidez.

O município de Rio Claro caracteriza-se por apresentar grande variabilidade dos elementos climáticos no tempo e no espaço justamente por sua localização em área de transição sujeita às três grandes correntes de circulação regional que afetam o Brasil Meridional (Penteado, 1966). Entretanto, a variabilidade das temperaturas e da pluviosidade ajusta-se num certo ritmo, identificando outono-inverno como período mais frio e mais seco e primavera-verão como período mais quente e chuvoso.

Tanto o clima como a disposição do relevo não representam fatores restritivos ao desenvolvimento da atividade agrícola no município; são as características do solo que têm determinado a utilização da terra em função do maior ou menor potencial nutricional. Deste modo, verificando-se as formas de utilização da terra predominantes no município no período 1940/1980, segundo dados constantes nos Recenseamentos realizados pelo IBGE, notou-se que até 1970 as áreas de pastagens, principalmente naturais, sempre foram superiores a 40% da área total cultivada, ultrapassando, em alguns casos, os 50%. Em contrapartida, as lavouras permanentes e temporárias nunca alcançaram percentuais superiores a 27% do total; os cultivos permanentes foram até mesmo decrescendo em extensão de área cultivada no período considerado. A década de 1970/80, entretanto, apresentou modificações significativas nas formas de uso da terra no município; as lavouras, predominantemente temporárias, responsabilizavam-se, em 1980, por 43.89% da área total, contra 32.94% de pastagens. Houve sensível recuperação de área ocupada pelos cultivos permanentes, mas a cafeicultura tradicional foi parcialmente substituída pela citricultura.

Nas áreas de pastagens também houve modificações: embora seja maior a proporção das áreas de pastagens naturais (18.85%), os pastos plantados passam a ter maior expressão, ocupando 14.09% da área total de pastagens do município, significando melhoria de condições de alimentação para o rebanho e,

conseqüentemente, produção animal de melhor qualidade, tanto leite quanto carne.

A partir da década de 60 é que estas transformações se foram acentuando, coincidindo, evidentemente, com os incentivos governamentais de fornecer subsídios à agricultura, principalmente para a utilização de adubos, fertilizantes e corretivos de solo. Desta forma, áreas antes não aproveitadas para lavouras e utilizadas como pastos devido à má qualidade do solo puderam ser incorporadas àquelas produtivas de arroz, feijão, milho, algodão e, principalmente, cana-de-açúcar.

Todo espaço do município é, então, ocupado com campos de cultivo ou áreas de pastos, havendo poucos vestígios de vegetação natural, restrita apenas às cabeceiras e às margens dos rios. Algumas áreas, entretanto, se destacam pela existência de matas naturais ou reflorestamento; é o caso dos dois Hortos Florestais de propriedade da Ferrovias Paulista S/A e de uma área de 605 hectares localizada no interior da Fazenda São José, a nordeste do município (Figura 2).

A população que se tem dedicado ao desenvolvimento das atividades agrícolas no município de Rio Claro vem-se transferindo sistematicamente para a cidade; muitos vendem a propriedade e se mudam para a área urbana, pensando em desenvolver outro tipo de atividade, e outros apenas transferem o local de residência, mas continuam indo, diariamente ou algumas vezes por semana, para trabalhar a terra.

Os que não são proprietários da terra têm procurado a cidade em busca de melhores condições de vida e de trabalho, uma vez que no campo este se está tornando cada vez mais escasso e reduzido a picos sazonais, principalmente na época da colheita de produtos agrícolas. Pela falta de infraestrutura urbana e por constituir-se em mão-de-obra não qualificada, passam a viver na periferia, principalmente na zona norte (Jardim Cervezão, São Miguel, Independência), onde as condições de habitação são, muitas vezes subumanas. Estes trabalhadores, subempregados ou desempregados na maior parte do ano, sujeitam-se ao assalariamento sazonal, seja no corte de cana-de-açúcar, se

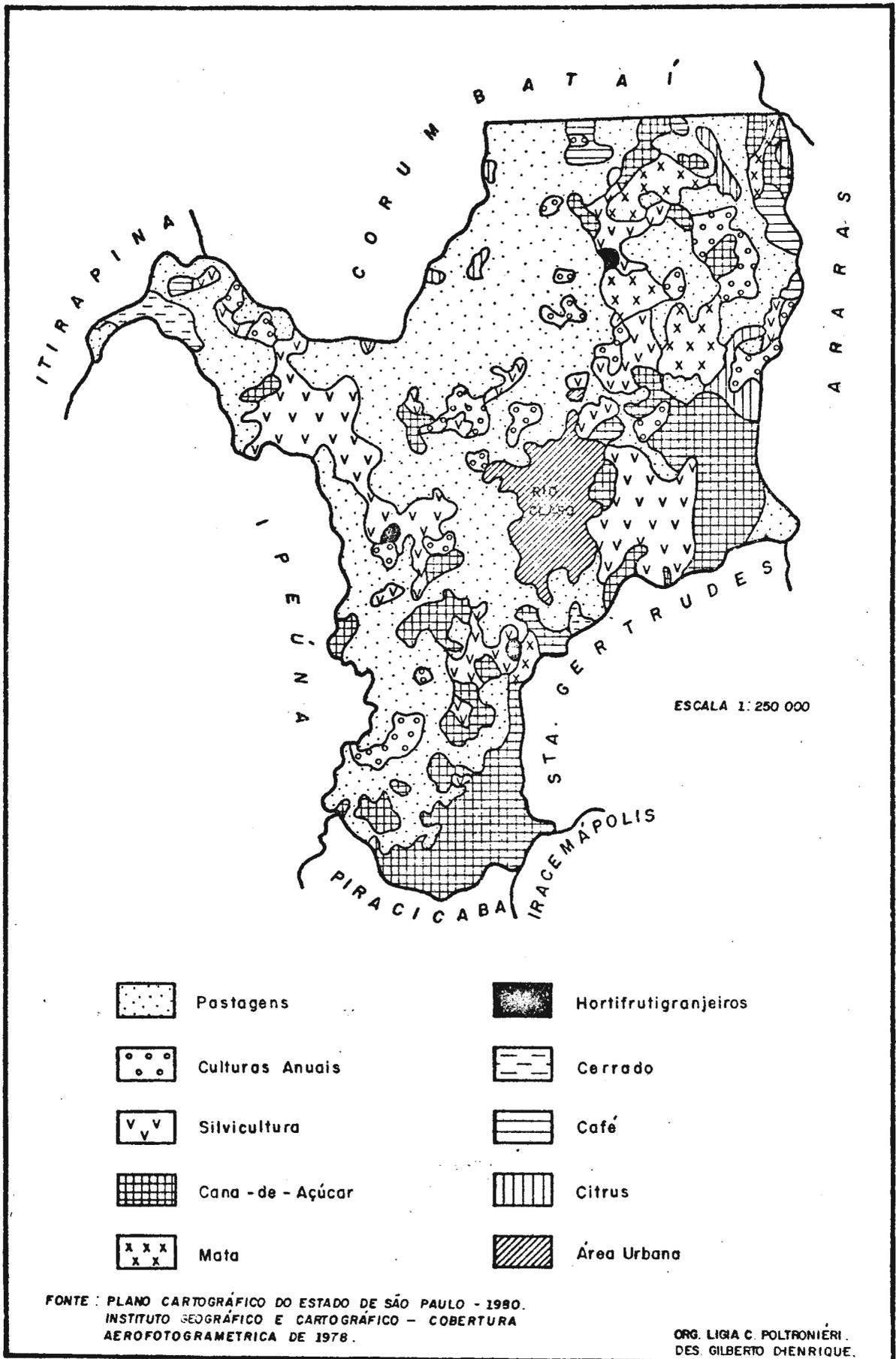


FIG. 2 - MUNICÍPIO DE RIO CLARO - UTILIZAÇÃO DA TERRA.

seja na colheita do algodão ou outros produtos de menor importância no mercado.

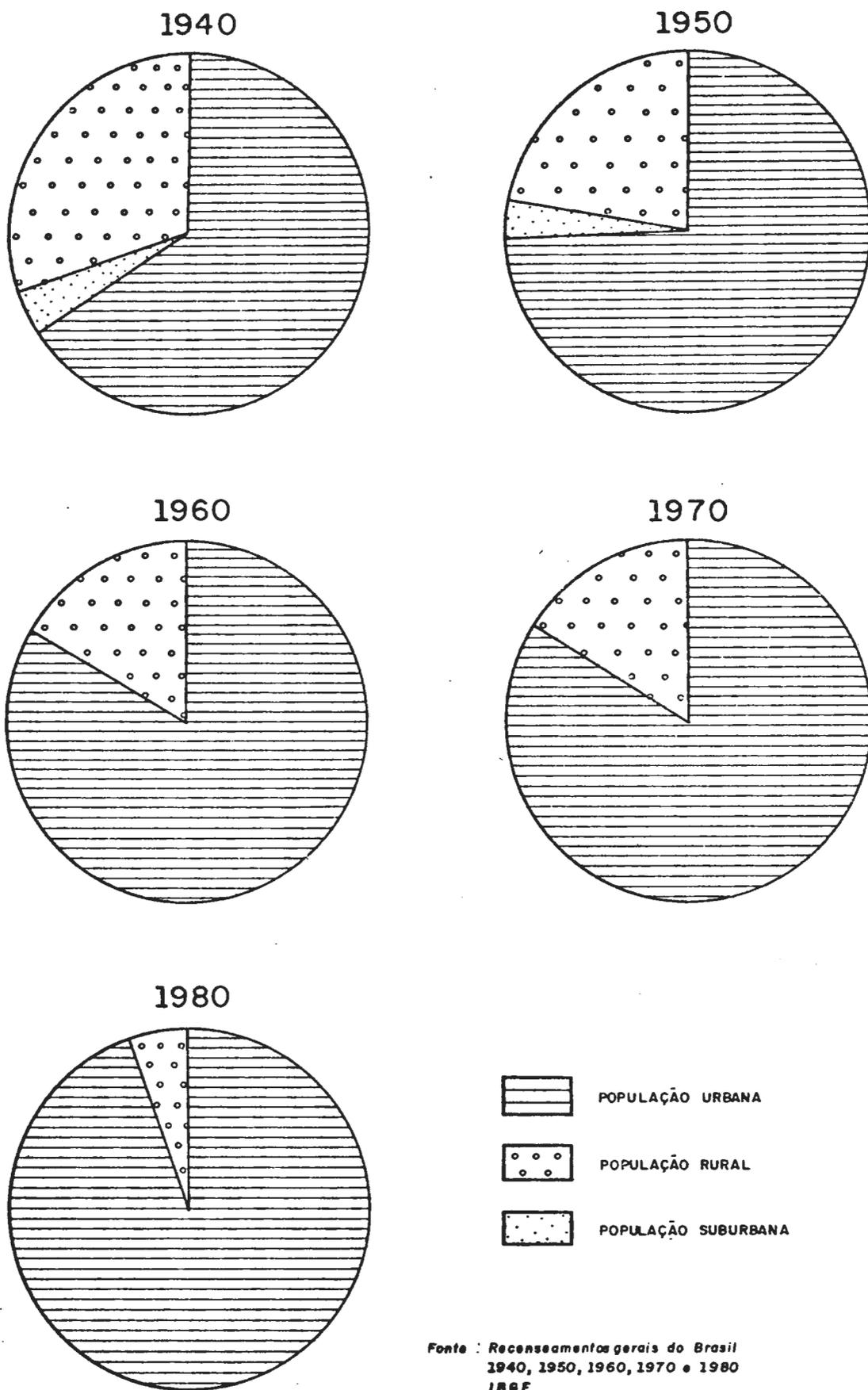
Esta tendência pode ser verificada, comparando-se os dados referentes à população rural e urbana no período 1940/1980, constantes dos Recenseamentos Demográficos realizados pelo IBGE e organizados na figura 3, que corresponde à evolução da população residente na sede do município e em seus atuais distritos (Ajapi e Assistência) no referido período⁴.

Observa-se que desde 1940 é nítido o predomínio da população urbana sobre a rural.

Considerando-se para os anos de 1940 e 1950 a população suburbana englobada à população urbana, notamos que de 1940 para 1950 houve um acréscimo de 7.60% no total da população urbana; de 1950 para 1960 o acréscimo foi de 6.03%, diminuindo para 5.80% de 1960 para 1970 e para 5.15% de 1970 para 1980. Embora esteja havendo um decréscimo no incremento da população urbana de Rio Claro, a continuar esta tendência, em 1990 sua população rural corresponderá a uma ínfima parcela.

As considerações a respeito da evolução da atividade agrícola desenvolvida em Rio Claro num determinado período de tempo e suas relações com os recursos do meio natural, de capital e a distribuição da população nas zonas rural e urbana nos forneceram subsídios para melhor compreender e relacionar os fatos observados durante a realização da pesquisa de campo.

⁴ A escolha do ano de 1940 como limite inferior de análise deve-se ao fato de não se terem conseguido informações estatísticas referentes a períodos anteriores. Até 1960, Rio Claro englobava outros municípios cujos desmembramentos, em diferentes épocas, não alteraram o espaço físico ocupado atualmente. Em 1940 Rio Claro englobava os atuais municípios de Corumbataí, Ipeúna e Santa Gertrudes; em 1950 e em 1960 englobava apenas Ipeúna, desmembrado em 1965.



ORG LIGIA C POLTRONIERI
DES GILBERTO MENRIQUE

FIG.3 - MUNICÍPIO DE RIO CLARO - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO, EM PORCENTAGEM .

Ao pretendermos realizar um trabalho de pesquisa na zona rural de um município de 540 Km² e com um número muito grande de pequenas e médias propriedades, portanto, com um enorme retalhamento da propriedade da terra, já sabíamos que não haveria possibilidade de trabalhar com todo o universo. De acordo com o cadastramento do INCRA relativo ao ano de 1980, havia, em Rio Claro, 1154 imóveis rurais, número absolutamente impossível de ser visitado na totalidade, devido não só ao tempo que seria despendido, mas, principalmente, ao elevado custo operacional.

Por estes motivos, decidimos que trabalharíamos com uma amostra desta população. Como conhecíamos o universo (1154 imóveis), a amostragem foi probabilística, caracterizando-se pela aleatoriedade na seleção dos indivíduos amostrados (Gerardi e Silva, 1981).

O primeiro passo foi a ordenação de todos os imóveis rurais cadastrados naquele ano em ordem crescente, de acordo com a área em hectares; após esta ordenação, percebemos que onze delas possuíam valores de área muito grandes, fato que provocaria distorções na determinação da amostra.

Por este motivo, decidimos separar o universo em três grupos, de acordo com a área, a saber:

- grupo I :	0,1 —	282,8 hectares =	1143 imóveis
- grupo II :	313,3 —	503,8 hectares =	7 imóveis
- grupo III:	1.197,9 —	6.017,7 hectares =	4 imóveis

Dos imóveis enquadrados no grupo I retiramos a amostra e consideramos aqueles pertencentes aos grupos II e III como imóveis a serem obrigatoriamente visitados e incorporados à amostra, pela exiguidade numérica e extensão de área ocupada.

Mesmo entre os imóveis do Grupo I (de 0,1 a 282,2 hectares) havia muita discrepância entre os valores de área, isto é, grande concentração nos valores mais baixos e poucos imóveis pertencentes às classes de maiores áreas. Como uma amostragem aleatória poderia não conter representantes de todos esses valores, efetuou-se uma amostragem estratificada a partir

de 14 classes com intervalos uniformes de 20,2 hectares (Spiegel, 1978). Deste modo, a amostragem foi estabelecida proporcionalmente à frequência de imóveis em cada uma destas classes, totalizando 282 imóveis rurais. A tabela 1 resume estas informações.

Estabelecido o tamanho da amostra, foram sorteados, através da tábua de números aleatórios, os 282 estabelecimentos rurais do Grupo I, incorporando a eles os 11 estabelecimentos dos Grupos II e III, totalizando 293 unidades, as quais foram identificadas no Cadastro do INCRA pelo nome do proprietário, nome da propriedade e área em hectares.

A amostra com a qual trabalhamos é representativa, pois foi determinada em função do número de indivíduos componentes da população, da variabilidade dos valores de área dos imóveis e, conseqüentemente, permite fazer interferências em relação ao universo. De modo geral, quanto maior for a população, proporcionalmente menor deverá ser a amostra; quanto maior a variabilidade é o nível de precisão desejado, maior deverá ser a amostra (Gerardi e Silva, 1981). Neste caso, o universo continha 1154 imóveis em 1980, e uma amostra estratificada composta por 293 elementos e equivalente a 25,38% do total é suficiente para permitir generalizações estatísticas, isto é, estender para toda a população o resultado proporcional encontrado na amostra (Litholdo, 1980). Além disso, a amostra determinada condiz com a proposição de Krejcie e Morgan (1970), os quais, ao tratarem da questão do tamanho ótimo da amostra, elaboraram uma tabela que indica o mesmo a partir do universo, segundo a qual, esta amostra para ser representativa deveria conter 285 elementos. Este é, sem dúvida, mais um reforço para confirmar o grau de confiabilidade dos resultados obtidos.

O formulário de informações elaborado para ser aplicado nos componentes da amostra consistiu de 3 partes:

- a) relativa às características do estabelecimento, subdividida em 10 itens (identificação, "habitat", serviços, tipo de propriedade, forma de valorização econômica, utilização da

TABELA 1
PROCESSO DE AMOSTRAGEM

GRUPO I

ÁREA EM HECTARES (INTERVALOS DE CLASSE)	FREQUÊNCIA NA CLASSE	PORCENTAGEM DO TOTAL 1143 = 100%	PORCENTAGEM DO TOTAL 285 = 100%	TAMANHO DA AMOSTRA
0,1 ─ 20,2	598	52,32	149,11	149
20,2 ─ 40,4	285	24,93	71,05	71
40,4 ─ 60,6	142	12,42	35,39	35
60,6 ─ 80,8	49	4,29	12,22	12
80,8 ─ 101,0	27	2,36	6,72	7
101,0 ─ 121,2	12	1,05	2,99	3
121,2 ─ 141,4	6	0,52	1,48	1
141,4 ─ 161,6	5	0,44	1,25	1
161,6 ─ 181,8	5	0,44	1,25	1
181,8 ─ 202,0	5	0,44	1,25	1
202,0 ─ 222,2	2	0,17	0,48	- *
222,2 ─ 242,4	3	0,26	0,74	1
242,4 ─ 262,6	2	0,17	0,48	- *
262,6 ─ 282,8	2	0,17	0,48	- *
	N = 1143		s = 282	

* Sem representação por considerar-se o critério de aproximação para mais apenas quando o valor da primeira casa decimal for igual ou superior a 5.

TABELA 1
 PROCESSO DE AMOSTRAGEM - (continuação)

GRUPO II

NÚMERO DE PROPRIEDADES	ÁREA EM HECTARES
1	313,3
1	358,9
1	384,2
1	427,0
1	435,6
1	485,1
1	503,3

N = 7

GRUPO III

NÚMERO DE PROPRIEDADES	ÁREA EM HECTARES
1	1.197,9
1	1.451,4
1	2.387,4
1	6.017,7

N = 4

Org. L.C. Poltroniéri

terra, equipamentos e insumos, mão-de-obra, capital e assistência técnica);

- b) pertinente à assistência financeira ou utilização do crédito rural, subdividido em 5 itens:
- b.1) questões dirigidas a agricultores que utilizaram o crédito rural em períodos anteriores a 1983;
 - b.2) questões dirigidas a agricultores que estavam utilizando o crédito rural no ano de 1983;
 - b.3) questões dirigidas àqueles que já utilizaram ou estavam utilizando o crédito rural e que são relativas às mudanças que se verificaram ou se estavam verificando no estabelecimento devido à utilização do crédito rural;
 - b.4) questões dirigidas a agricultores não usuários, mas que pretendiam utilizar o crédito rural no futuro;
 - b.5) questões dirigidas a todos os entrevistados, relativas a sugestões e problemas relacionados ao crédito rural;
- c) relativa às informações pessoais do entrevistado:
- c.1) sobre o proprietário da terra;
 - c.2) sobre aquele que forneceu as informações (parceiro, arrendatário, filho do proprietário, esposa, administrador) (Anexo 3).

O formulário, testado em agricultores dos municípios de Santa Gertrudes, Corumbataí e Itirapina, foi aplicado aos integrantes da amostra predeterminada.

Após a aplicação do formulário, efetuada de janeiro a junho de 1983, os dados foram organizados e resumidos em tabelas, gráficos e mapas. A partir da tabulação das informações prestadas e de nossas observações de campo, tentaremos demonstrar as relações entre a modernização da agricultura e a utilização do crédito rural em Rio Claro.

A distribuição espacial das unidades da amostra apa-

rece na figura 4. Observe-se que os 282 estabelecimentos aleatoriamente sorteados e os 11 estabelecimentos incorporados à amostra em função de sua grande extensão em área se distribuem de maneira quase que uniforme por todo o espaço municipal. Pode-se afirmar que não há nenhuma área do município que tenha ficado a descoberto. Em outras palavras, existem "representantes", se é que assim os podemos chamar, de todos os espaços diferenciados que compõem o município de Rio Claro. Além disso, um outro ponto, intimamente relacionado a este, é que os "representantes" se localizam a distâncias variadas da sede do município (estação da Fepasa considerada como marco zero), o que nos possibilitará a busca de correlações entre a localização de cada estabelecimento e a utilização ou não do crédito rural, uma vez que o banco é uma instituição eminentemente urbana, não havendo em nosso município nenhum posto avançado de crédito rural. Os agricultores têm, com efeito, que se dirigir à cidade para efetuar seus contatos com os gerentes e técnicos da Carteira Agrícola das várias instituições, se quiserem fazer um financiamento.

Aparece ainda na figura 4 a delimitação de 3 grandes estabelecimentos pertencentes ao grupo III e que são: Horto Florestal de Camaquã, Horto Florestal "Navarro de Andrade", ambos de propriedade da FEPASA, Ferrovia Paulista S/A e a Fazenda São José, propriedade particular. A justificativa para o destaque é justamente mostrar a enorme extensão de terras cultiváveis do município ocupada por estes três estabelecimentos, respectivamente 3.06%, 5.04% e 7.62%⁵, pois cremos que a não delimitação daria a impressão de enormes claros não representa

⁵ A área total da Fazenda São José é de 6.017,7 ha, porém toda esta extensão não se restringe a terras do município de Rio Claro. Seus domínios extravasam para o município de Araras, no qual, entretanto, detém uma parcela bem menos significativa, igual a 40% de sua área total.

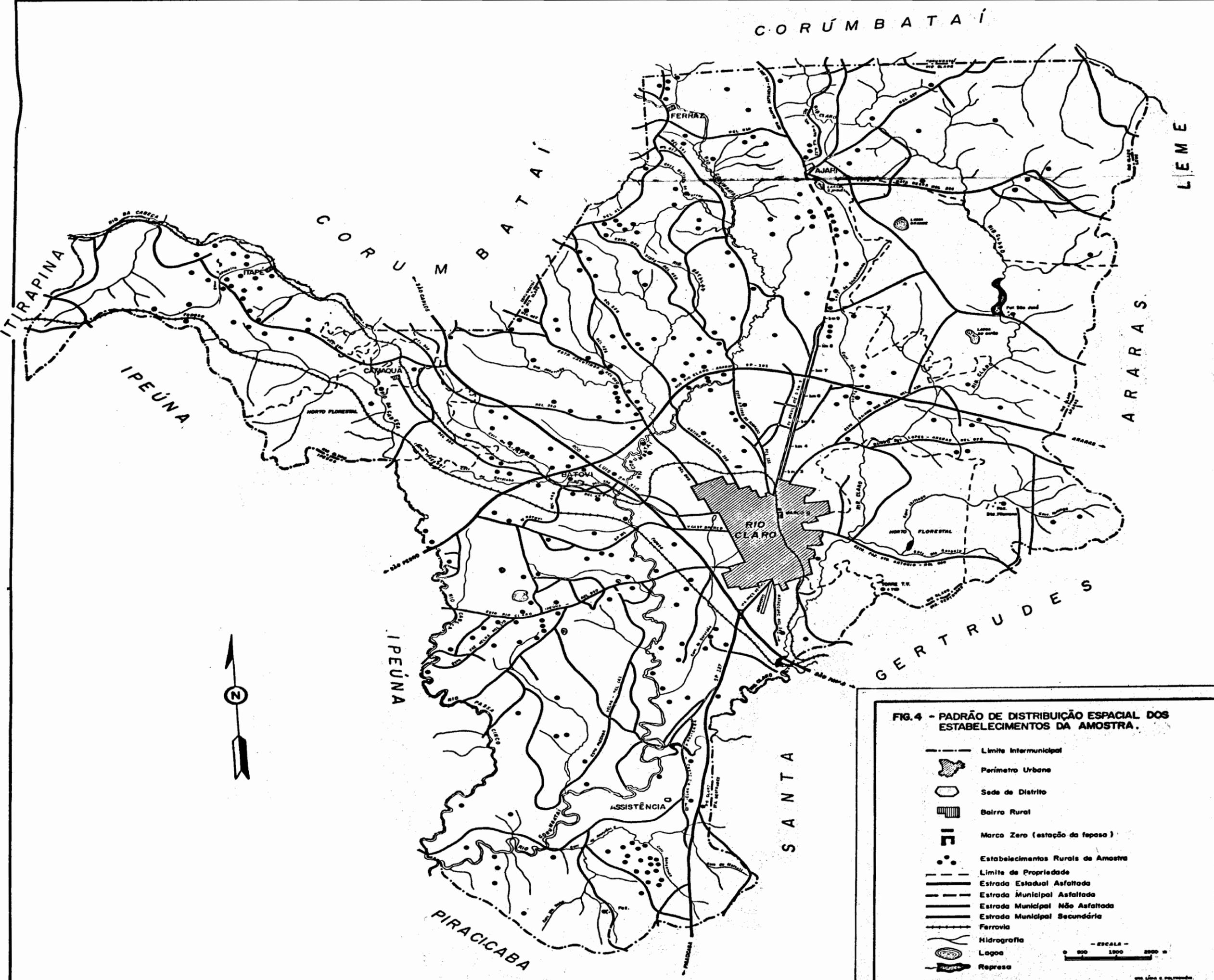


FIG. 4 - PADRÃO DE DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ESTABELECIMENTOS DA AMOSTRA.

- Limite Intermunicipal
- ▭ Perímetro Urbano
- Sede de Distrito
- ▨ Bairro Rural
- IE Marco Zero (estação da fepasa)
- Estabelecimentos Rurais de Amostra
- Limite de Propriedade
- ==== Estrada Estadual Asfaltada
- ==== Estrada Municipal Asfaltada
- ==== Estrada Municipal Não Asfaltada
- ==== Estrada Municipal Secundária
- Ferrovias
- ~ Hidrografia
- Lagoa
- ▭ Represa

— ESCALA —
0 500 1000 2000 m

em linha e no sentido
dos limites municipais

dos pelas unidades da amostra. Com os outros estabelecimentos integrantes dos grupos II e III, embora suas áreas também sejam muito significativas, o problema não apareceu.

O primeiro ponto a ser analisado é o próprio contorno do município de Rio Claro, cujas terras se expandem muito mais no sentido norte-sul do que no sentido leste-oeste. Em função disso, com o objetivo de examinar mais localmente a distribuição das unidades espaciais segundo os diversos estratos de área e a concentração fundiária, elaboramos a figura 5. Considerando os 2 eixos rodoviários que ligam o núcleo urbano com o norte e o sul como parâmetros, dividimos o município em 2 setores. Ao norte do núcleo urbano, o marco divisório entre estes 2 setores é a estrada municipal que liga a sede do município ao distrito de Ajapi e, daí, ao município de Corumbataí, estrada antiga e apenas recentemente asfaltada, até Ajapi; ao sul do núcleo urbano, a estrada estadual que liga a cidade de Rio Claro a Piracicaba, passando pelo distrito de Assistência, funcionou como linha de separação entre os 2 setores. Temos, assim, o município dividido em 2 partes (Figura 5):

- o setor 1, situado a leste das 2 estradas citadas, e que apresenta as seguintes características:
 - a) possui menor extensão de terras quando comparado ao setor 2; entretanto, 6 dos 11 maiores estabelecimentos do município estão aí situados;
 - b) em função disso, o número de unidades da amostra é também muito menor (50), quando comparado ao setor 2, correspondendo a 17,06% do número total de estabelecimentos da amostra;
 - c) ao analisar a distribuição em relação aos estratos de área⁶, nota-se na tabela 2 que:

⁶ Vide página 38

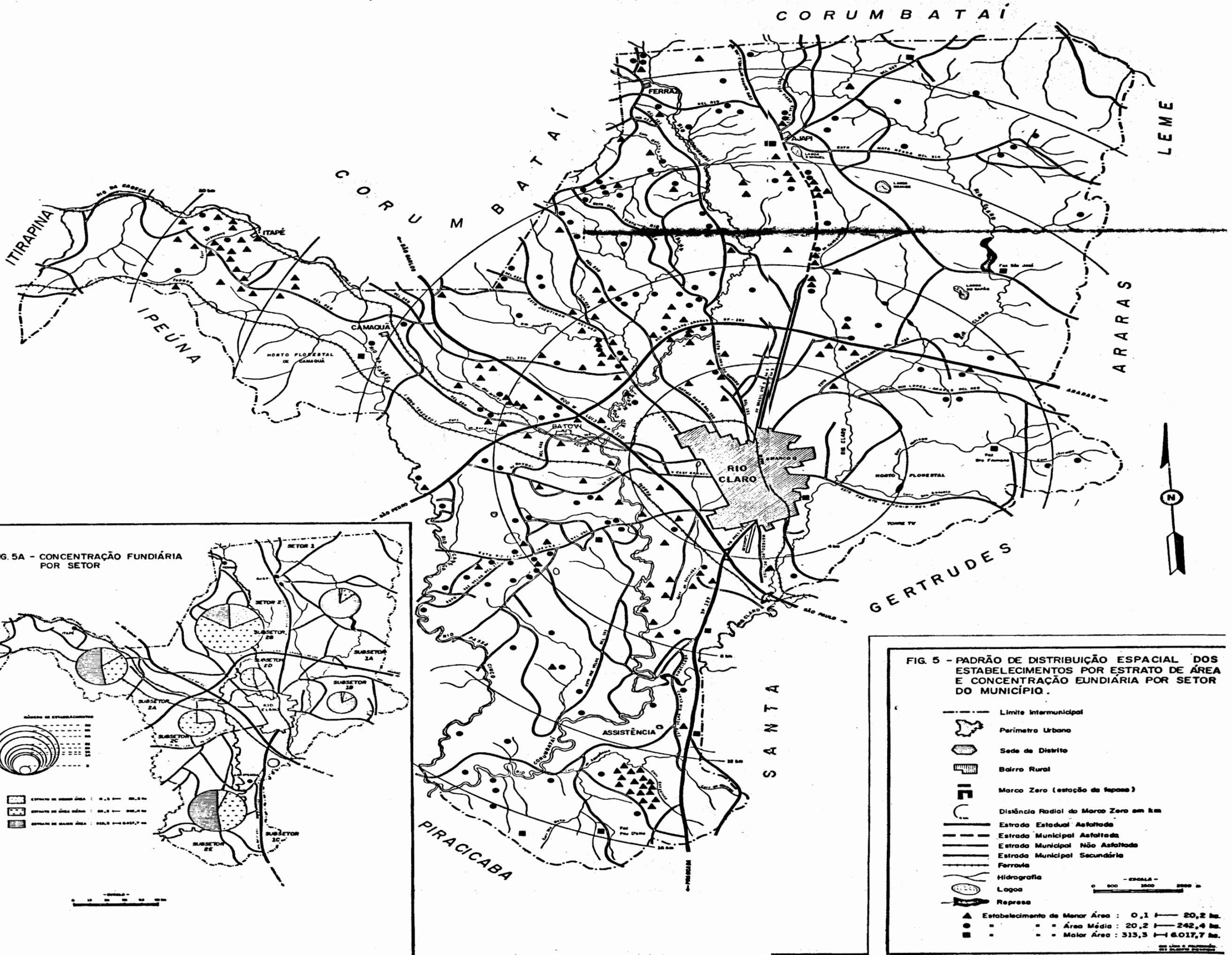


FIG. 5A - CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA POR SETOR

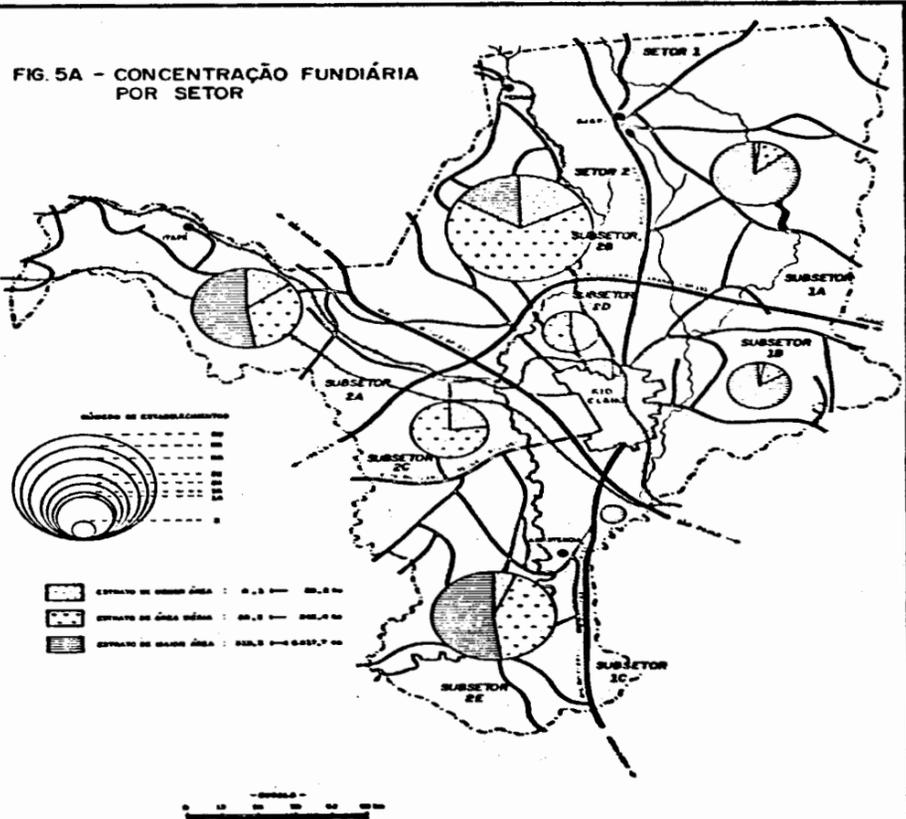


FIG. 5 - PADRÃO DE DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ESTABELECIMENTOS POR ESTRATO DE ÁREA E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA POR SETOR DO MUNICÍPIO.

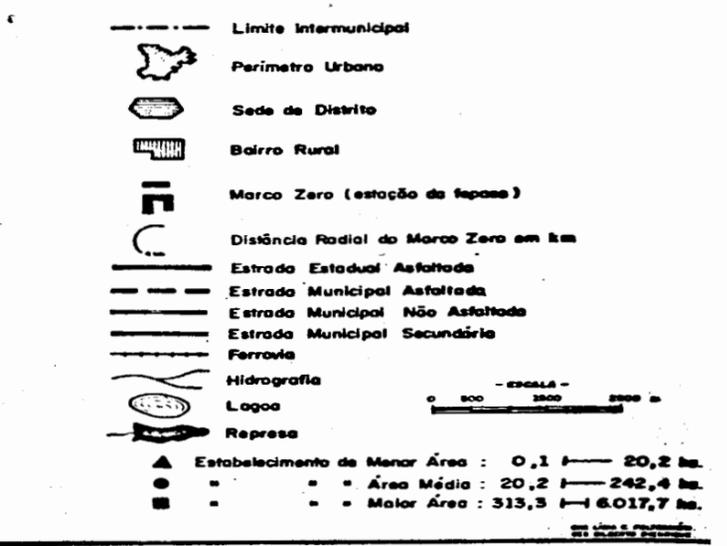


TABELA 2

MUNICÍPIO DE RIO CLARO - CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO SETOR 1 (n = 50)

Estrato de área em hectares	Nº de Estabelecimentos	% do número total do setor 1	área ocupada em hectares	% da área total do setor 1
0,1 — 20,2	18	36.00	176.99	1.53
20,2 — 242,4	26	52.00	1.329.81	11.50
313,3 — 6.017,7	6	12.00	10.055.15	86.97
TOTAL	50	100.00	11.561.95	100.00

c.1) os estabelecimentos de menor área, de 0,1 |— 20,2 hectares estão predominantemente localizados à margem da rodovia Rio Claro-Ajapí e alguns poucos localizados nas proximidades da rodovia asfaltada que liga Rio Claro a Araras, recentemente implantada na área. Correspondem a 36% do número total de estabelecimentos do setor 1 e apenas 1.53% da área total

6 O estabelecimento dos estratos de área foi feito com base na curva de Lorenz, de acordo com o critério de considerar pequenos estabelecimentos aqueles que ocupam até 50% do número total de estabelecimentos considerados e grandes aqueles que ocupam 50% da área (Diniz, 1984). Deste modo, com base nos dados da amostra, consideraremos para o desenvolvimento deste trabalho os seguintes estratos de área:

- de 0,1 |— 20,2 ha = estabelecimentos de menor área
- de 20,2 |— 242,4 ha = estabelecimentos de área média
- de 313,3 |— 6.017,7 ha = estabelecimentos de maior área

ocupada pelos estabelecimentos pertencentes ao referido setor. Em comparação com o total de estabelecimentos da amostra, a proporção é igual a 6.14% do número e apenas 0.79% da área;

c.2) os estabelecimentos de área média são predominantes em número e, neste setor, apresentam-se com áreas inferiores a 101,0 hectares; podem ser divididos em dois grupos:

- um, que abrange os estabelecimentos de 20,2 |— 60,6 hectares, cujo número se equilibra com o dos estabelecimentos de menor área (19), os quais aparecem espacialmente localizados principalmente no que se poderia chamar de norte do setor 1, embora haja também representantes no centro e no sudeste do setor;
- outro, que engloba os estabelecimentos de 60,6 |— 101,0 hectares, com número inferior à metade dos anteriores (7), os quais estão localizados principalmente no centro do setor 1, proximidades da rodovia Rio Claro - Araras. No conjunto, estes estabelecimentos de área média correspondem a 52% do número total de estabelecimentos localizados no setor 1 e a 11.5% da área total dos estabelecimentos do setor. Em relação ao total de estabelecimentos da amostra, a proporção é igual a 8.87% do número e 5.95% da área total ocupada;

c.3) os estabelecimentos de maior área, de 313,3 |— 6.017,7 hectares, distribuem-se por todo o setor 1, praticamente confinando aqueles de menor área aos espaços já descritos. São apenas 6 estabelecimentos correspondendo a 12% do número total do setor que, entretanto, ocupam 86.97% da área ocupada pelo conjunto de estabelecimentos deste setor. Quando comparada ao total da amostra, esta concentração de terras é ainda mais nítida: 2.04% do número de estabelecimentos detêm 45.01% da área total amostrada.

- d) Considerando a linha divisória citada anteriormente, o leste do município de Rio Claro detém 17.06% do número e 51.75% da área dos estabelecimentos agrícolas da amostra.

O setor 2, situado a oeste das duas estradas que cortam o município no sentido norte-sul, apresenta-se com características bem diversas do setor 1 (Figura 5):

- a) a extensão de terras é muito maior neste setor do que no anterior, concentrando 5 dos 11 maiores estabelecimentos do município;
- b) o número de unidades da amostra neste setor é muito maior (243), as quais estão espacialmente distribuídas por toda a área, correspondendo a 82.94% do número total de estabelecimentos da amostra;
- c) quanto à distribuição pelos estratos de área, a tabela 3 mostra que:

TABELA 3

MUNICÍPIO DE RIO CLARO - CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO SETOR 2 (n = 243)

Estrato de área em hectares	Nº de estabelecimentos	% do número total do setor 2	área ocupada em hectares	% da área total do setor 2
0,1 - 20,2	131	53.91	1.413.85	13.12
20,2 - 242,4	107	44.04	5.326.95	49.43
313,3 - 6.017,7	5	2.05	4.035.11	37.45
TOTAL	243	100.00	10.775.91	100.00

c.1) os estabelecimentos de menor área, de 0,11- 20,2 hectares predominam em número e estão espacialmente difusos por todo o setor 2, chamando a atenção apenas 2 núcleos de concentração de estabelecimentos com este valor de área. Um localizado a noroeste do setor 2, onde os estabelecimentos se distribuem em volta de um aglomerado de casas muito simples e sem nenhuma infra-estrutura, constituindo o bairro rural de Itapê. Tais estabelecimentos estão praticamente confinados entre grandes propriedades, cujas sedes se localizam, a oeste, no município de Itirapina, e o Horto Florestal de Camaquã, a leste. O outro núcleo aparece ao sul do município, prensado entre médios e grandes estabelecimentos, sem constituir, entretanto, nenhum aglomerado de casas; são estabelecimentos que, embora pequenos, se dedicam à lavoura canavieira, e seus proprietários residem na cidade não havendo em muitos deles nenhuma espécie de construção. Em relação ao número total de estabelecimentos localizados no setor 2, os pequenos estabelecimentos correspondem a 53.91% deste número e apenas 13.12% da área total ocupada pelos estabelecimentos deste setor; se comparados ao total geral da amostra, equivalem a 44.70% do número, ocupando apenas 6.32% da área dos estabelecimentos da amostra, significando uma pulverização de pequenos estabelecimentos no referido setor;

c.2) os estabelecimentos de área intermediária de 20.21- 242,4 hectares estão também dispersos pelo setor 2, mas sua participação, em número, no conjunto do setor, é inferior à daqueles com área inferior a 20,2 hectares; participam em 44.04%, mas correspondem à maior porcentagem de área ocupada no conjunto do setor: 49.43%. Em relação ao total da amostra, sua participação em número é menor do que a dos pequenos estabelecimentos (36.51%); ocupam, porém, as maiores parcelas de área (23.84%);

c.3) os estabelecimentos de maior área, de 313,31- 6.017,7 hectares, concentram-se principalmente do centro para

o sul do setor 2, havendo, entretanto, representantes desta classe no norte do setor, nas proximidades do distrito de Ajapi e no oeste (Horto Florestal de Camaquã). Correspondem a apenas 2.05% do número de estabelecimentos deste setor, mas ocupam 37.45% da área total dos aí localizados. No conjunto da amostra, a disparidade torna-se mais evidente, pois apenas 1.70% do número total de estabelecimentos ocupam 18.06% da área total amostrada, devendo-se ressaltar, entretanto, que a concentração de terras no setor 2 é menos marcante do que no setor 1;

d) o setor 2 detém 82.93% do número e 79.57% da área dos estabelecimentos agrícolas da amostra.

Não há possibilidade de distinguir áreas onde um ou outro estrato se destaque, uma vez que a distribuição espacial das unidades da amostra neste setor do município se apresenta como uma malha intrincada, dificultando este tipo de análise. O que se pode notar aí é o papel fundamental desempenhado pelas estradas secundárias, entre as quais se aglomeram as propriedades dos estratos de área pequenos e médios.

Considerando-se o núcleo urbano como ponto fixo, nota-se que estas estradas se abrem em forma de leque em direção ao norte, nor-noroeste, noroeste, oeste, sudoeste e sul do município de Rio Claro e são praticamente elas que orientam a localização espacial das unidades da amostra de todos os estratos de área. É o que se observa no caso da Estrada do Sobrado, antiga Rua 6, Estrada da Jacutinga, Estrada Rio Claro - Batovi-Camaquã, Estrada de Itapê, Estrada velha Rio Claro-São Pedro, Estrada velha Rio Claro-Ipeúna, Estrada da Fazenda Velha, Estrada da Fazenda Santa Rosa, Estrada velha Rio Claro-Piracicaba, Estrada do Poço Fundo, para citar somente as mais importantes que seguem as orientações citadas anteriormente.

Os grandes estabelecimentos correspondem a apenas 3.74% do número e abrangem 63.07% da área total amostrada, demonstrando o elevado nível de concentração da posse da terra no

conjunto dos estabelecimentos da amostra. Uma vez que esta amostra foi retirada proporcionalmente à frequência de estabelecimentos em cada estrato de área e corresponde a 25,38% do número total de imóveis cadastrados em 1980, é perfeitamente possível extrapolar esta afirmação para todo o município, ainda mais porque todas as grandes propriedades estão incluídas na amostra.

Um aspecto que complementa as informações contidas na figura 5 refere-se ao traçado de círculos concêntricos, a partir do marco zero por nós considerado: a Estação da Fepasa, com intervalos de 4 km, visando a verificar a que distância do centro urbano se localizam estes estabelecimentos rurais. Estas distâncias são absolutas porque consideram a localização também absoluta das unidades da amostra. O traçado demonstra que, com exceção dos estabelecimentos localizados no bairro de Itapê, cujas distâncias atingem entre 16 e 20 km do núcleo urbano e de alguns estabelecimentos localizados no norte e no sul do município com mais de 16 km de distância (sem, entretanto, atingir 20 km, a maioria dos estabelecimentos componentes da amostra localiza-se a distâncias variáveis que vão de menos de 4 km a 16 km, em termos absolutos.

Em termos relativos, entretanto, a situação se modifica no que se refere às quantidades absolutas, isto é, se compararmos os dados de distância do estabelecimento em relação ao marco zero, em km, por estrada, obteremos valores maiores, atingindo até quase 28 km do centro.

A figura 5A facilita muito a análise e a visualização da concentração fundiária no município. Para sua confecção os setores 1 e 2 foram subdivididos em subsetores, considerando algumas estradas como parâmetros. Os círculos representados foram construídos proporcionalmente ao número de estabelecimentos componentes de cada um dos estratos, contidos em cada sub-setor.

Como a leste o município possui menor parcela de terras, o setor 1 foi subdividido em três:

- subsetor 1A, delimitado no sentido norte-sul pela rodovia Rio Claro-Ajapi e no sentido leste-oeste pela rodovia Rio Claro-Araras, ambas asfaltadas recentemente. Em número, predominam os estabelecimentos de área média (19), seguidos pelos de menor área (11), os quais, entretanto, ocupam, em conjunto, apenas 13.20% da área total das propriedades do subsetor. Os restantes 86.80% correspondem à área dos únicos dois grandes estabelecimentos ali localizados;
- subsetor 1B, correspondendo ao espaço compreendido entre a rodovia Rio Claro-Araras e a rodovia Washington Luís, que liga Rio Claro a São Paulo, onde a situação de concentração fundiária é idêntica: dois estabelecimentos de grandes áreas dominam 84.63% da área total do subsetor, enquanto 7 estabelecimentos de menor área e 7 de área média ocupam apenas 15.37% desse total;
- subsetor 1C, que é o domínio de dois estabelecimentos do estrato de maior área. A rodovia que liga Rio Claro a Piracicaba é o limite deste subsetor a leste; a oeste é a divisa com o município de Santa Gertrudes.

O parâmetro escolhido para a subdivisão dos setores foi a conformação das principais vias de acesso que cortam o município, razão pela qual o setor 2 foi dividido em cinco subsectores, a saber:

- subsetor 2A, delimitado pelas rodovias Washington Luís e Rio Claro-Ipeúna. O número de pequenas e médias propriedades é grande neste subsetor, 35 e 14, respectivamente, perfazendo 47.58% da área total. Uma única grande propriedade ocupa pouco mais

de 50% da área total dos estabelecimentos deste subsetor e corresponde ao Horto Florestal de Camaquã;

- subsetor 2B, delimitado pelas rodovias Washington Luís e Rio Claro-Ajapi, é o que contém o maior número de estabelecimentos (89); os de menor área (40) correspondem a 17.29% da área total do subsetor, demonstrando haver, nesta área, uma pulverização de pequenas propriedades. Os estabelecimentos de área média (48) ocupam 67.10% da área do subsetor, deixando 15.61% da área total para um único estabelecimento de grande área;
- subsetor 2C, espaço compreendido entre a rodovia que liga Rio Claro a Ipeúna, recentemente asfaltada e a antiga estrada que permitia a comunicação entre os dois municípios. Localizam-se ali apenas estabelecimentos pequenos e médios; os pequenos são em maior número (13), mas perfazem apenas 23.80% da área total, enquanto os 11 estabelecimentos médios ocupam 76.20% da área total do subsetor;
- subsetor 2D, cujos limites são as rodovias Rio Claro-Ajapi, Ipeúna-Rio Claro-Araras e Washington Luís. Ali também se localizam apenas 11 pequenos e 3 médios estabelecimentos, ocupando, respectivamente, 47.12% e 52.88% da área total do subsetor;
- subsetor 2E, delimitado pela estrada velha Rio Claro-Ipeúna, rodovia Washington Luís e rodovia Rio Claro-Piracicaba. O número de estabelecimentos pequenos e médios equivale a 32 e 31, respectivamente; entretanto, o percentual de área ocupado pelos estabelecimentos de menor área é de apenas 5.38% contra 42.56% ocupado pelos de área média. Três gran-

des estabelecimentos respondem por 52.06% da área total das propriedades do subsetor.

Pode-se dizer que, no município de Rio Claro, os subsetores 2B, 2C e 2D correspondem às áreas onde predominam os estabelecimentos de área média da amostra, uma vez que nestes locais eles estão em pequeno número, mas ocupam grandes percentuais de área.

O que se conclui desta análise é que a distribuição da terra agrícola nestes 2 setores nos quais se dividiu o município se comporta de maneira diferente:

- no setor 1, em termos de área total, predominam as grandes propriedades, ocupando 45% da área total dos estabelecimentos da amostra, sendo a participação de médios e pequenos estabelecimentos muito restrita;
- no setor 2, embora os grandes estabelecimentos ocupem parcela significativa em relação à área total dos estabelecimentos da amostra (18.00%), as médias propriedades são as predominantes em termos de área ocupada (23.00%); os estabelecimentos de menor área ocupam pouco mais de 6% deste total, mas o número de ocorrências evidencia que sua área média é muito pequena.

Este fato reflete-se no conjunto da amostra, pois os pequenos estabelecimentos perfazem 50.84% do número total, mas ocupam apenas 7.11% da área, enquanto esta relação nos médios estabelecimentos é de 45.38% do número e 29.79% da área.

A tabela 4 demonstra que, no conjunto da amostra, 50.85% dos estabelecimentos agrícolas se localizam de 8 a menos de 16 km do centro, por estrada asfaltada ou não; 26.27% localizam-se a distâncias inferiores a 4 km e menos de 8 km do centro, 19.79% estão entre 16 e menos de 24 km, e apenas 3.07% têm

TABELA 4

ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATO DE ÁREA - DISTÂNCIA DO CENTRO URBANO E SERVIÇOS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL E TELEFONE (n = 293)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	DISTÂNCIA DO CENTRO EM KM, POR ESTRADA					ELETRIFICAÇÃO			TELEFONE			
	0 - 8	8 - 16	16 - 24	24 - 28	TOTAL	NÃO	SIM PRÓPRIA PÙBLICA	TOTAL	NÃO	SIM	TOTAL	
0,1 - 20,2	44	75	27	3	149	48	43	58	149	146	3	149
20,2 - 242,4	30	71	28	5	133	27	52	54	133	129	4	133
313,3 - 16.017,7	3	3	4	1	11	-	1	10	11	7	4	11
TOTAL	77	149	58	9	293	75	96	122	293	282	11	293

Org. L.C. Poltroniéri

que vencer distâncias de 24 a menos de 28 km para atingir o centro da cidade.

Observando-se os estratos de área, nota-se que esta mesma distribuição se mantém, com exceção do estrato de maior área, no qual a maioria dos estabelecimentos se localiza a distâncias inferiores a 4 km ou não atinge 16 km.

Na realidade, portanto, embora as distâncias do centro urbano por km de estrada atinjam valores maiores, não alteram muito o quadro representado pelo mapa da figura 5 que demonstra o predomínio da localização espacial das unidades da amostra entre menos de 4 a 16 km do centro, significando que os agricultores pertencentes à amostra não têm grandes dificuldades de acesso de seus estabelecimentos em relação ao centro da cidade.

Esta questão de distância do estabelecimento ao centro urbano está relacionada a uma questão que, de certo modo, reflete o conforto que desfruta a população rural; estamos nos referindo aos serviços de que dispõe o estabelecimento. No que diz respeito à eletrificação rural dos 293 estabelecimentos da amostra, 74.40% possuem energia elétrica própria ou pública, e apenas 25.59% não possuem (tabela 4). Não há grandes diferenças entre os estratos de área, estando a proporção próxima de 70% para os que possuem eletrificação (própria ou pública) e em torno de 30% para os que não a possuem, nos estratos de menor área e 20% nos de área intermediária. No estrato de maior área a porcentagem aumenta para 90.90 e 9.10%, respectivamente.

No conjunto do município, observa-se na figura 6 que tanto pequenos como médios e grandes estabelecimentos possuem energia elétrica própria ou pública, independentemente de sua localização espacial. Os pequenos e médios estabelecimentos do setor 1 (subsetores 1A e 1B) possuem predominantemente eletrificação própria, enquanto aqueles de maior área dos subsetores 1A, 1B e 1C se caracterizam pela maior utilização de energia elétrica pública.

No setor 2, a situação apresenta-se de forma diferente; com exceção dos subsetores 2C e 2E, nos quais os pequenos

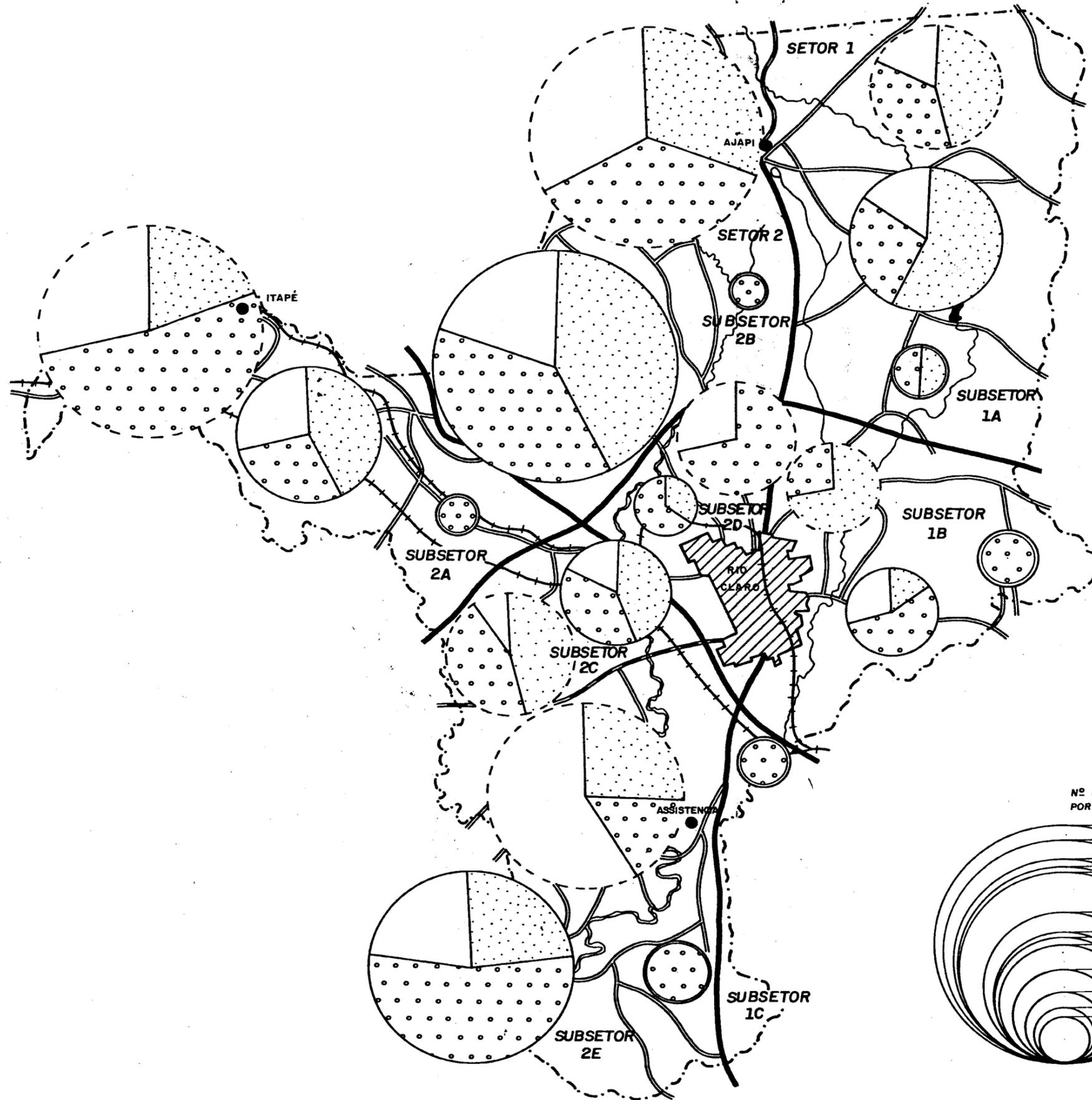
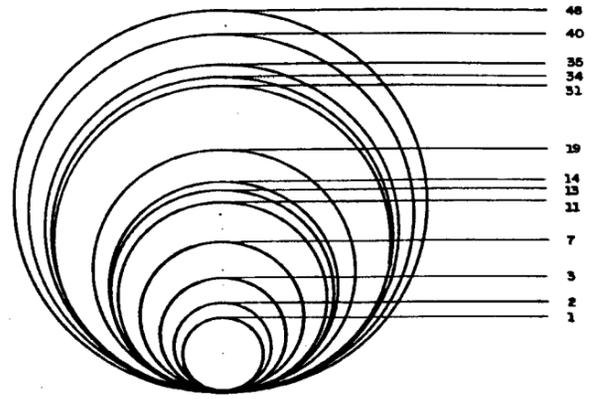


FIG. 6 - ELETRIFICAÇÃO RURAL POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO, POR SETOR, NO ANO DE 1983.

- ENERGIA ELÉTRICA PRÓPRIA
- ENERGIA ELÉTRICA PÚBLICA
- NÃO POSSUIDORES
- ESTRATO DE MENOR ÁREA
- ESTRATO DE ÁREA MÉDIA
- ESTRATO DE MAIOR ÁREA

Nº DE ESTABELECIMENTOS POR ESTRATO DE ÁREA.



estabelecimentos possuem proporcionalmente maior número de usuários de energia elétrica própria, nos subsetores 2A, 2B e 2D a predominância recai sobre os usuários das linhas públicas de eletrificação. Nos estabelecimentos de área média, este tipo detém percentuais elevados em todos os subsetores com exceção do 2C. Os estabelecimentos de maior área utilizam, como no setor 1, basicamente a eletrificação pública.

Quanto aos não possuidores de energia elétrica, os percentuais são bem mais elevados no setor 2 do que no setor 1, tanto nos estabelecimentos pequenos como nos médios.

As respostas obtidas nos questionários evidenciaram que alguns agricultores utilizaram os recursos do crédito rural para "puxar a luz elétrica"; um dos entrevistados, grande conhecedor da zona rural de todo o município, revelou inclusive, haver participado de reuniões com técnicos da Cesp para estabelecer os locais de construção das linhas visando a beneficiar um número maior de agricultores.

Até 1975, era o próprio agricultor quem pagava todas as despesas para puxar energia das linhas existentes até o seu sítio, utilizando, para tal, transformadores de baixa tensão. O transformador, muitas vezes, era comprado em sociedade com os vizinhos mais próximos. Neste caso, os agricultores envolvidos tornavam-se proprietários daquele ramal, porque pagaram por ele, e isto caracteriza o que se chama de eletrificação própria.

Quando a eletrificação é pública, é a própria companhia de energia, no caso a Cesp, que se responsabiliza pela implantação das linhas e respectivos transformadores, quando não são isolados. No ano de 1976, com recursos da CEESP, BADESP e Eletrobrás, a Cesp implantou o Programa de Eletrificação Rural (PER) (Centrais Elétricas de São Paulo S/A, 1976). Neste programa, a Cesp construía inclusive o ramal, desde que houvesse, no mínimo, dois proprietários interessados. Quando os ramaís eram isolados, o proprietário se responsabilizava pela compra do transformador, chaves fusíveis e pára-raio. Em 1977, esta exigência deixou de ter validade.

O financiamento era feito diretamente com a Cesp, com preços fixos e não reajustáveis, pelo prazo de 10 anos sem garantias ou hipotecas.

Nestas condições foi construída no ano de 1976 a linha Rio Claro-Bairro do Quilombo para beneficiar 36 agricultores, dos quais 27 foram ligados. Em 1977, foi feita a implantação de mais 4 linhas, com 46 ligações:

- Rio Claro - Ribeirão das Araras
- Ajapi - Santo Amaro
- Itirapina - Passa Cinco
- Corumbataí - Matão

Em 1978 surgiu outro programa de eletrificação rural: o Programa de Eletrificação Rural de Inativos (PERI), para atender os agricultores que estavam próximos de linhas ou ramais, mas ainda não estavam a elas ligados; o plano de pagamento era mais acessível, justamente para atender os agricultores que, por inferência da empresa, deveriam ser de baixa renda.

Foram construídas mais 2 linhas que completaram a rede de eletrificação rural do município de Rio Claro: Rio Claro - Boa Vista e Rio Claro - Campo do Cocho, efetuando 35 ligações.

A partir de 1979, o prazo de pagamento diminuiu para 5 anos, mas as ligações continuaram a ser feitas, totalizando 93, de 1979 a 1983.

Em 1983 foi lançado o Programa de Eletrificação Rural de Inativos Secundários (PERIS)⁷, destinado àqueles cujos esta

⁷ As informações sobre a implantação do Programa de Eletrificação Rural (PER), Programa de Eletrificação Rural de Inativos (PERI) e Programa de Eletrificação Rural de Inativos Secundários (PERIS) nos foram fornecidas pelo técnico agrícola do Departamento de Eletrificação Rural da Seção Regional da CESP, em Rio Claro, que possibilitou o acesso a mapas e documentos referentes aos programas.

belecimentos estão nas proximidades de um transformador e ainda não efetuaram a ligação por falta de condições financeiras.

Uma situação que apareceu com frequência nas entrevistas foi a de grande número de agricultores terem pago para levar energia elétrica até o estabelecimento e, depois de certo tempo, efetuarem a doação da linha para a CESP, desincumbindo-se, desta forma, dos problemas de manutenção, principalmente dos transformadores. A Cesp costuma aceitar este tipo de procedimento nos casos em que vê possibilidade de, através daquela linha, levar energia para mais adiante, pois, muitas vezes, os ramais estão em condições precárias, não sendo vantajosos para a empresa.

Nota-se, portanto que a zona rural do município de Rio Claro está muito bem servida quanto a este tipo de serviço, havendo possibilidade, atualmente, de todos os estabelecimentos estarem ligados à rede elétrica, o que facilita o desempenho da atividade, principalmente no que se refere à utilização de máquinas e bombas elétricas, como é o caso de bombas de irrigação, por exemplo.

Neste item relativo aos serviços, foi pesquisada, ainda, a difusão de telefones pelos estabelecimentos rurais da amostra (tabela 4).

Observa-se que 96.24% dos estabelecimentos entrevistados não possuem telefone e que apenas uma parcela muito insignificante, inferior a 4%, o possui. Em números absolutos, não há grandes diferenças entre os possuidores deste serviço nos 3 estratos de área, porém, quando se compara em termos relativos, no estrato de maior área, o percentual dos possuidores de telefone, nos estabelecimentos, eleva-se para 36.36%, enquanto que nos estratos de menor área e de área intermediária se repetem as mesmas proporções do conjunto da amostra.

Isto demonstra que as comunicações entre os agricultores e a zona urbana são feitas pessoalmente nos momentos em que eles vêm à cidade nos dias de semana, por exemplo, receber o pagamento na Cooperativa de Laticínios, comprar sementes ou solicitar alguma orientação na Casa da Agricultura, ir ao

Sindicato ou ao banco, ou aos domingos, quando participam de reuniões na sede do Movimento Rural Cristão.

Outro ponto analisado se refere aos indivíduos componentes da amostra, os quais, como proprietários, são os responsáveis pelos destinos dos estabelecimentos que exploram, imprimindo nestes determinadas características que variam em função da individualidade de cada um.

A distribuição dos proprietários da amostra segundo o sexo demonstra a predominância do sexo masculino 95.53% do total. As mulheres responsáveis pela exploração de apenas 4.46% dos estabelecimentos são proprietárias de pequenas e médias áreas, basicamente por herança dos pais ou por falecimento do marido (tabela 5). Quanto à idade, embora na tabela tenham sido arranjos os dados em intervalos de 10 anos, na análise preferimos considerar 3 grupos etários:

- de trinta a quarenta anos: correspondem a apenas 11.68% do total da amostra e, considerando-se os estratos de área, não são predominantes em nenhum deles. No estrato de menor área respondem por 14.09%, na de área intermediária, 8.27%, e na de maior área, 22.22%;
- de quarenta e um a sessenta anos: é o grupo etário predominante no total da amostra (53.95%) e é também nos estratos de menor área (59.73%) e de área média (48.87%); no estrato de maior área ocupa posição inferior à faixa etária de trinta a quarenta anos, com 33.33% do total dos entrevistados.
- de sessenta e um a oitenta e um anos e mais⁸: res-

⁸ Na realidade, como pode ser observado na tabela, existe apenas um entrevistado com idade superior a 80 anos; é uma mulher com 97 anos, proprietária de um estabelecimento explorado por seus filhos. Segundo o depoimento destes, ela viveu durante 70 anos nesta propriedade.

TABELA 5

ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATO DE ÁREA* - CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DOS PROPRIETÁRIOS: SEXO, IDADE, NACIONALIDADE E ESCOLARIDADE (n = 291)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	SEXO		TOTAL	IDADE						SEM DE- CLARAÇÃO	TOTAL	NACIONALIDADE		TOTAL
	M	F		30-40	40-50	50-60	60-70	70-80	81 e mais			BRASI- LEIROS	ESTRAN- GEIROS	
0,1 - 20,2	141	8	149	21	45	44	28	9	1	1	149	147	2	149
20,2 - 242,4	128	5	133	11	26	39	39	12	-	6	133	131	2	133
313,3 - 16.017,7	9	-	9	2	2	1	2	2	-	-	9	8	1	9
TOTAL	278	13	291	34	73	84	69	23	1	7	291	286	5	291

* Excluídas as 2 Autarquias (Hortos Florestais)

Org. L.C. Poltroniéri

TABELA 5

ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATO DE ÁREA* - CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DOS PROPRIETÁRIOS: SEXO, IDADE, NACIONALIDADE E ESCOLARIDADE (n = 291) - (continuação)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	ESCOLARIDADE																					
	SEM INS- TRUÇÃO FORMAL	SABEM LER E ESCRE- VER	1º GRAU										SUB- TOTAL	2º GRAU			3º GRAU			SEM DE- CLARAÇÃO	TOTAL	
			1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a	COM- PLE- TO	1º		2º	3º	COM- PLE- TO	SUB- TOTAL	INCOM- PLETO	COM- PLETO			SUB- TOTAL
0,1 - 20,2	8	6	6	11	28	45	-	-	1	-	15	106	-	-	-	11	11	1	16	17	1	149
20,2 - 242,4	11	2	6	16	36	31	1	-	5	-	8	103	-	1	-	6	7	2	5	7	3	133
313,3 - 16.017,7	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	4	-	-	-	2	2	-	3	3	-	9
TOTAL	19	8	12	27	64	80	1	-	6	-	23	213	-	1	-	19	20	3	24	27	4	291

* Excluídas as 2 Autarquias (Hortos Florestais)

Org. L.C. Poltronieri

pondem por 31.95% do total da amostra.

Este grupo predomina apenas no estrato de maior área (44.44%), embora não seja desprezível sua participação nos demais estratos: 38.34% e 25.50% em ordem decrescente de área.

Quanto à nacionalidade, mais de 98% dos proprietários da amostra são brasileiros.

No que diz respeito à escolaridade, a tabela 5 demonstra que 62.88% dos agricultores entrevistados cursaram pelo menos os 4 primeiros anos e que apenas 7.90% possuem o curso ginásial completo (o correspondente ao atual 1º grau); 6.52% possuem o 2º grau completo, e 8.24% têm cursos universitários completos.

No conjunto da amostra, a porcentagem referente àqueles que não possuem instrução formal e que, portanto, são analfabetos é pequena (6.52%), e a porcentagem daqueles que apenas sabem ler e escrever também é irrisória (2.74%); estes declararam ter cursado apenas o MOBRAL.

Esta distribuição do grau de escolaridade no conjunto da amostra reflete a estrutura etária e, até certo ponto, está intimamente relacionada a ela. A maioria dos entrevistados incluiu-se na faixa de quarenta a oitenta anos; na época em que estes indivíduos iniciaram a vida escolar, além da dificuldade de acesso, os níveis de evasão eram muito elevados, daí a maior parte ter cursado apenas até o 4º ano primário.

Atualmente talvez a situação não se tenha modificado quanto à evasão escolar pela necessidade da criança contribuir para a renda familiar, mas as condições de acesso são muito melhores em função do aumento do número de escolas rurais.

Ao observarmos os dados a nível de estratos de área, notamos não haver diferenças sensíveis entre aqueles de menor área e de área intermediária; no estrato de maior área, destaca-se a ausência de analfabetos e daqueles que apenas aprenderam a ler e a escrever.

Um outro aspecto interessante se refere aos setores econômicos nos quais os proprietários da amostra desenvolvem

sua atividade principal. Para tanto foram considerados os conceitos de população economicamente ativa e não economicamente ativa utilizados pelo IBGE na confecção dos Recenseamentos.

Considerando-se o conjunto da amostra, os proprietários entrevistados podem ser divididos em 2 grupos, uma vez que praticamente a metade deles se dedica às atividades do setor primário (50.85), e a outra metade se distribui entre os setores secundário (5.84) e terciário (28.17) ou se enquadra no setor dos não economicamente ativos (14.77) (Tabela 6). Neste último, foram incluídos os aposentados do FUNRURAL ou do INPS e as mulheres com atividade doméstica.

Analisaremos, mais detalhadamente, os proprietários classificados como economicamente ativos.

No estrato de menor área (0,1 l- 20,2 ha), distribuem-se proporcionalmente as atividades primárias (37.58) e terciárias (34.89), havendo apenas um pequeno percentual de proprietários, cuja atividade principal é o setor secundário. A maioria dos que exercem atividades no setor primário é constituída por indivíduos que sempre foram agricultores, e muitos, inclusive nasceram nas propriedades que atualmente exploram. A participação expressiva dos representantes do setor terciário nesta classe explica-se, em parte, pelo fato destes indivíduos terem adquirido a propriedade, explorarem-na, mas não considerarem a agricultura como sua atividade principal. Muitos, entretanto, são de família de agricultores que se transferiram há algum tempo para a cidade, herdaram a propriedade e continuam a explorá-la.

No estrato de área intermediária (de 20,2 l- 242,4 ha), ocorre nítido predomínio daqueles que desenvolvem atividades primárias (68.42%), seguidos pelos que se enquadram nos setores terciário (20.30) e secundário (2.25).

No estrato de maior área, são principalmente os industriais que dominam (55.55), seguidos pelos representantes do setor terciário (33.33), havendo apenas um que desenvolve somente atividades ligadas à agricultura. Neste estrato também aparecem proprietários que estão engajados no setor indus-

TABELA 6

ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATO DE ÁREA* - ATIVIDADE ECONÔMICA DOS PROPRIETÁRIOS (n = 291)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA			NÃO ECONOMICAMENTE ATIVOS	SEM DECLARAÇÃO	TOTAL
	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO			
0,1 20,2	56	9	52	32	-	149
20,2 242,4	91	3	27	11	1	133
313,3 6.017,7	1	5	3	-	-	9
TOTAL	148	17	82	43	1	291

* Excluídas as 2 autarquias (Hortos Florestais).

Org. L.C. Poltronieri

TABELA 6

ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATO DE ÁREA* - ATIVIDADE ECONÔMICA DOS PROPRIETÁRIOS (n = 291) - (continuação)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	EXERCÍCIO DE OUTRA ATIVIDADE ECONÔMICA ALÉM DA PRINCIPAL						TOTAL
	NÃO	SIM			RENDIMEN TOS DE CAPITAL	SEM DECL RAÇÃO	
		PRIMÁRIO	SECUNDÁ RIO	TERCIÁ- RIO			
0,1 - 20,2	131	10	1	5	1	1	149
20,2 - 242,4	108	10	-	4	6	5	133
313,3 - 6.017,7	9	-	-	-	-	-	9
TOTAL	248	20	1	9	7	6	291

* Excluídas as 2 autarquias (Hortos Florestais).

Org. L.C. Poltronieri

trial, mas que têm suas origens no setor primário; é o caso, por exemplo, dos grandes empresários usineiros que, até a década de 1930, eram agricultores e que, a partir da década de 1940, passaram a ser industriais.

Embora haja predomínio de proprietários ligados ao setor primário, com exceção dos estabelecimentos de maior área, podemos complementar as informações identificando aqueles que compõem os outros setores de atividade; o setor secundário é representado pelos industriais de vários ramos, e o terciário, principalmente por profissionais liberais como professores, médicos, engenheiros e agrônomos, além de técnicos industriais, técnicos de laboratório, representantes autônomos, farmacêuticos e comerciantes em geral.

Visando a conhecer melhor os componentes da amostra, foi perguntado se, além da atividade declarada como principal, o indivíduo desempenha outra atividade econômica. Os resultados, inclusos na tabela 6, demonstram que 85.22% exercem apenas a profissão declarada, e apenas 14.77% do total da amostra auferem renda de outra atividade. Este fato ocorre apenas nos estratos de menor área e de área intermediária, pois nos estabelecimentos de maior área os proprietários desempenham suas principais funções basicamente nos setores secundário e terciário.

Nos estabelecimentos de 0,1 l- 20,2 ha, apenas 12.08% dos integrantes da amostra desempenham outras atividades econômicas; estas, porém, estão basicamente ligadas ao setor primário, já que 55.55% deles trabalham principalmente como parceiros ou arrendatários em outros estabelecimentos, por empreitada ou como apicultores ou avicultores. Engajado no setor secundário há apenas um caso nesta classe, referente a um avicultor que também desenvolve atividades como um dos sócios de um abatedouro avícola da cidade. No setor terciário, a proporção aumenta para 27.77% dos componentes da classe, correspondendo a lavradores que participam do comércio de feira, distribuem leite ou são funcionários públicos municipais; estes indivíduos, no entanto, consideram a atividade agrícola como a mais impor-

tante e a que mais contribui para sua renda. A um grupo à parte, que denominamos rendimentos de capital, pertencem aqueles que arrendam suas terras para a Usina (5.55%).

Nos estabelecimentos de área intermediária (de 20,21-242,4 ha), a situação quase que se repete; aqueles que declararam desenvolver outra atividade para a complementação de renda a desenvolvem basicamente no setor primário, trabalhando por empreitada para outros ou em regime de parceria ou arrendamento com outros agricultores (40,00%). Do setor terciário participam aqueles, cujas atividades se relacionam principalmente ao comércio (máquinas beneficiadoras de arroz) e a cargos diretivos na Cooperativa de Laticínios de Rio Claro (16.00%). No item rendimentos de capital, além das terras arrendadas para a Usina, incluem-se também rendimentos provenientes de casas de aluguel.

Considerando os setores de atividade econômica nos quais estão enquadrados os proprietários da amostra, o que, em última análise, reflete o grau de escolaridade, procuramos obter dados sobre os meios de informação utilizados no desempenho das atividades agrícolas.

O que se constatou a partir das respostas e que está resumido na tabela 7 é que, no conjunto da amostra, 65.52% não utilizam nenhum dos meios de informação apontados e ou não declararam aqueles que utilizam; apenas 17.06% têm contatos com agrônomos, veterinários e livros ou revistas especializadas, em separado ou os três simultaneamente; 6.82% declararam que utilizam todos os meios de informação citados; percentual semelhante (6.14%) utiliza a televisão, tendo sido citado principalmente o programa Globo Rural, e 4.43% dos entrevistados usam apenas a sua experiência ou vivência no desempenho das atividades agrícolas.

A nível de estratos de área, a posição dos meios de informação utilizados modifica-se um pouco, a saber:

- no estrato de menor área (de 0,1 l- 20,2 ha), a grande maioria dos entrevistados não utiliza nenhum

TABELA 7

ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATO DE ÁREA - MEIOS DE INFORMAÇÃO UTILIZADOS PELO AGRICULTOR (n = 293)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	FONTES FORMAIS				FONTES INFORMAIS					TOTAL
	AGRÔ- NOMO	VETERI- NÁRIO	LIVROS E REVISTAS ESPECIA- LIZADAS	LIVROS, RE- VISTAS ES- PECIALIZA- DAS, AGRÔ- NOMO E OU VETERINÁRIO	VIVÊN- CIA	TV	TODOS	NENHUM	SEM DECL- RAÇÃO	
0,1 - 20,2	1	2	9	1	3	3	15	110	5	149
20,2 - 242,4	13	3	3	7	10	15	5	74	3	133
313,3 - 16.017,7	10	-	-	1	-	-	-	-	-	11
TOTAL	24	5	12	9	13	18	20	184	8	293

Org. L.C. Poltroniéri

dos meios de informação citados, contra 10.96%, que utilizam todos. Percentual pequeno, inferior a 10%, mantém contatos com agrônomos, veterinários, livros e revistas especializadas, individualmente ou em conjunto. Os itens "vivência" e "televisão" foram citados por apenas 4% dos entrevistados;

- no estrato de área intermediária já se notam indícios de melhora no nível de informação dos agricultores, uma vez que o percentual dos entrevistados que utiliza agrônomos, veterinários, livros e revistas especializadas, isto é, fontes formais de informação para a agricultura, aumenta para 19.54%, contra 57.89% (nenhum deles), 11.27% (televisão), 7.51% (vivência) e 3.75 (todos).
- como era de esperar, no estrato de maior área 100% dos entrevistados fazem uso das fontes formais de informação, mantendo, muitas vezes, um ou mais agrônomos e ou veterinários, como empregados fixos nos estabelecimentos, para lhes dar toda a assistência que seja necessária.

Visando a complementar as informações neste sentido, foi perguntado também a respeito dos meios de informação utilizados na casa do agricultor; os resultados são apresentados aqui a nível de conjunto de amostra porque não houve diferenças muito nítidas no que se refere aos estratos de área, que justificassem uma análise em separado: 45.69% dos entrevistados têm na televisão e no rádio as únicas fontes de informação e é através destes aparelhos que tomam conhecimento dos fatos;

- 45,34% parcela semelhante, portanto, estão habituados, além da televisão e do rádio, com a leitura de jornais locais e da capital;

- e apenas 8.93% dos agricultores da amostra não utilizam nenhuma das formas citadas ou não declararam as que usam.

O que se conclui, portanto, é que, no que se refere às informações no âmbito doméstico, os componentes da amostra estão divididos em 2 blocos: de um lado, os adeptos da televisão e do rádio e, de outro, aqueles que, além destes, incluem em seus hábitos a leitura dos 3 jornais locais e da capital, principalmente a Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo, tendo sido muito citado o Suplemento Agrícola, editado semanalmente por este último.

Quanto aos meios de informação utilizados no desempenho das atividades agrícolas, a situação é mais grave, uma vez que apenas percentual inferior a 20% dos entrevistados mantêm algum contato com profissionais do ramo (agrônomos e ou veterinários) ou consulta livros e revistas especializadas do setor; foram citadas, por exemplo, Dirigente Rural, A Granja e Agricultura Hoje.

A análise da questão permanência na atividade agrícola foi evidenciada através do tempo de exploração do estabelecimento pelo entrevistado. O único caso em que o tempo de exploração se refere aos ancestrais do indivíduo é o da Fazenda São José, o maior estabelecimento do município, que é explorado pelos membros de uma mesma família desde 1839, fato ao qual já nos referimos. Os demais se referem ao tempo de exploração pelo próprio indivíduo.

A tabela 8 resume estas informações, podendo observar-se que, basicamente, os estabelecimentos da amostra são objeto de uma mesma exploração desde os anos quarenta até 1980 (71.67%). Existe também uma parcela significativa (14.33%) que corresponde àqueles estabelecimentos nos quais o responsável pela valorização econômica é o mesmo desde 1903, ou pelo menos a mesma família.

Outro grupo, que se distingue dos anteriores, é composto por agricultores que adquiriram seus estabelecimentos no

TABELA 8

TEMPO DE EXPLORAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATO DE ÁREA (n = 293).

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	TEMPO DE EXPLORAÇÃO DO ESTABELECIMENTO										
	ANTES DE 1900 (1839)	1900-1910	1910-1920	1920-1930	1930-1940	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1983	TOTAL
0,1 - 20,2	-	2	1	3	8	9	13	41	43	29	149
20,2 - 242,4	-	-	8	7	10	12	29	34	23	10	133
313,3 - 6.017,7	1	1	1	-	1	1	2	2	1	1	11
TOTAL	1	3	10	10	19	22	44	77	67	40	293

Org. L.C. Poltronieri

período 1980/83 (13.31%).

Observa-se que os maiores percentuais de tempo de exploração referem-se, por ordem, às décadas de sessenta, setenta e cinquenta e aos anos recentes de 1980 a 1983, podendo se afirmar que em aproximadamente 40% dos estabelecimentos da amostra o produtor está enraizado; isto é, é ele quem explora a terra ou dirige seus destinos há mais de vinte anos.

A níveis de setores e subsetores (figura 7), observa-se não haver diferenças significativas entre os estratos de área quanto ao tempo de exploração do estabelecimento. Tanto os pequenos, como os médios e grandes caracterizam-se por serem explorados pelo mesmo indivíduo ou mesma família, desde longa data.

Um fato interessante que a figura 7 expressa é que em determinadas áreas do município aconteceram transações de imóveis com maior frequência do que em outras. Assim, no setor 1, apenas nos pequenos estabelecimentos dos subsetores 1A e 1B se notam áreas, cujos proprietários as estão explorando em período recente, de 1980 a 1983. No subsetor 1C, uma das grandes propriedades também se insere neste caso. No setor 2, tanto as pequenas como as médias propriedades têm sido transacionadas em época recente em todos os subsetores, com exceção do subsetor 2C, onde apenas nas pequenas se tem verificado este processo.

Esta constatação fez com que pesquisássemos sobre o local de residência do proprietário, visando a saber se ele residia ou não no estabelecimento.

No conjunto das unidades da amostra, o que se observa é o elevado percentual de residentes na sede do município (62.19%) contra apenas 30.24 residentes na propriedade. Secundariamente aparecem aqueles que têm como local de residência outros municípios, os distritos e os bairros rurais (Tabela 9).

Analisando-se a nível de estratos, notam-se algumas diferenças, tais como:

- no estrato de menor área (de 0,11—20,2 ha), o predomínio dos residentes na sede do município é maci-

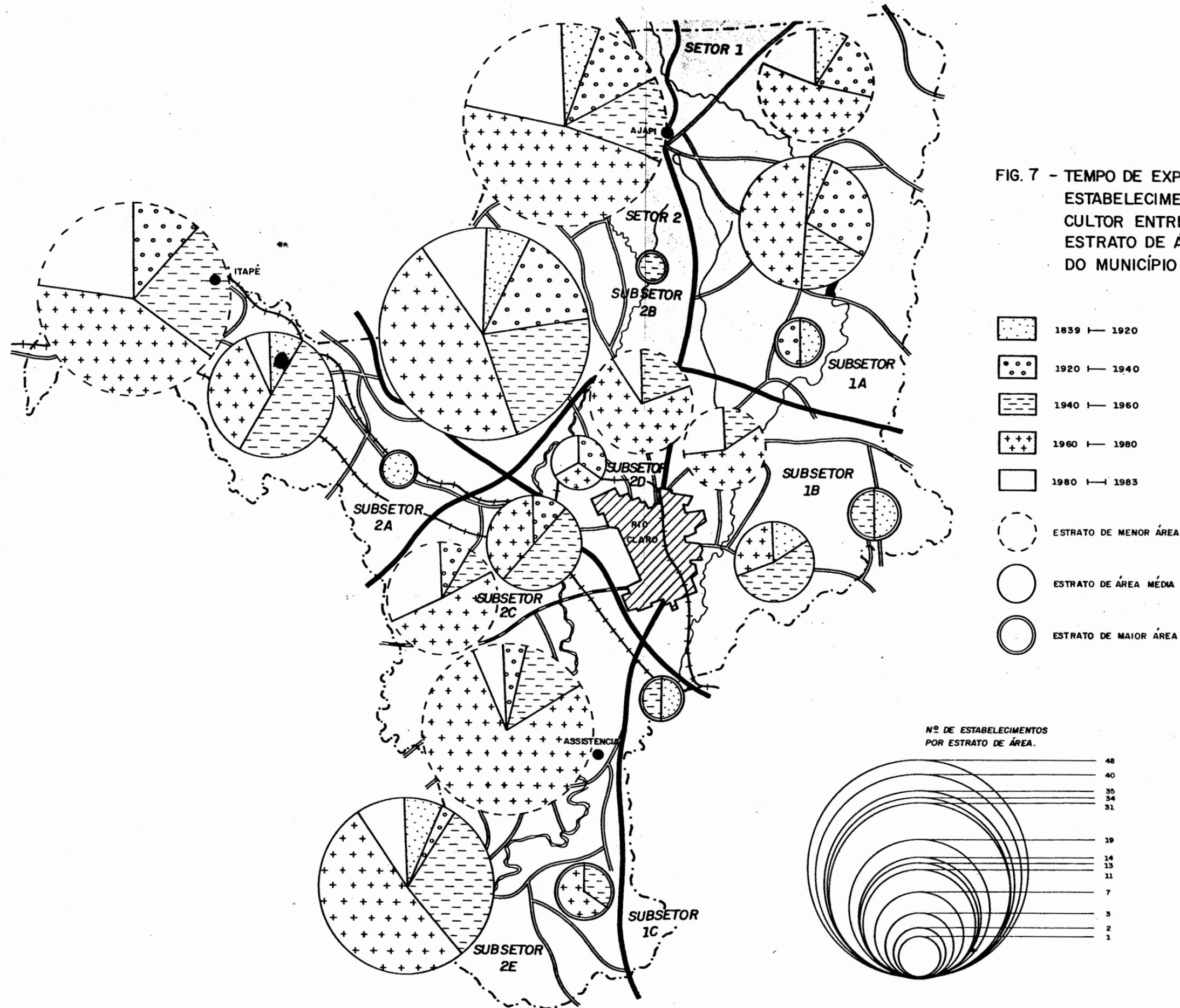


FIG. 7 - TEMPO DE EXPLORAÇÃO DO ESTABELECIMENTO PELO AGRICULTOR ENTREVISTADO, POR ESTRATO DE ÁREA, POR SETOR DO MUNICÍPIO.

TABELA 9

ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATO DE ÁREA* - LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS PROPRIETÁRIOS (n = 291)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	NA PRO- PRIEDADE	BAIRRO RURAL	DISTRITOS	SEDE DO MUNICÍPIO	OUTROS MU- NICÍPIOS	TOTAL
0,1 - 20,2	33	2	2	110	2	149
20,2 - 242,4	55	3	4	68	3	133
313,3 - 6.017,7	-	-	-	3	6	9
TOTAL	88	5	6	181	11	291

* Excluídas as duas Autarquias (Hortos Florestais)

Org. L.C. Poltroniêri

ço, da ordem de 73.82% contra 22.14% de residentes nas propriedades; em bairro rural, distritos e outros municípios os percentuais são reduzidos, da ordem de 1.34%, respectivamente;

- no estrato de área média (de 20,2 - 242,4 ha), o predomínio é também dos residentes na sede do município (51.12%), embora o percentual de residentes nas propriedades aumente significativamente (41.35%). Os outros locais de residência-distritos, bairro rural e outros municípios - aparecem com percentuais ainda pequenos embora mais elevados do que no estrato anterior (3.00, 2.25 e 2.25%, respectivamente);
- no estrato de maior área, a situação inverte-se: predominam os residentes em outros municípios (66.66%) contra 33.33% dos residentes na sede do município. Isto é explicável pelo fato destas grandes propriedades serem tocadas sob a responsabilidade de um administrador, e seus proprietários residirem em outros municípios, quase sempre, grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro. Já aqueles que residem na sede do município são filhos de famílias tradicionais de Rio Claro ou grandes empresários já enraizados na cidade. É conveniente observar que nesse percentual elevado de residentes em outros municípios não foram computadas as 2 autarquias que correspondem aos Hortos Florestais da Fepasa.

De modo geral, portanto, embora as unidades da amostragem se caracterizem por um tempo muito longo de exploração pelo mesmo indivíduo ou por seus ancestrais, estes indivíduos não residem nos estabelecimentos, caracterizando, portanto, expressivo absentéismo; mais de 65% dos proprietários residem em outros locais, principalmente na sede do município ou em outros municípios e vêm ao estabelecimento, semanal ou mensal-

mente, para verificações e instruções ao responsável pelo controle e execução dos serviços. Não há possibilidade de quantificar o número de proprietários que vão diariamente a seus sítios para trabalhar a terra, mas podemos afirmar que, no conjunto, são muito poucos.

O fato de mais de 65% dos componentes da amostragem não residirem em suas propriedades está intimamente relacionado ao tipo de atividade econômica que desempenham; sem considerar os não economicamente ativos (aposentados do FUNRURAL ou INPS e mulheres com atividade doméstica) que correspondem a 14.77% do total, 34.01% desenvolvem sua atividade principal nos setores terciário e secundário, basicamente ligados à cidade. Porém o absentismo fica ainda melhor caracterizado ao observarmos que 50.85% do total da amostra têm, na atividade agrícola, sua principal fonte de renda.

Outro aspecto pesquisado se referiu ao grau de sindicalização dos proprietários rurais de Rio Claro e à consciência das finalidades do Sindicato; isto é, investigar o que significa para o agricultor rio-clarense filiar-se ou não a este tipo de instituição.

Existem no município de Rio Claro o Sindicato Rural (Patronal) que presta serviços aos empregadores, portanto, aos possuidores dos meios de produção, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que assiste àqueles que trabalham na agricultura, mas são despojados dos meios de produção. Ambos, fiscalizados pelo Ministério do Trabalho, estão incorporados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), órgão máximo do sindicalismo rural brasileiro, fundada em fins de 1963 e alvo de intervenção em meados de 1964. Segundo Graziano da Silva (1980), este organismo tem lutado em defesa dos trabalhadores rurais contra o Estado e contra os interesses dos grandes proprietários rurais e do grande capital, o que configura a luta contra as contradições externas. Porém, ainda segundo o autor, a introdução de insumos modernos, biológicos e mecânicos, provocou alteração nas relações de trabalho e a generalização do assalariamento temporário. No município de Rio Claro

existem as duas classes de trabalhadores rurais caracterizados por Graziano da Silva (1980): aqueles que não são proprietários dos meios de produção e aqueles que ainda possuem uma dupla condição de empregados-empregadores. O exercício de outra atividade econômica, além daquela declarada como principal, permitiu verificar que, dos agricultores que exercem outras atividades para complementação de renda, mais de 50% desenvolvem atividades ligadas a agricultura, não só como parceiros ou arrendatários, mas, também, como empregados por empreitada. É neste momento que se estabelece a relação com o "patrão", aquele que contrata assalariados temporários apenas no pico de suas atividades, seja de plantio, capina ou colheita. Caso o empregador não cumpra suas responsabilidades perante a legislação trabalhista, o empregado que se sente explorado recorre ao Sindicato, que é o seu órgão de representação exigindo soluções para as contradições internas a que se referiu Graziano da Silva (1980).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi fundado em Rio Claro em 08/10/1965 e o Sindicato Rural (Patronal), mais recente, desenvolve atividades desde 29/05/1969.

A rigor, todos os empregadores deveriam associar - se ao Sindicato Patronal, mas muitos dos proprietários entrevistados pertencem aos quadros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, fato considerado incorreto perante a legislação (Graziano da Silva, 1980). Porém o que interessa mostrar aqui é o grau de sindicalização dos entrevistados, uma vez que o Sindicato é o órgão representativo da classe e seu fortalecimento é necessário para fazer frente às reivindicações dos agricultores, em qualquer nível.

A tabela 10 mostra o grau de sindicalização dos proprietários da amostra. Observa-se que, no geral, a porcentagem de sindicalizados é maior do que a de não sindicalizados (61.85% contra 38.14%); basicamente os entrevistados são associados do Sindicato Patronal (54.98%), mas uma pequena parcela está atrelada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (6.87), demonstrando certa incoerência, uma vez que este último deveria abrigar

TABELA 10

ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATO DE ÁREA* - GRAU DE SINDICALIZAÇÃO DOS AGRICULTORES (n = 291)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	SINDICATO PATRONAL	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURALS	NÃO SINDI- CALIZADOS	TOTAL
0,1 20,2	57	9	83	149
20,2 242,4	101	10	22	133
313,3 6.017,7	2	1	6	9
TOTAL	160	20	111	291

* Excluídas as duas Autarquias (Hortos Florestais)

Org. L.C. Poltroniéri

apenas trabalhadores que não possuem os meios de produção e têm, para vender, apenas a sua força de trabalho.

A análise a nível dos estratos de área demonstra que no estrato de menor área a maior porcentagem é de proprietários não sindicalizados (55.70%), correspondendo, na maioria, àqueles que desenvolvem atividades agrícolas de fim semana e para os quais já chamamos a atenção. Não que o estabelecimento seja utilizado apenas para lazer; ele é produtivo, mas seu proprietário desenvolve a atividade econômica principal em outros setores e, por isso, pertence a outros tipos de entidades de classe. Outro caso que pode ocorrer, também, é o fato de haver adquirido ou herdado a propriedade há pouco tempo. Dentre os sindicalizados, entretanto, a maior parcela é associada ao Sindicato Patronal (38.25%) contra 6.04% do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

No estrato de área intermediária, a situação já se modifica; a maior porcentagem é de proprietários associados ao Sindicato Patronal (75.93%) e ao dos Trabalhadores Rurais (7.51%). Os não sindicalizados correspondem a 16.54%.

No estrato de maior área, repete-se o ocorrido no de menor área: a maior proporção é de proprietários não sindicalizados (66.66%), seguidos pelos associados do Sindicato Patronal (22.22%) e dos Trabalhadores Rurais (11.11%).

Como mais da metade dos integrantes da amostra é, afinal de contas, sindicalizada, procuramos apurar se eles têm consciência das finalidades do sindicato como órgão representativo da sua classe. A forma de saber isto prende-se à questão: Por que o senhor se associou ao Sindicato Rural? Apresentamos, a seguir, as respostas, englobadas por estratos de área⁹:

⁹ As respostas referem-se apenas ao Sindicato Patronal porque os sócios do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em menor número no conjunto da amostra, ou não declararam por que se associaram ou responderam apenas "porque sim".

- de 0,1 l- 20,2 hectares: aproximadamente 40% dos integrantes desta classe são associados ao Sindicato Rural "por causa dos benefícios" oferecidos. Estes benefícios englobam assistências médica, dentária, jurídica, orientação em contabilidade, declarações do INCRA, declarações de Imposto de Renda e aposentadoria; 30% declararam ter-se associado para "estar informados das mudanças nas leis salariais" e, dos 30% restantes, 10% declararam que a isso eram levados "por ter amizade com os funcionários, ser útil para resolver os problemas" ou não explicitaram os motivos que os levaram a associar-se. O fato a ser ressaltado é que apenas 10% dos agricultores desta classe apresentam grau um pouco mais elevado de conscientização, pois declararam que se associaram ao Sindicato porque "dá apoio ao trabalhador rural" e "para ter união de classe".

- de 20,2 l- 242,4 ha: da mesma forma que no estrato anterior, 40% dos proprietários aqui englobados são sócios do Sindicato Rural "pelos benefícios oferecidos". Aqui, o nível de conscientização parece um pouco mais elevado, pois aproximadamente 22% dos integrantes da classe responderam ter-se associado por causa da "união da classe", enquanto que os outros 38% acham que "é útil", "dá informações sobre leis salariais", por amizade aos funcionários, ou não declararam os motivos. Um fato interessante é que, destes 38%, 6% afirmaram ter ficado sócios porque "eram obrigados".

- de 313,3 l- 6.017,7 ha: dos integrantes desta classe, apenas 2 são sócios do Sindicato Rural; um não declarou os motivos, e o outro afirmou "por ser útil".

Perguntados sobre desde quando são sócios do Sindicato Rural, a maioria foi unânime em responder "desde a fundação", portanto há 12 anos, no caso do Sindicato Patronal ou 18, no caso dos associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, embora haja também aqueles que se associaram há questão de 4 ou 5 anos e aqueles que pertencem aos quadros do Sindicato há apenas 1 ou 2 anos. Porém, em vista das respostas dadas a "por que se associou", pode-se afirmar que a maioria dos entrevistados vê o sindicato como lugar para resolução de problemas de saúde, através de médicos e dentistas, aposentadoria (advogados) e serviços de contabilidade, sem encará-lo como entidade de classe, enfim, como órgão máximo de representatividade de uma classe produtiva. Em relação ao número total de proprietários sindicalizados, apenas 18.12% reconheceram o Sindicato como forma de unir a classe e como meio de luta por reivindicações que os beneficiem.

Estes resultados podem ter sofrido alterações após os movimentos dos bôias-frias de Guariba, reivindicando melhores condições de trabalho e de salários, ampliando o grau de conscientização em Rio Claro, mas refletem, sem dúvida, o regime político vigente no país nos últimos vinte anos, que reprimia toda e qualquer possibilidade de agregação entre as classes trabalhadoras.

As características analisadas podem ser explicadas pelo ~~pe~~ processo de ocupação do espaço onde atualmente se localiza o município de Rio Claro. Elas são importantes para a compreensão da atividade agrícola que se desenvolve no município nos dias atuais, as mais das vezes, em bases modernizadas, mas com sérios problemas, principalmente ligados à falta de orientação técnica e ao desinteresse do próprio agricultor.

Contudo, numa abordagem geográfica do tema, como a que estamos fazendo, julgamos interessante partir do atual, da pesquisa realizada em 1983, retrocedendo ao passado na medida exata daquilo que ele possa elucidar o quadro presente.

CAPÍTULO II

A ATIVIDADE AGRÍCOLA EM RIO CLARO

Não seria possível destacar toda a política de financiamento e aplicação do crédito rural à atividade agrária vista como um todo. A partir da amostragem, procurou-se relacionar os aspectos sociais, fundiários e de modernização nos vários estabelecimentos, enfatizando os tipos de propriedade e de valorização econômica, a utilização da terra e as técnicas de cultivo, as relações de trabalho e a aplicação de insumos modernos predominantes na área.

Contudo, há todo um passado impresso ainda hoje na atividade rural e na estrutura fundiária que precisará ser analisado no seu processo para compreendermos o mecanismo do crédito rural. A análise, tanto da atividade agrícola como da estrutura fundiária feita basicamente em 1983, terá, forçosamente, de procurar muitas das respostas nesse passado mais longínquo.

A nível do conjunto da amostra, predominam em Rio Claro os estabelecimentos individuais (64.50%), seguidos por sociedades de pessoas (31.39%). A participação das sociedades por cotas de responsabilidade e sociedades anônimas é reduzida (2.38% e 1.70%) e aparece principalmente nos estratos de maior área (Tabela 11).

TABELA 11

ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATO DE ÁREA - TIPO DE PROPRIEDADE, VALORIZAÇÃO ECONÔMICA E MÃO-DE-OBRA (n = 293)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	TIPO DE PROPRIEDADE				TOTAL
	INDIVIDUAL	SOCIEDADE DE PESSOAS	SOCIEDADE POR COTAS	SOCIEDADES ANÔNIMAS	
0,1 - 20,2	94	50	5	-	149
20,2 - 242,4	93	39	-	1	133
313,3 - 16.017,7	2	3	2	4	11
TOTAL	189	92	7	5	293

Org. L.C. Poltroniéri

TABELA 11

ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATO DE ÁREA - TIPO DE PROPRIEDADE, VALORIZAÇÃO ECONÔMICA E MÃO-DE-OBRA (n = 293) - (continuação)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	TIPO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA					TOTAL
	PROPRIETÁRIO	PARCEIRO	PROPRIETÁRIO + PARCEIRO	ARRENDATÁRIO	PROPRIETÁRIO + ARRENDATÁRIO	
0,1 - 20,2	114	16	7	11	1	149
20,2 - 242,4	93	23	4	8	5	133
313,3 - 6.017,7	4	-	1	2	4	11
TOTAL	211	39	12	21	10	293

Org. L.C. Poltroniéri

TABELA 11

ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATO DE ÁREA - TIPO DE PROPRIEDADE, VALORIZAÇÃO ECONÔMICA E MÃO-DE-OBRA (n = 293) - (continuação)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	TIPO DE MÃO-DE-OBRA							TOTAL
	FAMILIAR	ASSALARIADA PERMANENTE	TEMPORÁ- RIA	FAMILIAR E PERMANENTE	FAMILIAR E TEMPORÁRIA	FAMILIAR, PERMANENTE E TEMPORÁ- RIA	PERMANENTE E TEMPORÁRIA	
0,1 - 20,2	43	24	41	8	3	22	8	149
20,2 - 242,4	50	11	12	9	32	14	5	133
313,3 - 6.017,7	-	-	6	-	-	-	5	11
TOTAL	93	35	59	17	35	36	18	293

Org. L.C. Poltroniêri

As propriedades individuais são predominantes nos estratos de menor área e de área média, onde atingem mais de 60%, seguidas pelas sociedades de pessoas formadas, quase sempre de irmãos. Nestes estratos, a participação das sociedades por cotas e sociedade anônimas tem participação restrita, geralmente associadas às indústrias cerâmicas da região, onde se faz exploração de argila. Intimamente relacionado à propriedade em termos legais, está o tipo de valorização econômica que o proprietário imprime à sua terra. É a valorização direta através do proprietário que ocorre em mais de 70% dos estabelecimentos da amostra (Tabela 11); nos estratos de menor área e de área média, o fato também ocorre. A responsabilidade na tomada de decisões sobre como explorar o estabelecimento e a obtenção dos resultados são de exclusiva responsabilidade do dono da terra, e todos os lucros e prejuízos recaem sobre ele. As formas de valorização indireta aparecem com menor expressão nestes estratos; neste caso, o proprietário não explora a sua terra, delegando este poder a outro, que pode ser o parceiro ou o arrendatário. Nota-se o predomínio do regime de parceria sobre o arrendamento; na parceria, o pagamento é sempre percentual, significando que lucros e perdas são divididos entre proprietário e parceiro, sendo a meia (quando a responsabilidade de cada um é 50% do capital empregado na atividade agrícola) e a terça (quando o parceiro se responsabiliza por 25% do capital total investido) as formas predominantes.

Nestes estratos aparecem ainda, com menor expressão, combinações de valorização econômica do estabelecimento, tais como: proprietário + parceiro e proprietário + arrendatário, significando, no primeiro caso, que o proprietário explora sozinho uma parte de suas terras, dando as demais em regime de parceria para outros explorarem. Na combinação proprietário + arrendatário, o esquema é o mesmo, diferindo apenas na forma de pagamento que é fixo, preestabelecido e em dinheiro. Não foi possível distinguir se estas combinações ocorriam apenas para determinados cultivos ou para o desenvolvimento da pecuária, por exemplo, com o arrendamento de pastos; porém, com

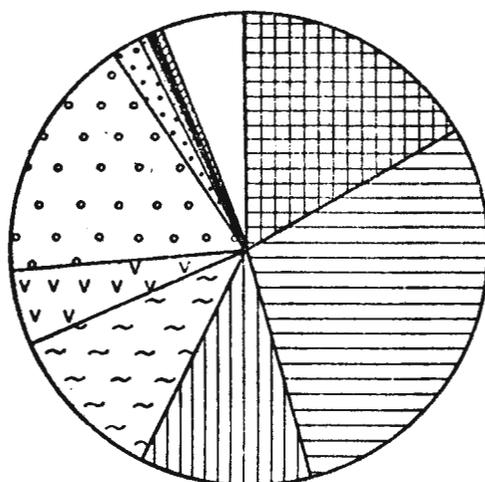
muita freqüência, apareceu o caso de arrendamentos de partes da propriedade para fornecedores de cana ou para a própria usina.

Nos grandes estabelecimentos, o predomínio de forma de valorização divide-se entre proprietários e proprietários e arrendatários, fato compreensível pela dimensão dos estabelecimentos e também por serem sociedades anônimas, geralmente grandes empresas, onde o movimento de capital é bastante elevado. Além disso, aqueles, cujas propriedades não pertencem a grandes empresas, geralmente ligadas às Usinas de Açúcar e Alcool da região, possuem o total ou parte de suas terras em regime de arrendamento com as usinas.

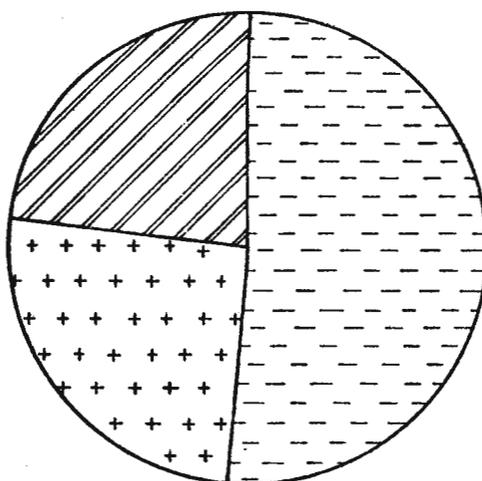
O exame da utilização da terra no conjunto das unidades da amostra revelou que a agricultura que aí se processa é bastante diversificada. Observa-se na figura 8 que as lavouras temporárias, principalmente a cana-de-açúcar, ocupavam 29.13% do total das terras cultiváveis da amostra; os restantes 70.69% encontravam-se distribuídos mais ou menos equitativamente, com ligeiro predomínio das lavouras permanentes (café e laranja) (16.92%) e das áreas reflorestadas (16.78%). A grande parcela de áreas reflorestadas é explicada pela presença, na amostra, dos 2 Hortos Florestais de Rio Claro (Navarro de Andrade e Camaquã), cuja utilização da terra será exposta em separado, uma vez que causam certo desequilíbrio devido à grande quantidade de áreas utilizadas com reflorestamento. Um outro conjunto é formado pelas pastagens naturais (11.60%) e pastagens plantadas (10.48%). Esta equivalência entre os dois tipos de pastos significa melhoria da qualidade de alimentação do rebanho; o capim plantado com maior freqüência é o Brachiaria, aparecendo também o Jaraguã, o Colonião e o Brachiarião.

Em posição muito secundária no conjunto da utilização da terra, destacam-se as áreas a serem reflorestadas, a avicultura, a sericicultura e jazidas de argila, sendo pequeno também o percentual de áreas não utilizadas.

É conveniente destacar ainda as técnicas de cultivo empregadas pelos agricultores no desempenho de suas atividades.



ÁREA TOTAL = 22.431,38 ha



NÚMERO TOTAL DE CABEÇAS = 6.879



ORG. LIGIA C. POLTRONÉRI.
DES. GILBERTO BIENRIQUE

FIG. 8 - ESTABELECIMENTOS DA AMOSTRA - UTILIZAÇÃO DA TERRA E COMPOSIÇÃO DO REBANHO NO ANO DE 1983 (n = 293).

De modo geral, no conjunto das unidades da amostra, o sistema de plantio em curvas de nível é utilizado em cerca de 39.53% do total; duas outras técnicas são também muito empregadas: rotação de culturas (25.19%) e cultivos contínuos (17.05%). A rotação de culturas é utilizada em menor proporção, em suas várias formas:

- rotação de culturas com pastos plantados (5.03%),
- rotação de culturas com pastos naturais (4.26%),
- rotação de culturas com pousio (4.26%) e
- irrigação, feita em apenas 4.65% dos estabelecimentos.

Quanto ao rebanho, as unidades da amostra, no conjunto, dedicam-se principalmente à criação do gado leiteiro (48.83%), havendo equilíbrio entre a criação de gado de corte (26.11%) e de suínos (25.06%) (figura 8).

Embora a maioria do rebanho, tanto leiteiro quanto de corte, seja criada solta, os pecuaristas da amostra empregam todos os cuidados fitossanitários, principalmente vacinas, sendo estas controladas rigorosamente pela Casa da Agricultura. O rebanho suíno conta com 1584 cabeças; no conjunto da amostra, apenas em um pequeno estabelecimento e em um médio se pratica a suinocultura em grande escala. O pequeno estabelecimento, entretanto, destaca-se nesta atividade, detendo 33.33% do número total de cabeças, enquanto o estabelecimento de área média é responsável por 12.62% deste total.

As relações de trabalho vigentes nos estabelecimentos da amostra evidenciam, à primeira vista, o grande percentual de utilização de mão-de-obra exclusivamente familiar (31.74%); apesar disso, a participação de mão-de-obra assalariada exclusivamente temporária ou permanente, ou a combinação das duas formas, ultrapassa aquele valor (38.17%) (Tabela 11). Se considerarmos as combinações entre utilização de mão-de-obra familiar, conjuntamente com assalariada permanente ou temporária ou a combinação das três formas, veremos que estas respondem

também por cerca de 30% do total. Portanto, no conjunto das unidades da amostra, grosso modo, pode-se afirmar que existem três grupos de estabelecimentos quanto à utilização de mão-de-obra, relativamente equilibrados:

- aqueles que utilizam exclusivamente a mão-de-obra de sua família nos trabalhos agrícolas;
- aqueles onde é empregada exclusivamente força de trabalho assalariada permanente e ou temporária, principalmente esta última; ou onde há a combinação das duas formas de trabalho;
- aqueles onde ocorrem combinações variadas de emprego de mão-de-obra, envolvendo a família do agricultor e assalariados fixos e ou temporários.

Apesar disto, a maior ou menor utilização de um ou outro tipo de mão-de-obra nos estratos de área difere em função do tipo de utilização da terra predominante em cada um deles.

Assim, por exemplo, nos estabelecimentos de menor área que se caracterizam pelo cultivo de lavouras anuais, a mão-de-obra empregada é geralmente familiar, enquanto naqueles de área média ou de maior área explorados fundamentalmente com cana-de-açúcar, a mão-de-obra é predominantemente temporária, podendo, em alguns casos, ocorrer associação entre empregados permanentes e temporários.

No que se refere à aplicação de insumos modernos, entendidos aqui como inovações mecânicas e biológicas, ou seja, utilização de máquinas e implementos, emprego de adubos e fertilizantes químicos, plantio com sementes e mudas selecionadas e utilização de praguicidas tanto vegetais como animais, no processo produtivo, o conjunto da amostra comporta-se do seguinte modo:

- a) em mais de 90% das unidades da amostra ocorre o

- emprego de máquinas de tração mecânica, sendo a tração animal empregada em apenas 8.87% do total da amostra;
- b) aproximadamente 70% dos proprietários entrevistados utilizam adubos e fertilizantes predominantemente químicos;
 - c) em mais de 60% dos estabelecimentos são utilizadas sementes e mudas selecionadas, principalmente adquiridas em outros locais, isto é, os agricultores, de modo geral, não utilizam suas próprias sementes no plantio;
 - d) os praguicidas, vegetais e animais, são utilizados em mais de 47% do total dos estabelecimentos da amostra (vide tabela 12).

Pode-se depreender, portanto, que a agricultura atualmente processada no município de Rio Claro pode ser considerada como modernizada, pois há emprego dos chamados insumos modernos na grande maioria dos estabelecimentos da amostra. Mesquita, Gusmão e Silva (1977) já haviam detectado que a microrregião de Rio Claro possuía agricultura modernizada, principalmente quanto ao fator mecanização. Constatou-se em 1983 que, além do investimento em maquinaria, os agricultores despendem capital também em adubos químicos, sementes e mudas selecionadas e praguicidas vegetais e animais. Produzidos fora do setor agrícola, são consumidos em grandes quantidades, exigindo o emprego de muito capital para o desempenho da atividade agrícola, tornando o setor agrícola rio-clarense um grande consumidor de produtos industriais. Aliás, isto é o que ocorre de modo geral na agricultura brasileira, como apontado por Graziano da Silva (1980).

Refletindo o aumento ocorrido no conjunto do Estado de São Paulo, que contava, em 1940, com 1410 tratores, passando a

TABELA 12

ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATO DE ÁREA - UTILIZAÇÃO DE INSUMOS MODERNOS (n = 293)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	MÁQUINAS E IMPLEMENTOS			TOTAL	
	TRAÇÃO ANIMAL	TRAÇÃO MECÂNICA			
		POSSUIDORES DE TRATOR	POSSUIDORES DE OUTRAS MÁQUINAS		USUÁRIOS NÃO POSSUIDORES
0,1 - 20,2	16	33	9	91	149
20,2 - 242,4	10	74	12	37	133
313,3 - 6.017,7	-	9	-	2	11
TOTAL	26	116	21	130	293

Org. L.C. Poltroniéri

TABELA 12

ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATO DE ÁREA - UTILIZAÇÃO DE INSUMOS MODERNOS (n = 293) - (continuação)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	ADUBOS E FERTILIZANTES			TOTAL	
	NÃO	SIM			
		ORGÂNICO	QUÍMICO		QUÍMICO E ORGÂNICO
0,1 — 20,2	66	15	54	14	149
20,2 — 242,4	21	12	64	36	133
313,3 — 6.017,7	1	-	7	3	11
TOTAL	88	27	125	53	293

Org. L.C. Poltroniéri

TABELA 12

ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATO DE ÁREA - UTILIZAÇÃO DE INSUMOS MODERNOS (n =293) - (continuação)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	SEMENTES E MUDAS SELECIONADAS					PRAGUICIDAS VEGETAIS E ANIMAIS		
	NÃO	SIM			TOTAL	NÃO	SIM	TOTAL
		NA PROPRIE DADE	OUTRO LOCAL	NA PROPRIEDADE E OUTRO LOCAL				
0,1 - 20,2	70	12	63	4	149	89	60	149
20,2 - 242,4	35	27	61	10	133	63	70	133
313,3 - 6.017,7	-	3	4	4	11	2	9	11
TOTAL	105	42	128	18	293	154	139	293

Org. L.C. Poltroniéri

138.739 em 1980, o município de Rio Claro ampliou o número de seus tratores de 22 em 1940 para 429 em 1980, apresentando, portanto, um aumento de cerca de 20 vezes o número inicial¹⁰; de 1940 para 1950, entretanto, o número de tratores caiu em 50% havendo incremento crescente a partir dos anos 60, coincidindo, evidentemente, com o aumento dos investimentos na mecanização da agricultura naquela época.

Mesmo assim, pouco mais de 40% do total dos estabelecimentos da amostra não possuem tratores ou qualquer outro tipo de implementos ou máquinas agrícolas. Estes, entretanto, empregam a tração mecânica em seus processos produtivos, e isto ocorre através do aluguel de máquinas de vizinhos que cobram seu trabalho por hora despendida.

A partir de 1982, os agricultores de Rio Claro passaram a contar com nova opção pela implantação efetiva de um projeto piloto de mecanização agrícola no município. Na elaboração deste projeto no ano de 1980, a responsabilidade seria da Prefeitura Municipal, e os executores, o Sindicato Rural Patronal, a Cooperativa de Laticínios e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Dentre os objetivos do programa, incluem-se a "prestação de serviços de aração, gradeação, plantio e colheita nas pequenas propriedades agrícolas, atualmente inproveitadas, como forma de aumentar a produção e a produtividade bem como assegurar melhor remuneração ao homem do campo" (Diretente Rural, vol XX, nº 8, 1981). Segundo a mesma fonte, o projeto poderia ampliar a área cultivada do município em cerca de 4.000 hectares, gerando uma produção de 24 mil toneladas de grãos num mesmo ano agrícola, suficiente para suprir 60% da alimentação da população local.

Para o desenvolvimento deste projeto foi criado, em meados de 1982, o Departamento de Mecanização Agrícola ligado

¹⁰ Fonte dos dados: Recenseamentos Gerais do IBGE - Censos Agropecuários de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

à Empresa Municipal de Desenvolvimento de Rio Claro (EMDERC), com o objetivo principal de fornecer maquinaria (trator, arado, grade, plantadeira, colheitadeira, roçadeira) aos pequenos agricultores que não a possuem, mediante pagamento por hora e responsabilidade pela alimentação do tratorista ou operador da máquina.

A atuação deste Departamento tem sido grande na zona rural do município no que se refere à mecanização; em menos de um ano de funcionamento, segundo informações do responsável, foram atendidos cerca de 94 agricultores nos mais diversos serviços, desde aração, gradeação e plantio até a colheita.

Visando a detectar os efeitos reais deste programa, incluímos em nosso formulário questões relativas à atuação do Departamento de Mecanização Agrícola a fim de captar a opinião dos agricultores sobre o serviço executado, formas de pagamento e se o objetivo principal estava sendo atingido, isto é, prestação de serviços de mecanização nas pequenas propriedades agrícolas.

Os resultados obtidos revelam que não, pois, embora mais de 60% dos agricultores incluídos no estrato de menor área (de 0,1 — 20,2 ha) conheçam a atuação do referido Departamento, apenas 26% destes já utilizaram, efetivamente, os serviços oferecidos. Este é um fato estranho, pois todas as propriedades deste estrato se incluem no teto máximo de área estabelecido pelo programa: 24,2 hectares ou 10 alqueires.

Por outro lado, nos estabelecimentos com áreas médias (de 20,2 — 242,4 ha) que, em maioria, fogem ao valor máximo de área exigido, mais de 50% dos entrevistados conhecem os serviços e, destes, quase 20% já o utilizaram.

Quanto ao grau de satisfação com o serviço realizado, em ambos os estratos as respostas sim ocorreram em níveis muito próximos ou superiores a 80% dos usuários; os serviços desenvolvidos foram principalmente de aração, gradeação, roçada de pastos, formação de pastagens, plantio, colheita e marcação de curvas de nível, e as alegações positivas referiram-se à qualidade do serviço executado mas, principalmente, ao preço

considerado "acessível ao pequeno produtor".

As justificativas contrárias, por outro lado, referiram-se principalmente ao serviço, qualificado como de péssima qualidade e entregue a "pessoas que não sabem trabalhar com as máquinas".

Cabe ainda citar algo a respeito daqueles que não utilizaram os serviços oferecidos e que correspondem a quase 40% nos dois estratos de área, pequeno e médio. As justificativas para a não utilização prendem-se ou ao fato de a área ser muito pequena, de os parceiros possuírem máquinas ou ainda e principalmente, à circunstância de as alugarem de parentes, vizinhos ou particulares, muitas vezes, devido à proximidade das propriedades.

Este é um ponto que realmente dificulta o acesso ao serviço proposto pela EMDERC pelo simples fato da extensão do município. Como as máquinas ficam locadas no interior do núcleo urbano e a hora de aluguel começa a ser contada do momento em que saem do Departamento até o término dos trabalhos e conseqüente retorno, para as propriedades muito distantes é mais vantajoso alugá-las de vizinhos ou particulares. Houve até um agricultor que sugeriu fossem criados postos na zona rural, estrategicamente localizados, de modo a atender o maior número possível de agricultores, a fim de baratear os custos operacionais.

Aos agricultores que conhecem o Departamento de Mecanização Agrícola (169 no total da amostra) foi colocada a seguinte questão: fica mais barato utilizar as máquinas do Departamento de Mecanização Agrícola da EMDERC do que adquirí-las? 27% acharam que "se puder comprar a máquina é melhor", enquanto mais de 70% deste total, abrangendo os estratos de menor área e de área intermediária, responderam que sim, e as principais justificativas foram:

- "a lavoura é pouca";
- "é mais barato pagar para usar só quando precisa";
- "o pequeno lavrador não tem condição de comprar trator";

- "não empata o capital sem dar lucro";
- "o dinheiro pode ser aplicado na poupança que é mais vantajoso".

Um ponto, entretanto, foi lembrado por alguns dos entrevistados: "depende da quantidade de trabalho, mas talvez não possa servir na hora que precisa". Realmente, este aspecto deve ser considerado, pois a necessidade de determinado tipo de serviço é, quase sempre, geral, isto é, na época de arar o terreno, todos necessitam de aração, gradeação, por exemplo, e não podem ser atendidos ao mesmo tempo; na colheita ocorre o mesmo problema, e não há número suficiente de colheitadeiras para atender a todos.

Entre opiniões favoráveis e contrárias, o serviço está funcionando, a nosso ver, com vistas ao alcance do objetivo geral estabelecido, isto é, fornecendo máquinas a quem não tem condições de financiá-las nas instituições financeiras, havendo, entretanto, necessidade de aparar algumas arestas.

Assim, três sugestões principais são aqui colocadas visando à melhoria no atendimento dos usuários e ao alcance pleno do objetivo de prestar serviço aos pequenos agricultores, propiciando aumento de produção e de produtividade e assegurando melhor remuneração ao trabalhador rural:

- a) atendimento exclusivo aos proprietários rurais, cujos estabelecimentos não excedam o limite estabelecido (24,2 hectares), os quais se constituem em maioria no conjunto da área rural do município;
- b) aumento do número de máquinas e implementos destinados aos trabalhos agrícolas;
- c) relocação desta maquinaria para bairros rurais ou distritos, visando a minimizar as distâncias e os custos. Cada um destes postos atenderia a população rural num determinado raio de distância, elimi

nando também alguns problemas relacionados a dificuldades de acesso, principalmente na época das chuvas, como é o caso de Itapê, por exemplo, cuja estrada fica bloqueada pelo aumento do volume de água do Rio Cabeça.

No que se refere ao emprego de adubos e fertilizantes químicos, um número infinitamente pequeno de agricultores revelou efetuar análises de solo para verificar as necessidades reais de adubação que seu estabelecimento requer, porcentagem inferior a 2%, considerando o conjunto dos estabelecimentos de menor área e de área média.

No conjunto da amostra, 30% dos agricultores declararam não utilizar adubos e fertilizantes de qualquer natureza em suas plantações (Tabela 12). No conjunto, dos 70% que são usuários de adubos e fertilizantes, 43% preferem a adubação química, 18% a combinação entre os 2 tipos, orgânico e químico, e 9% utilizam essencialmente o adubo orgânico.

O plantio com sementes e mudas selecionadas é um bom indicador da modernização da agricultura, pois gera expectativas de colheitas melhores, e os agentes de crédito rural exigem que as lavouras custeadas por este sistema sejam provenientes deste tipo de sementes. No conjunto da amostra, mais de 64% dos entrevistados utilizam sementes e mudas selecionadas no processo produtivo (Tabela 12). Estas são basicamente adquiridas em outro local (43.68%), são selecionadas no próprio estabelecimento (14.33%) ou ocorrem combinações: o agricultor planta arroz com sementes próprias e compra as sementes de milho, por exemplo, na Casa da Agricultura.

Quanto ao uso de praguicidas vegetais e animais, mais de 50% dos entrevistados revelaram não aplicar estes produtos em suas lavouras ou criação. Entretanto, a porcentagem de usuários em relação ao total da amostra é bastante elevada: 47.44% (Tabela 12), disseminando-se por todos os estratos de área e assumindo maior importância à medida que aumentam os valores de área. A porcentagem de usuários de praguicidas vegetais e

animais não é, porém, pequena nos estabelecimentos de menor área. Embora este número aumente conforme o aumento da área dos estabelecimentos, a forma e a frequência de aplicação e as fontes de orientação técnica não apresentam diferenças significativas entre os estratos de área. Por este motivo, como se trata de manipulação de produtos com dosagem toxicológica variada, o assunto será tratado em termos das consequências que tem provocado, procurando demonstrar de que maneira os agricultores de Rio Claro estão aplicando estes produtos, com que grau de segurança e segundo que tipo de orientação técnica.

Este aspecto requer, realmente, um estudo mais apurado, uma vez que os praguicidas, quando aplicados indiscriminadamente, provocam sérios problemas de contaminação de alimentos, poluição de rios e, o que é pior, graves danos à saúde dos indivíduos que os manipulam.

Características sociais, fundiárias e de modernização da atividade agrícola por estrato de área do estabelecimento

Para entender o comportamento das relações entre as componentes sociais, fundiárias e de modernização, é preciso abordá-las em toda a sua complexidade atual nos vários estratos de área, objetivando, ao menos, destacar as suas principais variações.

Os estabelecimentos da amostra, cujos valores de área se apresentam inferiores a 20,2 hectares, compõem o estrato de menor área e totalizam 149 elementos. Nestes, as propriedades individuais são predominantes, correspondendo a 63.08% do número total, seguidas pelas sociedades de pessoas (17.06%) e sociedades por cotas de responsabilidade (3.35%).

A valorização direta através do proprietário ocorre em mais de 76% dos casos, e as formas de valorização indireta aparecem com pouca expressão neste estrato de área. Ainda assim, é o regime de parceria que predomina (11%) sobre o arren-

damento (7%). Das várias combinações de regimes de exploração, a que apareceu com maior frequência nos pequenos estabelecimentos foi aquela entre proprietários e parceiros; valorização combinada entre proprietários e arrendatários foi muito pouco expressiva, ocorrendo em apenas 1% do total de estabelecimentos de pequenas áreas.

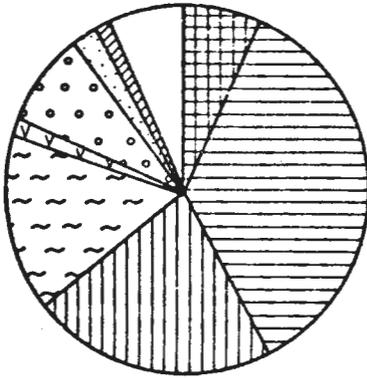
Quanto à utilização da terra (figura 9), destaca-se a área ocupada com cultivos temporários (35.42%), principalmente o arroz, o feijão e o milho, embora apareçam também cana-de-açúcar, horticultura e cultivos de flores. As pastagens naturais (22.09%) e plantadas (15.50%) ocupam posição de destaque nos estabelecimentos de menor área. As lavouras permanentes ocupam apenas 6.84% da área total cultivada neste estrato e são principalmente pomares de laranja. As matas naturais, o reflorestamento, a avicultura e a área de exploração de argila ocupam pequenas parcelas no conjunto da utilização da terra nestes estabelecimentos. As áreas não utilizadas correspondem a 7.08%, constituindo no mais das vezes, áreas de barroca, beirada de rio e áreas íngremes.

O sistema de cultivo empregado com maior frequência pelos pequenos agricultores é a rotação das culturas; alguns poucos utilizam o sistema de cultivos contínuos ou fazem rotação de culturas, com pousio. A rotação com pastos, naturais ou plantados, é muito pouco empregada. Equipamentos de irrigação são, também, muito raros, ocorrendo em apenas 4.5% do total destes estabelecimentos. A marcação de curvas de nível e o plantio segundo esta técnica são difundidos por mais de 40% dos pequenos estabelecimentos; grande número dos agricultores deste estrato referiram-se à necessidade de demarcar as curvas, técnica que ainda não implantaram devido ao elevado custo. Nos estabelecimentos com áreas inferiores a 20,2 ha, os agricultores dedicam-se basicamente à suinocultura, que detém 56.80% do número total de cabeças (1.606) do rebanho deste estrato de área; secundariamente, efetuam a criação de gado leiteiro (33.74%), estando o gado de corte em posição muito inferior.

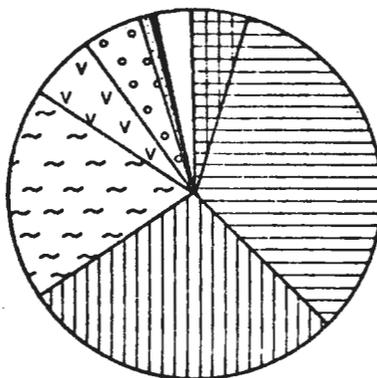
0,1 — 20,2 ha (n=149)

20,2 — 242,4 ha (n=133)

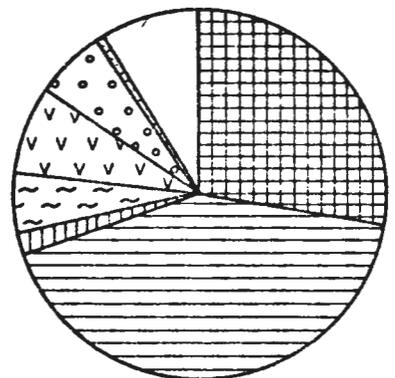
313,3 — 6.017,7 ha (n=9)



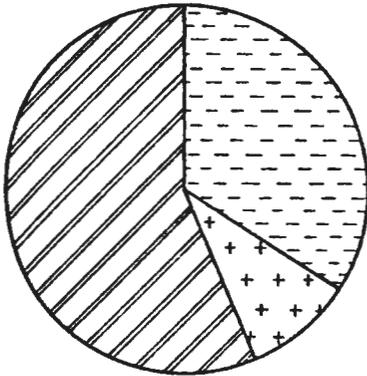
ÁREA TOTAL = 1.590,85 ha



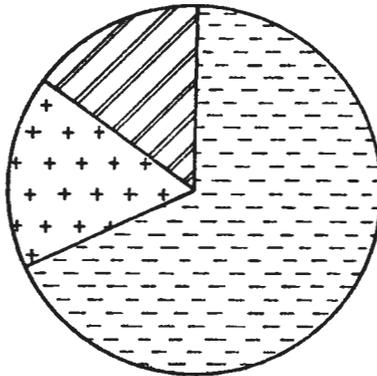
ÁREA TOTAL = 6.656,76 ha



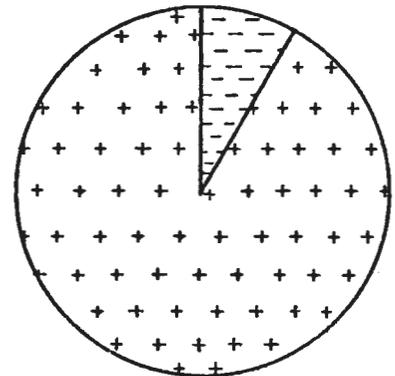
ÁREA TOTAL = 10.337,03 ha*



NÚMERO TOTAL DE CABEÇAS = 1.606



NÚMERO TOTAL DE CABEÇAS = 4.333



NÚMERO TOTAL DE CABEÇAS = 940

-  LAVOURAS PERMANENTES
-  LAVOURAS TEMPORÁRIAS
-  PASTAGENS NATURAIS
-  PASTAGENS PLANTADAS
-  MATAS NATURAIS
-  REFLORESTAMENTO

-  AVICULTURA
-  SERICICULTURA
-  JAZIDA E EXPLORAÇÃO DE ARGILA
-  ÁREAS NÃO UTILIZADAS
-  BOVINOS DE LEITE
-  BOVINOS DE CORTE
-  SUÍNOS

* EXCLUINDO OS HORTOS FLORESTAIS

ORG. LIGIA C. POLTRONIERI.
DES. GILBERTO HENRIQUE.

FIG.9 - UTILIZAÇÃO DA TERRA E COMPOSIÇÃO DO REBANHO POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO NO ANO DE 1983 (n=291).

No desenvolvimento da atividade agrícola destes estabelecimentos, a mão-de-obra assalariada é a mais importante, seja permanente, seja temporária, mas principalmente esta última. Estabelecimentos que utilizam mão-de-obra exclusivamente familiar são inferiores a 30% do total da amostra. Em mais de 20% dos estabelecimentos, o que ocorre é uma combinação do trabalho da família com o de assalariados, tanto permanentes como temporários. A mão-de-obra assalariada temporária é contratada principalmente nos momentos de pico de trabalho: preparo da terra, capinas, colheita, roçada de pastos e também para conserto de cercas e outras instalações.

Era de esperar que propriedades com área inferior a 20,2 ha fossem tocadas exclusivamente com mão-de-obra familiar, porém o fato de ocorrerem outras formas de emprego de mão-de-obra é também facilmente compreensível, pois aproximadamente 75% dos proprietários destes estabelecimentos residem na sede do município ou em outros municípios, tornando impossível contar com o trabalho da família nas lides agrícolas.

Além do absenteísmo, poucos são os proprietários que querem ou podem manter empregados fixos e arcar com todas as responsabilidades decorrentes da extensão da legislação trabalhista ao campo. Como foi visto anteriormente, muitos destes pequenos proprietários têm necessidade de se empregar, muitas vezes por empreitada, para outros proprietários, os quais passam a figurar como seus patrões, e nem sempre percebem salários dignos, configurando desta forma o que Graziano da Silva (1980) chamou de contradições internas na base da estrutura sindical devido à dupla condição de "empregado-empregador", que passam a ter alguns pequenos produtores.

O percentual de estabelecimentos de pequena área que não possuem tratores ou qualquer outra máquina ou implemento agrícola é igual a 61.07% (tabela 12). Nos restantes (49.66%), a mecanização está presente, seja com arados de tração animal (10.73%), seja com equipamentos de tração mecânica (28.18%).

O número total de tratores existentes nos estabelecimentos que utilizam a tração mecânica é igual a 38; arado; gra

de e carretas são implementos utilizados em todos os estabelecimentos que possuem tração mecânica ou animal. Picador, sulcador, roçadeira e misturador de ração são utilizados com frequência, embora em menor número do que aqueles citados anteriormente. Outras máquinas e equipamentos mais sofisticados ou de maior custo que apareceram em pequeno número dos estabelecimentos deste estrato são: plantadeira (4), carpideira (2), resfriador de leite (2), colheitadeira (1), enheradeira ou ancinho rotativo (1), máquina de beneficiamento de arroz (1), bomba de irrigação (1) e carregadeira de cana (1).

O fato de grande número de proprietários de estabelecimentos pequenos não possuírem máquina de tração mecânica não significa que eles não utilizem estes equipamentos no processo produtivo; como já foi visto, a maioria ou aluga de vizinhos ou parentes ou faz uso dos serviços do Departamento de Mecanização Agrícola do município.

Quanto ao emprego de adubos e fertilizantes nos pequenos estabelecimentos, a porcentagem de não usuários é quase 45%; os 55% restantes utilizam principalmente o adubo químico (36.24%), o orgânico, (10.06%), havendo estabelecimentos que empregam os 2 tipos: o orgânico e o químico (9.39%) (Tabela 12). No caso do adubo orgânico, o mais utilizado é o esterco de galinha, sendo a cinza de forno também empregada, principalmente naqueles estabelecimentos próximos a olarias.

As justificativas para a não utilização do adubo químico prendem-se quase sempre a questões financeiras, tendo muitos agricultores reclamado do preço muito elevado deste insumo.

Mais de 50% dos proprietários de pequenos estabelecimentos estão habituados à utilização de sementes melhoradas. A tabela 12 mostra os locais de aquisição das sementes e mudas. Basicamente, as sementes são adquiridas em outro local que, quase sempre, é a Casa da Agricultura, principalmente sementes de milho e feijão; semente de alho são adquiridas em Corumbataí; mudas de laranja, abacate e outras frutas são procuradas principalmente em Cascalho; sementes de flores, em Ati-

baia, de produtos hortícolas, em São Paulo e Campinas. A Cooperativa de Laticínios de Rio Claro e as duas casas comerciais de produtos agropecuários da cidade também são locais onde os agricultores de pequenas áreas procuram suas sementes.

Pequeno número de usuários deste estrato seleciona as sementes produzidas em sua propriedade, e número menor ainda intercala as duas formas de aquisição.

No que se refere aos praguicidas vegetais e animais, pouco mais de 60% dos agricultores deste estrato não empregam estes produtos em suas plantações e ou criação, porém 39.5% declararam fazer uso deles.

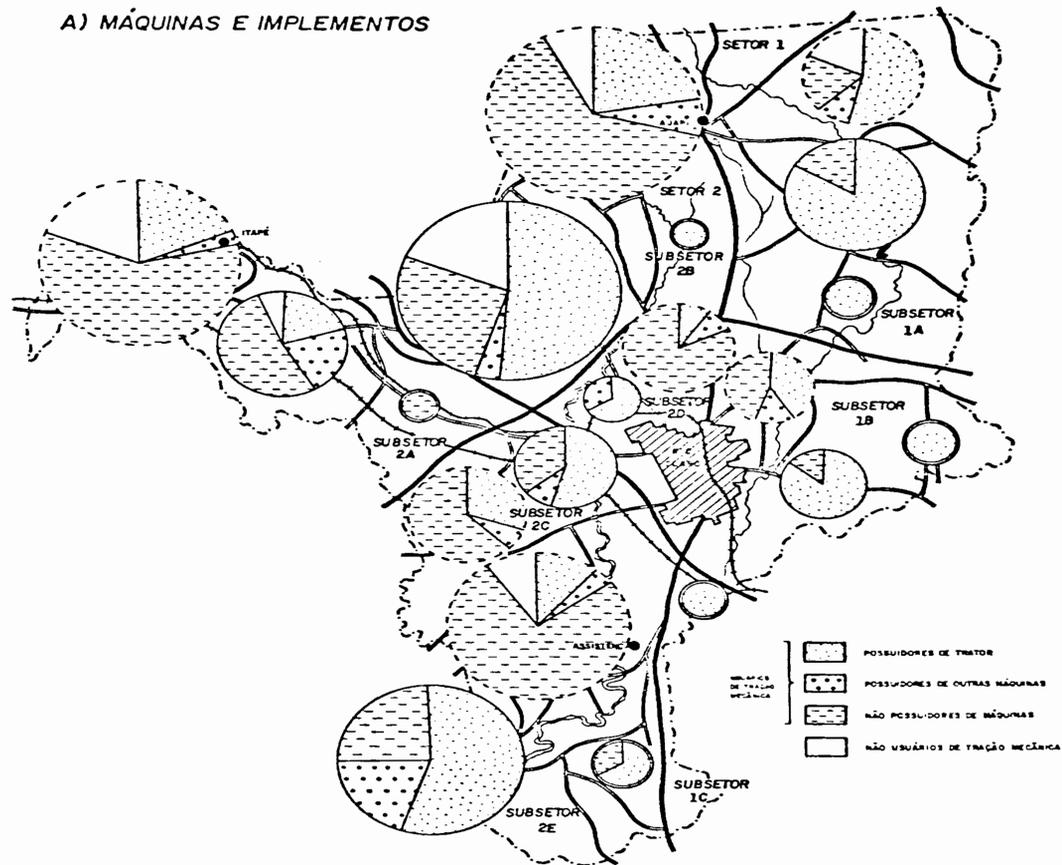
A forma e a frequência de aplicação dos produtos e a orientação técnica que os agricultores recebem serão tratadas separadamente.

A figura 10 representa a distribuição dos usuários e não usuários de insumos modernos por estrato de área. No estrato de menor área, a mecanização é o insumo mais disseminado por todos os estabelecimentos, embora ainda haja aqueles onde é usada exclusivamente a tração animal. Representam apenas 10% do conjunto deste estrato. Nos estabelecimentos restantes é utilizada a tração mecânica, seja através de máquinas próprias, seja através do aluguel de máquinas de vizinhos ou parentes. Através das respostas dos entrevistados, notou-se que há quase uma superposição entre os usuários de máquinas e implementos, adubos e fertilizantes, sementes selecionadas e praguicidas, evidenciando que estes insumos são quase sempre aplicados em conjunto no processo agrícola.

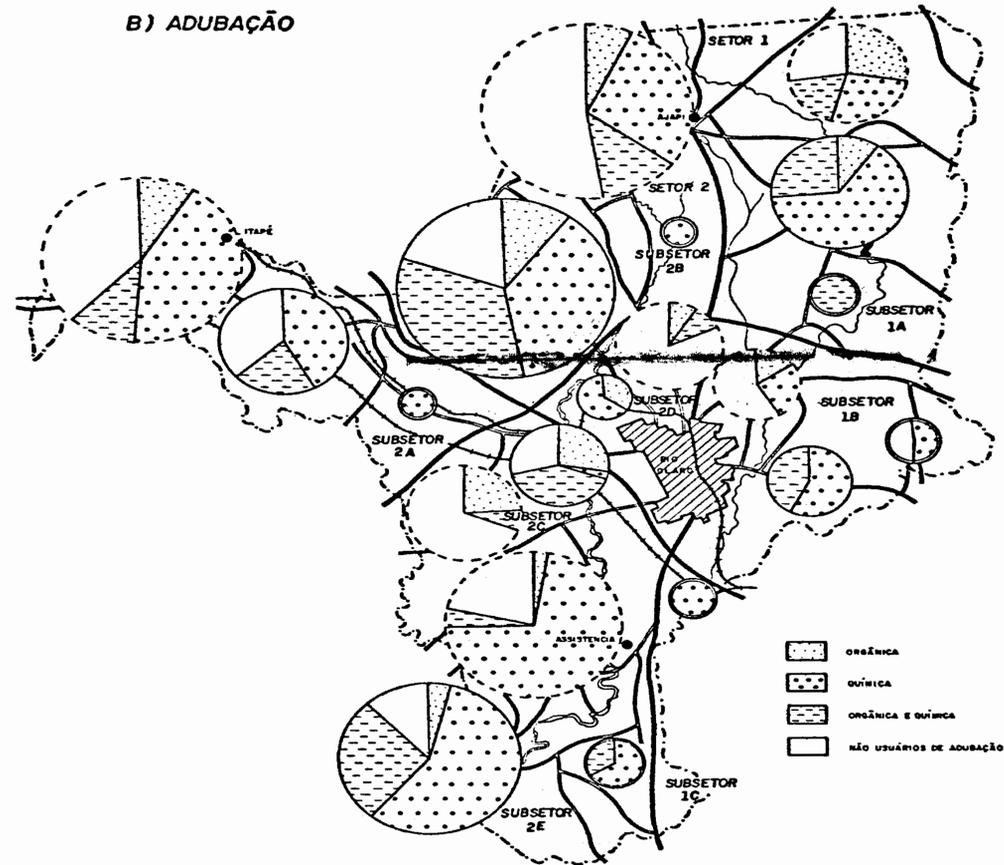
Os estabelecimentos que compõem o estrato intermediário totalizam 133. A propriedade das terras é predominantemente individual (69.92%), sendo também importantes as sociedades de pessoas, geralmente irmãos (29.32%). As sociedades por cotas de responsabilidade são inexistentes, e as sociedades anônimas participam em menos de 1% dos estabelecimentos deste estrato.

Na utilização da terra, predominam as pastagens naturais (28.55%) e pastagens plantadas (23.53%), fato explicado

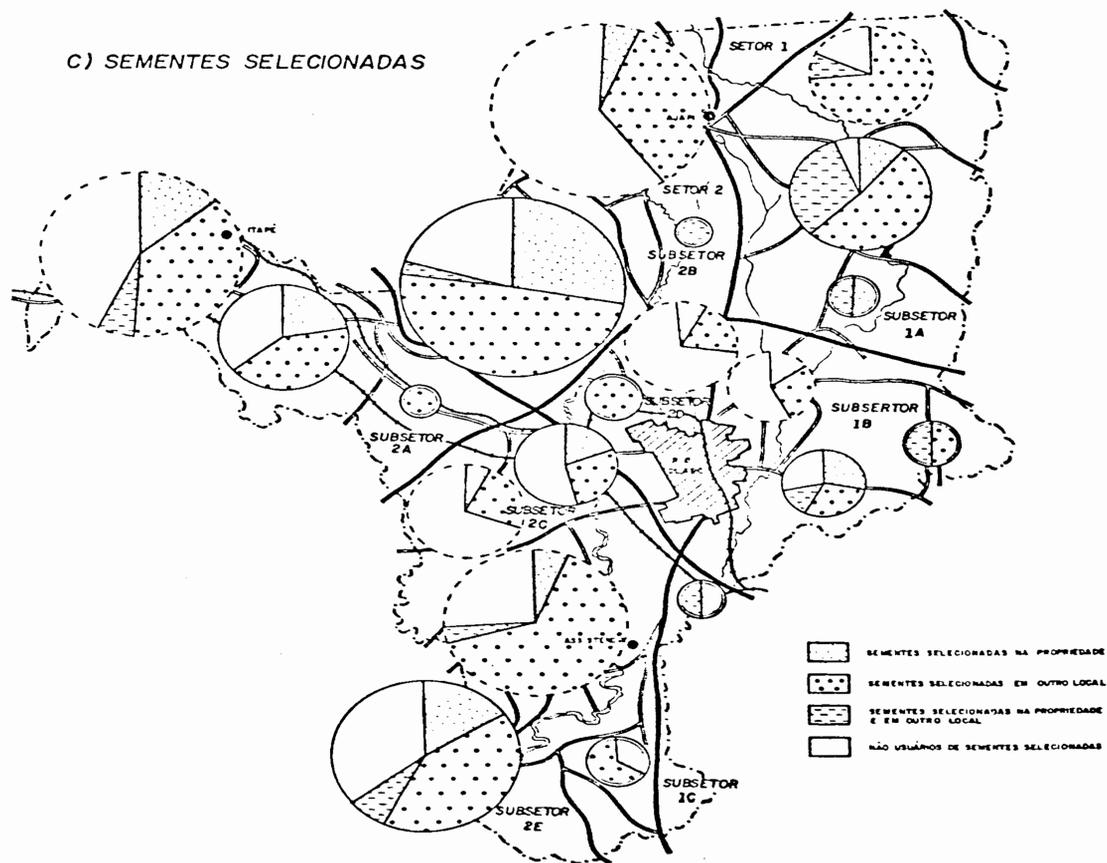
A) MÁQUINAS E IMPLEMENTOS



B) ADUBAÇÃO



C) SEMENTES SELECIONADAS



D) PRAGUCIDAS VEGETAIS E ANIMAIS

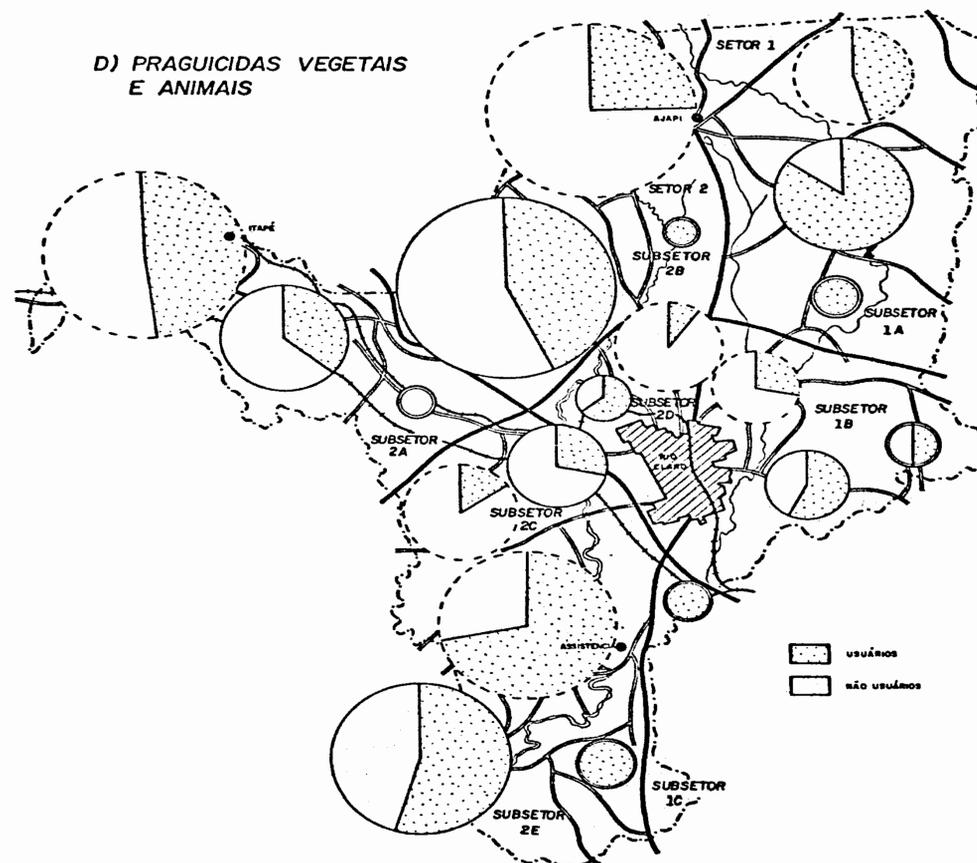
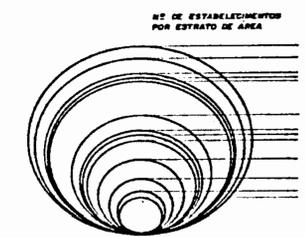


FIG. 10 - USUÁRIOS E NÃO USUÁRIOS DE INSUMOS MODERNOS POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO, NOS DIFERENTES SETORES, NO ANO DE 1983.



- ESCALA -
0 10 20 30 40 50 60 70 80 90 100

ON L&A C POLTRONDI
DEU INLESTO DREHOLY

pela grande importância da atividade pecuária neste estrato (figura 9). O restante da área é ocupado praticamente pelos cultivos temporários (32.24%); o principal produto em extensão de área é a cana-de-açúcar, responsável por mais de 73% da área ocupada pelas lavouras temporárias. As lavouras permanentes principalmente a laranja, têm participação muito restrita (4.79%), pouco superior à das áreas reflorestadas e de matas naturais. A avicultura e a sericicultura aparecem em pequeno número de estabelecimentos e são atividades que não exigem grandes áreas para o seu desenvolvimento. O percentual de áreas não utilizadas é pequeno, quando comparado ao estrato anterior, significando melhor aproveitamento das terras por parte dos agricultores deste estrato.

Entre os vários estabelecimentos componentes deste estrato de área não há uniformidade em termos de utilização da terra; à medida que aumentam os valores de área dos estabelecimentos, ocorrem modificações permitindo a separação em dois grandes grupos:

- aqueles, cuja área varia entre 20,2 a 121,2 hectares, os quais não apresentam grandes diferenças da situação global apresentada; nestes predominam as pastagens naturais e plantadas, seguidas de cultivos permanentes e temporários e aparecem, embora em pequeno percentual, áreas de reflorestamento e de matas naturais. Nos estabelecimentos com área entre 20,2 a 60,6 hectares, além destes tipos aparece a utilização através da avicultura e da sericicultura, embora sem muito destaque em termos de área ocupada. É nestes estabelecimentos também que a pecuária leiteira, de corte e a suinocultura apresentam os valores mais expressivos em número de cabeças.
- há também aqueles, cujos valores de área variam entre 121,2 a 242,4 ha, os quais se apresentam com utilização muito diferenciada um do outro; assim,

do menor valor de área (121,2 ha) para o maior (242,4 ha), vão-se alternando em importância

- lavouras permanentes, pastagens plantadas e naturais (de 121,2 l- 141,4 ha);
- pastagens plantadas e matas naturais (de 141,4 l- 161,6 ha);
- pastagens plantadas, matas naturais, cultivos temporários e permanentes (de 161,6 l- 181,8 ha);
- pastagens plantadas, reflorestamento, cultivos temporários e permanentes (de 181,8 l- 202,0 ha);
- pastagens plantadas e naturais, cultivos permanentes e temporários (de 222,2 l- 242,4 ha).

Esta descrição reforça o que foi afirmado anteriormente sobre a importância da área de pastagens (naturais e plantadas) no conjunto deste estrato de área. Ao analisarmos a composição do rebanho que conta com 4.333 cabeças, notamos a predominância expressiva do gado leiteiro (63.65%) sobre os outros tipos de criação: gado de corte (19.34%) e suinocultura (17.01%). Esta predominância é mais nítida ainda nos estabelecimentos com área de 121,2 l- 242,4 ha, nos quais, no mais das vezes, a pecuária leiteira exclui os outros tipos de criação. De modo geral, tanto nas propriedades de área intermediária como naquelas de menor área, o gado leiteiro ou de corte é criado solto, sendo pouquíssimos os casos em que o agricultor mantém o gado em regime de semi-estabulação. Entretanto, o gado pode ser considerado de boa qualidade, pois a maioria tem preocupações com a vacinação, aquisição de matrizes, havendo até alguns poucos que já utilizam a inseminação artificial. O leite produzido é todo ele enviado para a Cooperativa de Laticínios de Rio Claro, da qual muitos dos entrevistados fazem parte, inclusive como membros da Diretoria.

O sistema de cultivo mais utilizado pelos agricultores deste estrato é também o de rotação de culturas, embora o emprego de cultivos contínuos seja muito mais disseminado que no estrato de pequenas áreas; este fato é explicável pela pre-

sença da cana-de-açúcar como lavoura principal e mais importante. Os sistemas de rotação de culturas com pastos naturais ou plantados são também bastante utilizados devido à grande importância da pecuária leiteira neste estrato de área. A rotação de culturas com pousio é o sistema empregado em menor número de estabelecimentos. A técnica de demarcação de curvas de nível é utilizada em quase 40% dos estabelecimentos de área média, e a irrigação também tem papel destacado, um pouco superior ao do estrato de pequenas áreas. Encontramos apenas um caso de agricultor que reconheceu ser preciso ainda demarcar as curvas de nível e implantar equipamentos de irrigação.

No que se refere às relações de trabalho, no estrato de área intermediária ocorre exatamente o contrário das relações estabelecidas nos estabelecimentos de pequenas áreas. É basicamente o trabalho familiar que sustenta estes estabelecimentos em proporções superiores a 35% do total de mão-de-obra empregada. O emprego de assalariados também se verifica, mas em proporções muito menores do que as combinações entre o trabalho familiar e assalariado, principalmente temporário. O fato de ser a mão-de-obra familiar a mais importante nos estabelecimentos de área média está vinculado à maior proporção de proprietários residentes em suas propriedades: mais de 40% do total da amostra.

Nos estabelecimentos de área intermediária (de 20,2 — 242,4 ha), apenas em 27.81% a mecanização utilizada no processo produtivo não é própria; porcentagem irrisória é reservada à tração animal (7.51%), enquanto quase 65% dos estabelecimentos desta classe de área estão equipados com maquinaria de tração mecânica (Tabela 12).

O número de tratores computados neste estrato (90) é maior do que o encontrado nos pequenos estabelecimentos. Além dos implementos mais comuns como arado, grade, carreta, picador, sulcador, roçadeira e misturador de ração, aparecem também outros como rodeador, perfuradeira e adubadeira. Outros equipamentos, mais caros e de maior sofisticação, foram encontrados com frequência bem maior do que nos estabelecimentos de

menor área: plantadeiras (12), colheitadeiras (7), desfibradeira (4), equipamentos de irrigação (3), enlheiradeira (2), debulhadeira de milho (2) e máquina de benefício de arroz (1). Em alguns estabelecimentos, onde a atividade pecuária era a mais importante, encontramos, além de resfriadores de leite (10), batadeiras (3) e ordenhadeiras mecânicas (5), significando que, na maioria, a pecuária leiteira também é mecanizada e segue modos modernos.

O percentual de proprietários que não utilizam adubos de qualquer espécie é pequeno neste estrato de área (15.78%); os restantes adubam suas terras principalmente com adubo químico (48.12%) ou combinam adubos químicos e orgânicos (27.06%), sendo pequena a parcela que utiliza apenas adubo orgânico em suas plantações (9.02%) (Tabela 10). Como nos estabelecimentos de menor área, o adubo orgânico mais utilizado é o esterco de galinha.

A proporção de não usuários de sementes e mudas selecionadas cai para 26% nos estabelecimentos de área média. Os usuários, por seu turno, adquirem-nas principalmente em outros locais. A Casa da Agricultura é muito procurada pelos agricultores desta classe como posto de venda de sementes de feijão e milho; as sementes de algodão são adquiridas em Araras, na Cooperativa Agrícola Mista e na Casa da Agricultura daquele município. Cascalho é a fonte de mudas de laranja e frutíferas em geral, e a Usina aparece como fonte de mudas de cana - de açúcar para aqueles que se dedicam ao cultivo deste produto. Aqueles que selecionam sementes próprias ou equilibram os modos de aquisição são em número superior ao estrato de menor área.

O mesmo ocorre com os usuários de praguicidas vegetais e animais, cujo percentual é bem maior quando comparado ao estrato anterior (51.87%) (Tabela 12).

A distribuição dos usuários e não usuários de insumos modernos no estrato de área intermediária aparece na figura 10. Se no estrato anterior já ficou evidenciada a concordância entre os usuários destes insumos, significando que mecanização,

adubação química ou química e orgânica, sementes selecionadas e praguicidas são aplicados conjuntamente, no estrato de área média a concordância se torna ainda mais evidente, isto é, o proprietário utiliza a tração mecânica, coloca adubos químicos, compra sementes selecionadas e aplica praguicidas para combater qualquer praga que possa atacar a plantação.

Nos estabelecimentos componentes do estrato de maior área, predominam as sociedades anônimas (36.36%) e sociedades de pessoas (27.27%), havendo equilíbrio entre os estabelecimentos de propriedade individual (18.18%) e aqueles de sociedades por cotas de responsabilidade (18.18%). Estes são principalmente valorizados pelos proprietários (36.36%) ou combinações entre proprietários e arrendatários (36.36%). A valorização feita exclusivamente pelo arrendatário tem participação mais restrita (18.18%), e a combinação entre proprietários e parceiros restringe-se a apenas 1 estabelecimento.

A utilização da terra neste estrato é feita de modo completamente diferente da encontrada nos pequenos e médios estabelecimentos. Excluindo os dois Hortos Florestais¹¹, há nítido predomínio das áreas de lavouras temporárias e permanentes sobre os outros tipos de utilização (Figura 9).

Nos cultivos temporários (36.89%), a cana-de-açúcar ocupa mais de 64,5% das áreas, mas são cultivados também o arroz, o feijão, o milho, o algodão e a soja; nas lavouras permanentes (32.42%), o café e a laranja são os produtos mais importantes. O restante da área (30.69%) é ocupado principalmente por pastagens plantadas, pastagens naturais, matas naturais e áreas reflorestadas, aparecendo também a avicultura.

Como no estrato anterior, achamos conveniente detalhar um pouco mais a estrutura interna da utilização da terra

¹¹ Para não mascararmos a realidade, apresentamos em separado os dados da utilização de terra dos Hortos Florestais, enquadrados no estrato de maior área.

neste estrato. A justificativa para isto é que ocorrem mudanças na utilização em relação à área dos estabelecimentos, mas de modo inverso, isto é, à medida que aumentam os valores de área dos estabelecimentos, a agricultura apresenta-se mais diversificada. O estrato pode, então, ser dividido, em 2 grupos:

- estabelecimentos com área entre 313,3 I-503,3 ha: totalizam 7 estabelecimentos, onde o cultivo da cana-de-açúcar ocupa mais de 77% da área total cultivada; o café aparece em posição muito inferior a este cultivo, quanto ao total de área cultivada (2.294,52 ha cultivados com cana-de-açúcar nos estabelecimentos desta classe de área, contra 387,20 ha de café e 7.26 ha ocupados por matrizes de plantas (sementes e mudas frutíferas);
- estabelecimentos com área de 1.197,9 I-16.017,7 ha: correspondem aos dois maiores estabelecimentos do município; suas terras são cultivadas basicamente com lavouras temporárias (46%) e é a cana-de-açúcar que participa em mais de 58% da área destas lavouras, mas são plantados também produtos como algodão, milho, soja e arroz. A laranja é o único cultivo permanente nestes estabelecimentos, correspondendo a 17% da área total cultivada. Pastagens naturais são inexistentes, e as pastagens plantadas, as matas naturais e o reflorestamento ocupam os 37% restantes em proporções não muito desequilibradas, nunca inferiores a 7% da área total.

A organização interna deste grupo de área deve-se à diversificação de culturas naquele que é o maior estabelecimento do município, com área igual a 6.017,7 ha. Neste estabelecimento, embora os cultivos da cana-de-açúcar e da laranja ocupem 2.662,00 ha, as lavouras de algodão, milho, soja e arroz, espalham-se por 859,1 ha.

O rebanho neste estrato de maior área conta com pequeno número de cabeças (940) e é composto basicamente pelo gado de corte (91.18%) e por percentual ínfimo de criação de gado leiteiro (8.82%), sendo a suinocultura inexistente.

O sistema de cultivo empregado nos estabelecimentos de maior área é principalmente o de cultivos contínuos em decorrência da própria natureza da exploração canavieira que neles é feita, toda ela plantada seguindo a demarcação de curvas de nível.

A rotação de culturas ou rotação de culturas com pastos plantados é feita apenas nos espaços destinados a lavouras anuais, arroz, feijão e milho. O quadro de emprego de mão-de-obra nestes estabelecimentos difere daquele encontrado nos estratos anteriores: a utilização é predominantemente de trabalhadores temporários que são recrutados principalmente no corte da cana-de-açúcar, lavoura que ocupa os maiores valores de área cultivada nestes estabelecimentos. Há também aqueles que mantêm, na propriedade, empregados fixos utilizados em todos os trabalhos agrícolas e cuja força de trabalho é complementada pelo emprego de volantes nas épocas de safra, principalmente da cana-de-açúcar, do algodão e do milho.

As relações de trabalho que se estabelecem entre o proprietário e os empregados são, portanto, as mais variadas; desde empregados com salários fixos, registrados e com todos os direitos garantidos pela legislação trabalhista, até aqueles contratados por empreiteiros apenas nas épocas da safra e recebendo remuneração de acordo com a tarefa executada.

No estrato de maior área, a tração animal é inexistente, e mais de 80% dos estabelecimentos possuem máquinas (Tabela 12). Dos dois estabelecimentos que não as possuem, um é um dos Hortos Florestais, e o outro tem sua área totalmente arrendada para a Usina para plantio de cana-de-açúcar. Como essa atividade utiliza maquinaria em grande quantidade, infere-se que, apesar do proprietário não possuir máquina de espécie alguma, a atividade agrícola praticada neste estabelecimento é altamente mecanizada.

O número de tratores neste estrato de área é muito elevado (266), quase 3 vezes superior àquele dos estabelecimentos médios e 7 vezes ao encontrado nos pequenos estabelecimentos, isto sem considerar os tratores pertencentes a uma agropecuária, proprietária de uma das fazendas componentes deste estrato, que não declarou a maquinaria ocupada na referida propriedade. Ao lado dos implementos como arado, grade, sulcador, adubadeira, ancinho rotativo, incluem-se carregadeiras de cana (7) e colheitadeiras (19); dentre estas, destacam-se duas para algodão e duas para cereais.

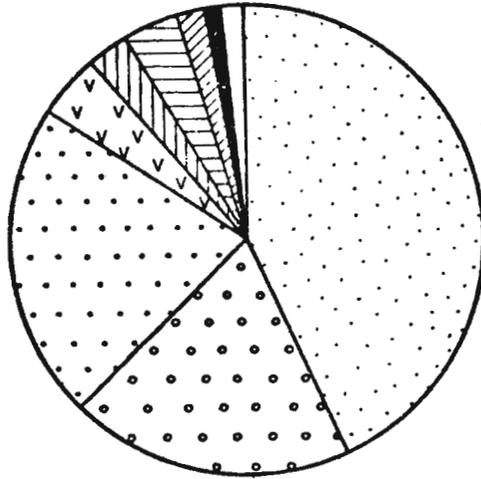
Embora o rebanho leiteiro tenha pequena participação no conjunto, a propriedade que se dedica a este tipo de atividade possui ordenhadeira mecânica.

No estrato de maior área, evidentemente, em função dos tipos de cultivos que nele se desenvolvem, a adubação é basicamente química (quase 64%) contra 27% de tipo misto e 9% que não utilizam nenhum dos tipos e que correspondem a um dos Hortos Florestais (Tabela 10). No caso de combinação de adubação química com orgânica, o elemento utilizado é o vinhoto, que é um resíduo da moagem da cana-de-açúcar.

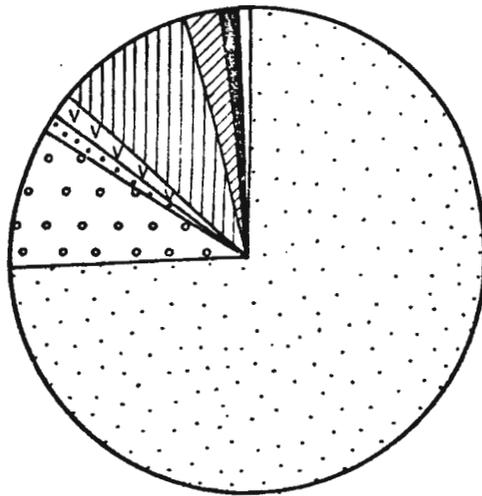
Todos sem exceção utilizam sementes e mudas selecionadas (Tabela 12). Os pontos identificados como outro local de aquisição são a Usina e a Coopersucar para mudas de cana-de-açúcar. No que se refere às sementes selecionadas na propriedade, convém destacar um único caso de produção de sementes, principalmente de soja e milho, o que ocorre na Fazenda São José, a maior do município.

Quanto aos praguicidas, em mais de 80% dos estabelecimentos deste estrato de área estes produtos são utilizados; apenas nos dois Hortos Florestais não se aplicam inseticidas, fungicidas ou herbicidas.

As atividades nos Hortos Florestais (Figura 11) diferem completamente daquelas desenvolvidas nos outros estabelecimentos da amostra; o Horto Florestal Navarro de Andrade, com 2.314,7 ha e tombado pelo CONDEPHAAT, é a sede dos hortos florestais que a Fepasa S/A mantém em todo o Estado de São Paulo



HORTO FLORESTAL NAVARRO DE ANDRADE
 ÁREA TOTAL - 956.52 ALQ. OU 2.314,77 ha



HORTO FLORESTAL DE CAMAQUÃ
 ÁREA TOTAL - 594.47 ALQ. OU 1.438,61 ha



ORG LÍGIA C. POLTRONIERI
 DES GILBERTO HENRIQUE

FIG.11 - HORTOS FLORESTAIS - UTILIZAÇÃO DA TERRA.

(40.000 ha no total) e também é a sede do Serviço Florestal. Possui toda infra-estrutura técnica de acompanhamento de 104 espécies de eucaliptos, visando à produção de sementes. O eucalipto ali plantado destina-se principalmente à fabricação de dormentes e lenha. Em 7.000 km de trilhos, as necessidades da Fepasa são da ordem de 650.000 dormentes por ano. Como um eucalipto leva 30 anos para poder ser cortado a fim de produzir dormentes, a produção dos hortos cobre apenas 1/3 das necessidades da Fepasa. O Horto Florestal de Camaquã, um pouco menos extenso (1.438.6 ha), também tem sua área destinada principalmente à produção de dormentes e lenha. Ambos apresentam formas diversificadas de utilização da terra como: área a ser reflorestada, área de preservação permanente (matas naturais), jazidas de argila, áreas de servidão (linhas de alta tensão, estradas, margens de rios) e edificações. O Horto Florestal "Navarro de Andrade", no entanto, possui ainda área destinada ao cultivo de produtos temporários, principalmente para consumo dos funcionários que, nas horas vagas, plantam principalmente arroz e feijão.

Na figura 10 aparece a distribuição dos usuários e não usuários de insumos modernos no estrato de maior área. Houve concordância maior entre usuários de mecanização, adubação química e aplicadores de praguicidas; no que se refere à utilização de sementes selecionadas, todos os estabelecimentos deste estrato as utilizam, porém a maioria utiliza suas próprias mudas de cana-de-açúcar ou as combina com aquelas adquiridas nas Usinas ou na Copersucar, havendo também o caso já citado da Fazenda São José, que produz sementes de soja e milho e, evidentemente, cultiva estes produtos com as suas próprias sementes.

A análise da forma como se relacionam os aspectos sociais, fundiários e de modernização do processo agrícola nos vários estratos de área demonstra que na atualidade, no município de Rio Claro, existem diferenças significativas entre os estabelecimentos considerados como pequenos, médios e grandes. Entretanto, estas diferenças referem-se muito mais aos tipos

de propriedade, forma de valorização econômica, utilização da terra e relações de trabalho do que quanto aos tipos de insumos aplicados. Isto quer dizer que, tanto nos estabelecimentos pequenos como nos médios e grandes, os indicadores de modernização da atividade agrícola (emprego de mecanização, adubação química, sementes selecionadas e praguicidas) estão presentes. O que se notou, entretanto, é que a adoção destes insumos tem sido feita, na maioria das vezes, sem muita preocupação com as reais necessidades e, o que é pior, sem o devido cuidado com as conseqüências, seja no aspecto referente à perda de solo por uso indevido ou constante de maquinaria pesada, seja no que diz respeito à poluição de rios, contaminação de alimentos ou até mesmo intoxicação provocada pelo uso incontrolado de praguicidas.

Os motivos apontados, portanto, justificam a análise da forma como vêm sendo utilizados os praguicidas, da frequência de aplicação e da orientação técnica recebida pelo agricultor, além do problema de assistência técnica à agricultura, em separado, uma vez que são comuns aos três estratos de área; isto é, aparecem, com maior ou menor grau, tanto nos pequenos como nos médios e grandes estabelecimentos.

As conseqüências da modernização e a penetração do capital industrial multinacional no setor rural de Rio Claro

Os objetivos da política de modernização da agricultura implantada no Brasil, principalmente no Estado de São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Sul, na década de sessenta, visavam, além do aumento da produção e da produtividade, à melhoria do nível de vida da população rural.

Em Rio Claro, conforme se constatou através da realização da pesquisa de campo, os indicadores do processo de modernização da agricultura realmente estão incorporados ao processo, significando que os agricultores, de modo geral, passa-

ram a adotar a mecanização, a adubação química, as sementes selecionadas e os praguicidas em suas plantações, sem, entretanto, atingir os objetivos propostos pela política. Isto porque, na maioria dos estabelecimentos agrícolas, estes insumos foram sendo introduzidos sem o controle rigoroso de técnicos, provocando conseqüências desastrosas.

O consumo de praguicidas tem aumentado ano a ano no conjunto da agricultura brasileira, conforme já tem demonstrado grande número de autores como Chaves (1973) em trabalho básico publicado pelo IPEA e Graziano da Silva (1982). No Estado de São Paulo, evidentemente, o consumo destes produtos também vem aumentando, uma vez que este é o espaço considerado como o mais modernizado do país. Analisando-se as vendas de praguicidas por regiões geoeconômicas e/ou Estados no ano de 1983, observa-se que o Estado de São Paulo é o maior consumidor de inseticidas e fungicidas do Brasil ocupando a 2^a posição no que se refere aos herbicidas, cujo consumo é inferior apenas aos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No cômputo geral, entretanto, a agricultura paulista consumiu, em 1983, 35.90% do total de praguicidas vendidos no país (Anexo 4).

Existe uma infinidade de praguicidas registrados no país, considerando produtos técnicos + pré-misturas + formulações. De acordo com a ANDEF (Associação Nacional de Defensivos Agrícolas), o número de praguicidas existente em junho de 1983 era igual a 1.879, e o número de registros de formulações (produto acabado pronto para uso) era de 1.372 (Defesa Vegetal, nº 2, 1984).

Embora não haja dados sobre o consumo destes produtos no município de Rio Claro no ano de 1983, pode-se deduzir que tenha sido elevado, uma vez que quase 50% dos entrevistados fazem uso de praguicidas em suas plantações. Segundo Graziano Neto (1982), o consumo de praguicidas na agricultura brasileira está em torno de 2 kg/ha de lavouras, em termos de princípios ativos, existindo estimativas que indicaram, no ano de 1976, um consumo de 9,1 kg de formulações (produto comercial) por hectare, valor bastante elevado por ser média nacional.

No município de Rio Claro a utilização de praguicidas é disseminada por todos os estratos, adquirindo maior importância, à medida que aumentam os valores de área, não significando, porém, que nos estabelecimentos de menor área o percentual de usuários seja pequeno. Nos estabelecimentos com área entre 0,1 l- 20,2 ha, a proporção é elevada, da ordem de 39.5%; 51.8% nos estabelecimentos entre 20,2 l- 242,4 ha e 81.8% naqueles com área superior a 313,3 ha.

Além da distribuição dos usuários de praguicidas pelos estratos de área (figura 10), é necessário conhecer a frequência de aplicação dos produtos durante o ano, a fonte de orientação técnica para a aplicação, os produtos utilizados e o grau de toxicidade dos mesmo. A figura 12 mostra que a grande maioria dos entrevistados aplica praguicidas em suas lavouras uma vez por ano; isto ocorre em todas as classes de área, porém fato que chama a atenção é o da aplicação em maior número de vezes durante o ano nos estratos de menor área e de área intermediária (Tabela 13). Isto, em parte, é explicado por estarem englobados praguicidas vegetais e animais, pois, no caso de granjas e atividade pecuária, há necessidade de utilização de produtos veterinários praticamente todo mês ou em intervalos pequenos. O número de agricultores que não declararam a frequência de aplicação ou que disseram aplicar "quando precisa" não é desprezível e demonstra o desinteresse com que tratam este assunto. Ao analisarmos as fontes de orientação técnica de que o agricultor lança mão para aplicar praguicidas, constatamos que pouco mais de 35% dos usuários não recebem nenhuma orientação, quer dizer, compram o produto, às vezes seguindo instruções de comerciantes de produtos agropecuários da cidade, que dizem ser tal produto eficaz para isso ou aquilo, e aplicam indiscriminadamente o praguicida sem precaução alguma. Pode-se notar pelos dados da tabela 11 que este fato ocorre nos 2 estratos inferiores de área. Pouco mais de 35% dos usuários declararam receber orientação efetiva, principalmente de agrônomos, mas também de veterinários; estes usuários distribuem-se pelos 3 estratos de área, principalmente nos estabe-

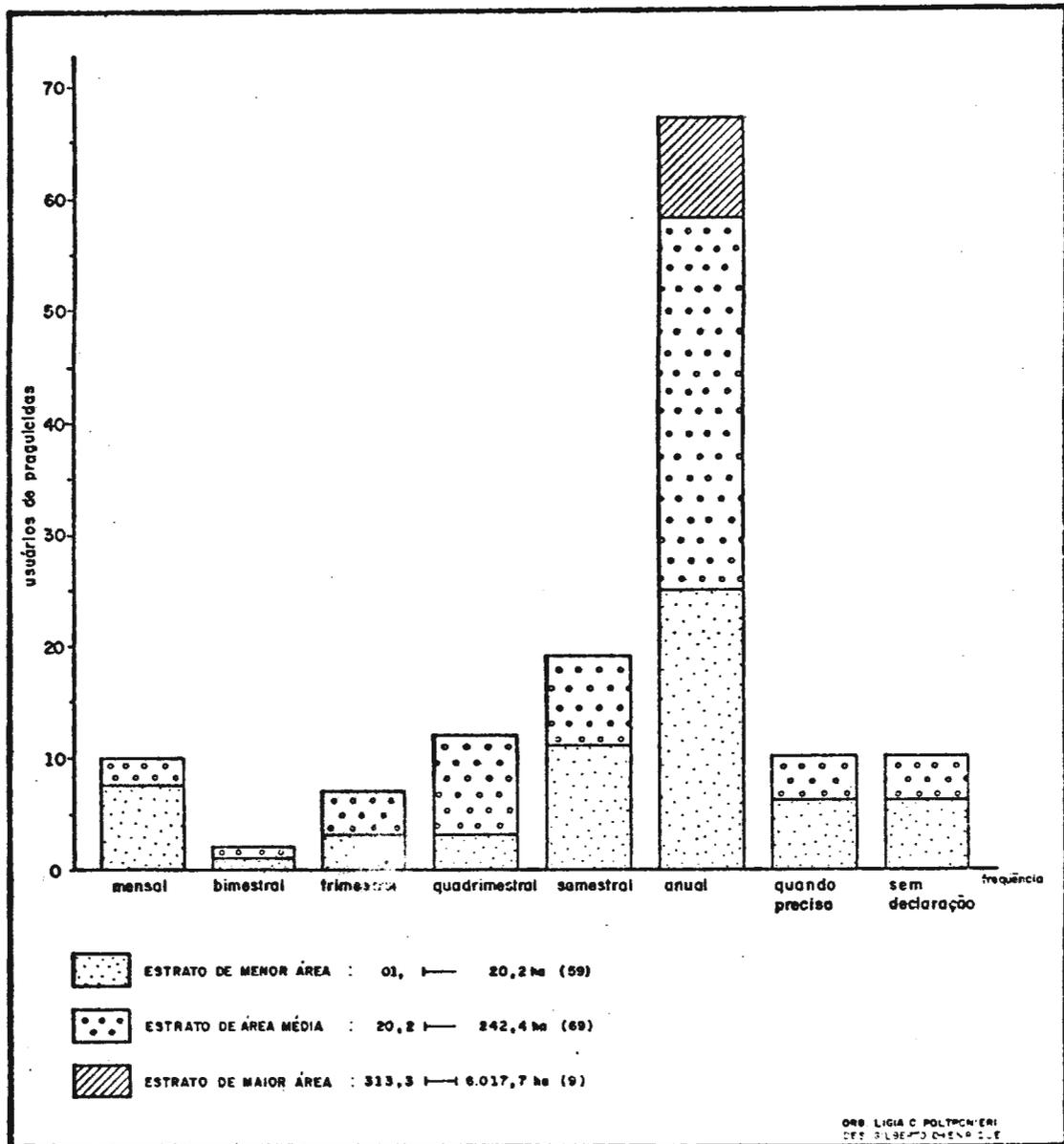


FIG.12 - USUÁRIOS DE PRAGUICIDAS VEGETAIS E ANIMAIS - FREQUÊNCIA ANUAL DE APLICAÇÃO POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO (n = 137).

TABELA 13

FONTE E FREQUÊNCIA ANUAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATO DE ÁREA

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	NÃO	ASSISTÊNCIA TÉCNICA							TOTAL
		SIM: FONTE							
		AGRÔNOMO	VETERINÁRIO	AGRÔNOMO E VETERINÁRIO	ZOOTECNISTA E AGRÔNOMO	VENDEDOR DO ADUBO	PESSOAS DO RAMO	VENDEDOR DO TRATOR	
0,1 - 20,2	113	13	13	3	-	2	5	-	149
20,2 - 242,4	87	25	15	3	1	-	1	1	133
313,3 - 6.017,7	1	10	-	-	-	-	-	-	11
TOTAL	201	48	28	6	1	2	6	1	293

Org. L.C. Poltronieri

TABELA 13

FONTE E FREQUÊNCIA ANUAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATO DE ÁREA - (continuação)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	FREQUÊNCIA ANUAL									TOTAL
	SEMA- NAL	MEN- SAL	BIMES- TRAL	TRIMES- TRAL	QUADRI- MESTRAL	SEMES- TRAL	ANUAL	QUANDO PRECISA	SEM DE- CLARAÇÃO	
0,1 20,2	5	6	2	2	7	3	7	2	2	36
20,2 242,4	3	7	1	3	3	9	16	2	2	46
313,3 6.017,7	3	6	-	1	-	-	-	-	-	10
TOTAL	11	19	3	6	10	12	23	4	4	92

Org. L.C. Poltroniéri

lecimentos de área intermediária e de grandes áreas.

O fato a ser destacado é que mais de 28% do total de usuários de praguicidas recebem orientação técnica basicamente do vendedor do produto, logicamente interessado em vender cada vez mais, pois quase sempre recebe apenas comissão sobre as vendas e, em função disto, "receita" seu produto e a quantidade a ser aplicada, muitas vezes superior àquela efetivamente necessária. Dentro deste percentual, aparecem ainda aqueles que apenas "lêem a bula" ou se aconselham com "pessoas mais experientes", geralmente vizinhos. Este grupo, somado àqueles que aplicam praguicidas sem nenhuma orientação técnica, corresponde a quase 65% do total de usuários, significando que a utilização dos praguicidas vem sendo feita, no mais das vezes, sem nenhum critério. Isto acarreta, como no caso dos adubos químicos, grande dispêndio de capital em produtos, cuja aplicação ou é desnecessária ou poderia ser ideal em doses menos elevadas.

Mas que produtos são estes que os agricultores estão manipulando sem qualquer precaução e aplicando, quase sempre, com absoluta falta de orientação técnica?

Para poder analisar este item, resumiram-se as respostas dadas pelos agricultores à questão: "Quais as espécies de praguicidas utilizadas pelo senhor e qual a finalidade da aplicação?" (Anexo 5). As respostas foram agrupadas de acordo com o conhecimento ou não do nome do produto, da espécie e da finalidade de aplicação, caracterizando 10 classes, desde aqueles que desconhecem o nome do produto que utilizam, não sabem a que espécie pertence, isto é, se é inseticida, herbicida ou fungicida, e não declararam para que fins o aplicam na plantação, até aqueles que lhe sabiam o nome, o classificaram corretamente quanto à espécie e declararam a finalidade de seu uso. Os dados confirmam quão alarmante está a situação do município de Rio Claro no que diz respeito ao uso de praguicidas. Nos três estratos de área é muito elevado o percentual de usuários que não foram capazes de fornecer corretamente as três informações solicitadas: 71.18%, 85.50% e 66.66%, respectivamente.

- no estrato de menor área, apenas 28.82% dos usuários sabem com que produto estão lidando;
- no estrato de área intermediária, a proporção é ainda menor; apenas 14.50% têm este tipo de conhecimento;
- no estrato de maior área, 33.33% foram capazes de fornecer as três informações de forma correta.

A operacionalização destes dados motivou a pesquisa em busca de informações sobre a toxidez dos produtos citados pelos agricultores. Deste modo, com base em publicações do Ministério da Agricultura, Secretaria de Defesa Sanitária e Vegetal - Sumário das Recomendações aprovadas para os defensivos agrícolas nos anos de 1977/1981 da Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral (1981) e nos trabalhos de Stellfeld et alii (1981) e Stellfeld (1984), enquadraram-se os produtos citados pelos agricultores na classificação toxicológica estabelecida pelo Ministério da Saúde em 14/03/1979, a saber:

- Classe I - formulações altamente tóxicas
- Classe II - formulações medianamente tóxicas
- Classe III - formulações pouco tóxicas
- Classe IV - formulações praticamente não tóxicas

A tabela 14 mostra, por estratos de área, o número de formulações citadas e sua classificação toxicológica, além do número de usuários por classe de toxidez¹². No conjunto da

¹² Estas análises foram feitas apenas com as formulações, cujo nome os agricultores sabiam; por isto, o número de usuários em cada estrato de área difere do apresentado na tabela 10, que se refere ao número total de usuários de praguicidas nos respectivos estratos.

TABELA 14

PRAGUICIDAS VEGETAIS E ANIMAIS - FREQUÊNCIA ANUAL DE APLICAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA, ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA E NÚMERO DE USUÁRIOS POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	FREQUÊNCIA ANUAL DA APLICAÇÃO								TOTAL
	MENSAL	BIMESTRAL	TRIMESTRAL	QUADRI- MESTRAL	SEMES- TRAL	ANUAL	QUANDO PRECISA	SEM DE- CLARAÇÃO	
0,1 — 20,2	2	1	3	3	11	25	7	7	59
20,2 — 242,4	8	1	4	9	8	33	3	3	69
313,3 — 6.017,7	-	-	-	-	-	9	-	-	9
TOTAL	10	2	7	12	19	67	10	10	137

Org. L.C. Poltroniéri

TABELA 14

PRAGUICIDAS VEGETAIS E ANIMAIS - FREQUÊNCIA ANUAL DE APLICAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA, ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA E NÚMERO DE USUÁRIOS POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO - (continuação)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	ORIENTAÇÃO TÉCNICA PARA A APLICAÇÃO							TOTAL
	NÃO	SIM: FONTE					PESSOA MAIS EXPERIENTE	
		AGRÔNOMO	VETERINÁRIO	VENDEDOR DE PRAGUICIDA	BULA			
0,1 - 20,2	23	8	1	21	4	2	59	
20,2 - 242,4	26	25	6	9	2	1	69	
313,3 - 16.017,7	-	9	-	-	-	-	9	
TOTAL	49	42	7	30	6	3	137	

Org. L.C. Poltroniéri

TABELA 14

PRAGUICIDAS VEGETAIS E ANIMAIS - FREQUÊNCIA ANUAL DE APLICAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA, ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA E NÚMERO DE USUÁRIOS POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO - (continuação)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	NÚMERO DE PRAGUICI- CIDAS CI- TADOS	CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA				TOTAL	NÚMERO DE USUÁRIOS POR CLASSE TOXICOLÓGICA*				TOTAL
		CLASSE I	CLASSE II	CLASSE III	CLASSE IV		CLASSE I	CLASSE II	CLASSE III	CLASSE IV	
0,1 - 20,2	8	3	2	3	-	8	15	18	3	-	36
20,2 - 242,4	25	8	13	1	3	25	11	11	1	5	28
313,3 - 6.017,7	9	1	3	5	-	9	1	1	1	-	3
TOTAL	41	12	18	9	3	42	27	30	5	5	67

* Relativo aos entrevistados que citaram o nome do praguicida utilizado.

Org. L.C. Poltroniéri

TABELA 14

PRAGUICIDAS VEGETAIS E ANIMAIS - FREQUÊNCIA ANUAL DE APLICAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA, ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA E NÚMERO DE USUÁRIOS POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO - (continuação)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	ESPÉCIES DE PRAGUICIDAS UTILIZADOS						TOTAL
	VEGETAIS					ANIMAIS	
	ACARICIDA	FORMICIDA	FUNGICIDA	HERBICIDA	INSETICIDA	CARRAPATICIDA	
0,1 - 20,2	-	1	2	1	4	-	8
20,2 - 242,4	1	2	1	8	6	7	25
313,3 - 6.017,7	-	-	2	6	1	-	9
TOTAL	1	3	5	15	11	7	42

Org. L.C. Poltroniéri

TABELA 14

PRAGUICIDAS VEGETAIS E ANIMAIS - FREQUÊNCIA ANUAL DE APLICAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA, ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA E NÚMERO DE USUÁRIOS POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO - (continuação)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	NÚMERO DE USUÁRIOS POR ESPÉCIE DE PRAGUICIDA*						TOTAL
	VEGETAIS				ANIMAIS		
	ACARICIDA	FORMICIDA	FUNGICIDA	HERBICIDA	INSETICIDA	CARRAPATICIDA	
0,1 - 20,2	-	3	5	17	11	-	36
20,2 - 242,4	1	2	-	11	9	5	28
313,3 - 6.017,7	-	-	-	2	1	-	3
TOTAL	1	5	5	30	21	5	67

* Relativo aos entrevistados que citaram o nome do praguicida utilizado.

Org. L.C. Poltroniéri

amostra, mais de 70% dos praguicidas utilizados classificam-se nas classes I e II, altamente e medianamente tóxicos; estes produtos são utilizados em todos os estratos de área, mas principalmente nos estabelecimentos de menor área, justamente aqueles que, como vimos, fazem as aplicações com maior frequência durante o ano e, quase sempre, sem orientação técnica. Em menor número foram citadas formulações classificadas nos tipos III (pouco tóxicas) e IV (praticamente não tóxicas), com número também inferior de usuários. A figura 13 facilita a visualização, devendo-se ressaltar que o elevado número de produtos medianamente tóxicos se deve aos produtos animais que, se considerados em separado, totalizam 6; deste modo, os praguicidas vegetais desta classe são em número igual aos da Classe Toxicológica I (altamente tóxicos).

Nos estratos de menor área é que estão sendo utilizadas as formulações com maior grau de toxidez. Convém verificar também quais as espécies de formulações utilizadas pelos agricultores. De modo geral, no conjunto da amostra, predominam os herbicidas, sendo o número de usuários desta espécie também mais elevado, seguidos pelos inseticidas, carrapaticidas, fungicidas, formicidas e acaricidas (Tabela 14). A figura 14 mostra as espécies de praguicidas vegetais e animais por estrato de área e o número de usuários em cada um deles. Nota-se que no estrato de menor área se utilizam formicidas, fungicidas, herbicidas e inseticidas; no estrato de área intermediária, aparece maior diversificação com a inclusão de acaricidas e maior variedade de formulações, principalmente de herbicidas, inseticidas e carrapaticidas, e este é o estrato onde os agricultores desconhecem, em maior grau, os nomes dos produtos que utilizam.

No estrato de maior área, são basicamente de herbicidas, inseticidas e fungicidas as formulações utilizadas. A fim de ilustrarmos ainda um pouco mais o assunto, apresentamos na figura 15 as espécies de praguicidas, o número de usuários por espécie e a classificação toxicológica das formulações. Através dela, visualizam-se muito bem as espécies de formulações

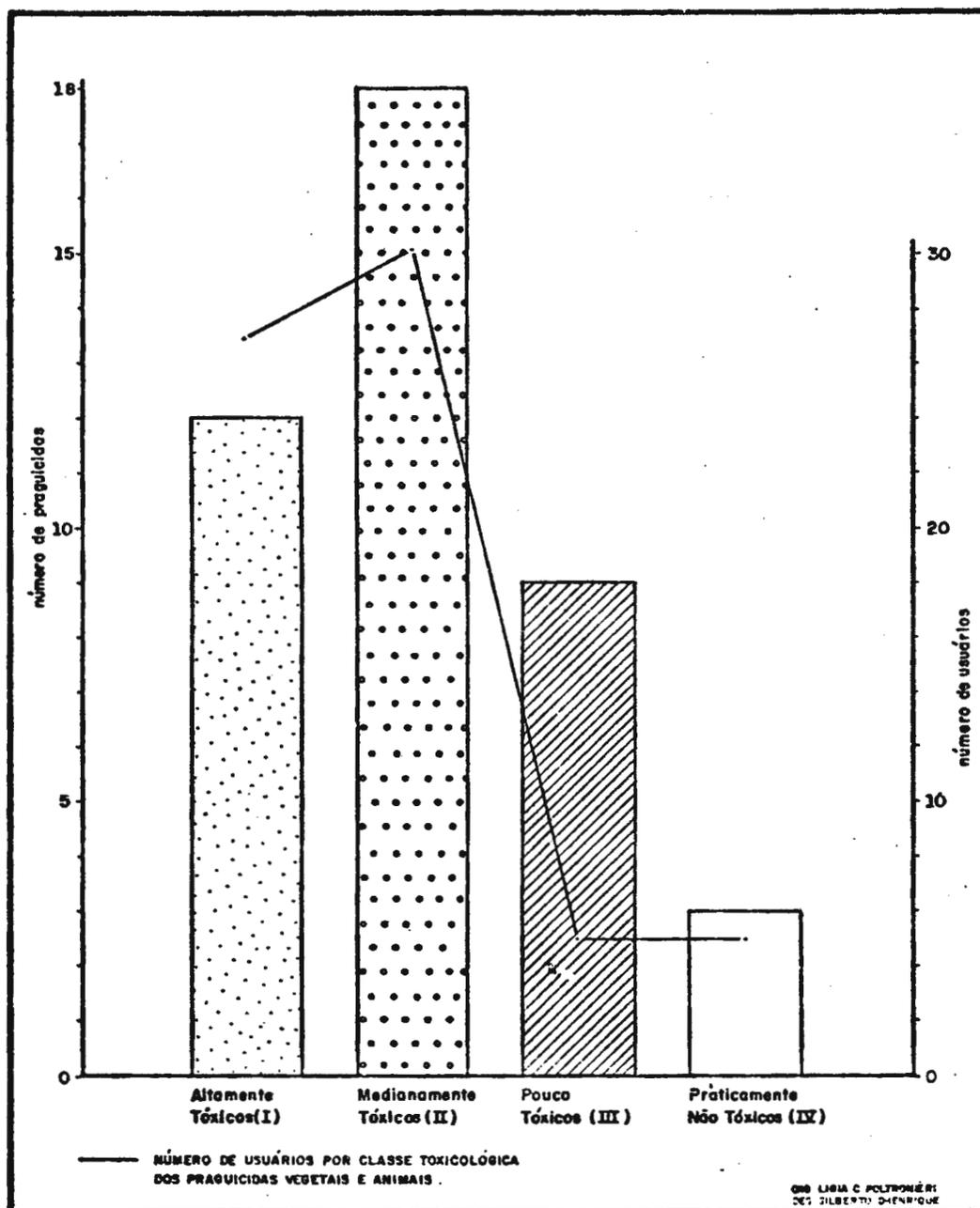


FIG.13 - PRAGUCIDAS VEGETAIS E ANIMAIS - CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA E NÚMERO DE USUÁRIOS POR CLASSE.

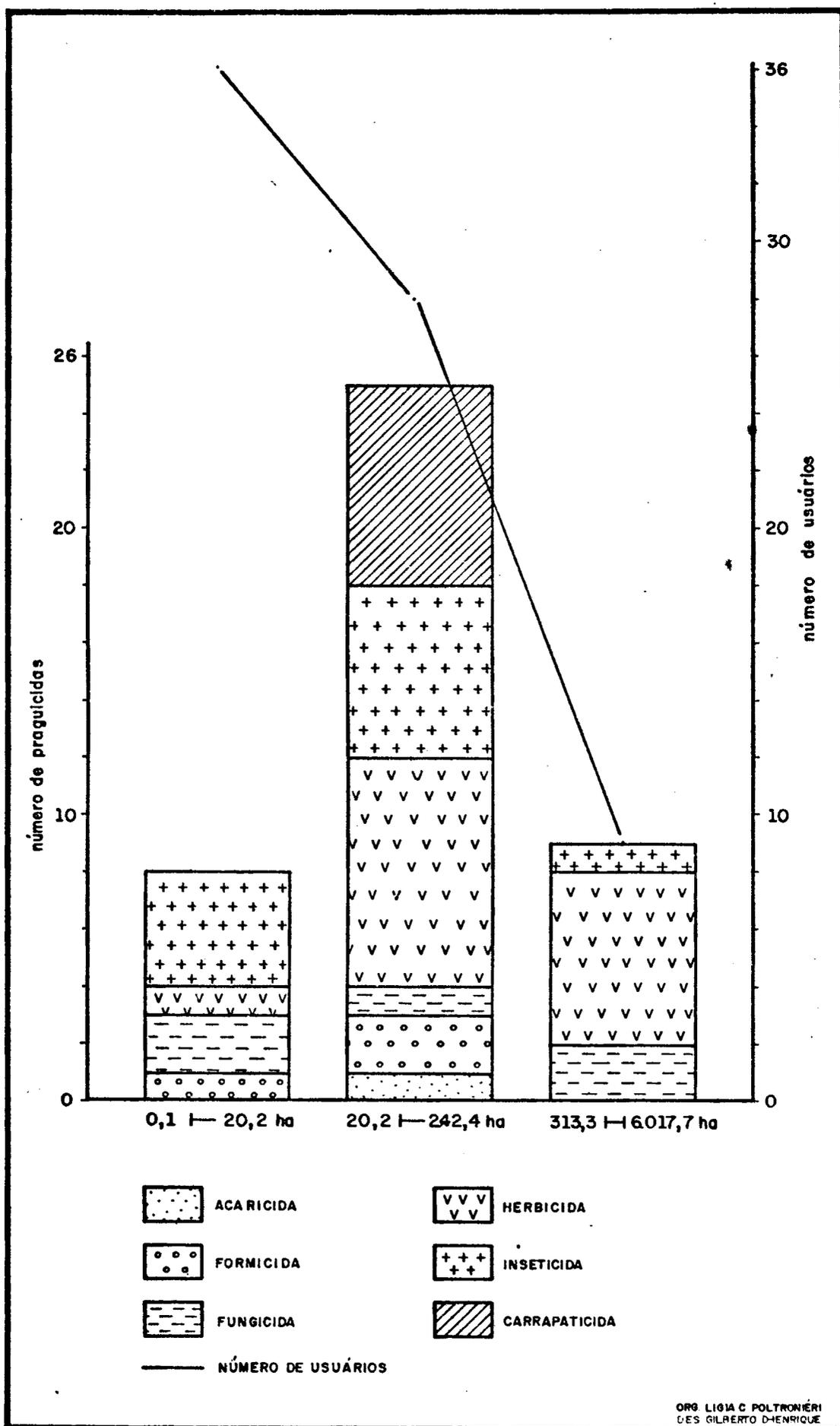


FIG.14- ESPÉCIES DE PRAGUICIDAS VEGETAIS E ANIMAIS E NÚMERO DE USUÁRIOS POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO.

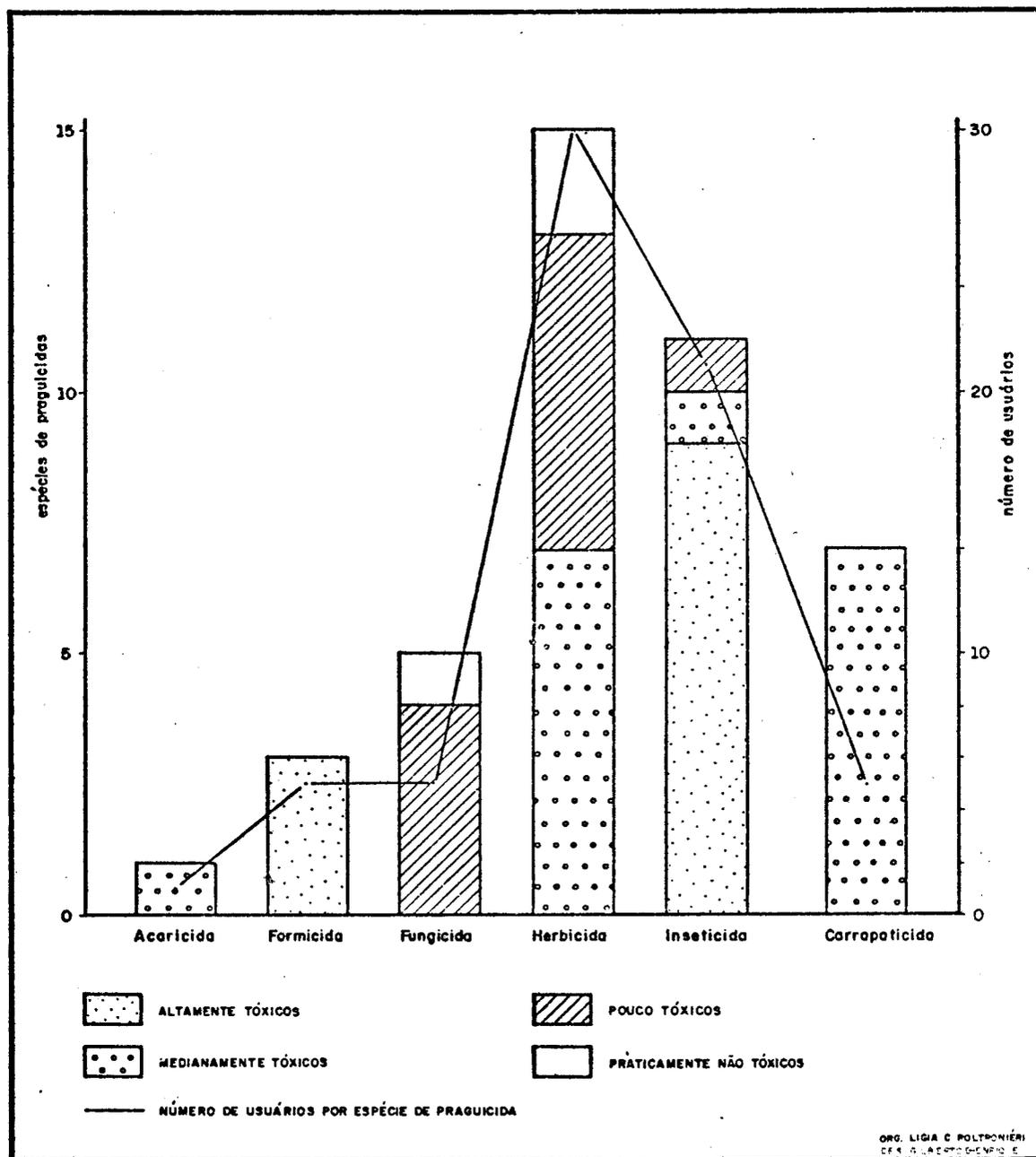


FIG.15 - ESPÉCIES DE PRAGUICIDAS VEGETAIS E ANIMAIS, CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA E NÚMERO DE USUÁRIOS POR ESPÉCIE.

mais utilizadas e amplia-se o referencial de informações com o grau de toxidez de cada espécie. Os herbicidas, que são os mais utilizados, são predominantemente de toxicidade média para pouco tóxico ou praticamente atóxico. O caso mais sério, no nosso entender, considerando exclusivamente a toxicidade, refere-se às formulações de inseticidas; são, na maioria, altamente tóxicas, com grande número de usuários principalmente nos estabelecimentos de menor área (vide Tabela 14), o mesmo ocorrendo com os formicidas, embora com menor número de usuários. Representando o caso de uma outra forma, fica mais claro ainda o predomínio das formulações altamente e medianamente tóxicas nos estratos de menor área e de área intermediária, o pouco uso que os agricultores destes estratos fazem das formulações pouco tóxicas e a ausência de utilização daquelas praticamente não tóxicas (Figura 16).

Este é um problema muito sério, pois a aplicação indiscriminada, em dosagens acima das recomendadas, e a aplicação de formulações incorretas causam sérios problemas à natureza e geram efeitos contrários ao que se desejaria. Em outras palavras, ao invés de controlar as pragas, passa a ocorrer um descontrole (Graziano Neto, 1982). As formulações que circulam no mercado brasileiro foram desenvolvidas, em sua maioria, para as regiões temperadas e, nos trópicos, as condições são muito diferentes; os ecossistemas são mais complexos, exigindo, portanto, técnicas de controle próprias. Isto é válido para inseticidas, fungicidas e herbicidas, fazendo com que haja, além da destruição da natureza, perda da qualidade dos alimentos, fato que poderia ser sanado através do uso mais racional de produtos altamente perigosos e prejudiciais à saúde.

Constatada a situação, vejamos a que tipo de regulamentação estão sujeitos os praguicidas vegetais e animais, segundo Steelfeld (1984). A Portaria nº 220 de 14/03/79, dos Ministérios da Agricultura e da Saúde, trata da padronização de rótulos dos defensivos agrícolas, obrigando a inclusão de faixas coloridas em vermelho, amarelo, azul e verde, da mais forte toxidez para a mais fraca, com os objetivos de facilitar o

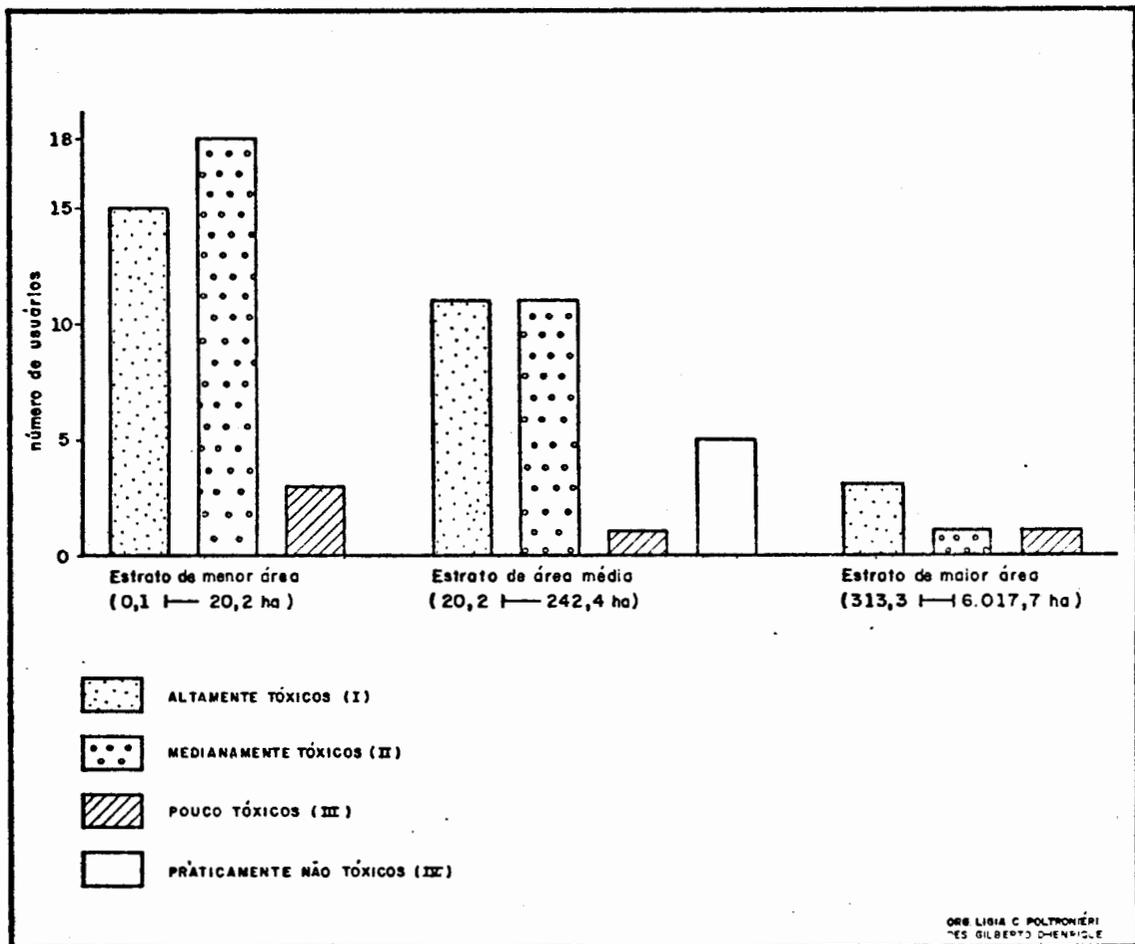


FIG.16 - PRAGUICIDAS VEGETAIS E ANIMAIS - CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA E NÚMERO DE USUÁRIOS POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO.

uso adequado e seguro pelos agricultores, estabelecer precauções para cada tipo de produto, facilitar a classificação e visualização dos produtos conforme seu grau de toxicidade e melhor proteger a saúde humana, o ambiente e a vida silvestre não daninha. Além das faixas coloridas, os rótulos devem conter informações médicas com advertências sobre os cuidados na manipulação, utilização de luvas, macacões e máscaras, óculos protetores, adequados a cada tipo de produto, preestabelecidos por esta Portaria. O perigo das formulações tóxicas está na absorção pela pele e não pela aspiração, como pensam muitos.

Em 13/01/1981, a Portaria de nº 007 do Ministério da Agricultura tornou obrigatoriamente de venda controlada as formulações classificadas nas classes I e II (altamente tóxicas e medianamente tóxicas), considerando a necessidade de harmonizar os aspectos fitossanitários, de saúde pública e de defesa do meio ambiente. Além disso, pela falta de orientação técnica no meio rural, são grandes os riscos de acidentes de intoxicação.

Esta "venda controlada", entretanto, é feita apenas em termos, porque a própria portaria adianta que a comercialização pode ser feita:

- diretamente aos distribuidores, revendedores ou varejistas;
- diretamente às empresas de prestação de serviços fitossanitários que são responsáveis por sua aplicação;
- diretamente aos usuários, pelas respectivas firmas registrantes, através do sistema de venda aplicada;
- diretamente aos usuários, através de apresentação de receita agrônoma, fornecida por engenheiro agrônomo, registrado no CREA.

Em 23/01/1981, a Portaria nº 001, "considerando a necessidade de se estabelecer uma fiscalização efetiva sobre o comércio de defensivos agrícolas sujeitos à venda controlada ou restrita", estabelece medidas que possibilitem o cumprimento das normas da Portaria nº 007, quais sejam:

Artigo 1º, § 1º: "as empresas comerciais (varejistas, revendedores, distribuidores, cooperativas e outras entidades) que transacionem defensivos agrícolas diretamente com usuários terão que se cadastrar junto às Delegacias Federais de Agricultura (DFAs) das respectivas unidades da Federação".

Artigo 2º: "terão de discriminar nas notas fiscais relativas aos produtos comercializados, além das marcas comerciais, os números de seus respectivos registros na DIPROF¹³, as classes toxicológicas componentes (I ou II) ou a expressão uso controlado ou restrito de acordo com a Portaria da Secretaria de Defesa Sanitária e Vegetal".

Artigo 3º: "as receitas deverão ser emitidas em 3 vias com a seguinte destinação: a primeira ficará em poder do usuário; a segunda via em poder do comerciante e a terceira, em poder do engenheiro agrônomo que emitir a receita".

Como se nota, as regulamentações existem. Resta saber se elas são cumpridas. Ao que parece, os dados apresentados relativos à utilização de praguicidas em Rio Claro demonstram que a legislação não é cumprida, pois, caso contrário, não seria tão elevada a proporção de usuários que fazem as aplicações sem a mínima orientação técnica ou as fazem através da "bula"

¹³ Divisão de Produtos Fitossanitários da Secretaria da Defesa Sanitária e Vegetal - Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária - Ministério da Agricultura.

do produto ou de conversa com vizinhos.

Um fato a ser ressaltado refere-se a um formicida, citado por todos os agricultores que utilizam esta espécie de praguicida, principalmente por aqueles do estrato de menor área, ter sido, desde 25/08/1982, através da Portaria nº 31 da Secretaria de Defesa Sanitária e Vegetal, considerado de venda controlada. O artigo 1º desta Portaria diz, explicitamente:

- "considerar de "venda controlada" todos os produtos à base do princípio ativo "Dodecacloro" (nome comum MIREX), até que as empresas registrantes apresentem dados científicos comprovando que as iscas granuladas do referido defensivo agrícola não colocam em risco a qualidade ambiental".

E o produto pode ser comprado por qualquer pessoa nos estabelecimentos comerciais agropecuários da cidade, sem nenhuma exigência de Receituário Agrônomo ...

Tal problema de falta de orientação técnica é muito grave, porque os agricultores estão lidando com produtos perigosos para a saúde sem qualquer precaução ou esclarecimento e estão produzindo alimentos que podem estar impregnados destas substâncias altamente tóxicas. Segundo conversas com agrônomos que atuam na região, pudemos constatar que, muitas vezes, os proprietários (os mais esclarecidos, evidentemente) não permitem que o agrônomo converse com o empregado encarregado da aplicação do praguicida para alertá-lo sobre os cuidados a serem tomados, para evitar que o mesmo queira "ganhar mais por estar mexendo com coisa perigosa".

Como se viu, os agricultores da amostra, em sua maioria, não recebem qualquer orientação técnica para a aplicação de praguicidas. Porém o mais desastroso é que há carência de assistência técnica no que se refere ao desenvolvimento da atividade agrícola de modo geral. A tabela 13 é suficiente para mostrar que quase 70% dos agricultores de todos os estratos de área não recebem assistência técnica; este fato é mais nítido nos estabelecimentos de menor área (75.83%) e nos de área in

intermediária (65.41%).

As seguintes justificativas para o fato de tão elevada proporção de agricultores não receber assistência técnica foram por eles apresentadas:

- 64.67% responderam: "não preciso, não aprecio as práticas deles; "dá prejuízo"; "vou pela experiência", "tenho vivência na coisa, fui nascido e criado no sítio"; "nunca procurei e sempre deu certo";
- menos de 1% afirmou: "busco orientação em livros e revistas especializadas";
- 1.49% consideraram ser "difícil encontrar agrônomo" e
- 32.33% não declararam os motivos pelos quais não procuraram assistência técnica.

Estas respostas dadas pelos agricultores dos estratos de menor área e de área intermediária demonstram que a maioria considera a sua experiência de vida na roça como o fator mais importante para dispensar a atuação de técnicos, agrônomos e ou veterinários. Houve também um representante do estrato de maior área que afirmou não precisar de assistência técnica.

No conjunto das unidades da amostra, pouco mais de 31% declararam manter contactos com técnicos. Destes, mais de 90% recebem assistência de fontes formais, principalmente agrônomos e veterinários, e os restantes, de fontes informais, como vendedores de adubo, revendedores de trator e pessoas mais experientes do ramo.

Em face de toda esta carência de difusão de conhecimentos técnicos no meio rural de Rio Claro, no qual apenas 30% dos entrevistados desenvolvem sua atividade calcada em gerenciamento técnico, o fato da maioria destes receber assistência advinda de fontes formais é um fato animador. Quanto à frequên

cia deste contacto durante o ano, conforme demonstram a tabela 13 e a figura 17, as respostas foram as mais variadas; destacam-se aqueles que recebem assistência uma vez por ano (25.00%), todo mês (20.65%) e aqueles, cujo contacto se faz a cada 6 meses (13.04%), a cada 4 meses (10.86%) e toda semana (11.95%).

Nestes casos de assistência técnica semanal, incluem-se, principalmente, as granjas particulares ou em integração, cujo controle sanitário é necessário, mas também os estabelecimentos de grandes áreas; nos contatos mensais, são principalmente as áreas canavieiras ligadas, de uma forma ou de outra, às Usinas.

Quanto aos estratos de área, o único fato que chama a atenção é que nos estabelecimentos de maior área a frequência de assistência técnica durante o ano é, evidentemente, maior, principalmente mensal, semanal ou trimestral.

As finalidades pelas quais os agricultores usuários recorrem à assistência técnica referem-se, na maioria, à resolução de problemas relativos à aquisição de sementes, utilização de máquinas e implementos, técnicas de plantio e vacinação do gado (53.26%). Pouco mais de 40% (42.93%) apresentaram preocupações um pouco diferentes e mais específicas de uma determinada atividade; assim, procuram os técnicos para resolução de questões relativas a:

- tratos culturais e pulverização de pomares (7 agricultores);
- controle de pragas (1);
- análise e adubação do solo (5);
- vacinação, doenças e exames de sangue de gado (13);
- cultura de capineiras, inseminação artificial e cruzamentos (4);
- controle sanitário e de produção de aves (5);
- apicultura: doenças e aquisição de rainhas (2).

Estes dados, no nosso entender, são perfeitamente confiáveis e demonstram que efetivamente estes agricultores procu

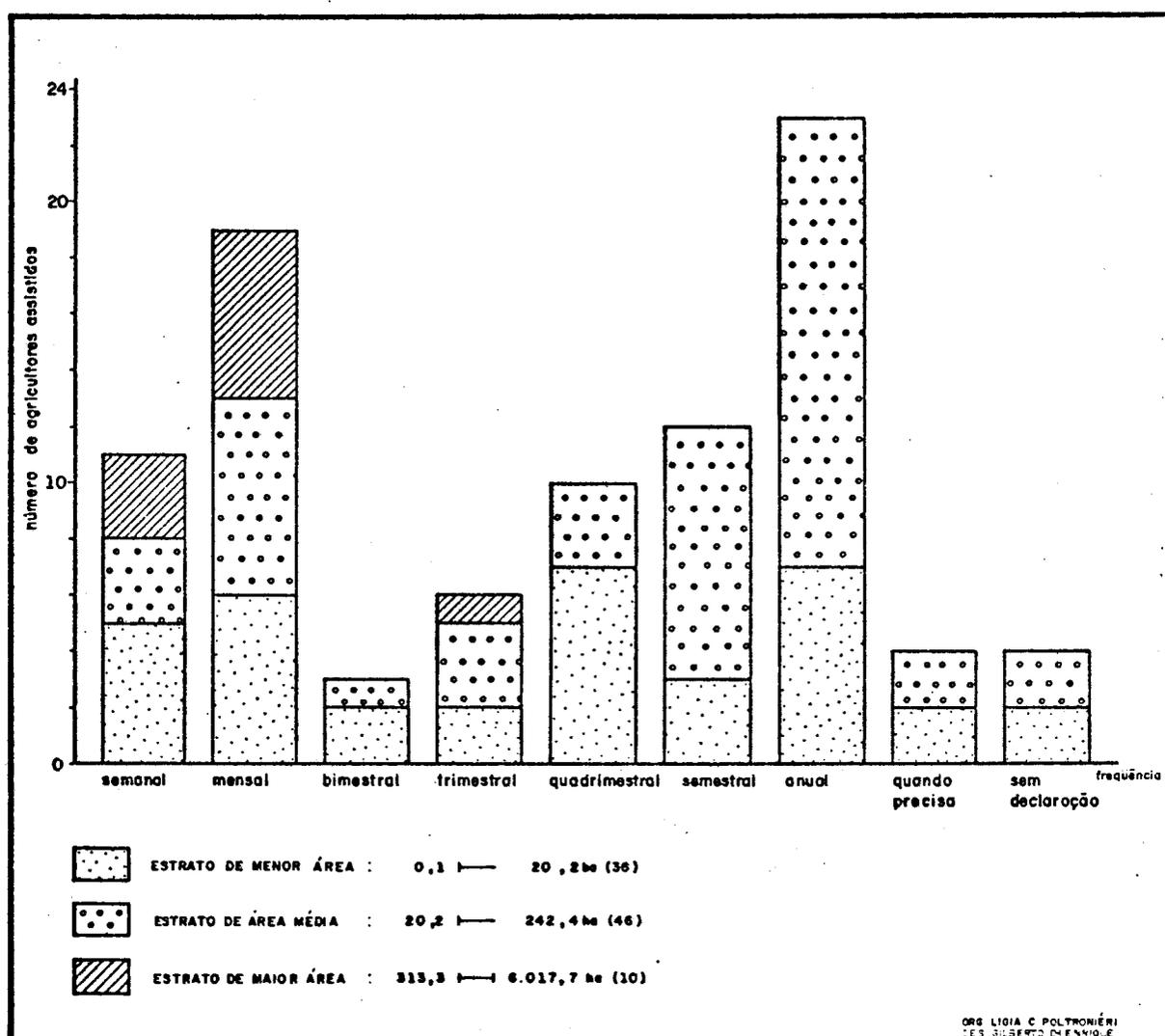


FIG.17 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA - FREQUÊNCIA ANUAL DE RECEBIMENTO POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO (n = 92)

ram os técnicos, sejam agrônomos, veterinários ou zootecnistas, para obter instruções e procedimentos, uma vez que apenas 4.34% dos entrevistados não declararam a finalidade pela qual necessitam de assistência técnica.

Fica mais uma vez patente o desinteresse com que os agricultores tratam os problemas de pragas na lavoura, pois apenas um médio proprietário declarou procurar o agrônomo para orientação quanto a este aspecto.

Outro indicador da penetração do capital industrial no campo em Rio Claro é o setor avícola. O município sempre se destacou quanto ao desenvolvimento da avicultura, mas, mais recentemente, foram introduzidas modificações no setor, com o aparecimento de granjas em processo de integração.

Autores como Graziano Neto (1982) e Graziano da Silva (1980) apontam as granjas em integração como um dos exemplos mais típicos da industrialização da agricultura, isto é, do processo de transformação da agricultura pelo capital. O objetivo desta transformação é, evidentemente, aumentar a produtividade do trabalho, fazendo com que cada indivíduo ocupado no setor agrícola passe a produzir mais. Uma das formas de conseguir isto é justamente a introdução de produtos do setor industrial: adubos, máquinas, praguicidas, enfim, os "insumos modernos". Segundo Graziano da Silva (1980) "é como se o sistema capitalista passasse a "fabricar" uma natureza que fosse adequada à produção de maiores lucros". É neste sentido que a avicultura é considerada como exemplo de extrema dependência do setor agrícola em relação ao setor industrial. Quando se passou a confinar as galinhas para aumentar a produção de ovos, estimulou-se o desenvolvimento de uma infinidade de outras atividades: fábricas de ração, de chocadeiras, de pintinhos, de matrizes, de medicamentos, sempre relacionados aos grandes capitais, geralmente multinacionais.

No conjunto da amostra, 12 estabelecimentos se dedicam a esta atividade, alguns exclusivamente, outros como atividade secundária (caso específico da Granja Jussara, inserida em uma grande propriedade, cujos cultivos principais são a

cana-de-açúcar e o café).

Dos que optaram pela avicultura, de modo geral pequenos e médios proprietários, alguns desenvolvem a atividade individualmente, outros no processo de integração com as fábricas de ração, outros são estabelecimentos de propriedade de empresas multinacionais (Arbor Acres, por exemplo). Em nossa amostra, três estabelecimentos estão engajados no processo de integração, o qual funciona do seguinte modo: o proprietário fornece as instalações, a água, a luz e a mão-de-obra, e a empresa, os pintos de um dia, a ração, os medicamentos, a assistência veterinária. O pagamento que o proprietário recebe é feito em função de uma conversão da produção: ração x kg de carne de frango produzida, isto é, uma relação entre a engorda do frango e a ração consumida. Significa, portanto, que o objetivo da empresa é gastar menor quantidade de ração para maior quantidade de carne produzida, bem dentro da lógica capitalista. No final do processo, o proprietário recebe uma porcentagem referente ao saldo do que ele produziu (quilos de carne), deduzidos os débitos que tem perante a empresa (ração). Este produtor está, então, pressionado pelo setor industrial de ambos os lados; é este setor que lhe fornece os insumos para o desenvolvimento da atividade e é ele mesmo quem determina os preços do produto final e, como vimos, quem ganha com isto é, evidentemente, a indústria. O interessante é que os proprietários rio-clarenses não têm consciência disto; acham que o processo é uma boa forma de ganhar dinheiro, chegando um deles a afirmar "queríamos aplicar o dinheiro não em poupança; resolvemos aplicar em terras, mas que desse dinheiro. Optamos pela granja em integração, que o lucro é mais certo".

Um outro destaque deve ser feito para uma granja, cujo direcionamento é produção de pintos de um dia. Esta atividade também está engajada nesta transformação de agricultura pelo capital; o avicultor adquire as matrizes (machos e fêmeas), cria e, depois de 6 meses, as fêmeas iniciam a postura, que se desenvolve por aproximadamente 10 meses; após este período, são abatidas por se tornarem antieconômicas. Os pintos de um dia

são fornecidos para outras granjas da região que dependem desta produção para a continuidade de sua atividade.

Com exceção de um, todos os proprietários que se dedicam à avicultura, já fizeram, em alguma época, financiamentos bancários para o custeio da atividade; no ano de 1983, apenas dois estavam vinculados aos bancos, embora um deles desenvolva a atividade em processo de integração.

Em síntese, a situação da agricultura rio-clareense no ano de 1983 reflete a sucessão de transformações ocorridas no campo desde a organização das grandes fazendas no início do século XIX; estas dedicaram-se, inicialmente, ao cultivo da cana-de-açúcar com base no trabalho escravo e, posteriormente, à cafeicultura utilizando mão-de-obra escrava e de imigrantes italianos. Com a decadência deste cultivo, a consequência principal foi, sem dúvida, a fragmentação das propriedades.

No início do processo de ocupação da área, a aquisição de terras, além de significar prestígio e riqueza, era um investimento mais seguro no contexto da organização política colonial, uma vez que estes bens não podiam ser confiscados como o eram produtos comercializáveis, animais ou dinheiro. Até 1850, data da Lei de Terras, os únicos títulos de terra reconhecidos eram as sesmarias, e um colonizador livre poderia valer-se dos recursos de parentes para conseguir terras, desde que todos os membros da família fossem prósperos (Dean, 1977). Em Rio Claro foram doadas dez sesmarias, e, destas, apenas "uma parece ter sido estabelecida por uma associação desse tipo, a da família dos Pereira, que se dedicavam à criação de gado e de cavalos" (Dean, 1977). As demais foram todas concedidas a especuladores ou a pessoas muito ricas e importantes que já possuíam fazendas em outros lugares.

Segundo o mesmo autor, os primeiros moradores foram marginalizados em lotes legalizados de apenas 170 hectares, e os donatários passaram a vender grandes extensões de suas quotas para outros que ou as revendiam ou estabeleciam lavouras. Em 1855, época do primeiro registro geral de terras em Rio Claro, revelou-se a mobilidade dos proprietários, pois algumas de

clarações mostram três ou mais donos a partir do sesmeiro original, de mais ou menos 30 anos antes.

A concessão das sesmarias não anulou por completo os direitos dos posseiros iniciais, pois o donatário não podia, por lei, violar os direitos daqueles que vivessem dentro dos limites da sesmaria (Dean, 1977). Mas, apesar disso, a maioria dos ocupantes originais foi expulsa pelos donatários, por meio de ameaças e danos às plantações. Furtado (1975) lembra que aqueles que não desejassem depender da empresa agromercantil eram forçados a deslocar-se para terras mais distantes, sem interesse comercial imediato. Em Rio Claro, realmente, muitos moradores, considerados intrusos, preferiram abandonar a terra e estabelecer-se mais além, sem qualquer despesa, a ficar como rendeiros na sesmaria.

Este processo não eliminou de todo a pequena propriedade. Dean (1977) demonstrou que os recenseamentos realizados em 1822 e 1835 e o registro de terras de 1855-57 apresentaram apenas um pequeno declínio na proporção de famílias rurais que trabalhavam suas próprias terras, embora tenha decrescido a área ocupada por elas em relação ao total. O mesmo autor considera que, pelo menos no início do regime das grandes lavouras, os pequenos proprietários de Rio Claro ainda dispunham de um crescente mercado para os excedentes de sua produção, mas não tinham condições de concorrer com a empresa agromercantil na produção destinada à exportação. Fatores como dificuldade de acesso a melhores terras, capacidade financeira para comercialização dos produtos e concorrência com a mão-de-obra escrava explicam essa dependência.

Em 1857, o surgimento do minifúndio em Rio Claro é considerado por Dean (1977) como um indicador do processo de marginalização pelo qual passaram os pequenos proprietários; de fornecedores de produtos, eles passaram a mão-de-obra em regime parcial, dependendo ainda dos fazendeiros em todos os setores, pois estes ocupavam todos os postos importantes do pequeno núcleo. A Constituição de 1824 previa que os proprietários de terras e ou negócios fossem considerados como eleito-

res, motivo pelo qual o pequeno proprietário era visto com bons olhos e tratado respeitosamente pelos fazendeiros, mas, em troca, lhes devia fidelidade em todos os sentidos. Aliás, no Brasil, de modo geral, a propriedade da terra foi utilizada para formar e moldar uma comunidade tutelada e a serviço dos objetivos da empresa agromercantil (Furtado, 1975).

Em Rio Claro, os fazendeiros recebiam em suas propriedades trabalhadores destituídos de terras, subdivididos em dois grupos: os agregados, que correspondiam àqueles que adquiriam certa estabilidade, e os camaradas, contratados para determinada tarefa. O sistema social vigente na época era dos mais violentos. Para tudo se empregava a força: para expulsar os posseiros, defender os limites da propriedade, controlar os escravos e controlar socialmente os despojados dos meios de produção.

A manutenção deste sistema social, baseado na grande propriedade, exigia o cultivo de um produto de exportação para que a classe de proprietários pudesse auferir lucro de suas terras. Em Rio Claro, nos primeiros trinta anos, cultivou-se a cana-de-açúcar, produto que não se mostrava com boas perspectivas no mercado. A partir de 1862, o açúcar foi cedendo lugar ao café, não só pela maior demanda do mercado mundial, mas, também, pelo fato da cafeicultura apresentar custos de produção menos elevados, exigir emprego de menor quantidade de mão-de-obra, produzir ininterruptamente por cerca de trinta ou quarenta anos, sem necessidade de replante e, ainda, possibilitar maior margem de lucro.

O café permaneceu como a principal cultura, em Rio Claro, desde a década de 1850 até a de 1930. As fazendas eram quase auto-suficientes no que se refere a alimentos, materiais de construção e animais de tração; a lavoura era diversificada: plantava-se milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar e algodão. Em algumas eram criadas vacas, cabras, ovelhas, cavalos e mulas.

Entre 1850 e 1860, Rio Claro constituía o último limite do cultivo rendoso do café. Nas terras além do município,

o custo do transporte do produto até o porto de Santos já representava percentual elevado demais em relação ao preço de venda. A ligação de Rio Claro a Santos, por via férrea, a partir de 1876, reduziu o custo do transporte do café, ampliou o comércio de outros bens e reduziu muito as distâncias entre o interior e o litoral.

Os fazendeiros de Rio Claro moravam nas próprias terras ou na cidade; em fins do século XIX, entretanto, eles se transferiram para a capital, entregando as lavouras a administradores que enviavam constantemente registros das atividades desenvolvidas.

Nas terras do município, seguia-se o sistema de exploração do trabalho que prevalecia no restante do Brasil, onde havia grandes propriedades e a possibilidade de produzir para exportar. Em Rio Claro, os escravos ocupavam-se de todos os estágios do cultivo, desde a derrubada da floresta à operação da maquinaria de beneficiamento. Até a abolição da escravatura, não havia lavouras de homens livres no município; todas dependiam do trabalho servil para manter a produção. Desde 1849, entretanto, o trabalho assalariado livre, de europeus, foi sendo cada vez mais empregado em Rio Claro, coexistindo os dois sistemas por cerca de quarenta anos.

Segundo Dean (1977), a abolição da escravatura em Rio Claro aconteceu repentinamente, com violência e excessiva dose de racismo. Em decorrência deste processo, houve divisão das grandes propriedades, e os fazendeiros passaram a explorar o trabalho do imigrante europeu.

Em 1886, Rio Claro era o terceiro maior produtor de café da província; o apogeu da produção ocorreu em 1901, mas Rio Claro já não se encontrava entre os dez principais municípios cafeeiros de São Paulo, perdendo posição para a nova zona aberta em Ribeirão Preto e pela expansão do plantio além de Jaú e Araraquara.

Estas transformações provocaram consequências importantes, principalmente a diversificação da agricultura da área e o abandono do trabalho agrícola por imigrantes que pas-

saram a viver na cidade como artífices. Com isto, houve proliferação de pequenas indústrias em Rio Claro, cuja acumulação gerou a classe média urbana e a diversificação dos empregos, em função das modificações nos hábitos de consumo.

A maioria dos fazendeiros do município residia em outras cidades, e a acumulação de capital no local era praticamente nula.

A decadência da cafeicultura, a fragmentação das propriedades e a falta de capital circulante, aliadas aos desmembramentos que o município sofreu e às condições de solos pouco férteis predominantes na área, contribuíram para que na agricultura do município, nas primeiras décadas deste século, predominassem as pastagens, principalmente naturais. Apenas a partir da década de sessenta é que começaram a transparecer algumas modificações na organização da terra agrícola, com incremento maior das lavouras temporárias, principalmente cana-de-açúcar.

Concomitantemente a estas transformações, houve intensificação no uso da tração mecânica e a incorporação pelos agricultores rio-clarenses da adubação química, do emprego de sementes selecionadas, da aplicação de praguicidas vegetais e animais e da utilização de outras máquinas além do trator e implementos, insumos normalmente aceitos como indicadores do processo de modernização da agricultura. Mesquita, Gusmão e Silva (1977) demonstraram que a agricultura de Rio Claro, àquela época, já se modernizara, principalmente pelo fator mecanização.

A prática da atividade agrícola com emprego de grande quantidade de insumos considerados modernos é de custo elevado, exigindo aplicação de grandes quantidades de capital; aqueles vêm sendo utilizados não apenas nos grandes estabelecimentos de Rio Claro, que apresentam maiores disponibilidades de recursos, mas também nos estabelecimentos de menor área e de área média, onde os recursos de capital são, sabidamente, mais restritos.

O processo de modernização da agricultura de Rio Cla-

ro, a partir da década de sessenta, provocou, inclusive, o desenvolvimento de atividades intimamente relacionadas ao setor industrial e dele dependentes, como a avicultura, por exemplo, evidenciando a presença do grande capital, principalmente multinacional, no setor rural do município.

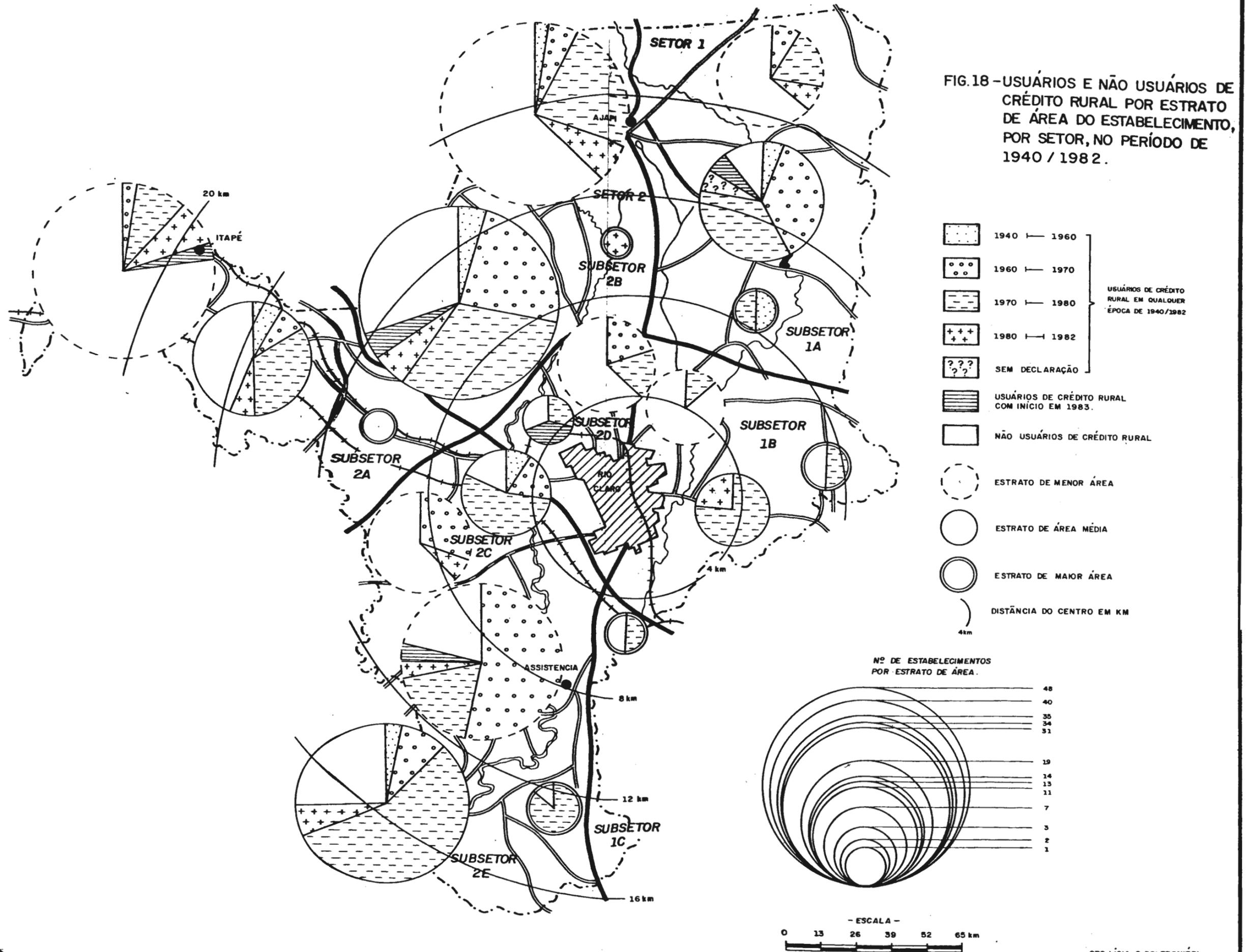
Mas como foi possível aos pequenos e médios agricultores desenvolver uma agricultura que exige injeções frequentes de insumos de várias ordens e de custo tão elevado?

No conjunto da amostra, 41.97% dos proprietários vêm desenvolvendo a atividade com recursos próprios; 58.03% porém, em algum período a partir de 1940, recorreram aos financiamentos bancários ou sempre se utilizaram deste expediente.

Com relação aos estratos de área, a situação não é muito diferente; pequenos, médios e grandes proprietários do município têm utilizado os recursos do crédito rural para as atividades de custeio ou investimento agrícola e pecuário. Nos estabelecimentos de menor área, a porcentagem de usuários é igual a 41.62%; nos médios estabelecimentos, aumenta para 75.94% e atinge 63.64% dos proprietários das grandes áreas.

A figura 18 mostra a distribuição dos usuários e não usuários do crédito rural no período 1940/1982 por setor, segundo os estratos de área. Grosso modo, comparando-a com a figura 10, nota-se grande concordância entre os usuários do crédito e os que adotam insumos modernos no processo agrícola, isto é, os subsetores que apresentam usuários de recursos do crédito rural em maior número, em qualquer época no período 1940/1982, correspondem justamente àqueles nos quais a adoção de insumos considerados modernos é também maior.

De fato, se considerarmos os que empregam os 4 insumos aqui considerados - mecanização, adubação exclusivamente química ou associada à orgânica, plantio com sementes selecionadas adquiridas em outro local ou combinação entre seleção feita na propriedade para alguns cultivos e aquisição, em outros locais, para plantio de outros produtos e aplicação de praguicidas, segundo os estratos de área, veremos que:



- nos estabelecimentos de menor área, do 62 usuários do crédito, 22 adotaram os quatro insumos citados, correspondendo, portanto, a 35.48%; 35 adotaram pelo menos 2 insumos modernos, principalmente mecanização e adubação química (56.45%), e 60 adotaram pelo menos 1 insumo moderno (96.77%);
- nos estabelecimentos de área média, dos 101 usuários do crédito, 30 empregam os 4 insumos, correspondendo a 29.70% do total; 84 adotaram pelo menos 2 (83.16%), e 100% empregam pelo menos 1 insumo moderno no desenvolvimento de sua atividade;
- nos estabelecimentos de maior área, dos 7 usuários do crédito, 57.14% empregam os 4 insumos (4), e 100% adotam pelo menos 3 dos insumos considerados.

As relações entre a utilização do crédito rural e a aquisição de máquinas, fertilizantes e outros insumos são tão estreitas, que revistas especializadas e de divulgação cedem espaço para noticiar fatos relativos às consequências das restrições creditícias nos setores que produzem insumos mecânicos e químicos. É o caso de matérias publicadas nas revistas Dirigente Rural e Veja, das quais destacamos, a título de exemplo, as que se seguem:

TRATORES E OUTRAS MÁQUINAS ENCALHAM NOS PÁTIOS

Dirigente Rural

Edição de dezembro de 1981, vol. XX, nº 12, pp. 8-12.

Este artigo demonstra que a produção e as vendas de tratores, implementos e outras máquinas tiveram queda acentuada devido às cotações pouco favoráveis dos produtos agrícolas nos mercados e às alterações nas regras do crédito rural, principalmente a elevação da taxa de juros, tanto para o custeio como para o investimento. No que se refere aos investimentos, as

taxas elevaram-se de 15% para 38% e, em dezembro de 1981 para 73.8% ao ano. A revista contém, ainda, neste número, artigos pertinentes ao assunto como pode ser notado pelos títulos: QUEDA NAS ENTREGAS DE ADUBOS AOS AGRICULTORES (pp. 18-21) e REDUÇÃO NO CONSUMO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS (pp. 29-34).

Alguns meses depois, em virtude das restrições de crédito, o assunto voltava a ser discutido; é o que mostra a matéria

COM CRÉDITO APERTADO, ADUBAÇÃO MAIS DIFÍCIL

Dirigente Rural

Edição de setembro de 1982, vol. XXI, nº 9, pp. 8-12.

Neste artigo são apontados os reflexos das dificuldades enfrentadas pelos agricultores na área do crédito rural para a safra 82/83, no setor de adubos. Lembra que na década de setenta o setor conheceu um crescimento de 14.5% ao ano em termos de consumo aparente de fertilizantes devido à política creditícia do governo que assegurava aos proprietários rurais uma série enorme de vantagens. Além disso, até 1979, havia obrigatoriedade de aplicação de 15% do financiamento de custeio em insumos modernos. Em dezembro de 1980, houve modificação abrupta e radical com a definição de novo conjunto de medidas pelo Conselho Monetário Nacional, as quais se referiam, principalmente, ao aumento da taxa de juros para 45% ao ano, na região Centro-Sul, para a compra de fertilizantes. Em consequência, os produtores passaram a lançar mão dos estoques acumulados e, quando havia necessidade de compra de adubos, esta era feita apenas na época do plantio e, além disso, considerando as exigências mínimas. O resultado é que, em 1981, houve queda de 36% no consumo aparente de fertilizantes em comparação com o ano de 1980; esta porcentagem não representa queda real nas aplicações, uma vez que os agricultores se utilizaram dos estoques, mas os produtores deste insumo calculam que a queda do consumo efetivo tenha ficado em torno de 10 a 15%. Este cálculo foi feito, considerando a redução nas entregas de pedidos

em 1981, que foi de 20% sobre o total de 1980.

Em relatório publicitário intitulado OS BONS FRUTOS DA POLÍTICA AGRÍCOLA, publicado pela Revista Veja em agosto de 1982 (pp. 93-114), também se podem perceber as consequências da restrição creditícia ao setor rural:

UMA SAFRA DE QUEIXAS - Os fabricantes de insumos, máquinas e implementos, em coro com os produtores agrícolas de São Paulo, queixam-se da falta de crédito (p. 103).

O relatório mostra a situação da agricultura paulista, considerada bastante sacrificada pela falta de crédito. Apesar da queda na área plantada de cerca de 2% na safra 81/82, os resultados foram considerados bons, porque o aumento da produtividade foi compensador. A elevação das taxas de juros e a necessidade de maiores recursos oficiais, não disponíveis, dificultam a previsão de aumento da área plantada, principalmente pela existência dos projetos de produção de álcool ainda não aprovados. Além disso, considera a eliminação de projetos para financiamentos de até 8 milhões de cruzeiros uma medida fundamental para o pequeno e médio produtores pois, com isto, estes se sentem responsáveis por sua produção. A possibilidade de comprar fertilizantes de quem quer que seja aumentou o poder de barganha do agricultor que pode optar pelo melhor preço ou passar a utilizar o adubo orgânico.

O relatório continua com outra manchete: CRÉDITOS AINDA INSUFICIENTES (p. 104), onde são tecidas considerações sobre a queda de consumo de fertilizantes e seus reflexos na produção e na produtividade, o que se nota pela manifestação da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA): "É que os agricultores, sem crédito suficiente, estão adotando a tática, perigosa, de economizar no gasto de insumos. Assim, ao invés de utilizarem sementes selecionadas, compram as que podem, ou então no caso do milho, em vez de sementes, plantam grãos. Produzir, produzem, mas evidentemente com uma grande queda na produtividade e na produção final." Para a solução deste problema, a Associação solicitava que o Governo facilitasse financia

mento integral ao agricultor para a aquisição de insumos e promove a desburocratização do crédito rural, permitindo a livre utilização das verbas de custeio.

O artigo seguinte, A MARCHA À RÉ DOS TRATORES (p. 107), relata a retração das indústrias de máquinas e implementos agrícolas devido à restrição do crédito de investimento. Segundo o depoimento do presidente da Hatsuta Industrial, "As vendas são muito sazonais, e tradicionalmente o segundo semestre é melhor que o primeiro. No momento, estamos trabalhando com uma capacidade ociosa de 25%, que deverá cair gradualmente até ficar num patamar de 10%, provavelmente em setembro". O principal produto da empresa é o pulverizador, e "os agricultores não podem deixar de pulverizar, sob pena de as pragas reduzirem os lucros, Assim, apesar da restrição de crédito, creio que as vendas crescerão uns 5% reais sobre o ano passado, um índice apenas razoável, pois em 1980 o mercado da Hatsuta sofreu um forte abalo quando comparado com o ano anterior". Esta firma já percebeu que os agricultores só compram o que lhes possibilita alguma economia, razão pela qual está trabalhando com pouco estoque e oferecendo apenas produtos que tragam reais vantagens tecnológicas aos agricultores.

IMPLEMENTOS OCIOSOS (p. 107) analisa o aspecto da queda da indústria de tratores devido à redução de verbas no setor agropecuário. Desde o final de 1979, tanto a produção quanto as vendas vêm apresentando quedas cada vez maiores. A alta das taxas de juros no mercado mundial provoca sérias consequências, entre elas o baixo nível dos preços internacionais, afetando a facilidade e o custo dos empréstimos num país como o Brasil, extremamente dependente de créditos. Isso provoca reflexos na agricultura, pois a política governamental de corte de subsídios e fomento de preços não dá bons resultados pois os preços não são compensados devido à alta dos juros e à inflação. O maior argumento das indústrias de máquinas agrícolas concentra-se no aumento da eficiência, uma vez que os agricultores se modernizam, buscando maior produtividade; o problema é que há falta de crédito para investimento na agri-

cultura. Por isso, a Massey Ferguson, por exemplo, já operava desde 1982, com apenas 35% de sua capacidade instalada, considerando-se as exportações realizadas, pois, sem estas, a taxa cairia para 30%.

Observa-se que tanto os fabricantes dos insumos como os agricultores expressaram, através da imprensa, suas reclamações sobre as restrições de crédito, as quais desde dezembro de 1981 provocaram sensível diminuição no consumo de adubos, sementes selecionadas e praguicidas, prejudicando-os, de um lado, pela queda no volume de vendas e, de outro, pela diminuição da produtividade. Esta retração foi sentida, também, em maiores proporções no mercado de tratores, máquinas e implementos agrícolas, os quais exigem elevados investimentos de capital e não podem ser adquiridos pela média dos agricultores brasileiros sem o auxílio dos financiamentos bancários, em vista do elevado custo.

Considerando-se que as instituições bancárias estão localizadas no núcleo urbano de Rio Claro, procurou-se pesquisar se a distância do estabelecimento em relação ao centro da cidade representava, ou não, alguma restrição para que o agricultor solicitasse recursos das mesmas, através de financiamentos. Traçando-se círculos concêntricos de acordo com a distância do centro urbano (marco zero = Estação da Fepasa), observou-se que

- no setor 1, com exceção dos estabelecimentos de menor área dos subsetores 1A e 1B, todos os outros se caracterizam por apresentar elevado percentual de usuários dos recursos do crédito rural, em qualquer época, no período de 1940 a 1982;
- no setor 2, são os pequenos e médios estabelecimentos dos subsetores 2A e 2B e os pequenos estabelecimentos dos subsetores 2C e 2D que se destacam por apresentar pequena proporção de usuários de crédito rural no período (Figura 18).

Isto significa que a distância do centro urbano e, conseqüentemente, das instituições financiadoras não é suficiente para explicar o pequeno percentual de usuários proprietários de estabelecimentos nestes estratos de área, nos vários subsetores. Esta afirmação fundamenta-se no fato de proprietários de estabelecimentos localizados nas proximidades da cidade, em distâncias variáveis de 3 a 4 km, terem declarado não se utilizar deste expediente. Por outro lado, agricultores de pequena área, localizados a 16 ou 20 km do centro, têm utilizado, desde longa data, este tipo de recursos.

Existem, por certo, outras razões que são consideradas quando o agricultor se decide a contrair um empréstimo bancário e que variam de um para outro indivíduo, sem levar em conta a área do estabelecimento ou a distância do centro urbano. Estas prendem-se, por exemplo, ao nível de informação do agricultor, ao seu grau de escolaridade, à disponibilidade de recursos próprios ou ao tipo de atividade que desempenha, a qual pode exigir o emprego maior ou menor, de recursos de capital.

De qualquer modo, já se pode afirmar que os recursos do crédito rural têm sido utilizados em Rio Claro desde longa data; que os agricultores que têm recorrido a estes recursos têm, na maioria, adotado os insumos considerados modernos; e que esta modernização não tem sido direcionada em seu benefício devido, principalmente, a três fatores: à falta de assistência técnica, ao seu próprio desinteresse pelo contato com técnicos ou agrônomos e à penetração do capital industrial nas atividades agrícolas do município.

As transformações descritas que se processaram no espaço agrário do município, tanto no que se refere à ampliação da área cultivada com lavouras temporárias, como ao desenvolvimento da atividade com base na maior aplicação de insumos modernos, estiveram sempre em consonância com os ditames da política agrícola implantada no país a partir do pós - guerra, quando foi adotado o modelo econômico da industrialização (Hornem de Melo, 1980) e a política de crédito foi utilizada pelo

governo justamente para possibilitar a chamada "industrialização da agricultura" (Graziano da Silva, 1980).

Na década de oitenta, por exemplo, a crescente expansão da lavoura canavieira em detrimento dos cultivos alimentícios de arroz, feijão e milho está ocorrendo em Rio Claro e em todo o espaço paulista, porque esta é a orientação da política agrícola. A agricultura está atualmente sendo solicitada para atingir três objetivos principais, quais sejam, aumento da produção de alimentos, aumento do cultivo de produtos exportáveis e aumento da produção de cana-de-açúcar para suprir o programa de energia alternativa (o Proálcool).

Pesquisas realizadas a nível de Brasil demonstram a impossibilidade da consecução simultânea destes três objetivos. E é por este motivo que Homem de Melo (1980) destacou a necessidade de introdução de mecanismos que garantissem a utilização das terras para a produção de alimentos pois, caso contrário, a produção de exportáveis e energéticos continuaria crescendo a taxas muito elevadas. Estes mecanismos, segundo ele, poderiam ser, por exemplo, taxa mais elevada de subsídios, juros menores, garantia de preços mínimos mais compensadores, justamente para estimular os agricultores a produzir alimentos.

Na realidade, em vista desta falta de estímulo, para os agricultores, cujas áreas não são muito pequenas, é muito mais vantajoso arrendar as terras para a Usina ou para fornecedores de cana do que cultivar quaisquer outros produtos. Isto porque no primeiro caso, sem qualquer risco, eles recebem a quantia combinada, enquanto que para praticar a atividade agrícola necessitam investir capital de que, na maioria das vezes, não dispõem. Isto sem contar, evidentemente, os riscos a que estão sujeitos pela ocorrência de quaisquer incertezas climáticas que podem prejudicar a produção parcial ou totalmente.

Nestas condições, é de extrema urgência a introdução de instrumentos de política agrícola que visem a sanar ou, pelo menos, a diminuir os riscos de produção a que estão sujeitos agricultores de pequeno e médio portes, para evitar a expansão da monocultura canavieira não só no município, mas tam-

bém em todo o Estado de São Paulo e, conseqüentemente, escassez de produção de alimentos básicos para a população.

CAPÍTULO III

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E CRÉDITO RURAL

Muito antes de se cogitar da formalização de uma política de crédito rural no Brasil, alguns fatos aconteceram, envolvendo recursos financeiros e agricultura, conforme descrito no Capítulo I.

Amaral (1939) remonta esta relação entre meio circulante e agricultura ao início do século XIX, com a fundação do primeiro Banco do Brasil, em 1808; em 1817 foi fundado um banco na Bahia, outros nas províncias do Norte e, em 1853, um no Rio de Janeiro. Os nomes dados aos bancos existentes no Brasil em meados do século XIX demonstram o estreito relacionamento destes com as atividades agrícolas, como por exemplo: Banco Auxiliar da Lavoura, Banco Agrícola, Commercial e Hypothecario de Sergipe, Banco União Commercial e Agrícola de Pernambuco, Banco Agrícola Commercial de Campinas.

Segundo o autor, desde 1876 os agricultores do Sul promoviam comícios, clamando pelo crédito agrícola. Naquela época, as opiniões estavam divididas sobre quem deveria financiar os recursos à agricultura, se o governo ou associações particulares. A este respeito, em 1900 um agricultor nomeado Secretário da Fazenda no Governo de São Paulo assim se manifes

tou: "a lavoura considera-se no direito de tudo esperar do governo; este deve dar-lhe braços, capitaes, tarifas baratas, como se o governo jámais cogitasse de fornecer braços com o grave crime de não fixar o immigrante ao solo, que a lavoura, a mais interessada, também não tem fixado; como se o governo não cogitasse dos meios de attrahir capitaes à lavoura sem expôr o credito do Estado, que tem tanta obrigação de zelar como a lavoura do seu; como se o governo fosse o dono das estradas de ferro particulares e pudesse diminuir os fretes à sua vontade".

Por outro lado, ouviam-se manifestações do tipo: "Fôra da esphera official, a lavoura unida pôde encontrar todos os instrumentos para defesa do seu credito e para prover as suas necessidades".

A instituição do crédito à agricultura

Devido a estes acontecimentos, Guedes Pinto (1981) divide a história do crédito rural no Brasil em três grandes períodos: desde a descoberta até 1937; de 1937 a 1965 e de 1965 até os dias atuais.

No primeiro período, as iniciativas no campo do financiamento às atividades agropecuárias foram sempre localizadas e restritas a produtos de grande expressão econômica destinados à exportação. O autor cita, como exemplos, os financiamentos concedidos aos senhores de engenho para instalação de fábricas de açúcar, financiamentos para atividades agropecuárias, para expansão da cafeicultura, dentre outros. Amaral (1939) complementa os acontecimentos enquadrados neste período com a seguinte citação: "Os holandeses de Pernambuco possuíam visão mais ampla a respeito de credito aos lavradores. O principe Mauricio de Nassau - um dos poucos estadistas que ja actuaram neste paiz - depois de haver concitado os lavradores portugueses a retornarem a suas lavouras, e depois de serio inquerito sobre a situação rural, fez a Companhia das Indias Occidentais conce

der empréstimos para restauração de lavouras, compra de negros, etc. Esses financiamentos aos lavradores podiam ser pagos in natura, em prazos folgados. A vida agricola ganhou impulso". Mas gerou um extremo endividamento dos agricultores, as dívidas foram-se avolumando, e as cobranças, tornando-se mais frequentes. A solução encontrada foi renegociar as dívidas para com a Companhia das Índias Ocidentais.

O segundo período inicia-se pela aprovação da Lei nº 454 de 09/07/1937, cuja finalidade principal era aumentar o alcance do crédito rural através do estabelecimento de uma série de normas relativas à aplicação de recursos e exigências de garantias. A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), criada no mesmo ano com o objetivo de colocar em prática os propósitos da lei, permitiu uma expansão muito grande dos recursos destinados às atividades agropecuárias.

O terceiro período começa com a aprovação da Lei nº 4.829 de 05/11/1965, que institucionalizou o crédito rural no Brasil, estabelecendo os objetivos desta política.

Araújo e Meyer (1979) demonstram que os objetivos citados pela referida lei se referem ao provimento de fundos externos para financiar uma parcela ponderável dos custos operacionais de produção e comercialização agrícola; ao estímulo do processo de formação de capital na agricultura; ao incentivo a adoção de tecnologia moderna; ao fortalecimento da posição econômica dos agricultores, especialmente dos pequenos e médios. Além destes, os autores lembram que um objetivo implícito na política é o de compensar os agricultores contra políticas discriminatórias (de preços e cambial) estabelecidas para estimular a industrialização e controlar a inflação. A maneira de colocar em prática este mecanismo de compensação foi executada através de dois pontos básicos: taxas de juros subsidiadas e estímulos a expansão da oferta de crédito.

A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) integrou, nas operações de empréstimos à agricultura, além dos bancos oficiais (federais e estaduais), dos bancos regionais de desenvolvimento, os bancos comerciais, as caixas econômicas,

as sociedades de crédito, financiamento e investimento e as cooperativas e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Ao Conselho Monetário Nacional (CMN) foi atribuída a função de disciplinar o crédito rural e estabelecer as normas de operação, cabendo ao Banco Central a responsabilidade de dirigir, coordenar e fiscalizar o cumprimento das deliberações (Guedes Pinto, 1981).

As características principais da política de crédito rural no Brasil são, segundo Araújo e Meyer (1979), o controle das taxas nominais de juros mantidas a níveis inferiores aos verificados em outro mercado; isto é, taxas reais negativas, inferiores à inflação; incentivo oficial para que os bancos apliquem, na agricultura, parcelas crescentes de seus depósitos; taxas nominais de juros nos pequenos empréstimos, supostamente feitos pelos pequenos agricultores, mantidas um ou dois pontos abaixo das taxas cobradas nos grandes empréstimos.

Campos (1965) lembra que o atendimento prioritário deveria ser feito àquelas propostas que objetivassem aumento de produção e melhoria da produtividade agropecuária, em decorrência da introdução de mudanças tecnológicas nos métodos de exploração ou quando os produtores fossem assistidos pelos serviços de extensão rural, oficiais e privados; que se destinassem ao custeio da produção de gêneros de primeira necessidade e que visassem ao refinanciamento de contratos celebrados por cooperativas de produtores rurais para atender aos objetivos citados nos dois primeiros itens.

O decreto nº 58.935 de 03/09/1965 criou o Fundo Geral para a Indústria e a Agricultura - FUNAGRI, com o fim de prover os recursos para o financiamento das necessidades da indústria e agricultura. Através das Resoluções BACEN nº 69 de 1967 (Agricultura em São Paulo, Ano XV, nº 718, 1968), nº 260 de 1973, nº 557 de 1979, nº 671 de 1980 e nº 721 de 1981, os bancos foram obrigados a aplicar, respectivamente, 10%, 15%, 17%, 20% e 25% dos depósitos à vista em operações de crédito rural. Aqueles que não os aplicassem ou não atingissem o referido percentual deveriam recolher o respectivo valor ao Banco Central,

na conta do FUNAGRI, com remuneração bem inferior àquela obtida nos financiamentos à agricultura (Guedes Pinto, 1981; Mata, 1982).

Desde a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965, o mesmo passou por sucessivas alterações ao longo do tempo, mas algumas condições básicas foram mantidas, como lembra Mata (1982): os prazos concedidos foram sempre compatíveis com os ciclos das atividades financiadas: custeio agrícola (de 1 a 2 anos), custeio pecuário (de 1 a 3 anos), investimento fixo (até 12 anos) e empréstimos para comercialização (até 120 dias); as taxas nominais de juros sempre foram inferiores às observadas no mercado livre e, além disso, situaram-se, invariavelmente, abaixo das taxas de inflação; os bancos comerciais estiveram sujeitos a aplicações compulsórias em crédito rural, correspondentes a percentuais mínimos dos depósitos à vista, determinados pelo Banco Central.

Esta breve revisão permite situar a política de crédito rural com referência às suas características e objetivos principais, aos seus componentes e obrigações e responsabilidades de cada um.

Desde a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, tem este sido o principal instrumento de política agrícola utilizado para viabilizar as modificações que se processaram a esta processando na agricultura brasileira.

A ampliação do leque de instituições financeiras aptas a fornecer financiamentos à agricultura propiciou uma aceleração dos recursos, mas a participação do Banco do Brasil continuou sendo marcante (Guedes Pinto, 1981).

Vários trabalhos realizados sobre o crédito rural, principalmente por agrônomos e economistas, têm demonstrado que, embora os objetivos explícitos desta política estejam direcionados ao benefício de pequenos e médios agricultores, o que ocorre, na realidade, é uma concentração nas mãos dos grandes produtores (Araújo e Meyer, 1979; Dias e Soares, 1979; Araújo, 1980; Graziano da Silva, 1980; Guedes Pinto, 1981; Castro, 1982; Graziano Neto, 1982 e Sayad, 1984).

No capítulo anterior, demonstramos que tanto os pequenos como os médios e grandes produtores da amostra, na sua maioria, adotaram as inovações mecânicas e biológicas inerentes ao processo de modernização da agricultura, que visava a aumentar a produtividade do setor agrícola, e também fizeram uso dos recursos do crédito rural.

O objetivo aqui é demonstrar as relações entre a utilização dos recursos de crédito rural e a estrutura fundiária, as modalidades de financiamento utilizadas e as finalidades para as quais foram canalizados estes recursos no município de Rio Claro, consoante com a política agrícola vigente. Para tanto, dividiu-se o grupo de usuários do crédito de amostra em dois, quais sejam:

- aqueles que utilizaram os recursos do crédito rural institucional, em qualquer época, de 1940 a 1982;
- aqueles que se estavam utilizando destes recursos no ano de 1983¹⁴.

A utilização dos recursos do crédito rural pelos agricultores rio-clarenses de 1940 a 1982, segundo as modalidades de financiamento, época de início da utilização e instituições financiadoras.

¹⁴A fixação do período 1940 a 1982 deve-se ao fato de ter sido o ano de 1940 o mais antigo citado no que se refere ao início de utilização do crédito rural pelos agricultores entrevistados; e 1983 foi o ano em que realizamos a pesquisa de campo.

Com a finalidade de melhor compreender de que forma os agricultores puderam incorporar os insumos modernos, procurou-se saber se vinham desenvolvendo a atividade agrícola com recursos próprios ou com o auxílio de subsídios do crédito rural.

Excluindo as duas Autarquias (Hortos Florestais), que pela própria natureza não fazem uso do crédito rural, pouco mais de 40% dos agricultores entrevistados responderam que "tocavam" a propriedade apenas com recursos próprios, sem nunca ter recorrido a financiamentos bancários. As justificativas principais para o fato foram organizadas de acordo com os estratos de área onde os agricultores se inserem (Anexo 6).

Observou-se que os motivos que levaram estes agricultores a se decidirem pela não utilização do crédito rural foram os mais variados. Existem aqueles que não necessitavam de recursos, ou por possuir próprios (estabelecimentos de área média ou grande, principalmente) ou por não explorar o estabelecimento em todo o seu potencial (estabelecimentos de menor área). Uma outra alegação com peso importante no conjunto, e que apareceu nos estratos de área pequena e média, é relativa ao fato do agricultor não gostar de trabalhar com o banco, ou por achar muito complicado ou por querer fazer as coisas de acordo com suas posses. As outras justificativas se referem a problemas mais específicos como área da propriedade, dificuldade de acesso ao crédito, taxa elevada de juros, arrendamento para a Usina, além da ocorrência de compra ou herança recente, sem contar aqueles que não declararam os motivos que os levaram a não utilização do crédito rural.

No conjunto das unidades da amostra, 55.97% já haviam em qualquer época (anterior a 1983) utilizado os recursos do crédito rural, principalmente a partir da década de sessenta, com maior incremento no início dos anos setenta, embora em períodos anteriores a estes houvesse já um pequeno número de usuários (4.87%) (Tabela 15 e figura 19).

Através da figura 19, nota-se que tanto pequenos agricultores como médios intensificaram a utilização dos financia-

TABELA 15

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO CRÉDITO RURAL NO PERÍODO 1940/1982 POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO (n = 164)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	UTILIZAÇÃO		DÉCADA DE INÍCIO					SEM DECLARAÇÃO	TOTAL
	NÃO	SIM	1940 I- 1950	1950 I- 1960	1960 I- 1970	1970 I- 1980	1980 I- 1982		
0,1 I- 20,2	89	60	-	1	27	23	9	-	60
20,2 I- 242,4	36	97	1	5	22	60	8	1	97
313,3 I- 6.017,7	2	7	-	1	-	5	1	-	7
TOTAL	127	164	1	7	49	88	18	1	164

Org. L.C. Poltronieri

TABELA 15

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO CRÉDITO RURAL NO PERÍODO 1940/1982 POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO (n = 164)
(continuação)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	DECISÃO							TOTAL
	INICIATIVA PRÓPRIA	FUNCIONÁ- RIO DO BANCO	VIZINHO	PARENTE	REVENDEDOR DO TRATOR	FUNCIONÁ- RIO DA CESP	AGRÔNOMO	
0,1 - 20,2	55	1	1	-	2	1	-	60
20,2 - 242,4	59	6	4	4	2	1	1	97
313,3 - 6.017,7	7	-	-	-	-	-	-	7
TOTAL	121	7	5	4	4	2	1	164

Org. L.C. Poltronieri

TABELA 15

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO CRÉDITO RURAL NO PERÍODO 1940/1982 POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO (n = 164)

(continuação)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS													
	BANCOS OFICIAIS			BANCOS OFICIAIS E PARTI- CULARES			COOPE- RATI- VAS		OFICIAIS, PARTICU- LARES E COOPERA- TIVAS		OFICIAIS E COOPE- RATIVAS	PARTICU- LARES E COOPERA- TIVAS	SEM DE CLARA- ÇÃO	TOTAL
	BRA- SIL	BANES- PA	BRASIL E BANESPA	BANCOS PARTI- CULARES	OFICIAIS E PARTI- CULARES	COOPE- RATI- VAS	PARTICU- LARES E COOPERA- TIVAS	OFICIAIS E COOPE- RATIVAS	PARTICU- LARES E COOPERA- TIVAS	SEM DE CLARA- ÇÃO				
0,1 20,2	29	6	-	6	2	-	-	-	-	17	-	60		
20,2 242,4	48	15	8	9	9	2	3	-	-	1	2	97		
313,3 6.017,7	2	1	-	3	1	-	-	-	-	-	-	7		
TOTAL	79	22	8	18	12	2	3	-	-	18	2	164		

Org. L.C. Poltroniéri

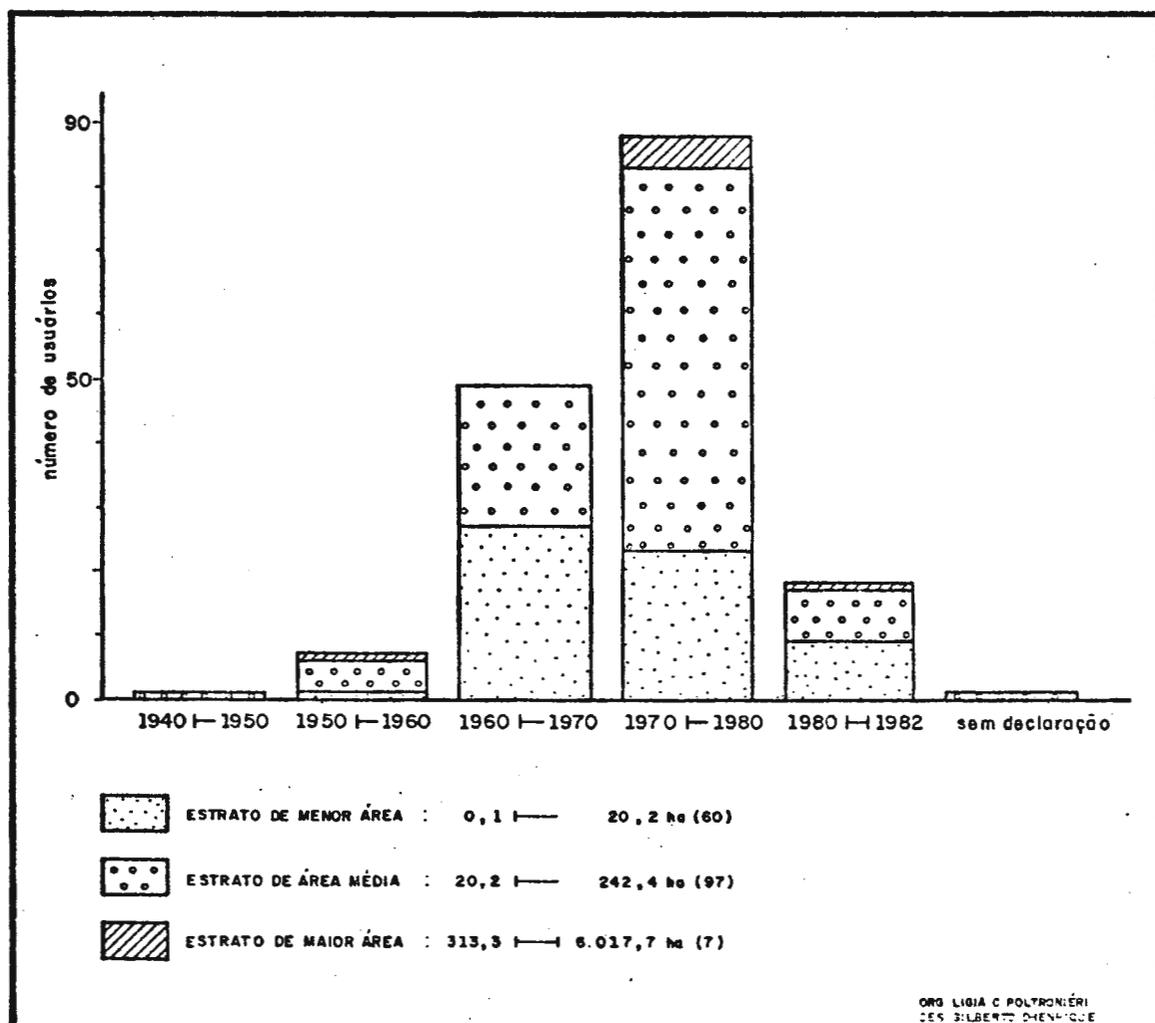


FIG.19 - USUÁRIOS DE CRÉDITO RURAL POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO - ÉPOCA DO PRIMEIRO FINANCIAMENTO (n = 164).

mentos bancários nos anos sessenta e setenta, tendo reduzido, sensivelmente, o emprego destes recursos nos primeiros anos da década de oitenta em vista das modificações na política de crédito à agricultura. Quanto aos proprietários de grandes áreas, um deles já fazia uso dos recursos do crédito rural na década de cinquenta, mas a utilização ampliou-se nos anos setenta, tendo-se também reduzido no período 1980/1982.

Este fato coincide com a intensificação do uso do crédito na economia de modo geral, a partir da segunda metade da década de sessenta, e a agricultura não fugiu à regra; apesar do setor agrícola ter demonstrado um ritmo de crescimento vigoroso no período, este ritmo foi bastante inferior ao restante da economia (Mata, 1982). No período 1970-75, o crédito rural apresentou um crescimento explosivo em todo o Brasil com taxa média anual de 30% contra 13% no conjunto do período 1960/1980 (Mata, 1982).

Esta intensificação no uso do crédito ocorreu no município como um todo, conforme pode ser observado na figura 18 (Capítulo II), demonstrando, mais uma vez, que o direcionamento da política econômica, de modo geral, e da política agrícola, especificamente, é o fator explicativo do aumento do número de usuários dos recursos do crédito rural no período 1960/1980 e, evidentemente, da queda verificada nos primeiros anos da década de oitenta.

Mais de 70% dos tomadores de crédito declararam ter feito o empréstimo, pela primeira vez, por iniciativa própria e o restante por indicação do funcionário do banco, do vizinho, de parentes, do revendedor do trator, do funcionário da Cesp ou de agrônomos (Tabela 15).

A preferência destes agricultores para firmar os contratos, recaiu, em mais de 65%, nos bancos oficiais, principalmente Banco do Brasil ou Banespa ou nos dois em conjunto, enquanto os bancos particulares participaram em 10.36%, e as cooperativas, em apenas 1.21% dos contratos efetivados. O restante preferiu firmar os contratos conjuntamente em mais de uma Instituição financeira, sejam bancos oficiais, particulares ou

cooperativas.

A tabela 15 informa também as modalidades principais dos contratos firmados, no período, os quais foram basicamente de custeio agrícola e em pequena proporção para custeio pecuário e avícola. Os créditos de investimento foram principalmente agrícolas, incluindo aquisição de maquinaria (trator, arado, grade, colheitadeira, plantadeira) e formação de lavouras, mas também créditos pecuário e avícola, envolvendo compra de gado (leiteiro ou de corte), batedeira, resfriador de leite, ordenhadeira mecânica e formação de pastos no primeiro caso, e implantação de infra-estrutura de granja, no segundo.

As modalidades dos financiamentos variaram segundo a época de início da utilização dos recursos, isto é, a data do primeiro contrato. Deve ser salientado que ocorreram combinações entre as modalidades, e o agricultor pode ter solicitado, por exemplo, financiamento para custeio e investimento agrícola para uma lavoura qualquer (preparo da terra, adubação, sementes selecionadas, capinas, colheita) e também para adquirir um trator com implementos ou uma colheitadeira. Grande parte dos contratos firmados pelos agricultores do município, no período anterior a 1983, foi deste tipo (16.46%), ocorrendo também outras combinações como custeio e investimento pecuários, custeio e investimento agrícolas, custeios agrícola e pecuário e investimento pecuário, custeio e investimento avícolas, dentre outros, os quais foram responsáveis por 6.70% dos contratos.

A frequência de utilização do crédito rural no período pode ser considerada elevada, pois quase 60% dos tomadores de crédito declararam ter utilizado este tipo de recursos todo ano a partir da data de início, e quase 11% o utilizaram, basicamente, a intervalos pequenos de dois ou três anos. A proporção de agricultores que utilizaram os recursos do crédito rural apenas uma vez corresponde a pouco mais de 25% do total de usuários como demonstra a figura 20.

Ainda com relação à utilização do crédito rural a nível global no período 1940/1982, convém ressaltar a posição dos agricultores rio-clarenses no que se refere a dois aspectos im

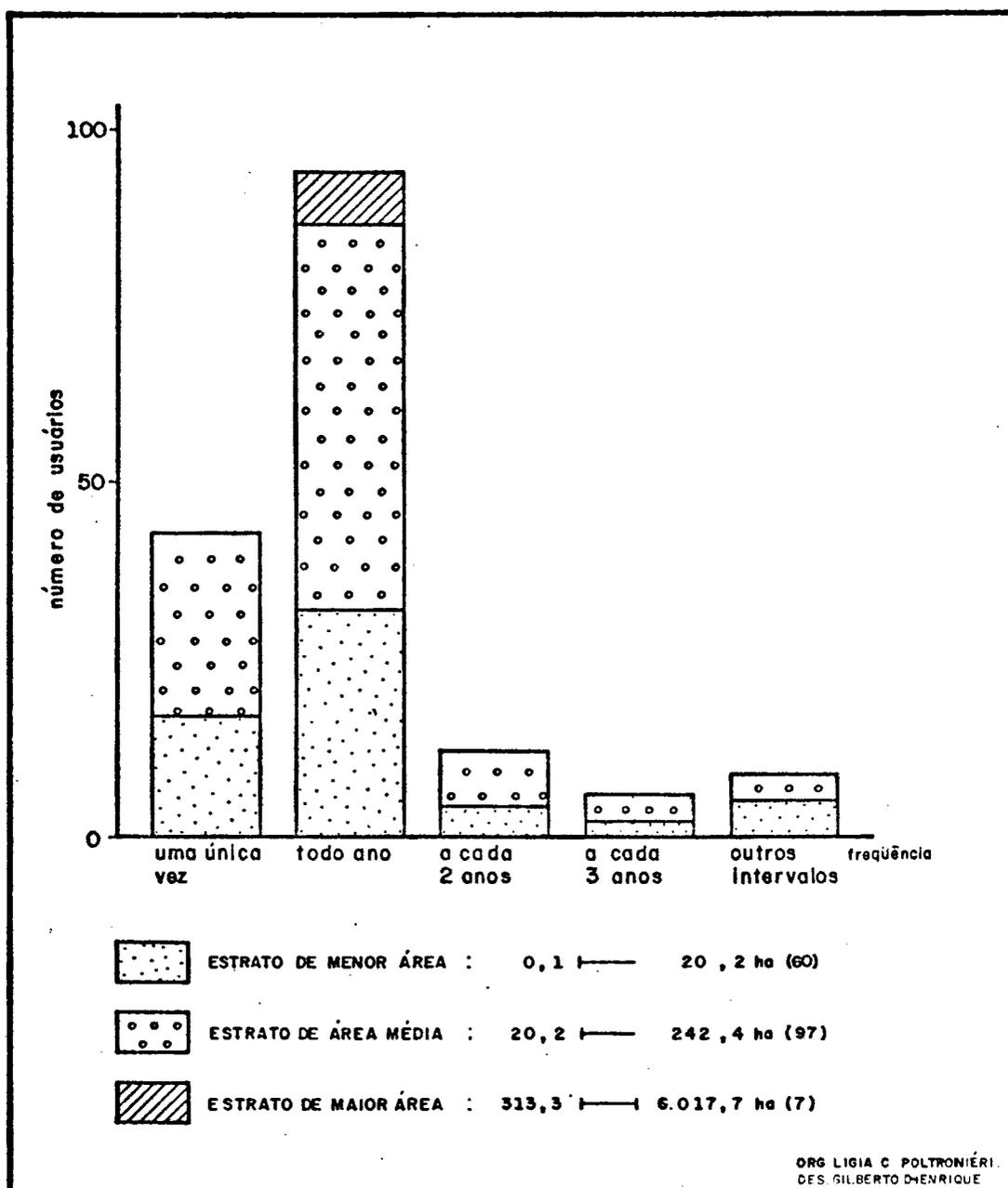


FIG.20 - USUÁRIOS DE CRÉDITO RURAL - FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO (n = 164).

portantes: resultados obtidos com o uso do crédito e disponibilidade de recursos próprios.

Quanto ao primeiro, no conjunto da amostra, mais de 90% dos agricultores usuários do crédito rural declararam ter obtido resultados positivos, enquanto apenas 7.31% consideraram não ter alcançado os resultados pretendidos ou não se posicionaram a respeito.

No que se refere à disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento da atividade agrícola, mais de 76% dos usuários de crédito rural, no período, revelaram não dispor deles; entretanto, mais de 20% dos agricultores usuários admitiram possuir recursos para aplicar na agricultura e, dentre estes, havia proprietários de estabelecimentos de pequenas, médias e grandes áreas, contrariando fundamentalmente um dos principais objetivos preconizados pela lei que instituiu a política de crédito rural no Brasil em 1965, fato para o qual já chamaram a atenção autores como Araújo e Meyer (1979), Barros (1979), Dias e Soares (1979), Guedes Pinto (1981) e Sayad (1984).

Aliás, dentre outros motivos, este foi um dos apontados para justificar as alterações feitas em janeiro de 1977 (Resolução BACEN nº 415) nas taxas de juros para a agricultura. Segundo depoimento do diretor de Crédito Rural e Programas Especiais do Banco Central, (Noticioso Rhodia-Mérieux, 1977) a experiência dos financiamentos agrícolas demonstrou um crescimento desproporcional do crédito rural em relação ao produto agrícola. "Enquanto o crédito cresceu, entre 1969 e 1975, 334 por cento, o incremento real do produto da agricultura, em termos reais, registrou apenas 42.7 por cento". Outra característica foi um afastamento gradativo dos investimentos particulares na área agrícola, os quais foram transferidos para o mercado financeiro, enquanto a agricultura se tornava cada vez mais dependente dos financiamentos institucionalizados. E, finalmente, um endividamento bancário crescente do setor agrícola tornou-o vulnerável a qualquer medida governamental¹⁵. Daí, a de-

¹⁵Vide página seguinte

cisão governamental de obrigar o tomador de crédito a participar um pouco mais com recursos próprios, o que deverá atingir, principalmente, os grandes projetos. Com estas medidas, o governo espera obrigar o agricultor a pensar no investimento que está empreendendo pois envolve diretamente o produto do seu trabalho e parte de seu capital.

Através destas colocações, observa-se que o Banco Central reconhece a existência deste tipo de ocorrência, a qual Guedes Pinto (1981) caracterizou como um dos tipos de desvios que prevalece na ação de alguns tomadores de crédito. Este autor lembra, entretanto, que não se configura neste ato nenhuma forma de delito: apenas são destinados recursos a agricultores que, na verdade, deles não necessitariam, deixando outros sem poder ter acesso ao crédito rural.

Os estabelecimentos rurais do município de Rio Claro apresentam-se diversificados quanto ao aspecto de utilização da terra, dependendo de sua extensão em área. Por este motivo é interessante analisar com maior profundidade o direcionamento dos recursos provenientes do crédito rural, a época de início de utilização destes recursos e as instituições financeiras responsáveis pelos contratos em cada um dos estratos de área.

0 percentual de integrantes da amostra pertencentes à classe de menor área que já fez uso dos recursos oferecidos por instituições financeiras para o desempenho das atividades

¹⁵Araújo e Meyer (1979) demonstraram que o principal resultado da experiência brasileira foi a rápida expansão da oferta de crédito em relação à produção agrícola. De 1960 a 1976, por exemplo, enquanto o crédito cresceu 15 vezes, a produção cresceu apenas 2.4 vezes. Citando Piza (1976), os autores lembram que o endividamento da agricultura tem sido mais acelerado do que os outros setores da economia.

agrícolas é igual a 40% (vide Tabela 15). O início da utilização foi basicamente na década de sessenta, coincidindo com a disseminação do emprego de insumos modernos no processo produtivo, conforme lembra Guedes Pinto (1981) (figura 18). A iniciativa, na quase totalidade, foi própria, havendo influência quase nula de outras pessoas na decisão de contrair um empréstimo bancário.

A escolha das instituições financiadoras recaiu principalmente sobre o Banco do Brasil, seguido por bancos particulares e cooperativas, Banespa, bancos particulares e bancos oficiais e particulares.

As modalidades principais de financiamento foram o custeio agrícola e o custeio avícola, pois neste estrato de área se concentra o maior número de estabelecimentos da amostra, cuja atividade principal é a avicultura. Foram firmados também contratos de investimento, tanto agrícola como pecuário e avícola.

Mais de 50% dos usuários de crédito deste estrato utilizam este tipo de recurso todo ano, e a soma daqueles que usam a intervalos maiores é pouco inferior àqueles que declararam tê-lo usado apenas uma vez (figura 20). Para mais de 96% dos agricultores deste estrato, os resultados obtidos com a utilização dos recursos do crédito foram considerados altamente positivos, e 85% deles declararam não possuir recursos próprios para investir na agricultura.

Estes são, em linhas gerais, os aspectos que caracterizam os proprietários dos estabelecimentos de menor área no que se refere à utilização dos recursos do crédito rural. Porém, no período por nós fixado, desde a época em que foi firmado o primeiro contrato de financiamento por um representante desta classe, no ano de 1952, para o custeio e investimento agrícola (lavouras de milho e arroz e aquisição de trator e colheitadeira) junto ao Banco do Brasil, muitas modificações têm ocorrido não só quanto às modalidades de financiamento, mas também e, principalmente, quanto às finalidades para as quais vêm sendo empregados os recursos financeiros. Por este motivo, tor

na-se conveniente evidenciar quais foram estas variações, e com este objetivo foi organizada a tabela 16.

A simples observação dos dados constantes desta tabela demonstra que os empréstimos rurais feitos pelos estabelecimentos de menor área da amostra foram direcionados para finalidades diferentes nos quarenta e dois compreendidos no período em análise, quais sejam:

- de 1940 I- 1960 apenas um contrato firmado para custeio e investimento agrícola;
- de 1960 I- 1970, aproximadamente 75% dos contratos firmados foram para custeio agrícola, 11% para custeio avícola, 7% para investimento pecuário e 7% repartidos entre investimento agrícola e investimento avícola;
- de 1970 I- 1980, os investimentos agrícolas passam a dominar, compreendendo mais de 44% do total de contratos, embora as atividades de custeio agrícola ainda fossem significativas (35%). O restante dos contratos referiu-se a custeio e investimento agrícola (13%) e investimento pecuário (8%);
- de 1980 I- 1982, os investimentos agrícolas continuam liderando (34%), enquanto custeio agrícola, investimento pecuário e investimento avícola participaram cada um com 22% do total de contratos.

A figura 21 permite a visualização dos fatos apontados e acrescenta um outro tipo de informação referente às finalidades dos contratos firmados neste período¹⁶.

¹⁶Vide página 174

TABELA 16

USUÁRIOS DE CRÉDITO RURAL SEGUNDO A MODALIDADE E A EPOCA DE INÍCIO DA UTILIZAÇÃO NO PERÍODO 1940/1982, POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO

EPOCA DE INÍCIO DA UTILIZAÇÃO	ESTRATO DE MENOR ÁREA							TOTAL	
	CUSTEIO			INVESTIMENTO			CUSTEIO E IN- VESTIMENTO AGRÍCOLA		OUTRAS COM- BINAÇÕES
	AGRÍCOLA	PECUÁRIO	AVÍCOLA	AGRÍCOLA	PECUÁRIO	AVÍCOLA			
1940 - 1960	-	-	-	-	-	-	1	-	1
1960 - 1970	20	-	3	1	2	1	-	-	27
1970 - 1980	8	-	-	10	2	-	3	-	23
1980 - 1982	2	-	-	3	2	2	-	-	9
TOTAL	30	-	3	14	6	3	4	-	60

Org. L.C. Poltronieri

TABELA 16

USUÁRIOS DE CRÉDITO RURAL SEGUNDO A MODALIDADE E A EPOCA DE INÍCIO DA UTILIZAÇÃO NO PERÍODO 1940/1982, POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO (continuação)

EPOCA DE INÍCIO DA UTILIZAÇÃO	ESTRATO DE ÁREA MÉDIA									TOTAL
	CUSTEIO			INVESTIMENTO			CUSTEIO E IN- VESTIMENTO AGRÍCOLA	OUTRAS COM BINAÇÕES	SEM DE- CLARAÇÃO	
	AGRÍCOLA	PECUÁRIO	AVÍCOLA	AGRÍCOLA	PECUÁRIO	AVÍCOLA				
1940 - 1960	3	-	-	-	-	-	1	2	-	6
1960 - 1970	6	1	1	4	2	-	5	3	-	22
1970 - 1980	15	1	-	16	6	-	16	6	-	60
1980 - 1982	3	-	-	-	1	-	3	1	1	9
TOTAL	27	2	1	20	9	-	25	12	1	97

Org. L.C. Poltroniêri

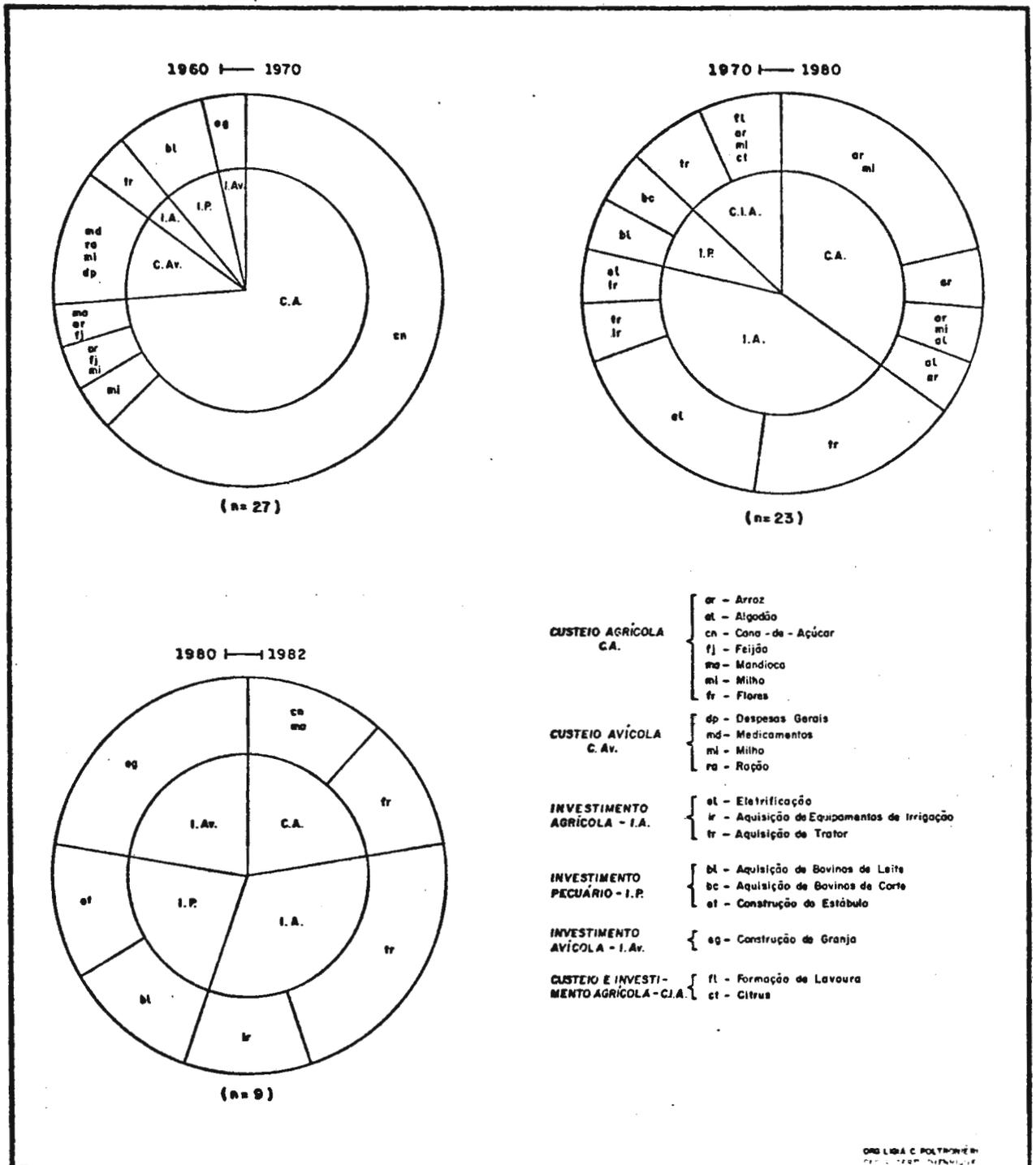


FIG.21- USUÁRIOS DE CREDITO RURAL - ÉPOCA DE INÍCIO DA UTILIZAÇÃO, MODALIDADE E FINALIDADE DOS FINANCIAMENTOS NOS ESTABELECIMENTOS DE MENOR ÁREA, EM PORCENTAGEM (n=59).

Observa-se que no período 1960 I- 1970, do total de contratos de custeio agrícola, 62.9% se destinaram à lavoura de cana-de-açúcar; em posição secundária aparecem os cultivos de milho, arroz, feijão e mandioca. Os recursos solicitados para o custeio agrícola foram utilizados em ração, medicamentos e milho. No setor de investimentos, o mais importante foi o investimento pecuário para compra de gado leiteiro, seguido por investimento agrícola (aquisição de trator) e investimento agrícola (construção de granja).

No período seguinte, 1970 I- 1980, a situação modificou-se; os contratos de investimento agrícola dominaram e destinaram-se principalmente à aquisição de tratores, eletrificação rural e aquisição de equipamentos de irrigação. Guedes Pinto (1981), efetuando cálculos sobre as vendas de tratores nos anos de 1978 e 1979, chegou à conclusão de que o crédito rural representou, naqueles anos, mais de 90% do valor das vendas de tratores para a agropecuária. Os contratos de custeio agrícola, ainda com participação significativa, tiveram os recursos canalizados principalmente para as lavouras de arroz e milho em conjunto, e, secundariamente, para os cultivos de arroz, milho e algodão e algodão e arroz. Nos casos destes contratos de custeio, muitos eram feitos para o custeio total das lavouras, mas grande parte destinava-se apenas à aquisição de adubos e fertilizantes químicos e ou praguicidas, coincidindo principalmente com o período 1974/79, no qual houve grande incremento das vendas destes insumos no Brasil como um todo (Guedes Pinto, 1981).

Os investimentos pecuários passaram a abranger o gado de corte, além do gado leiteiro, e os contratos de custeio e

¹⁶ Não foi incluído na figura o gráfico referente ao período 1940 I- 1960 pelo fato de ter sido firmado apenas um contrato de custeio e investimento agrícola, ao qual já nos referimos.

investimento agrícola destinaram-se à aquisição de tratores e formação de lavouras de arroz, milho e pomares de laranja.

Os três anos abrangidos pelo período 1980 a 1982 já apresentam uma situação mais equilibrada quanto às modalidades de financiamento neste estrato de menor área, porém observa-se uma variação muito grande quanto às finalidades de aplicação em relação aos períodos anteriores. O setor de investimento agrícola continuava a ser o concentrador do maior número de contratos; destes, mais de 70% destinaram-se à compra de tratores, e o restante, à aquisição de equipamentos de irrigação. Os contratos de custeio agrícola destinaram-se ao cultivo de cana-de-açúcar, mandioca e flores. Nos contratos de investimento pecuário, as finalidades principais foram aquisição de gado leiteiro e construção de estábulos, enquanto nos de investimento avícola predominou a construção de granjas.

Resumindo, embora o maior número de tomadores de crédito deste estrato de área se tenha concentrado na década de sessenta, as atividades desenvolvidas nestes estabelecimentos eram principalmente de custeios agrícola e avícola; o setor de investimentos com recursos do crédito rural, tanto agrícola como pecuário e avícola, ensaiava os primeiros passos. Na década de setenta, entretanto, foram mantidas as atividades de custeio agrícola, embora com mudanças das lavouras beneficiadas, mas foi o setor de investimentos agrícolas que explodiu com um vigor muito grande, principalmente quanto à mecanização das atividades agrícolas, eletrificação rural e implantação de cultivos irrigados, mas também quanto à formação de lavouras, notadamente pomares de laranja. Os investimentos pecuários apenas se diversificaram no período em questão. De 1980 a 1982, houve maior equilíbrio entre as várias modalidades de crédito, embora os investimentos agrícolas em maquinaria e equipamentos de irrigação continuassem destacando-se. A modalidade custeio agrícola perdeu importância com relação ao período anterior e apresentou completa diversificação de atividades. Os investimentos pecuários referiram-se, basicamente, à pecuária leiteira, tradicional no município, e o investimento avícola direcionou-se

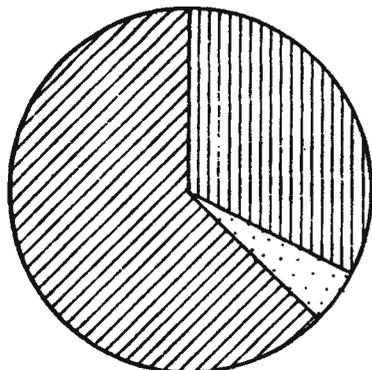
à instalação de infra-estrutura de granja, consoante com o exposto anteriormente sobre a proliferação de granjas em sistema de integração.

As fontes financiadoras, a que os usuários dos recursos do crédito rural deste estrato têm recorrido em diferentes épocas, aparecem na figura 22. Aqui vale a mesma observação feita para a figura 21 com relação à não inclusão do período anterior a 1960: o único tomador de crédito nesta época o fez através do Banco do Brasil. O exame desta figura nos permite verificar que, também quanto a este aspecto, houve modificações no decorrer do tempo, isto é, instituições financeiras que foram importantes em um passado recente já não o eram nos períodos subsequentes. Assim, no período 1960 I- 1970, a maior parte dos contratos (63%) foi firmada através de bancos particulares (Bradesco e Comind) e da Cooperativa dos Plantadores de Cana de Piracicaba (Coplacana), coincidindo com o extenso número de financiamentos para custeio de cana-de-açúcar, como demonstrado anteriormente. Em segundo lugar, colocava-se o Banco do Brasil, respondendo por 33.3% do número total de contratos e, em posição muito inferior, o Banespa com apenas 3.7% do número de contratos firmados no período. Pode-se afirmar, portanto, que estas duas instituições é que financiaram os investimentos agrícola e pecuário e o custeio e investimento avícolas verificados neste período.

No período 1970 I- 1980, a situação modificou-se inteiramente; a agência do Banco do Brasil passou a financiar mais de 60% dos contratos, e o Banespa, mais de 21%; os bancos particulares, Itaú e Bradesco, passaram a ter importância considerável, respondendo por 13% dos contratos, notando-se o aparecimento da possibilidade de um agricultor solicitar empréstimos em mais de uma instituição, surgindo a combinação de fontes financiadoras oficiais e particulares, no caso, Banco do Brasil e Banco de Crédito Nacional (BCN). Para este período, é válido afirmar que o Banco do Brasil e o Banespa continuaram financiando tanto o custeio quanto o investimento agrícola e pecuário em Rio Claro, uma vez que a participação dos bancos par

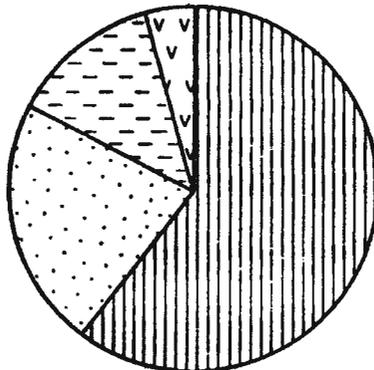
ESTRATO DE MENOR ÁREA : 0,1 — 20,2 ha.

1960 — 1970



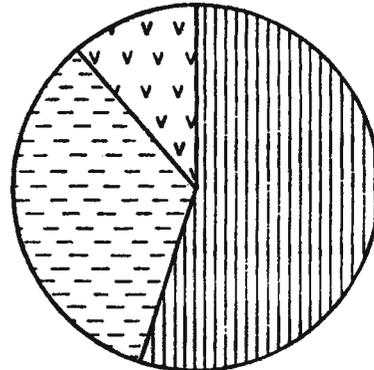
(27)

1970 — 1980



(23)

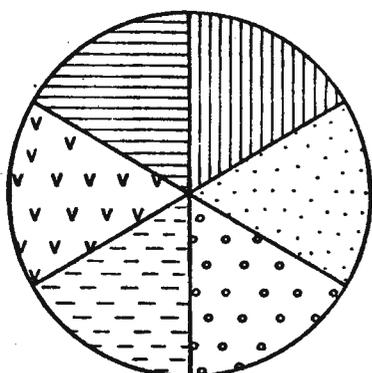
1980 — 1982



(9)

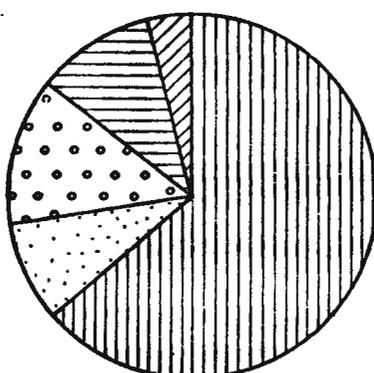
ESTRATO DE ÁREA MÉDIA : 20,2 — 242,4 ha.

1940 — 1960



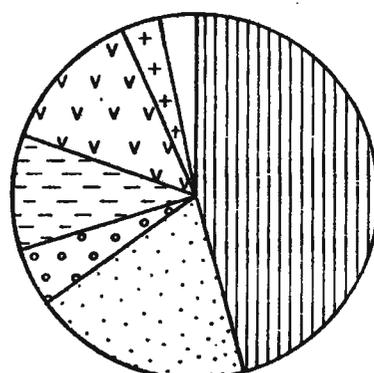
(6)

1960 — 1970



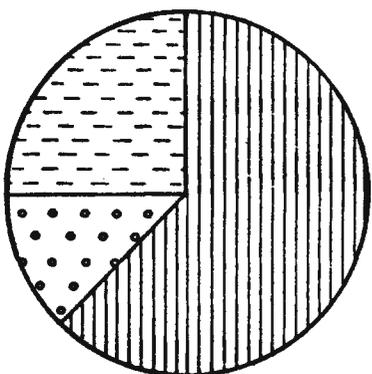
(22)

1970 — 1980



(60)

1980 — 1982



(8)

-  BANCO DO BRASIL
-  BANESPA
-  BANCO DO BRASIL E BANESPA
-  BANCOS PARTICULARES
-  BANCOS OFICIAIS E PARTICULARES
-  COOPERATIVAS
-  BANCOS OFICIAIS, PARTICULARES E COOPERATIVAS
-  BANCOS PARTICULARES E COOPERATIVAS
-  SEM DECLARAÇÃO

(60) NÚMERO DE USUÁRIOS

ORG LÍBIA C. POLTRONIERI
DES GILBERTO D. ENRIQUE

FIG.22- USUÁRIOS DE CRÉDITO RURAL POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO E INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS EM DIFERENTES ÉPOCAS, EM PORCENTAGEM (n= 155).

ticulares foi pequena.

No período de 1980 I- 1982, o Banco do Brasil teve sua ação diminuída junto aos proprietários de menor área; a participação desta agência caiu de 60% para 55.6% do número de contratos firmados. Em consequência, ampliou-se muito a atuação dos bancos particulares (de 13% para 33.3%), principalmente Bradesco e BCN. Nota-se, portanto, uma modificação importante quanto aos períodos anteriores, pois o financiamento da atividade agrícola dos tomadores de crédito da amostra foi todo ele feito através do Banco do Brasil, bancos particulares ou combinações entre bancos oficiais e particulares, não tendo sido feito nenhum contrato através da agência do Banespa neste período.

A proporção de usuários de crédito rural no estrato de área média foi a mais significativa (72.93%); a época de início da utilização ocorreu também no começo dos anos sessenta, intensificando-se a partir de setenta, época em que atinge o maior número de usuários (Tabela 15 e figura 18). A decisão de procurar o crédito foi predominantemente individual; houve, contudo, um incremento de influências de outras pessoas, sugerindo a utilização do financiamento. Os tipos de instituições financeiras que forneceram os recursos foram os mais variados, mas os bancos oficiais (Banco do Brasil e Banespa), de modo geral, responsabilizaram-se pelo maior número de contratos.

As modalidades de financiamento, neste estrato, diferem dos outros dois porque, no geral, foram equilibradas: 50% para o custeio e 50% para os investimentos; no custeio houve predomínio do agrícola, principalmente para as lavouras de arroz, feijão, milho, algodão, café, cana-de-açúcar e laranja, e os investimentos foram, basicamente, agrícola e pecuário, havendo também, combinações entre as várias modalidades.

Quanto à frequência de utilização do crédito neste estrato, ocorreu basicamente todo ano ou com intervalos pequenos, de dois ou três anos; o número de agricultores que o utilizaram só uma vez é maior do que no estrato anterior, porém, em relação ao total de usuários do estrato, é proporcionalmente menor (Figura 20). Quase 90% dos usuários declararam que os re

sultados foram favoráveis, e pouco mais de 74% não dispunham de recursos próprios para "tocar" a propriedade.

Os estabelecimentos de área média também apresentaram variações quanto às modalidades e finalidades de aplicação dos recursos do crédito rural nos diferentes períodos. A tabela 16 permite que se forme uma idéia sobre estes fatos:

- no período 1940 I- 1960 metade dos contratos firmados destinou-se ao custeio agrícola; em segundo lugar, foram importantes outras combinações, principalmente as relativas a investimentos agrícolas e pecuários, e pouco mais de 15% dos contratos destinaram-se ao custeio e investimento agrícolas;
- de 1960 I- 1970, período em que ocorre a maior diversificação das atividades agrícolas deste estrato com aplicação de recursos provenientes do crédito rural, notam-se três características importantes: a diminuição de quase 50% nas operações exclusivamente de custeio agrícola, aumento do número de contratos de custeio e investimento agrícolas e surgimento de contratos direcionados para o investimento agrícola. Além destas modificações, notaram-se, também, investimentos no setor pecuário, custeio de gado e de aves e a diminuição do número de contratos apresentando muitas combinações;
- de 1970 I- 1980, a situação se manteve mais ou menos de modo semelhante neste estrato, notando-se apenas um incremento maior nos setores de investimento agrícola e custeio e investimento agrícolas;
- o período compreendido entre 1980 e 1982 apresentou-se de modo diverso dos demais; desaparecem os contratos exclusivos para investimento agrícola e equilibram-se dois a dois: custeio agrícola/custeio e

investimento agrícola e investimento pecuário/ outras combinações.

Na figura 23, percebem-se com mais clareza os fatos apontados e obtêm-se informações sobre as várias finalidades que foram objeto de aplicações de recursos oriundos do crédito rural, neste estrato de área, dentro das várias modalidades já assinaladas.

Observa-se que nas atividades de custeio agrícola, predominantes no período 1940 I- 1960, as lavouras beneficiadas foram arroz e milho, além do algodão. Os contratos de custeio e investimento agrícola referiram-se ao custeio de lavouras de cana-de-açúcar, milho e arroz, aquisição de tratores e eletrificação rural. Custeio e investimento pecuário (aquisição de matrizes de gado leiteiro, formação de pastagens e custeio da criação) e investimento agrícola (aquisição de tratores e eletrificação rural) foram também objeto de financiamentos.

No período seguinte, 1960 I- 1970, cana-de-açúcar, arroz e milho foram as lavouras contempladas nos contratos de custeio agrícola com várias combinações; o custeio pecuário destinou-se exclusivamente ao gado leiteiro, e o custeio avícola, à compra de medicamentos, ração e outras despesas. O investimento agrícola compreendeu aquisição de máquinas e eletrificação rural, e o investimento pecuário destinou-se à formação de pastagem e aquisição de gado leiteiro. Nos contratos de custeio e investimento agrícola e outras combinações, nota-se a canalização de recursos nas seguintes direções, em ordem de prioridade: aquisição de máquinas, eletrificação rural, formação e custeio de lavouras de arroz, milho, feijão, café, laranja e formação de pastos.

O período compreendido entre 1970 I- 1980 difere do anterior, quanto às modalidades de financiamento apenas no custeio avícola, o qual não foi efetuado isoladamente por nenhum dos tomadores de crédito da amostra, mas apareceu combinado com outras modalidades. Quanto às finalidades pelas quais foram aplicados os recursos de crédito, não houve diferenças muito

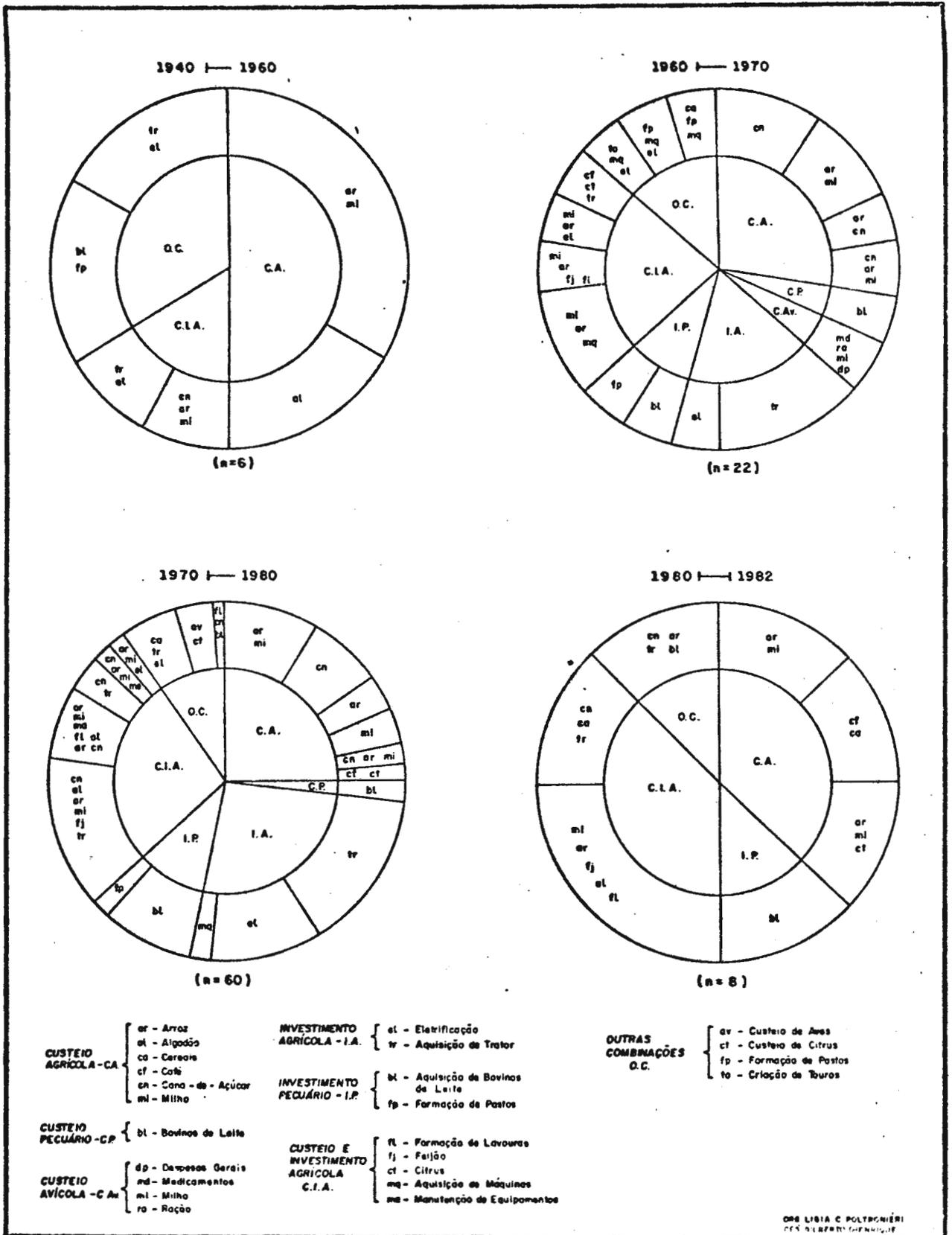


FIG.23 - USUÁRIOS DE CRÉDITO RURAL - ÉPOCA DE INÍCIO DA UTILIZAÇÃO, MODALIDADE E FINALIDADE DOS FINANCIAMENTOS NOS ESTABELECIMENTOS DE ÁREA MÉDIA, EM PORCENTAGEM (n= 96).

significativas: apenas uma frequência maior de contratos destinados ao custeio ou à formação de lavouras de cana-de-açúcar e algodão e ao custeio de lavouras de café e laranja. No restante, apareceram os investimentos em máquinas, eletrificação rural, formação de pastagens, formação de lavouras de cereais, custeio de gado leiteiro, custeio avícola, dentre outros.

No período de 1980 I- 1982, os contratos de custeio agrícola destinaram-se às lavouras de arroz, milho, café e laranja; os financiamentos de custeio e investimento agrícola referiram-se principalmente à lavoura de cana-de-açúcar, mas também ao milho, ao arroz, ao feijão, ao algodão, à formação de lavouras em geral e à aquisição de trator. Já as outras combinações se destinaram ao custeio de cana-de-açúcar, de arroz, à aquisição de trator e à compra de gado leiteiro.

A que tipo de instituição financeira teriam preferencialmente recorrido os agricultores usuários do crédito com propriedades enquadradas no estrato de área intermediária?

A. figura 22 nos fornece estas informações. Observa-se que no período de 1940 I- 1960 houve uma distribuição equitativa entre as instituições financiadoras pelos tomadores de crédito deste estrato de área; Banco do Brasil, Banespa, Brasil e Banespa, bancos particulares (Bradesco), bancos oficiais e particulares (Banespa e Itaú) e bancos oficiais, particulares e cooperativas (Brasil, Bradesco e Cooperativa de Laticínios de Rio Claro) tiveram participação idêntica, uma vez que cada uma destas instituições, isoladamente ou em conjunto, firmou um contrato no período considerado.

Na década de 1960 I- 1970, entretanto, a situação modificou-se completamente: o Banco do Brasil responsabilizou-se por 64% do número de contratos firmados, seguido por solicitações conjuntas ao Banco do Brasil e ao Banespa (13.5%), atuações equilibradas do Banespa (9.0%) e de bancos oficiais, particulares e cooperativas (9.0%) (a saber, Banco do Brasil, Banespa, Bradesco, BCN, Cooperativa dos Plantadores de Cana de Piracicaba) e finalmente por bancos particulares e cooperativas: Bradesco e Cooperativa de Laticínios de Rio Claro (4.5%).

No período 1970 I- 1980, o Banco do Brasil ainda detinha 46% do número de contratos firmados no período, seguindo-se o Banespa com 20%. As outras duas maiores parcelas couberam à combinação entre bancos oficiais e particulares (Banco do Brasil, Banespa, Bradesco, Itaú, BCN, Real, Banco Lar Brasileiro, Banco de Boston) (13%) e aos bancos particulares exclusivamente (BCN, Bradesco, Banco Nacional, Banco Mercantil), os quais responderam por 10% do número total de contratos. Foram procurados ainda Banco do Brasil e Banespa com 5% e a Cooperativa dos Plantadores de Cana de Piracicaba com 3.0% dos contratos¹⁷.

Finalmente, no período 1980 I- 1982, a situação tornou-se bem mais simplificada; os tomadores de crédito recorreram principalmente ao Banco do Brasil (62.5%), a bancos particulares (Itaú e Noroeste de Jundiaí) (25%) ou efetuaram combinações entre o Banco do Brasil e o Banespa (12.5%).

O que se observa, então, é que, até 1960, os bancos oficiais (Brasil e Banespa) responderam por 50% do número total de contratos firmados pelos agricultores dos estabelecimentos de área intermediária. Em 34% do número de contratos, os bancos oficiais estiveram presentes em conjunto com bancos particulares ou cooperativas, e apenas 16% dos contratos foram de exclusiva responsabilidade dos bancos particulares. De 1960 a 1970, os bancos oficiais (Brasil e Banespa) responderam por 87.4% dos contratos firmados; em 9.0% dos contratos, os bancos oficiais estiveram envolvidos junto com bancos particulares ou cooperativas, enquanto apenas 4.6% dos contratos de crédito do período ficaram por conta de bancos particulares e cooperativas.

¹⁷As porcentagens não totalizam 100%, porque dois agricultores não declararam qual a instituição financeira que lhes havia fornecido os recursos, e estes correspondem a 3% do total de usuários deste estrato no período considerado.

No período de 1970 I- 1980, a participação exclusiva dos bancos oficiais caiu para 70% dos contratos e em mais de 13% dividiu responsabilidades com bancos particulares. Apenas 9.8% dos contratos foram firmados exclusivamente com bancos particulares, e 3.2%, com Cooperativas.

Nos anos compreendidos entre 1980 I- 1982, os bancos oficiais (Brasil e Banespa) responderam por 75% do número total de contratos firmados, enquanto os bancos particulares se responsabilizaram por 25%.

Pode-se afirmar, portanto, que o crédito fornecido aos estabelecimentos de área intermediária neste período de quarenta e dois anos adveio, basicamente, de fontes oficiais via Banco do Brasil e Banespa, isoladamente ou em conjunto.

No estrato de maior área a proporção de usuários dos financiamentos bancários na agricultura é igual a 63.63%, o início da utilização foi na década de cinquenta por iniciativa própria, com ligeira preferência pelos bancos particulares, mas recorrendo também aos oficiais. A finalidade dos empréstimos foi exclusivamente para custeio agrícola da lavoura de cana-de-açúcar. Desde que os iniciaram, utilizaram-nos todo ano, obtendo sempre resultados positivos e, quanto aos recursos próprios, apenas dois declararam não possuí-los (Vide tabela 15 e figuras 18, 19 e 20).

Esta preferência de grandes produtores pelos bancos particulares explica-se pelo fato destes últimos praticamente selecionarem seus clientes através de saldo médio em conta bancária, por exemplo, reduzindo, deste modo, os custos operacionais dos empréstimos, isto é, tendo despesas apenas com grandes contratos, deixando para os bancos oficiais, principalmente o Banco do Brasil, o atendimento aos pequenos produtores (Mata, 1982).

Devido ao pequeno número de usuários de crédito em função do pequeno número de integrantes deste estrato de área (7), não cabe a inclusão de tabela, mostrando as modalidades de financiamento por eles utilizadas, mesmo porque desde 1954, quando foi firmado o primeiro contrato de custeio agrícola pa-

ra a lavoura de café através do Banco do Brasil, até 1982, todos os contratos firmados o foram na modalidade custeio agrícola.

Na década 1960 I- 1970, nenhum novo financiamento foi solicitado por agricultores deste estrato de área; entretanto, entre 1970 e 1980, estabeleceram-se 5 contratos: 80% destes referiram-se ao custeio da lavoura de cana-de-açúcar, e 20%, ao custeio do algodão, café, laranja e milho.

De 1980 I- 1982, apenas um novo contrato foi realizado e destinou-se exclusivamente ao custeio da cana-de-açúcar.

Quanto às instituições financeiras que forneceram os financiamentos nos dois extremos do período, quais sejam 1940 I- 1960 e 1980 I- 1982, foram, respectivamente, o Banco do Brasil e o Banespa. No período 1970 I- 1980, no qual houve maior número de tomadores, os bancos particulares (Comind e Bradesco) responderam por 60% dos contratos firmados, enquanto bancos oficiais e particulares (Banco do Brasil e Bradesco) e o Banco do Brasil exclusivamente responderam, cada um, por 20% do número de contratos. Pode-se afirmar, portanto, que foram principalmente os bancos particulares que financiaram a atividade agrícola dos tomadores de crédito, proprietários de estabelecimentos de maior área, seguidos pelo Banco do Brasil e combinações entre bancos oficiais e particulares.

O número de usuários dos recursos do crédito rural da amostra variou muito no período 1940/1982, tanto no que se refere aos estratos de área da propriedade quanto às épocas de início de utilização. Este fato decorre evidentemente, das modificações na política agrícola e na legislação sobre crédito rural durante o período, as quais incentivaram aspectos variados como produção de gêneros alimentícios, consumo de fertilizantes ou praguicidas e aquisição de máquinas e implementos agrícolas, por exemplo, em determinadas épocas.

No período 1940/1960, por exemplo, tanto o Banco do Brasil como o Banespa estavam imbuídos do incentivo à produção de gêneros alimentícios no Estado de São Paulo, principalmente arroz, feijão e milho, com taxas de juros de 6% e 4% ao ano,

respectivamente em 1959 (Coelho, 1960 a e b). O mecanismo de financiamento era muito simples; o Banespa destinava seus recursos aos financiamentos de curto prazo (custeio), não tendo ainda, a esta época, canalizado recursos para o setor de investimentos. Em 1959, a participação do crédito agrícola do Banespa aumentou significativamente, chegando a atingir 16% da área total financiada para o cultivo do algodão no Estado; este Banco aumentou o número e o montante das operações, ampliando os limites máximos por beneficiário e as bases para o custeio agrícola.

No caso do Banco do Brasil, no mesmo período, tanto em número como em valor, predominaram os financiamentos à agricultura (85%), sobre os destinados à pecuária; nos contratos firmados com pequenos produtores, 94% do volume e do número destinaram-se à lavoura. Predominavam os financiamentos de custeio, de curto prazo, sobre aqueles de investimento (de médio e longo prazos), devido à limitação dos recursos do Banco para serem imobilizados em períodos longos. No período 1955/1959, o custeio agrícola e o pecuário absorveram 75% do montante dos empréstimos rurais da CREAL no Estado de São Paulo, e apenas 25% se destinaram aos investimentos. Segundo Coelho (1960 b), esta quantidade não era suficiente para suprir as necessidades das empresas rurais, principalmente quanto a equipamentos que visavam a obter melhores índices de produtividade.

Campos (1963) apresenta uma evolução do crédito rural oficial em São Paulo no período 1958/1962 e mostra que em 1963 a rede bancária cobria 30% dos municípios paulistas, Rio Claro inclusive; além disso, houve aumento em termos nominais e reais do montante dos financiamentos de custeio e investimento, gerando aumento das áreas financiadas, predominantemente pelo Banco do Brasil, e um aumento nítido da participação do Banespa. O Banco do Brasil possuía, nesta época, um financiamento específico destinado ao pequeno produtor, aquele, cuja área máxima fosse igual a 50 hectares e preenchesse uma série de requisitos relacionados aos rendimentos totais, tempo de exercício das atividades rurais não inferior a 3 anos e informações

cadastrais passíveis de garantir o empréstimo. O Banespa, por sua vez, não fazia distinção entre grandes e pequenos agricultores.

De 1958 para 1962, a porcentagem financiada da área plantada no Estado aumentou de 22% para 30%, sendo arroz, batata-inglesa, milho e feijão os principais produtos alimentícios para consumo interno; amendoim, cana-de-açúcar, mandioca e mamona como matérias-primas destinadas à indústria, e café e algodão, como produtos de exportação.

Outros aspecto importante para o qual Campos (1963) chama a atenção se refere ao aumento de recursos sob a forma de financiamentos à agricultura, tanto para custeio como para investimento; isto significa que, neste período, cada hectare cultivado recebeu maior quantidade de financiamento. Os fatores responsáveis por este aumento, principalmente no Banespa, foram de duas ordens: aumento nas bases de financiamento elevadas em maior proporção do que a desvalorização da moeda e aumento das operações com médios e grandes mutuários destinadas a financiamentos técnicos.

A situação econômico-financeira do país ressentia-se da falta de capitais, por isso, no início da década de sessenta os financiamentos destinavam-se preferencialmente ao custeio, sendo a menor parte direcionada aos investimentos de médio e longo prazos. Por este motivo, em maio de 1961, foi criado o Fundo de Expansão Agropecuária, cujo objetivo era o financiamento a médio e longo prazos, de até 60% do total dos investimentos em projetos que objetivassem renovar e desenvolver a agricultura, a pecuária e a pesca, promovendo a industrialização de seus produtos no território paulista (Campos, 1963). Os recursos provinham de verbas específicas, amortizações recebidas dos mutuários e rendas de suas operações e a instituição financeira intermediária era o Banespa. Em 1962, os principais itens financiados através deste programa no Estado de São Paulo foram tratores, florestamento e reflorestamento, pesca, casas para trabalhadores rurais, pecuária, suinocultura e avicultura, industrialização agropecuária e diversos, incluín-

do mecanização, adubação química para culturas perenes e pastagens, calagem, açudagem, irrigação, eletrificação, construção de silos, dentre outros.

Em meados da década de sessenta, os objetivos da política agrícola brasileira assentavam-se em dois pilares: manter baixos os preços dos produtos agrícolas nos centros urbanos e aliviar as pressões sobre o balanço de pagamentos (Barros, 1979). Deste modo, os esforços governamentais concentraram-se em dois ramos principais: direcionados à política de preços, envolvendo preços mínimos ao produtor, políticas especiais para certos produtos e política comercial e à política de insumos ou de modernização, compreendendo expansão creditícia, estímulos à mecanização e indução à maior utilização de fertilizantes e praguicidas.

Autores como Rask, Meyer e Pêres (1974), Araújo e Meyer (1979) e Barros (1979) concordam que estas políticas de preços e de crédito foram empreendidas por duas razões principais: induzir os agricultores ao uso de nova tecnologia e reduzir desigualdades econômicas e sociais provenientes dos mecanismos de mercado existentes. Barros (1979) expressa o que se entende como modernização da agricultura, afirmando que este conceito corresponde à maior quantidade de insumos comprados fora da propriedade; com isto, as necessidades financeiras aumentam, e faz-se necessária a ampliação do crédito disponível. Para ele, a taxa de retorno das atividades agrícolas é inferior à das atividades urbanas, devido à própria intervenção governamental nos preços agrícolas, o que justifica que sejam cobradas taxas de juros inferiores às do mercado. Conseqüentemente, a modernização do setor exige grandes volumes de crédito a taxas preferenciais, o que é atendido através da estruturação do crédito agrícola. O autor completa, ainda, em nota de rodapé: "Estas parecem ser as bases da política de crédito agrícola, embora não se consiga localizar um único documento oficial onde elas sejam apresentadas".

Barros (1979) nos fornece ainda subsídios para a compreensão de algumas características da política agrícola no

que se refere aos insumos industriais, lembrando que, quando a produção nacional de determinado insumo é pequena, as importações são incentivadas trazendo benefícios à agricultura. Mas, quando a produção interna aumenta, a tendência é proteger a indústria e, durante algum tempo, o setor agrícola paga preços mais elevados por aquele insumo, após o que, através de subsídios, o governo passa a cobrir uma parte do aumento de preços.

Dois exemplos significativos desta situação marcaram este período da política agrícola: é o caso dos tratores e dos fertilizantes. Barros (1979) lembra que a produção nacional de tratores iniciada nos anos sessenta foi protegida da concorrência externa. Como os preços eram elevados, o setor atravessou grave crise no período 1965/1966, a qual foi solucionada com a ampliação das condições de crédito e pela isenção de qualquer tributação (IPI e ICM). Com a recuperação da demanda, elevação da produção e diminuição do número de fabricantes, o preço real das máquinas foi reduzido. Estes fatos, além da expansão das culturas de exportação, contribuíram para ampliar o grau de mecanização da agricultura brasileira, principalmente no período 1960/1974.

Quanto aos fertilizantes, a falta de produção nacional significativa e a queda de preços no mercado internacional provocaram maior absorção deste insumo pela agricultura brasileira. Até 1973, a relação entre o preço dos produtos e o preço dos fertilizantes manteve-se em níveis favoráveis, principalmente nos produtos de exportação. Desta forma, o consumo aparente de fertilizantes aumentou muito, juntamente com o uso da mecanização e dos recursos do crédito rural.

Analistas do comportamento do setor agrícola no período 1960/1970 são unânimes em afirmar o aumento de produtividade da terra e do trabalho, devido ao emprego de mecanização, cultivo com sementes melhoradas, uso de fertilizantes e praguicidas. A evolução destes fatores aconteceu de forma mais dinâmica na agricultura paulista como resultado das diretrizes da política agrícola consubstanciada através dos recursos de crédito rural (Ribeiro, 1973).

Em fins de 1973, a crise do petróleo causou modificações econômicas no país e em todo o mundo. No caso brasileiro, estas modificações desestabilizaram as condições de equilíbrios interno e externo, afetando a política agrícola, principalmente devido à instabilidade do mercado internacional de produtos agrícolas com quedas de preços em 1974/1975, recuperação em 1975/1976 e queda novamente em 1977.

As consequências desta instabilidade refletiram-se na política agrícola, que não mudou, em relação ao período anterior, a não ser no que se refere às prioridades. Os dois instrumentos básicos continuaram sendo a política de preços e a política de insumos, mas houve modificações na política de crédito agrícola, traduzidas principalmente por

- 1) elevação muito rápida dos montantes globais de crédito concedido;
- 2) o subsídio implícito no crédito, que era pouco elevado até 1973, aumentou muito à medida que a inflação se acelerou, e as taxas nominais de juros se tornaram estáveis;
- 3) a importância dos empréstimos agrícolas nas aplicações totais das Autoridades Monetárias atingiu tal magnitude, que o próprio Ministro da Fazenda passou a encarar a política de crédito rural como incompatível com a luta contra o aumento da inflação. Discussões sobre o caráter inflacionário do crédito rural aparecem nos trabalhos de Barros (1979), Dias e Soares (1979), Mata (1982), Couto (1984) e Sayad (1984), dentre outras, e as opiniões se dividem entre aqueles que consideram o crédito como agente inflacionário e aqueles contrários a esta manifestação.

No final da década de setenta, muitos autores questio

naram o desempenho da política agrícola brasileira, principalmente quanto às políticas de crédito, de preços mínimos, de insumos agrícolas, de subsídios às máquinas e implementos agrícolas (Rask, Meyer e Pêres, 1974; Araújo e Meyer, 1979; Barros, 1979; Dias e Soares, 1979), pois com as medidas tomadas em 1977 e complementadas em 1978, o crédito rural passou a sofrer restrições ligadas à política antiinflacionária implantada pelo governo (IEA, 1979).

Por estar a política agrícola estreitamente relacionada à política econômica no seu conjunto e devido às dificuldades que a economia brasileira enfrentava (IEA, 1979), a meta estabelecida como prioritária era o controle da inflação, operacionalizada através de uma política monetária que objetivava restringir a expansão do crédito rural.

As discussões ampliaram-se no início de 1979, quando da mudança de governo, o qual elegeu o setor agrícola como prioritário para que pudesse aumentar sua contribuição ao equilíbrio do balanço de pagamentos, à maior oferta de alimentos e ao fornecimento de fontes alternativas de energia para fazer frente às crescentes importações de petróleo.

As medidas propostas pelo governo visavam a uma melhor adequação da política de crédito rural aos objetivos estabelecidos; iniciaram-se com a Resolução BACEN 540/79, que estabelecia nova classificação ao produtor rural, considerando o valor global da produção agropecuária ao invés do montante de sua dívida. Através desta resolução, foi introduzida "a figura do miniprodutor, objetivando criar políticas específicas aos produtores de mais baixa renda" (IEA, 1979). Várias resoluções se seguiram, dispendo principalmente sobre concessão de maiores facilidades aos pequenos e miniprodutores na obtenção do crédito e na liquidação das dívidas; outras, abrangendo toda a classe de produtores rurais, dispendo sobre aquisição de sementes melhoradas e defensivos, taxaço de juros nos créditos de investimento, dependendo do valor da operação e da participação do agricultor e adesão obrigatória ao PROAGRO (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária), cuja cobertura foi amplia

da para até 100% dos financiamentos de custeio ou investimento.

Com as modificações propostas pelas Resoluções BACEN nº 671 de 17/12/80 e nº 698 de 17/06/81, o custo de crédito rural foi bastante atingido, devido à elevação das taxas nominais de juros, passando-se também a cobrar juros sobre a parcela do empréstimo destinada à aquisição de fertilizantes, anteriormente isenta. Além disso, houve mudança nas faixas de enquadramento dos agricultores, segundo o tamanho e uma ampliação da exigência de aplicação da porcentagem dos depósitos à vista dos bancos particulares de 15% para 20%.

Estas medidas limitaram os recursos de crédito rural, tanto para as operações de custeio, como de investimento e comercialização; o financiamento para investimento (aquisição de máquinas, tratores, equipamentos, veículos e bovinos, florestamento e ou reflorestamento) foi excluído dos benefícios de juros subsidiados, e a aquisição de fertilizantes, de juros zero, passou a ser taxada com os mesmos valores dos demais elementos do custeio agrícola.

A política agrícola neste período tem-se caracterizado por valorizar, principalmente, os mecanismos de curto prazo, deixando de lado os investimentos de longo prazo. Técnicos do IEA, em 1980, consideraram que, para dispor de um setor agrícola forte e dinâmico, introduzir mecanismos para ampliar a área cultivada, atender à demanda crescente de alimentos, produtos exportáveis e substitutivos de petróleo não é o bastante; é necessário aumentar a produtividade, o que será possível apenas com ampliação dos investimentos e dos estímulos ao produtor por meio de políticas de investimentos a longo prazo. Além disto, há necessidade de que "o homem rural tenha um aumento no seu bem-estar em níveis compatíveis com o obtido pela sociedade urbana. O acesso do homem rural a níveis crescentes de benefícios sociais, educação, transporte, saúde, treinamento profissional, etc. constitui o único meio de que o setor dispõe para possuir uma oferta de mão-de-obra mais qualificada e que possa ser melhor remunerada para aumentar o seu bem-estar. Não é possível dispor de um setor agrícola forte sem torná-lo atra

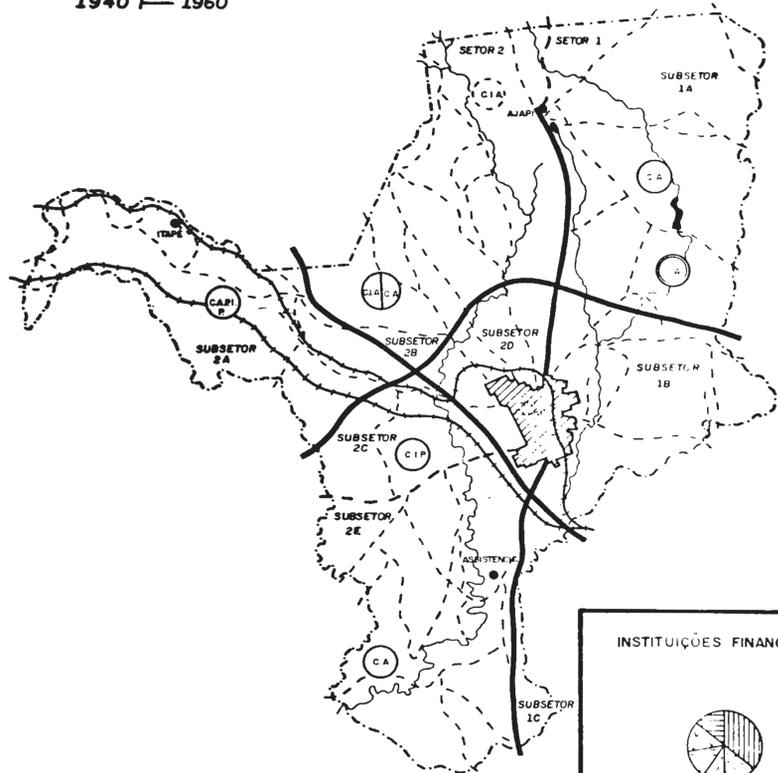
tivo para os trabalhadores e empresários do próprio setor".

Em 1982, prosseguiu a política de "desoficialização" do crédito rural, buscando ampliar a participação dos bancos comerciais tanto nas operações de custeio agrícola, como nas de comercialização". Continuou também a política restritiva de financiamento às operações de investimentos, o que provocou queda sensível de vendas no setor de maquinaria agrícola (IEA, 1982); além disso, no setor de fertilizantes, cujas taxas de juros foram equiparadas aos demais elementos através da Resolução nº 671, desapareceram todas as condições anteriormente favoráveis à aplicação de insumos modernos no processo produtivo. Pela Resolução BACEN nº 706 de 21/06/82, o agricultor não necessita mais formalizar sua proposta de financiamento através de projeto técnico, o que o desobriga da aplicação de 15% do orçamento em insumos modernos.

A decisão sobre a quantidade e a qualidade dos insumos aplicados caberá ao agricultor, e o pagamento daqueles passa também a ser realizado por ele. Isto significa que o agricultor terá maior independência na aplicação dos recursos do crédito rural de custeio (IEA, 1982). Com estas alterações, os produtores de fertilizantes químicos, sementes selecionadas e praguicidas que tinham o uso de seus produtos garantido através dos recursos do crédito rural passam, a partir desta Resolução, a sofrer as mesmas restrições da indústria de tratores e implementos agrícolas.

Para analisar geograficamente a distribuição dos recursos do crédito rural no município e as áreas para as quais foram direcionados recursos do crédito rural no período 1940/1982, organizou-se a figura 24. Nela está representado, através de círculos proporcionais, o número de usuários, cujo início de utilização do crédito se fez nas diferentes épocas, de acordo com o estrato de área do estabelecimento e as modalidades de financiamento a que se destinaram. Além destas informações, a figura 24 nos permite avaliar a participação das várias instituições financiadoras, às quais os agricultores recorreram em cada um dos períodos considerados. A representação

MODALIDADES DE CRÉDITO
1940 — 1960

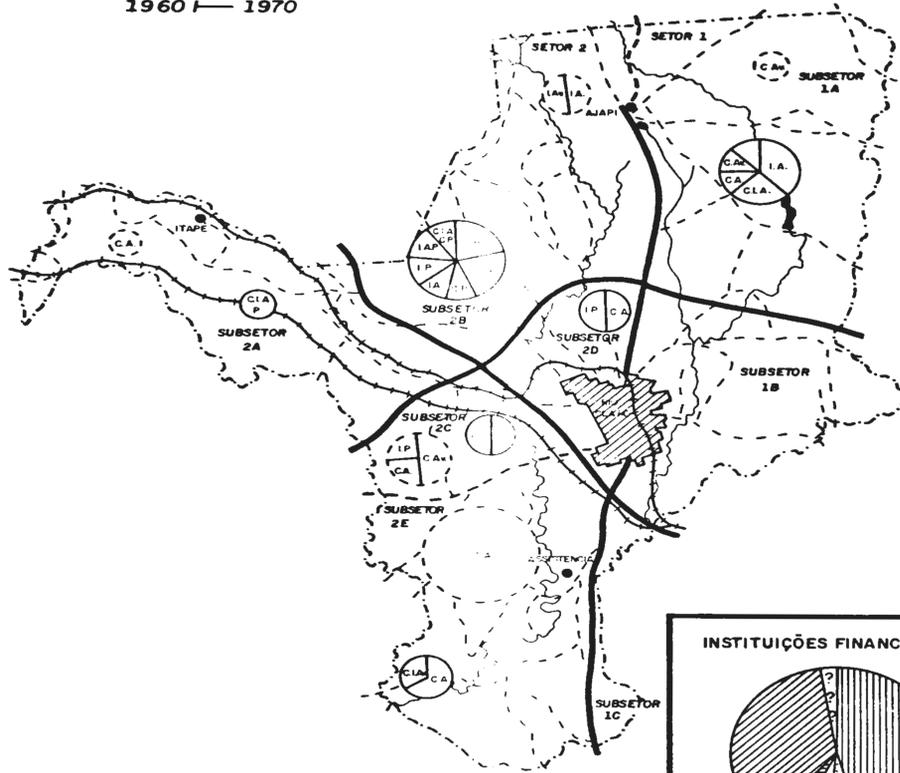


INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS

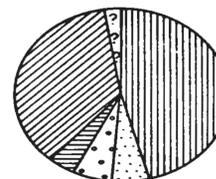


n = 8

MODALIDADES DE CRÉDITO
1960 — 1970

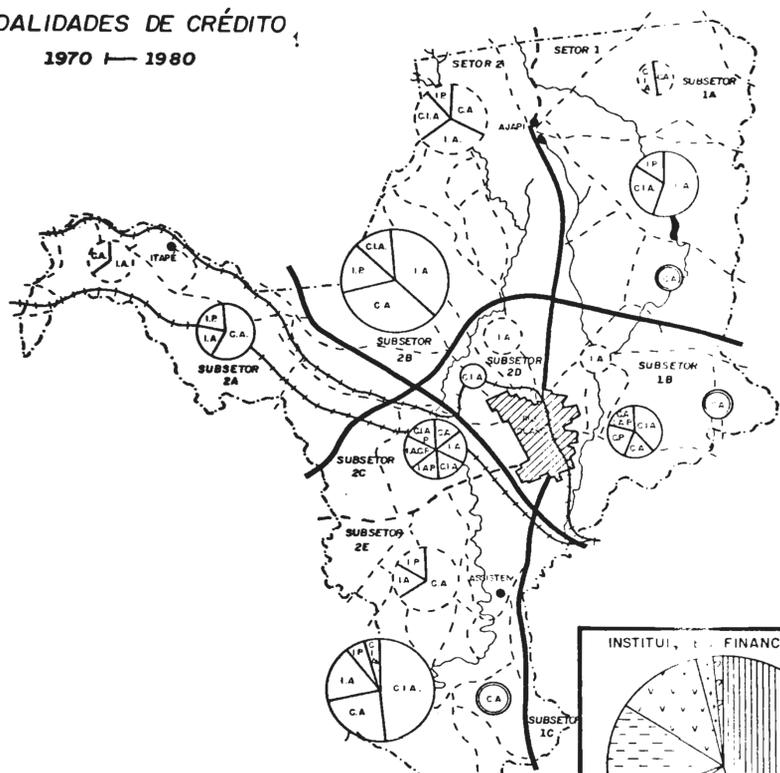


INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS

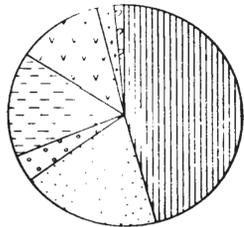


n = 49

MODALIDADES DE CRÉDITO
1970 — 1980

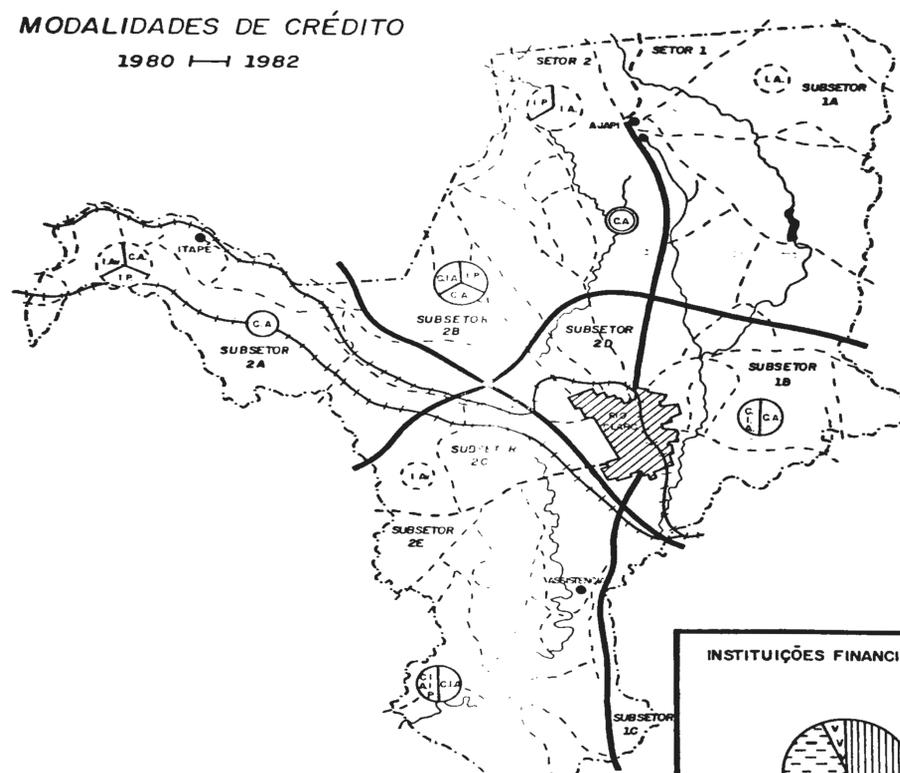


INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS

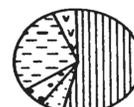


n = 88

MODALIDADES DE CRÉDITO
1980 — 1982



INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS



n = 18

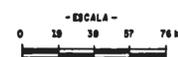
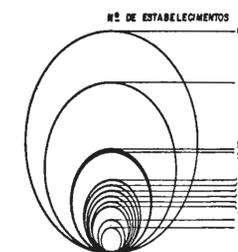
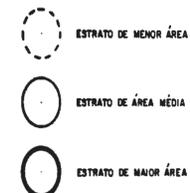
FIG.24 - USUÁRIOS DE CRÉDITO RURAL POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO AS MODALIDADES DE FINANCIAMENTO E INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS, POR SETOR, EM DIFERENTES ÉPOCAS.

- MODALIDADES DE CRÉDITO

CA	CUSTEIO AGRÍCOLA
CP	CUSTEIO PECUÁRIO
CA+	CUSTEIO AVÍCOLA
IA	INVESTIMENTO AGRÍCOLA
IP	INVESTIMENTO PECUÁRIO
IA+	INVESTIMENTO AVÍCOLA
CI+	CUSTEIO E INVESTIMENTO AGRÍCOLA
CIP	CUSTEIO E INVESTIMENTO PECUÁRIO
CI+	CUSTEIO E INVESTIMENTO AVÍCOLA
CIAP	CUSTEIO E INVESTIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIO
CIAP	CUSTEIO E INVESTIMENTO AGRÍCOLA E INVEST. PECUÁRIO
CIAP	CUSTEIO E INVESTIMENTO AVÍCOLA E INVEST. PECUÁRIO
CA+P	CUSTEIO AGRÍCOLA E INVEST. PECUÁRIO
CA+IP	CUSTEIO AGRÍCOLA E INVEST. PECUÁRIO
CA+AP	CUSTEIO AGRÍCOLA E INVEST. AGRÍCOLA E PECUÁRIO
IA+P	INVESTIMENTO AGRÍCOLA E INVEST. PECUÁRIO
IA+P	INVESTIMENTO AGRÍCOLA E INVEST. PECUÁRIO
SEM	SEM DECLARAÇÃO

- INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS

[Pattern]	BANCO DO BRASIL
[Pattern]	BANESPA
[Pattern]	BANCO DO BRASIL E BANE
[Pattern]	BANCOS PARTICULARES
[Pattern]	BANCOS OFICIAIS E PART.
[Pattern]	COOPERATIVAS
[Pattern]	BANCOS OFICIAIS, PARTICULARES E COOPERATIVAS
[Pattern]	BANCOS PARTICULARES E COOPERATIVAS
[Pattern]	SEM DECLARAÇÃO



desta informação também respeitou a proporcionalidade do número de contratos efetuados em cada período.

A informação básica para a confecção destes mapas foi a data de início da utilização dos recursos do crédito rural. Observa-se que, no conjunto da amostra, de 1940 a 1979, o número de agricultores que se utilizaram destes recursos se foi ampliando, principalmente nos pequenos e médios estabelecimentos, havendo, entretanto, uma queda sensível no número de agricultores que passaram a se utilizar destes recursos nos três primeiros anos da década de oitenta.

A representação da distribuição destes recursos por modalidade de financiamento e por setores do município nos permite concluir o seguinte:

- 1) os agricultores que declararam ter iniciado a utilização de recursos do crédito rural no período 1940 - 1960 foram em pequeno número (8) e são principalmente médios produtores, cujos estabelecimentos se localizam nos subsetores 1A, 2A, 2B, 2C e 2E. Dos pequenos produtores da amostra, apenas um, cujo estabelecimento se localiza no subsetor 2B, começou a utilizar o crédito rural neste período; e dos grandes produtores, apenas um, do subsetor 1A, desenvolvia as atividades, empregando recursos financeiros externos. As modalidades a que estes recursos se destinaram foram, principalmente nos pequenos e médios estabelecimentos, o custeio agrícola (de arroz, milho, algodão e cana-de-açúcar), seguido pelo custeio e investimento agrícolas, custeios agrícola e pecuário e investimento pecuário, além do custeio e investimento pecuários, bem de acordo com a orientação da política de crédito rural vigente na época, que se destinava a custear a produção; na grande produção, os recursos eram dirigidos ao custeio da lavoura de cana-de-açúcar. Os investimentos eram em pequeno número, direcionados

principalmente para aquisição de tratores, eletrificação rural, formação de pastagens e aquisição de bovinos leiteiros (vide figura 21 e 23).

As instituições que financiaram estes recursos foram, em ordem de importância, o Banco do Brasil, o Banespa, os dois em conjunto, Bradesco, Itaú, combinação entre Brasil e Bradesco, Banespa e Itaú, Brasil, Bradesco e Cooperativa de Laticínios de Rio Claro.

- 2) o número de agricultores que iniciaram a utilização dos recursos do crédito rural na década de sessenta foi muito grande (49); e foram também principalmente os pequenos e médios produtores de Rio Claro que passaram a se utilizar deste mecanismo em todos os subsetores do município, com exceção dos subsetores 1B e 1C. Observa-se que nenhum grande produtor formalizou seu primeiro contrato nesta época, por já utilizar ou ter passado a dispor destes recursos na década seguinte. Dentre as principais modalidades de crédito para as quais os recursos foram dirigidos houve diferenciação quanto à área do estabelecimento, a saber:

- nos pequenos estabelecimentos dos subsetores 2E e 2C, desenvolveram-se muito as operações do custeio da cana-de-açúcar, enquanto as lavouras de milho, arroz, feijão e mandioca foram financiadas no subsetor 2A. Apesar disso, outros tipos de contratos foram firmados pelos pequenos produtores, destinando-se ao custeio avícola (subsetores 1A e 2C), destacando-se também aqueles destinados ao investimento avícola (subsetor 2B) e ao investimento pecuário (subsetor 2C) (vide figura 21).

- nos médios estabelecimentos, embora as atividades de custeio de lavouras como cana-de-açúcar, arroz e milho tenham sido intensificadas o destaque maior foi dado aos investimentos agrícolas, principalmente destinados à aquisição de máquinas agrícolas, eletrificação rural e formação de lavouras, bem de acordo com a política agrícola da época, que visava justamente à mecanização da agricultura. Isto ocorreu mais nitidamente nos estabelecimentos localizados nos subsetores 1A, 2A, 2B e 2E. Nos estabelecimentos médios localizados nos subsetores 2C e 2D, os recursos foram direcionados, em partes iguais, ao custeio agrícola e ao investimento pecuário, traduzido principalmente pela aquisição de bovinos leiteiros. No subsetor 2B, a atividade agrícola era muito diversificada nos estabelecimentos de área média, tendo sido empregados recursos do crédito rural para atividades combinadas de custeio e investimentos agrícola e pecuário, principalmente de bovinos leiteiros, mas também para aquisição de touros puros de origem (vide figura 23).

Quanto às instituições que forneceram recursos de crédito rural, nesta época, destaca-se o Banco do Brasil e a associação entre bancos particulares (BraDESCO e Comind) e Cooperativas, não só a Cooperativa de Laticínios de Rio Claro, mas, também, a Cooperativa dos Plantadores de Cana de Piracicaba.

3) o período compreendido entre os anos de 1970 a 1979 foi o que apresentou o maior número de usuários de crédito rural, considerando-se a data do primeiro empréstimo firmado (88). Proprietários de estabelecimentos de todos os estratos de área procuraram as agências bancárias em busca de recursos para de

envolver a atividade. As modalidades para as quais os recursos foram destinados também variaram quanto ao estrato de área do estabelecimento.

- nos pequenos estabelecimentos, predominaram os financiamentos para investimento agrícola, principalmente para a aquisição de tratores, de eletrificação rural, equipamentos de irrigação e formação de lavouras de arroz, milho e cítricos; isto ocorreu principalmente nos subsetores 2A, 2B, 2D e 2E. As atividades de custeio agrícola (de arroz, milho, algodão e cítrus), isoladamente ou combinadas com aquelas destinadas aos investimentos, aconteceram no subsetor 1A (vide figura 21);
- os médios estabelecimentos mantiveram a orientação que vinha sendo estabelecida desde a década anterior, no sentido de diversificar a agricultura e investir na pecuária leiteira. Por este motivo, as modalidades de crédito foram muito variadas, mas, em termos de número de contratos, equilibradas entre custeio e investimento agrícola, isolados ou em conjunto. Estes destinaram-se principalmente ao custeio e formação de lavouras de arroz, milho, cana-de-açúcar, café, cítrus, mandioca e feijão, à aquisição de tratores e outras máquinas agrícolas e à eletrificação rural (vide figura 23). Em termos de subsetores, foram os proprietários de médios estabelecimentos dos subsetores 2B e 2E que utilizaram em maior quantidade os recursos bancários, seguidos por aqueles, cujos estabelecimentos se localizam nos subsetores 1A, 2C, 1B e 2A.
- os grandes estabelecimentos dos subsetores 1A,

1B e 2E se utilizaram dos recursos do crédito rural neste período para custear principalmente a lavoura canavieira, mas também aquelas de algodão, café, laranja e milho.

As instituições financeiras que forneceram recursos para os agricultores neste período foram o Banco do Brasil, o Banespa, bancos particulares (Itaú, Bradesco, Mercantil, BCN, Nacional e Real), isolados ou associados aos oficiais e à Cooperativa dos Plantadores de Cana de Piracicaba.

- 4) o número de produtores agrícolas que começaram a utilizar os recursos do crédito rural no período compreendido entre os anos de 1980 e 1982 foi pequeno (18). Mas foram também pequenos e médios produtores que se engajaram neste processo no período considerado. Nos pequenos estabelecimentos, o crédito distribuiu-se, equitativamente, entre
- a) atividades de custeio agrícola (cana-de-açúcar, mandioca e flores), principalmente nos subsectores 2A e 2E;
 - b) investimento agrícola (aquisição de tratores e equipamentos de irrigação) no subsector 1A;
 - c) investimento pecuário (aquisição de bovinos de leite e construção de estábulo) nos subsectores 2A e 2B;
 - d) investimento agrícola para construção de granja nos subsectores 2A e 2C (vide figura 21).

Apenas médios proprietários, cujos estabelecimentos se localizam nos subsectores 1B, 2A, 2B e 2E,

aderiram à utilização dos recursos do crédito rural neste período. As principais modalidades financiadas foram o custeio agrícola e o custeio e investimento agrícolas, destacando-se apenas alguns estabelecimentos dos subsetores 2B e 2E, onde se financiaram também atividades de pecuária, principalmente para aquisição de bovinos leiteiros (vide figura 23).

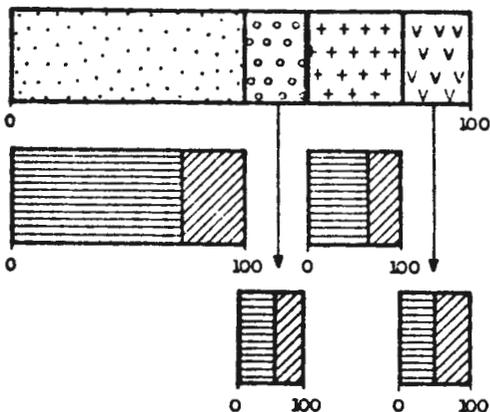
Apenas um grande estabelecimento localizado no subsetor 2B começou a fazer uso de recursos bancários para custeio agrícola da lavoura canavieira.

O Banco do Brasil foi, mais uma vez, o responsável por mais da metade do número de contratos, tendo tido importância também aqueles firmados através de bancos particulares (Itaú, BCN, Nacional e Bradesco).

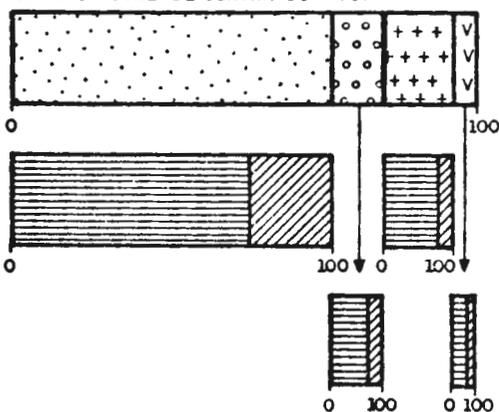
As informações fornecidas pelos agricultores na pesquisa de campo foram confrontadas pelas consultas ao setor financeiro oficial atuante no município de Rio Claro no setor de crédito rural. Conseguiram-se apenas informações relativas às operações realizadas pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Estado de São Paulo (BANESPA); nos bancos particulares, ordens superiores não permitiram o acesso às informações, de forma que o confronto pôde ser feito apenas com o crédito fornecido pelas instituições oficiais do município, no período de 1979/1982. As informações referem-se ao número e modalidade dos contratos em cada um dos anos do período citado, aparecendo nos dados do Banco do Brasil, ainda, o quesito local de residência do usuário. Deve-se esclarecer que, embora haja na legislação do crédito rural uma classificação dos produtores rurais segundo o tamanho, as duas instituições financeiras não nos forneceram qualquer informação a este respeito.

O exame da figura 25 permite constatar uma diminuição acentuada, da ordem de 55%, no número total de contratos de crédito rural efetuados de maio de 1979 a dezembro de 1982, apesar de um ligeiro aumento no ano de 1981. Nos quatro perío-

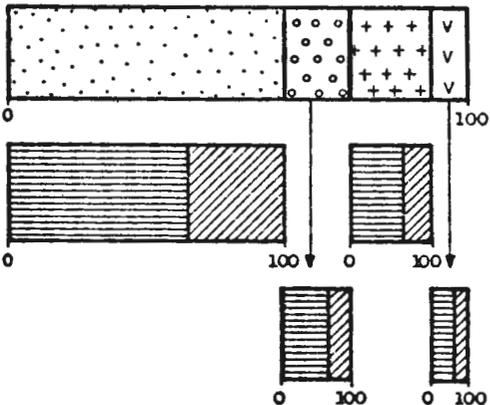
PERÍODO - MAIO / 1979 A ABRIL / 1980
 NÚMERO TOTAL DE CONTRATOS - 793



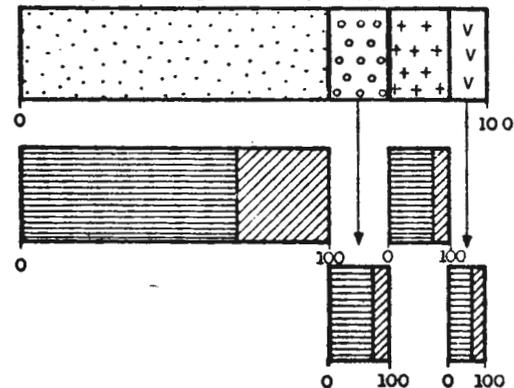
PERÍODO - MAIO / 1980 A DEZEMBRO / 1980
 NÚMERO TOTAL DE CONTRATOS - 487



PERÍODO - JANEIRO A DEZEMBRO DE 1981
 NÚMERO TOTAL DE CONTRATOS - 563



PERÍODO - JANEIRO A DEZEMBRO DE 1982
 NÚMERO TOTAL DE CONTRATOS - 439



-  CUSTEIO AGRÍCOLA
-  CUSTEIO PECUÁRIO
-  INVESTIMENTO AGRÍCOLA

-  INVESTIMENTO PECUÁRIO
-  RESIDENTES NA PROPRIEDADE
-  NÃO RESIDENTES NA PROPRIEDADE

Banco do Brasil S/A - Agência Rio Claro

ORG LIGIA C. POLTRONIÉRI
 DES GILBERTO D-HENRIQUE

FIG. 25- MUNICÍPIO DE RIO CLARO - FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS PELO BANCO DO BRASIL POR MODALIDADE E LOCAL DE RESIDÊNCIA DO MUTUÁRIO, EM PORCENTAGEM .

dos, entretanto, o maior volume de contratos sempre foi destinado ao custeio, predominantemente agrícola, com percentuais sempre superiores a 50% e quase 70%; este fato determinou a posição do crédito de investimento agrícola no período considerado, já que neste item são incluídos a compra de máquinas, a formação de lavouras e os melhoramentos em geral. Tanto o custeio como o investimento pecuário ocupam posição inferior nos quatro períodos considerados, atingindo percentuais não superiores a 15%. Quanto ao local de residência, em todas as modalidades de contrato, o maior percentual corresponde a agricultores residentes nas propriedades (em média 65% e, em alguns casos, mais de 70%).

Nos contratos efetuados pelo Banespa, no mesmo período, não constam informações sobre o local de residência; o exame da figura 26 demonstra que, além de uma queda no número total de contratos, a predominância de uma ou outra modalidade foi diferente em cada um dos períodos analisados:

- em 1979, custeio agrícola e investimento pecuário foram os responsáveis pelo maior número de contratos (46.84% e 21.62%, respectivamente);
- nos anos de 1980, 1981 e 1982, os créditos de custeio agrícola e pecuário responderam por mais de 80% do número total de contratos.

Isto significa que, em 1979, os agricultores que se utilizaram dos recursos do Banespa investiram na pecuária, através da compra de matrizes ou de maquinaria específica e, a partir de 1980, passaram a recorrer ao crédito para custear os animais, isto é, comprar rações, cevada, vacinas e medicamentos, principalmente.

As informações fornecidas pelas duas instituições de crédito rural do município corroboram a declaração dos agricultores da amostra no que se refere às modalidades dos contratos firmados nos períodos anteriores a 1983.

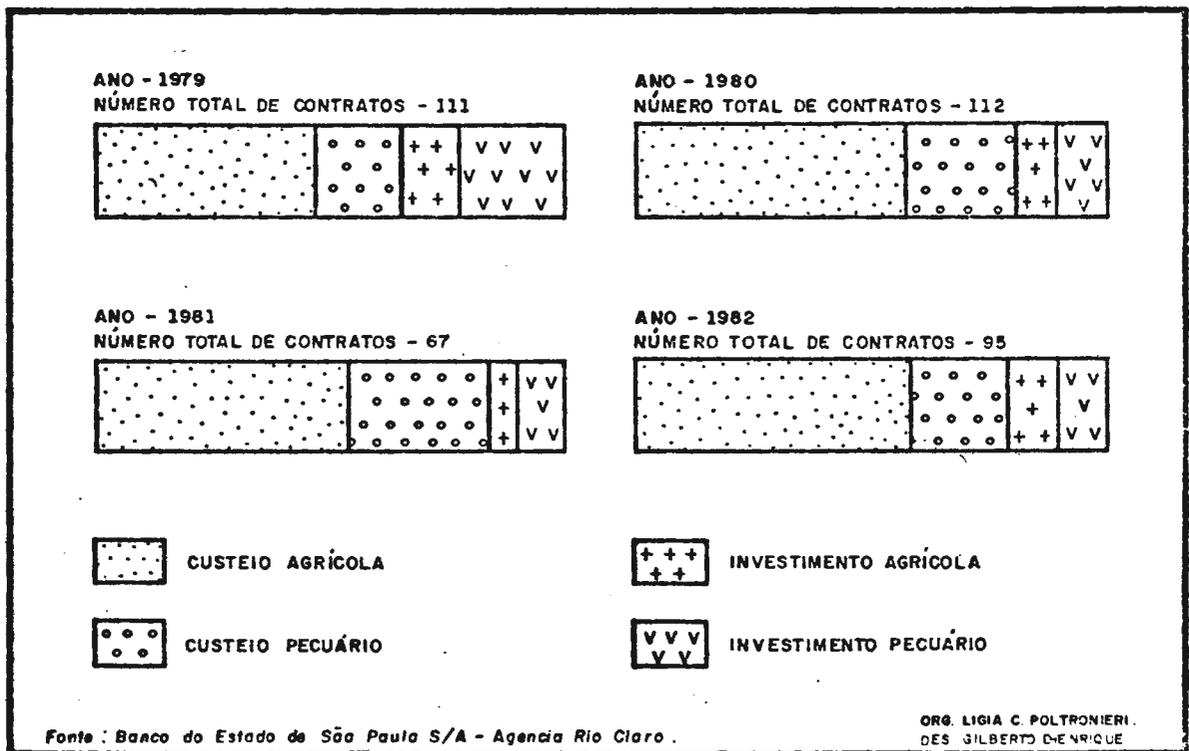


FIG.26 - MUNICÍPIO DE RIO CLARO - FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS PELO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR MODALIDADE, EM PORCENTAGEM.

O comportamento dos agricultores rio-clarenses, por estrato de área, quanto à utilização dos recursos do crédito rural no ano de 1983.

O percentual de não usuários do crédito rural no ano de 1983 foi elevado, da ordem de 72.35%. A maior parte, entretanto, não quis justificar o porquê da sua não utilização; dos que o declararam, os motivos apontados foram variados, sobressaindo aqueles relativos aos itens seguintes:

- 1) taxas de juros bancários;
- 2) preço elevado do adubo depois da retirada dos subsídios;
- 3) preferência por arrendar as terras para a Usina ou para fornecedores de cana, evitando, assim, correr os riscos da produção.

Não houve, porém, grandes contrastes entre os estratos de áreas pequena e média (Anexo 7). É interessante assinalar que a opção de arrendar as terras para a Usina ou para fornecedores de cana não é exclusiva dos agricultores do estrato de maior área; aparece também naqueles, cujos estabelecimentos se enquadram nos estratos de menor área e de área média.

Dos agricultores que estavam utilizando os recursos do crédito rural no ano de 1983 e que correspondem a 27.64% do total da amostra (tabela 17), quase todos o fizeram por iniciativa própria, preferencialmente em bancos oficiais (56.59%) para as atividades de custeio predominantemente agrícola e pequena parcela para os investimentos agrícolas, pecuário e avícola. Houve, também, outras combinações como custeio agrícola e investimento pecuário para aqueles que estavam implantando a atividade pecuária, além da lavoura, custeio e investimento a-

TABELA 17

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO CRÉDITO RURAL NO ANO DE 1983 POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO (n = 81)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	UTILIZAÇÃO		DECISÃO			TOTAL
	NÃO	SIM	INICIATIVA PRÓPRIA	AGRÔNOMO	FUNCIONÁRIO DO BANCO	
0,1 - 20,2	131	18	17	-	1	18
20,2 - 242,4	74	59	58	1	-	59
313,3 - 6.017,7	7	4	4	-	-	4
TOTAL	212	81	79	1	1	81

Org. L.C. Poltronêri

TABELA 17

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO CRÉDITO RURAL NO ANO DE 1983 POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO (n = 81)
(continuação)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS									TOTAL
	BANCOS OFICIAIS			BANCOS PAR TICULARES	BANCOS OFI CIAIS E PARTICULA RES	COOPERA TIVAS	OFICIAIS, PAR TICULARES E COOPERATIVAS	OFICIAIS E COOPE RATIVAS		
	BRASIL	BANES PA	BRASIL E BA NESPA							
0,1 - 20,2	12	1	-	3	1	-	-	1	18	
20,2 - 242,4	29	8	1	13	6	1	1	-	59	
313,3 - 6.017,7	1	-	-	2	1	-	-	-	4	
TOTAL	42	9	1	18	8	1	1	1	81	

Org. L.C. Poltronieri

TABELA 17

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO CRÉDITO RURAL NO ANO DE 1983 POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO (n = 81)

(continuação)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	MODALIDADES DE FINANCIAMENTO									TOTAL
	CUSTEIO			INVESTIMENTO			CUSTEIO E INVESTIMEN TO AGRÍCO LA	OUTRAS COM BINAÇÕES		
	AGRÍ- COLA	PECUÁ RIO	AVÍ- COLA	AGRÍ- COLA	PECUÁ RIO	AVÍ- COLA				
0,1 20,2	10	-	1	4	-	1	2	-	18	
20,2 242,4	40	2	-	3	3	-	4	7	59	
313,3 16.017,7	3	-	-	-	-	1	-	-	4	
TOTAL	53	2	1	7	3	2	6	7	81	

Org. L.C. Poltroniêri

TABELA 17

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO CRÉDITO RURAL NO ANO DE 1983 POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO (n = 81)

(continuação)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	RESULTADOS			TOTAL	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS PRÓPRIOS			TOTAL
	POSITIVO	NEGATIVO	SEM DECLARAÇÃO		NÃO	SIM	SEM DECLARAÇÃO	
0,1 - 20,2	13	5	-	18	15	3	-	18
20,2 - 242,4	48	7	4	59	40	14	5	59
313,3 - 6.017,7	3	1	-	4	-	4	-	4
TOTAL	64	13	4	81	55	21	5	81

Org. L.C. Poltronieri

vícola, dentre outros.

Apesar da taxa de juros estar muito elevada, em torno de 45% ao ano, quase 80% dos usuários acharam que ainda estava valendo a pena recorrer ao Banco para financiar a atividade agrícola. Oliveira e Montezano (1982) compartilham esta opinião e consideram que a agricultura só é viável em termos econômicos quando é praticada com recursos governamentais; 20% dos usuários estavam arrependidos ou não se manifestaram a respeito.

No que se refere à disponibilidade de recursos, mais de 30% revelaram possuí-los ou preferiram não declará-los, podendo-se inferir, nestes casos, que o indivíduo dispõe de recursos próprios. Oliveira e Montezano (1982) afirmam que a procura dos recursos bancários tende a ampliar-se à medida que um número maior de agricultores se apercebe da possibilidade de substituir o capital próprio pelo capital "mais barato" fornecido pelas instituições financeiras, implicando a completa dependência da produção agrícola em relação aos financiamentos bancários.

O percentual de agricultores da amostra que utilizaram recursos do crédito rural em qualquer época em períodos anteriores a 1983 foi elevada independentemente da área de seu estabelecimento. O que ocorria no ano de 1983?

A figura 27 mostra a distribuição dos usuários e não usuários do crédito rural, no ano de 1983, nos diferentes estratos de área, por setor do município. Observa-se que, com exceção dos pequenos estabelecimentos do subsetor 1B e das grandes propriedades dos subsetores 1B, 1C, 2A e 2B, em todos os outros estratos de área se encontraram agricultores usuários dos recursos do crédito rural no ano de 1983. Estes, na maioria, correspondem a agricultores que já vinham utilizando estes recursos em épocas anteriores, o que pode ser comprovado através do exame da figura 18, a qual contém informações sobre o percentual de usuários de crédito rural que se estavam utilizando deste expediente, pela primeira vez, no referido ano.

Em termos de subsetores, esta situação ocorreu nos pe

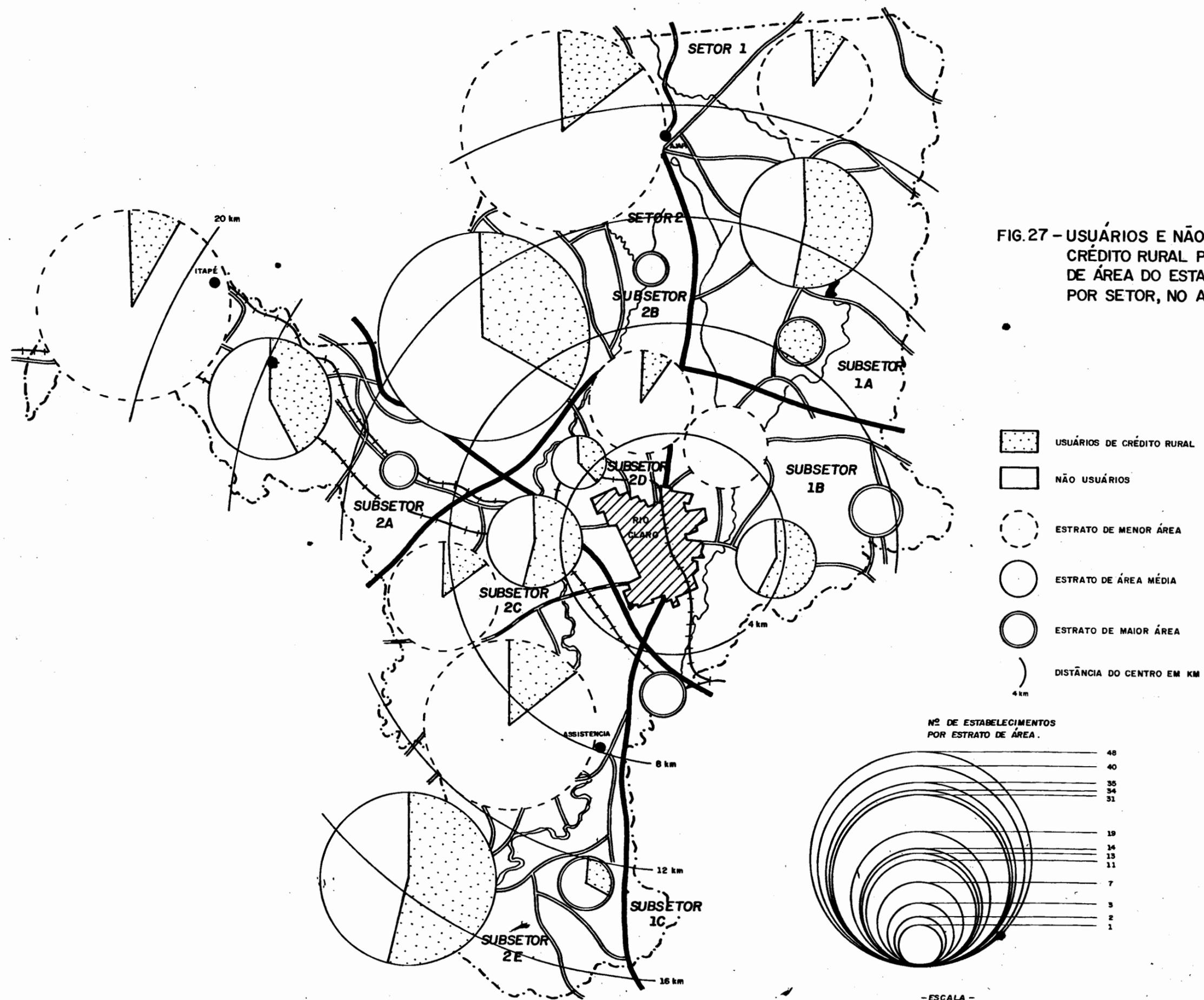
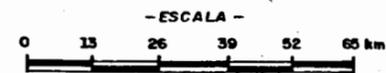
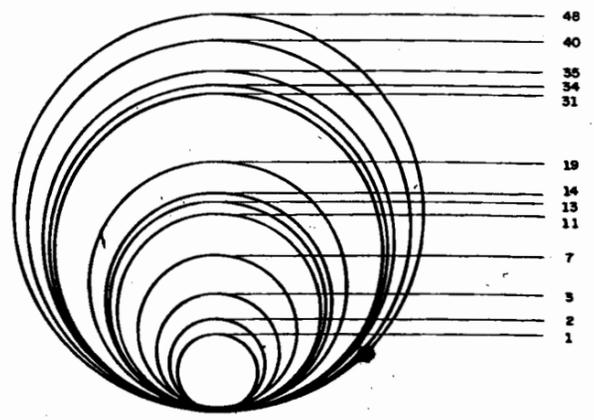


FIG. 27 - USUÁRIOS E NÃO USUÁRIOS DE CRÉDITO RURAL POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO, POR SETOR, NO ANO DE 1983.

-  USUÁRIOS DE CRÉDITO RURAL
-  NÃO USUÁRIOS
-  ESTRATO DE MENOR ÁREA
-  ESTRATO DE ÁREA MÉDIA
-  ESTRATO DE MAIOR ÁREA
-  DISTÂNCIA DO CENTRO EM KM

Nº DE ESTABELECIMENTOS POR ESTRATO DE ÁREA.



quenos estabelecimentos dos subsetores 2A e 2E e nos médios dos subsetores 2B e 2D.

Quanto aos grandes estabelecimentos da amostra, apenas os dois localizados no subsetor 1A e um localizado no subsetor 2E estavam utilizando recursos do crédito rural para o desempenho da atividade agrícola em 1983, significando que os demais (excluindo, evidentemente, os Hortos Florestais) a estavam desenvolvendo com o emprego de recursos próprios.

A comparação das figuras 18 e 27 demonstra que, apesar do percentual de usuários dos recursos do crédito rural no ano de 1983 não ter atingido 30% do total de agricultores entrevistados, esta cifra, com pequena margem de erro, não difere muito daquelas encontradas nas décadas anteriores, principalmente sessenta e setenta, nos pequenos e médios estabelecimentos. A diferença maior está, justamente, nos grandes estabelecimentos que, na realidade, diminuíram sensivelmente a utilização de recursos externos à empresa.

Os círculos concêntricos com distâncias de 4 km, traçados a partir do marco zero = Estação da Fepasa, comprovam, como já foi dito, que a distância do centro urbano não constitui fator restritivo à tomada de empréstimos bancários, uma vez que tanto pequenos como médios estabelecimentos localizados a grandes distâncias do centro continuam firmando contratos de financiamento. O que ocorreu, embora em pequena escala, foi a procura de instituições financeiras localizadas em outros municípios, como, por exemplo, o Bradesco de Corumbataí e a Cooperativa dos Plantadores de Cana de Piracicaba.

Nos pequenos estabelecimentos, o percentual de usuários do crédito rural em 1983 sofreu queda significativa, de 40% para 12%, em relação aos períodos anteriores, mas isto não ocorreu exclusivamente neste estrato de área (tabela 17). Os contratos foram firmados quase que exclusivamente por iniciativa própria, principalmente através do Banco do Brasil, para custeio e investimento agrícola.

Na figura 27, observa-se que em nenhum dos pequenos estabelecimentos localizados no subsetor 1B estava sendo empre

gado capital proveniente de instituição financeira.

A figura 28 mostra as principais modalidades financiadas em 1983, bem como as finalidades para as quais foram direcionados os recursos creditícios naquele ano, por estrato de área. Observa-se que os proprietários dos estabelecimentos de menor área recorreram aos financiamentos bancários principalmente para as atividades de custeio de lavouras, especialmente arroz e milho, algodão, cana-de-açúcar e flores (56% dos contratos); em segundo lugar, colocaram-se os investimentos em máquinas, construção de açudes e cercas e reformas de instalações (22%). As atividades mistas, de custeio e investimento agrícola, referiram-se, basicamente, à formação de lavouras (laranja, arroz e milho) e aquisição de máquinas (11%). Custeio avícola e investimento avícola participaram com parcelas idênticas, correspondendo a 5.5% cada modalidade, referindo-se a investimentos em construção de granjas e custeio das aves (ração e medicamentos).

Na figura 29, observa-se quais as instituições financeiras que forneceram recursos aos tomadores de crédito deste estrato no ano de 1983. O Banco do Brasil foi o responsável pela maior parcela, financiando 67% do total de contratos, seguido por bancos particulares (BCN), cuja participação foi igual a 16.5%. O restante dos contratos foi firmado entre o Banespa (5.5%) ou entre bancos oficiais e particulares (Brasil, Itaú e Nacional com 5.5%) ou entre bancos oficiais e cooperativas (Banespa e Cooperativa dos Plantadores de Cana de Piracicaba) com 5.5%. De toda maneira, ainda foram os bancos oficiais principalmente o Banco do Brasil, que financiaram, isoladamente ou em conjunto, a maioria das atividades agrícolas dos agricultores tomadores de crédito deste estrato, uma vez que participaram em 83.5% das operações contratadas.

Para mais de 70% destes agricultores, desenvolver a atividade agrícola, seja de custeio ou formação de lavouras, aquisição de maquinaria ou formação de granjas e respectivo custeio das aves, financiada com recursos advindos do crédito rural, ainda é a melhor opção, uma vez que mais de 80% deles re-

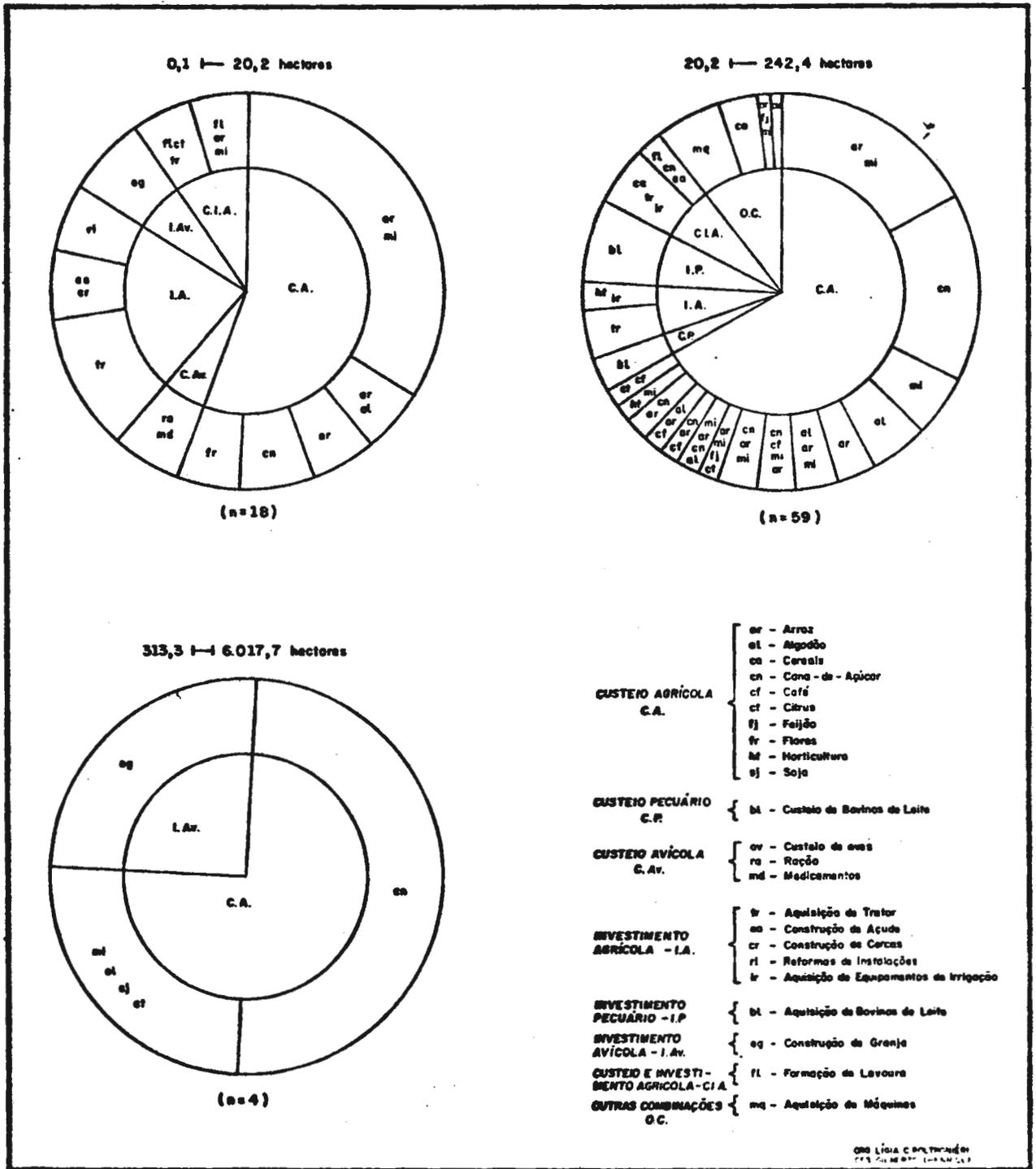
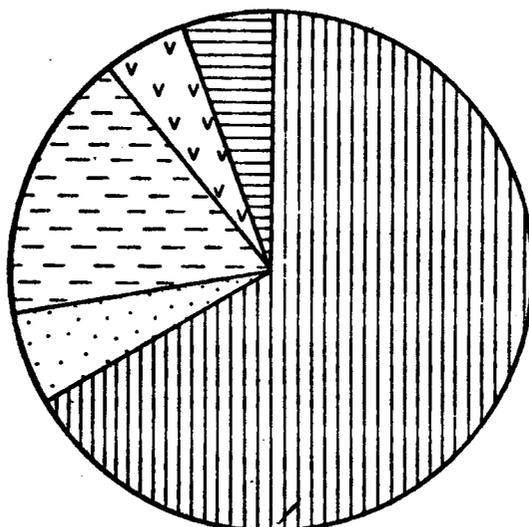


FIG.28 - USUÁRIOS DE CRÉDITO RURAL - MODALIDADE E FINALIDADE DOS FINANCIAMENTOS NO ANO DE 1983, POR ESTRATO DE ÁREA, EM PORCENTAGEM (n= 81).

ESTRATO DE MENOR ÁREA

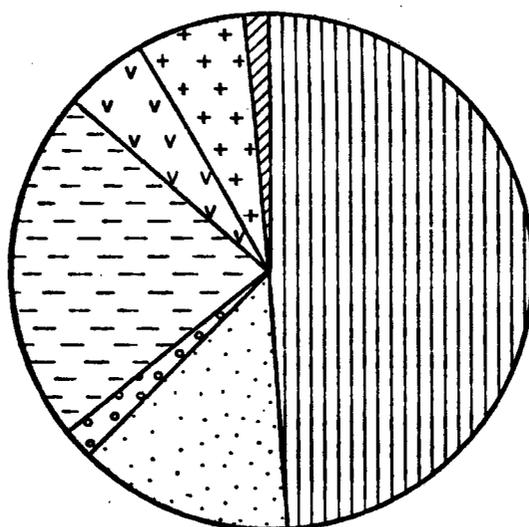
0,1 — 20,2 ha



(18)

ESTRATO DE ÁREA MÉDIA

20,2 — 242,4 ha



(59)



BANCO DO BRASIL



BANCOS OFICIAIS E PARTICULARES



BANESPA



COOPERATIVAS



BANCO DO BRASIL E BANESPA



BANCOS OFICIAIS E COOPERATIVAS



BANCOS PARTICULARES



BANCOS OFICIAIS, PARTICULARES E COOPERATIVAS

(59) NUMERO DE USUÁRIOS

ONS. LIGIA C POLTRONIEM
DES. GILBERTO MENRIQUE

FIG.29 - USUÁRIOS DE CRÉDITO RURAL POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO E INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS NO ANO DE 1983, EM PORCENTAGEM (n= 77).

velaram não possuir recursos para empregar na agricultura.

No estrato de área média, também houve queda no percentual de usuários do crédito (de 72.93% para 44.36%). Estes firmaram contratos por iniciativa própria, havendo maior participação de outras instituições financeiras que não o Banco do Brasil, embora sua participação fosse ainda predominante (vide tabela 17 e figura 27).

A principal modalidade de crédito pleiteada pelos agricultores deste estrato foi o custeio agrícola (vide figura 28); esta modalidade abrangeu 68% do número de contratos firmados, destinando-se principalmente às lavouras de arroz e milho, cana-de-açúcar, algodão, café, feijão, laranja e cultivos hortícolas. Os investimentos agrícolas direcionaram-se particularmente para a aquisição de máquinas, equipamentos de irrigação e formação de horta, enquanto os investimentos pecuários se concentraram na aquisição de matrizes e construção de estábulos para a criação de gado leiteiro, suportados também por créditos de custeio deste tipo de rebanho. Os créditos de custeio e investimento agrícola destinaram-se à formação de lavouras de cereais, de cana-de-açúcar, custeio destes mesmos cultivos, construção de represa, aquisição de tratores e equipamentos de irrigação.

Além dos agricultores que efetuaram os empréstimos para estas atividades específicas, houve aqueles que combinaram as modalidades de diferentes formas, tais como: custeio agrícola e investimento pecuário, investimentos agrícola e pecuário, custeio e investimento pecuários, custeio e investimento avícolas, custeio e investimento agrícolas e investimento pecuário, referindo-se a:

- no caso das lavouras, aos cereais: arroz, feijão e milho;
- à pecuária leiteira;
- nos investimentos, à aquisição de máquinas ou matri

zes de gado leiteiro e atividades relacionadas às granjas no caso de custeio e investimentos avícolas.

As instituições financeiras que forneceram recursos aos agricultores dos estabelecimentos de área intermediária estão indicadas na tabela 17 e na figura 29. Observa-se que, embora a participação do Banco do Brasil tenha sido igual a quase 50% dos contratos firmados em 1983 pelos agricultores enquadrados neste estrato, foi bem menor quando comparada ao estrato de pequenas áreas.

O crédito rural apresentou-se, neste estrato, com fontes muito diversificadas: os bancos particulares (Bradesco, BCN, Itaú, Real e Noroeste de Jundiaí) responderam por 22% dos contratos, seguidos pelo Banespa com 13.5% e pela associação entre bancos oficiais e particulares (10%), principalmente Brasil, Banespa, BCN, Bradesco e Itaú. De menor destaque foi a participação da associação entre o Banco do Brasil e o Banespa, de bancos oficiais, particulares e cooperativas e destas, isoladamente, quanto ao número de contratos firmados.

Para mais de 80% dos usuários do crédito rural deste estrato, os resultados estavam sendo considerados como positivos. Percentual elevado destes agricultores declarou possuir recursos próprios (23.72%), mas, mesmo assim, recorria ao financiamento bancário por ser mais "vantajoso aplicar o dinheiro em outros tipos de investimento de capital" e "pagar os juros do crédito rural que, embora elevados, são mais baixos do que os outros tipos de financiamentos comerciais, industriais ou de crédito pessoal".

Por estas afirmações, nota-se, mais uma vez, que, além de contrariar os princípios básicos do mecanismo que instituiu o crédito rural, esta posição corrobora a afirmação de Guedes Pinto (1981), caracterizando o segundo tipo de desvio de recursos, de caráter fraudulento inclusive. Neste caso, os recursos do crédito, contemplando agricultores que na realidade não necessitam deles, extravasam para outros setores da economia, causando distorções e fazendo com que haja restrições de crédito

to para os que realmente precisam utilizar-se deste mecanismo para poder "tocar" a atividade.

Nos grandes estabelecimentos, os produtores também se retraíram, em relação aos períodos anteriores, quanto à tomada de empréstimos bancários (tabela 17 e figura 27); o percentual de usuários do crédito caiu em 50%, e os que continuavam financiando a atividade agrícola estavam vinculados principalmente a um banco particular (Bradesco), havendo também um contrato com o Banco do Brasil e um associado entre Banco do Brasil e Bradesco.

A principal modalidade de financiamento pleiteada pelos grandes produtores da amostra, em 1983, foi o custeio agrícola para as lavouras de cana-de-açúcar, milho, algodão, soja e laranja (vide figura 28). Houve também um contrato de investimento avícola para ampliação de infra-estrutura de granja.

Todos os usuários consideraram que os resultados obtidos com a utilização do crédito rural tinham sido altamente favoráveis e declararam, explicitamente, dispor de recursos para custear as atividades, o que confirma a não observação pelas instituições financeiras do preceito geral da lei que rege a aplicação dos recursos de crédito rural no país.

A queda verificada no número de usuários do crédito rural em todos os estratos de área, no ano de 1983, reflete a culminância de toda uma situação da agricultura brasileira, uma vez que, em 1982, o crescimento de seu produto real se situou próximo de 3%, a menor taxa alcançada desde 1967, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, citados por técnicos do IEA (1982). Além disso, a baixa dos preços agrícolas não ocorreu apenas por excesso de oferta, mas, principalmente, por toda a conjuntura econômica relacionada à queda nas cotações dos produtos de exportação, restrição ao crédito devido à política antiinflacionária e também gerada pela má aplicação da política de preços mínimos.

Os custos de produção se elevaram muito, e os preços reais estavam em baixa; com isto, houve diminuição na rentabilidade dos produtos agrícolas, a qual, aliada às restrições cre

ditícias, levou o setor agrícola a uma grave crise. Os seus rendimentos transferiram-se basicamente para o setor secundário, responsável pelo fornecimento de insumos e máquinas (IEA, 1982).

Na safra 82/83, os bancos tinham que, obrigatoriamente, aplicar 25% dos depósitos à vista (Resolução BACEN, 721 de 22/12/81), devendo no mínimo 70% destes recursos destinar-se às operações de custeio agrícola. Isto explica a predominância dos contratos desta modalidade no ano de 1983, nos três estratos de área da amostra.

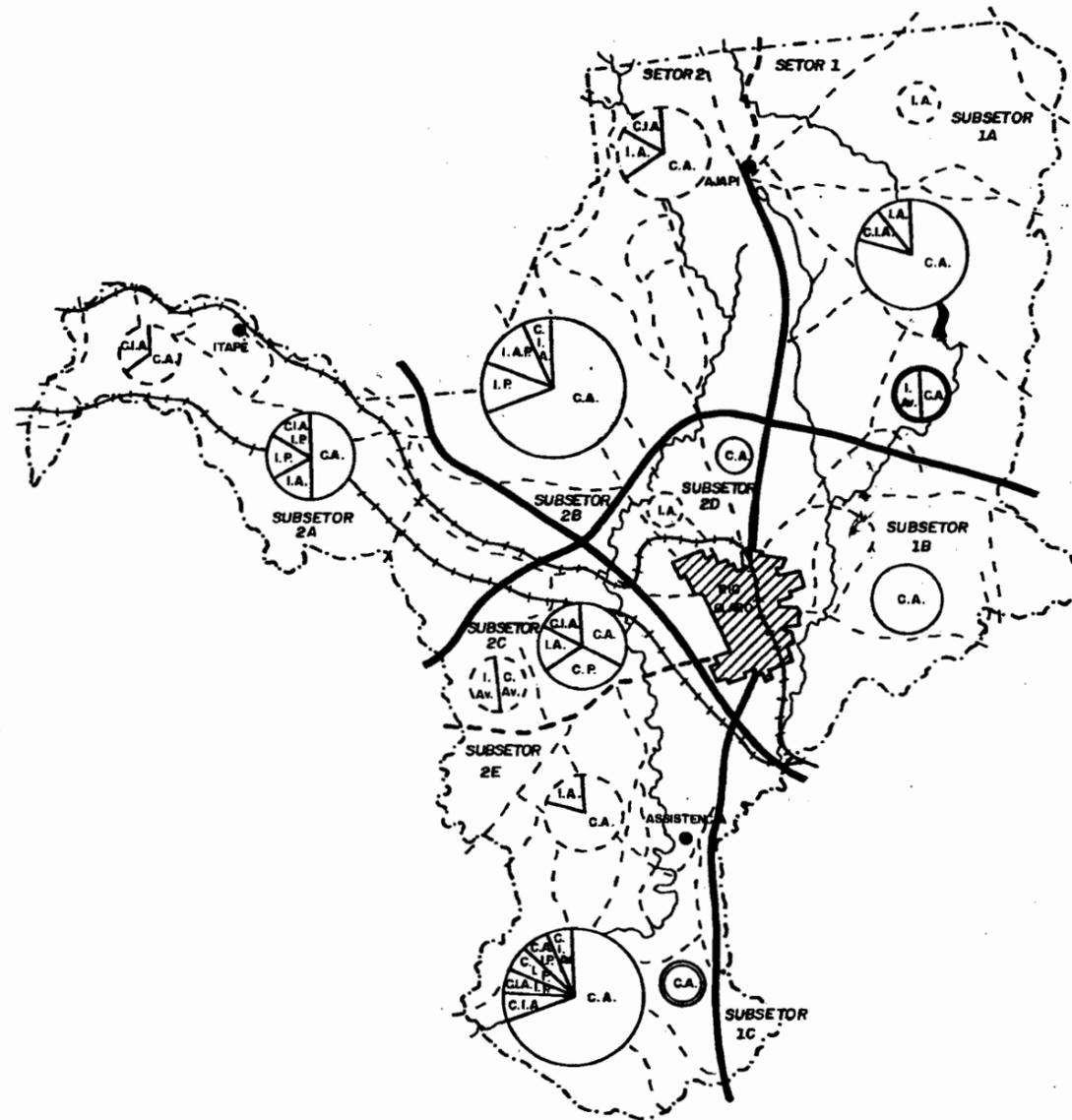
Outro aspecto importante se refere à taxa de juros, girando em torno de 35% ou 45% ao ano, determinada pela mesma Resolução nº 721 e que também funcionou como principal fator restritivo à solicitação de empréstimos bancários pelos agricultores da amostra.

As áreas do espaço rio-clarense, nas quais estava sendo injetado capital advindo de recursos de crédito rural no ano de 1983, bem como as principais modalidades de crédito que estavam sendo pleiteadas pelos estabelecimentos agrícolas dos três estratos de área, aparecem na figura 30.

O número de agricultores que se estavam utilizando destes recursos no referido ano (81) é inferior a 30% do total da amostra, porém, observa-se que tanto pequenos, como médios e grandes produtores em todos os subsetores do município estavam empregando capital nas atividades de custeio agrícola das lavouras de arroz, milho, cana-de-açúcar, algodão, café, feijão, cítrus, soja e também na horticultura, embora com variação nos três estratos de área. Esta variação refere-se à diversificação da atividade agrícola, que se mostrou maior nos estabelecimentos médios do que nos pequenos, enquanto os grandes se dedicam quase que exclusivamente à lavoura canavieira, embora tenham sido aplicados recursos do crédito rural no cultivo do milho, do algodão, da soja e de cítricos na Fazenda São José (vide figura 28).

O investimento agrícola continuou processando-se durante o ano de 1983, principalmente nos pequenos estabelecimentos (subsetores 1A, 2B, 2D e 2E) no que se refere à aquisição

A) MODALIDADES DE CRÉDITO



B) INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS

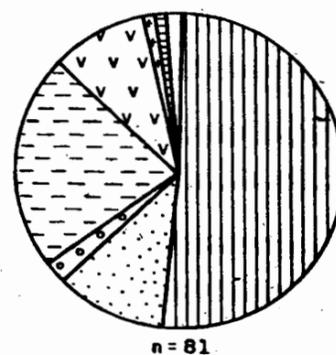


FIG.30 - USUÁRIOS DE CRÉDITO RURAL POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO AS MODALIDADES DE FINANCIAMENTO E INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS, POR SETOR, NO ANO DE 1983.

- MODALIDADES DE FINANCIAMENTO -

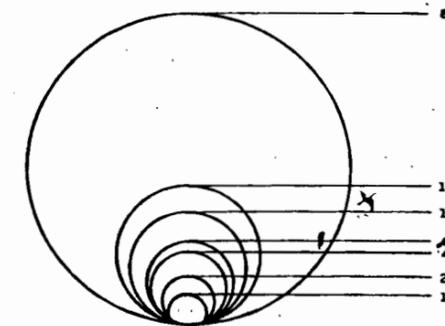
C.A.	CUSTEIO AGRÍCOLA
C.P.	CUSTEIO PECUÁRIO
C.Av.	CUSTEIO AVÍCOLA
I.A.	INVESTIMENTO AGRÍCOLA
I.P.	INVESTIMENTO PECUÁRIO
I.Av.	INVESTIMENTO AVÍCOLA
C.I.A.	CUSTEIO E INVESTIMENTO AGRÍCOLA
C.I.P.	CUSTEIO E INVESTIMENTO PECUÁRIO
C.I.Av.	CUSTEIO E INVESTIMENTO AVÍCOLA
C.I.A.I.P.	CUSTEIO E INVESTIMENTO AGRÍCOLA E INVESTIMENTO PECUÁRIO
C.A.I.P.	CUSTEIO AGRÍCOLA E INVESTIMENTO PECUÁRIO
I.A.P.	INVESTIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIO

- INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS -

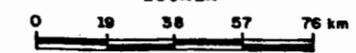
[Vertical stripes]	BANCO DO BRASIL
[Dotted]	BANESPA
[Small circles]	BANCO DO BRASIL E BANESPA
[Horizontal stripes]	BANCOS PARTICULARES
[V-shaped patterns]	BANCOS OFICIAIS E PARTICULARES
[Crosses]	COOPERATIVAS
[Horizontal stripes]	BANCOS OFICIAIS, PARTICULARES E COOPERATIVAS
[Horizontal stripes]	BANCOS OFICIAIS E COOPERATIVAS

- ESTRATO DE MENOR ÁREA
- ESTRATO DE ÁREA MÉDIA
- ESTRATO DE MAIOR ÁREA

Nº DE ESTABELECIMENTOS



-ESCALA-



de tratores, construção de cercas e açudes, além de reformas de instalações diversas. Os pequenos produtores do subsetor 2A associaram custeio e investimento agrícola para formação de lavouras de cítrus, arroz e milho e aquisição de trator. Em alguns estabelecimentos de pequena área do subsetor 2C, destacou-se também o custeio e o investimento agrícola.

Devido à maior diversificação da agricultura apresentada pelos estabelecimentos médios, os recursos financeiros em 1983 dividiram-se entre o custeio agrícola, muitas vezes associado ao investimento agrícola, e o custeio e investimento pecuário. Isto ocorreu nos estabelecimentos deste estrato localizados nos subsetores 1A, 2A, 2B, 2C e 2E; naqueles localizados nos subsetores 1B e 2D, os recursos destinaram-se ao custeio das lavouras de cana-de-açúcar, principalmente. Neste estrato de área, os produtores que solicitaram recursos para investimento agrícola os destinaram à aquisição de tratores, equipamentos de irrigação e formação de hortas (subsetores 1A, 2A e 2C); o investimento pecuário destinou-se à aquisição de bovinos de leite e ocorreu nos subsetores 2A e 2B, neste último associado ao custeio e investimento agrícola.

Além do custeio agrícola, um dos grandes proprietários empregou recursos do crédito rural também em investimento agrícola para implantação de infra-estrutura de granja (vide figura 28).

As instituições financiadoras procuradas foram as mesmas do período 1980-1982, com exceção da participação do Banespa, que diminuiu sua ação junto aos agricultores, em termos de número de contratos firmados, e a participação da Cooperativa dos Plantadores de Cana de Piracicaba e as associações entre bancos oficiais, particulares e cooperativas, a qual passou a ser efetuada no referido ano.

Uma avaliação sobre o uso do crédito rural em Rio Claro no período 1940/1983 e suas implicações na modernização da agricultura do município.

Os dados apresentados permitem verificar que entre os agricultores da amostra, no período analisado, houve diminuição do número de contratos de crédito rural em todos os estratos de área (vide tabelas 15 e 17). Este fato foi confirmado também através das informações fornecidas pelas duas instituições oficiais de crédito que atuam na cidade: Banco do Brasil S/A e Banco do Estado de São Paulo S/A, os quais se referem ao conjunto do município (figuras 25 e 26).

Apesar disso, este mecanismo tem contribuído para permitir o desenvolvimento da atividade agrícola no município, não só por aqueles que possuem recursos para investir na agricultura, mas, também, por agricultores desprovidos destes meios e que, no conjunto da amostra, não são poucos. Algumas informações retiradas das tabelas 15 e 17 permitem comprovar este fato, pois no período 1940/1982, um grande número de agricultores desprovidos de recursos próprios recorreu aos financiamentos bancários, a saber:

- 85% dos usuários proprietários de pequenos estabelecimentos (0,1 l- 20,2 hectares);
- 74% dos usuários proprietários de médios estabelecimentos (20,2 l- 242,4 hectares);
- 28% dos usuários proprietários de grandes estabelecimentos (313,3 l- 6.017,7 hectares).

Estes, em conjunto, correspondiam a 75% do total de usuários do crédito rural da amostra no período considerado.

Em 1983, entretanto, os dados se apresentaram do seguinte modo, quanto aos agricultores desprovidos de recursos

próprios:

- 83% dos usuários proprietários de pequenos estabelecimentos (0,1 l- 20,2 hectares);
- 67% dos usuários proprietários de médios estabelecimentos (20,2 l- 242,4 hectares);
- nenhum dos usuários proprietários de grandes estabelecimentos (313,3 l- 6.017,7 hectares).

No conjunto, estes agricultores correspondiam a 67.9% do total de usuários do crédito rural no ano de 1983.

A simples comparação destes dados permite inferir que, na realidade, um número cada vez maior de tomadores de crédito não faria jus à concessão de financiamentos para desenvolver a atividade agrícola em Rio Claro, se fossem seguidas as normas estabelecidas pelas Autoridades Monetárias.

Com a finalidade de demonstrar a evolução dos usuários do crédito rural da amostra, por estratos de área, no período 1940/1983, organizamos a tabela 18 e a figura 31.

Observa-se que, no estrato de menor área, o maior percentual é de não usuários do crédito rural em qualquer época do período, mas o percentual de usuários não é desprezível: é da ordem de 41.60%. Destes, apenas 1.34% começaram a utilizar os recursos de crédito subsidiado em 1983; portanto, a maioria é composta por agricultores que já usaram o crédito anteriormente e, destes, alguns estavam utilizando estes recursos também no ano de 1983 (mais de 30%)..

No estrato de área intermediária, o percentual de não usuários do crédito rural de 1940 a 1983 é bem menor: apenas 24.18%. A proporção de agricultores, cujo início da utilização ocorreu em 1983, é também muito pequena (3.00%). O que se nota, portanto, é o predomínio de agricultores que fizeram uso do crédito em períodos anteriores a 1983 e daqueles que o estavam utilizando naquele ano: 72.92% do total de agricultores do

TABELA 18

ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATO DE ÁREA - USUÁRIOS E NÃO USUÁRIOS DE RECURSOS DO CRÉDITO RURAL NO PERÍODO 1940/1983
(n = 293)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	USUÁRIOS DE CRÉDITO RURAL			NÃO USUÁRIOS	TOTAL
	APENAS ANTE- RIORMENTE A 1983	ANTERIOR- MENTE E EM 1983	COM INÍ- CIO EM 1983		
0,1 20,2	44	16	2	87	149
20,2 242,4	42	55	4	32	133
313,3 6.017,7	3	4	-	4	11
TOTAL	89	75	6	123	293

Org. L.C. Poltronieri

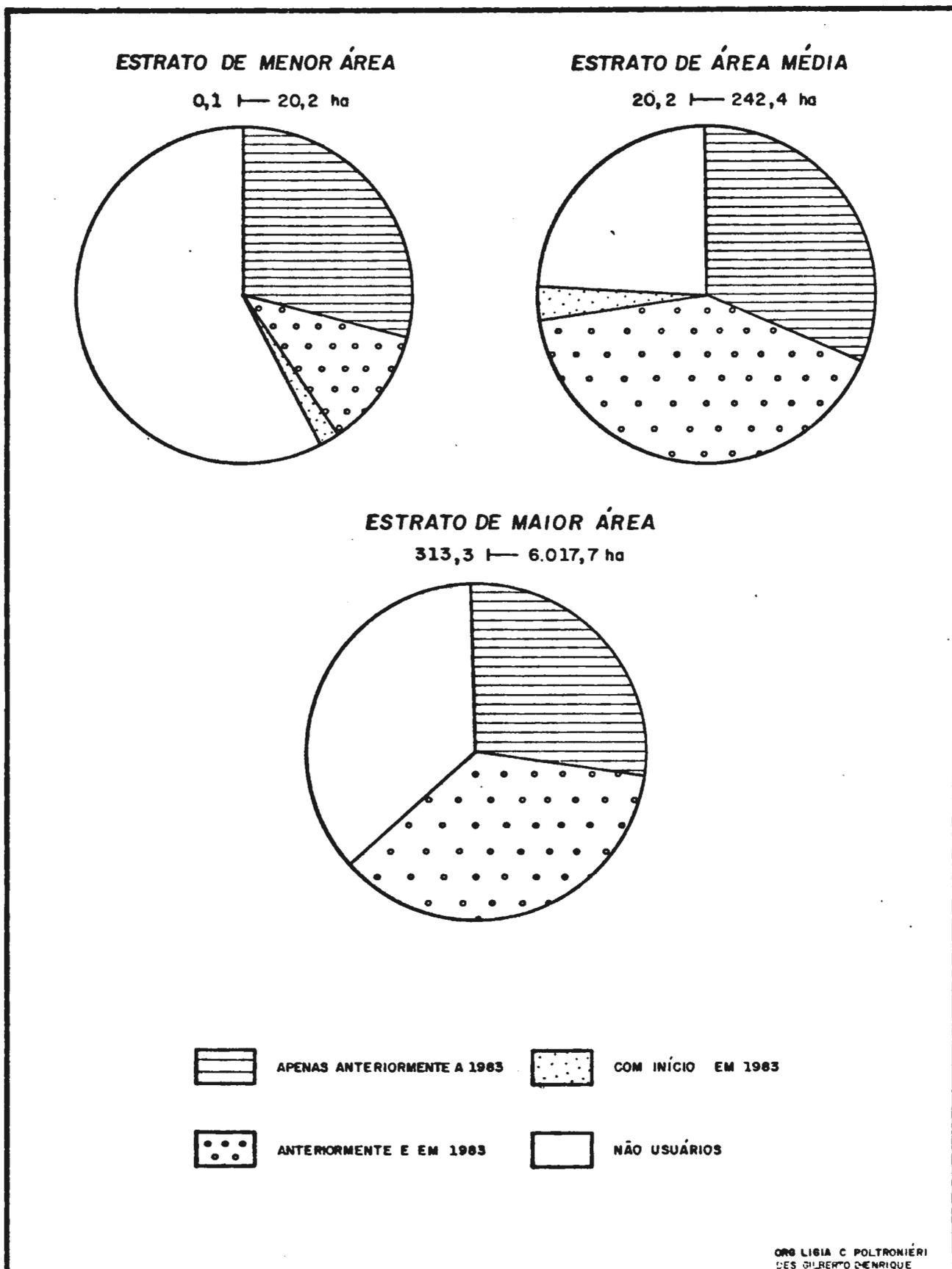


FIG.31- USUÁRIOS E NÃO USUÁRIOS DE CRÉDITO RURAL POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO, NO PERÍODO 1940 / 1983, EM PORCENTAGEM (n = 293).

estrato intermediário.

No estrato de maior área, ocorre o mesmo fato, com a diferença de que não houve proprietários, cujo início de utilização tivesse ocorrido em 1983; todos os usuários dos recursos bancários usaram este expediente em períodos anteriores a 1983 e continuavam a utilizá-lo no referido ano.

Este fato é suficiente para considerarmos estes agricultores usuários do crédito rural componentes da amostra aptos a se manifestarem quanto a duas questões importantes relativas a este mecanismo.

A primeira refere-se aos comentários sobre prejuízos que os agricultores podem ter, quando suas colheitas são inferiores à previsão devido a azares climáticos, falta ou excesso de chuva, principalmente. Nestes casos, é voz corrente que o agricultor, tendo sua terra em garantia penhorada ao Banco e não podendo pagar a dívida, perde a propriedade, a qual é obrigado a entregar como pagamento. À pergunta "Conhece alguém que tenha tido algum prejuízo devido à utilização do crédito rural"? apenas 21.16% dos agricultores responderam sim, pertencentes todos ao estrato de menor área. Quando perguntados sobre "O que aconteceu?", 20.96% destes responderam apenas "Já ouvi falar...", significando não ter entendido a questão formulada.

Daqueles que efetivamente justificaram a resposta, relatando o acontecido, esta pode ser enquadrada em três grupos:

a) relativo às instituições financeiras:

"O agricultor não pôde pagar e o banco tomou o que tinha"-61.22% das respostas;

b) relativo às intempéries climáticas:

"Perdeu a colheita por causa da chuva de pedra" - 27.41% das respostas;

c) relativo a prejuízos na comercialização:

"Vendeu a colheita de milho antes do tempo para poder pagar o banco" - 3.22% das respostas.

O que se nota, portanto, é que este tipo de ocorrência não é muito comum no município pois, caso contrário, a porcentagem de respostas afirmativas teria sido mais significativa.

A segunda questão refere-se aos desvios na aplicação dos recursos, fato muito divulgado inclusive pela imprensa, como o caso do adubo-papel e o escândalo da mandioca, por exemplo. Como a questão é muito delicada, a forma de tentar perceber algum indício deste tipo de atitude foi através da questão: "O senhor acha que através de um intermediário é mais fácil conseguir o crédito rural?" Isto é, se não há necessidade do proprietário aparecer, e pessoalmente, acertar todos os detalhes com o banco, pode-se inferir que seja mais fácil não aplicar o dinheiro naquilo que se declarou.

As respostas dadas por todos os entrevistados podem ser agrupadas do seguinte modo:

- a) "Não, só com escritura ou contrato de arrendamento" - 35.15%;
- b) "É difícil porque há fiscalização direta e mensal" - 4.09%;
- c) "Sim, para financiar adubo é possível" - 6.14%;
- d) "Não sei" - 21.16%;
- e) sem declaração - 33.46%.

Da análise destas respostas, pode-se verificar que 45.38% dos agricultores têm consciência de que há fiscalização, necessidade de documentos comprobatórios da posse da ter-

ra e que o procedimento ao qual nos referimos é possível, apenas, para o financiamento de adubos. Muitos declararam, inclusive, que fazem isto com vizinhos, parentes ou parceiros que, ou não gostam de trabalhar com o banco, ou não possuem a propriedade da terra, e o proprietário não concorda em assinar carta de anuência.

Por outro lado, mais da metade dos agricultores não fez referência ao fato, não sendo possível detectar se por desconhecimento, ou simplesmente para evitar falar no assunto.

Pelo exposto, pode-se afirmar que não foram apenas os grandes produtores de Rio Claro que se utilizaram da política de crédito rural; os pequenos e médios também utilizaram e continuam utilizando-a como forma de injetar capital em seus estabelecimentos. Embora a taxa de juros seja elevada e a política de preços mínimos não atenda de todo suas reivindicações, é o crédito rural, em boa medida, que tem proporcionado ao agricultor rio-clarense a aquisição de insumos, tanto os de custo mais elevado como máquinas e implementos, como adubos, sementes, praguicidas; enfim, é o que lhe permite custear a atividade, seja lavoura, pecuária ou avicultura.

Os resultados por nós obtidos neste trabalho de certo modo contrariam aqueles obtidos por Rask, Meyer e Pêres (1974) sobre a utilização do crédito rural pelos pequenos proprietários, quando os autores assim se expressam: "os pequenos agricultores, em geral, usam consideravelmente menos insumos modernos, têm uma pequena proporção de crédito para despesas operacionais e apresentam maiores retornos marginais do que as grandes propriedades, provenientes do uso de insumos adicionais". Atribuem a explicação deste fato ao mecanismo de administração do crédito, provocando distribuições desiguais: "As políticas e procedimentos de crédito talvez sejam em grande parte responsáveis pela falta de uso do crédito (e consequentemente do uso de insumos modernos) pelos pequenos agricultores. Dada a grande demanda para crédito subsidiado pelos grandes agricultores, talvez suprimentos crescentes de crédito nunca cheguem a atingir os pequenos agricultores porque eles repre-

sentam riscos e custos administrativos mais elevados para as instituições creditícias que têm fins lucrativos".

Talvez os autores se tenham referido à agricultura brasileira como um todo, pois lembram, no decorrer do trabalho, que "resultados de pesquisas indicam que as políticas de crédito e os subsídios de preço mostram-se úteis em algumas áreas do sul do Brasil, estimulando o uso de insumos e acelerando o crescimento da produção".

Neste ponto, concordam os autores e concordamos nós com Barros (1979) que, citando Araújo e Meyer (1977), mostra que o Estado de São Paulo é diferente quanto a este aspecto; isto é, a pequena propriedade tem grande participação no crédito rural, justamente pelo fato do Estado dispor de técnicas modernas para atividades próprias de pequenos estabelecimentos, quais sejam: horticultura, fruticultura ou avicultura. Barros (1979) relaciona este fato com os maiores investimentos direcionados à pesquisa agrícola feitos por São Paulo, quando comparados ao restante do Brasil.

Realmente, a agricultura do Centro-Sul e a paulista, em particular, diferem completamente do restante do país, e em Rio Claro houve nítida concordância entre os usuários dos recursos do crédito rural e a adoção de insumos modernos na atividade agrícola, sejam eles proprietários de pequenos, médios ou grandes estabelecimentos. No Capítulo II, chamou-se a atenção para a relação entre usuários do crédito rural e adotantes de um, dois, três ou os quatro insumos ao mesmo tempo, a saber: mecanização, adubação química, plantio com sementes selecionadas e utilização de praguicidas.

Agora, procura-se demonstrar, estatisticamente, a relação entre estes elementos. Na impossibilidade de calcular coeficientes de correlação devido ao tipo de informação de que dispúnhamos, optamos pela aplicação do teste do "qui-quadrado" que se mostrou adequado e também fornece um índice de correlação; através de uma tabela de probabilidades, pode-se averiguar se o referido índice poderia ter ocorrido por casualidade

ou não (Cole, 1972; Spiegel, 1978)¹⁸.

Calcularam-se os índices de "qui-quadrado" para cada um dos insumos e para os quatro em conjunto, considerando a amostra como um todo; a tabela 19 resume estas informações.

TABELA 19

ÍNDICES DE "QUI-QUADRADO" - USUÁRIOS DE CRÉDITO RURAL E ADOÇÃO DE INSUMOS MODERNOS NA AGRICULTURA EM RIO CLARO, SP (n = 293)

USUÁRIOS DO CRÉDITO RURAL X				
TRAÇÃO MECÂNICA*	USUÁRIOS DE ADUBAÇÃO QUÍMICA	USUÁRIOS DE SEMENTES SELECIONADAS	USUÁRIOS DE PRAGUICIDAS VEGETAIS E OU ANIMAIS	USUÁRIOS DOS 4 INSUMOS EM CONJUNTO
41.74	38.88	11.44	11.55	12.65

* agricultores possuidores de trator.

De acordo com a tabela de probabilidades, optamos pelo nível de confiança de 99% com 1 grau de liberdade, significando que a chance do resultado ter ocorrido por acaso foi de apenas 1%. Os resultados obtidos com os cálculos do índice do "qui-quadrado" revelaram que, no conjunto da amostra, existe correlação muito elevada entre os agricultores usuários do crédito rural e aqueles possuidores de trator e entre usuários do crédito rural e usuários de adubação química; os índices en

¹⁸ Nossas informações estavam em escala nominal, isto é, usuários e não usuários do crédito rural; usuários e não usuários de adubação química e assim por diante.

contrados, 41.74 e 38.88, respectivamente, estão muito acima daquele previsto na tabela de probabilidades com 99% de nível de confiança e 1 grau de liberdade, que é igual a 6.63. Correlações com níveis menores estabeleceram-se entre usuários do crédito rural e sementes selecionadas e usuários do crédito e emprego de praguicidas (11.44 e 11.55, respectivamente). Em nível um pouco mais elevado (12.65), os resultados demonstraram que de fato existe correlação entre a utilização do crédito rural e a adoção dos quatro insumos modernos aqui considerados. Sayad (1984) afirma que desde a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural a modernização da agricultura era a prioridade da política de financiamento.

Trabalho da Fundação IBGE coordenado por Mesquita (1982) sobre a modernização da agricultura no Sudoeste de Goiás demonstra que a introdução de qualquer elemento considerado moderno exige maior disponibilidade de capital e que o crédito rural, no sistema capitalista em que vivemos, desempenha exatamente o papel de "financiar a expansão da produção agropecuária e, em consequência, a expansão do capitalismo no campo, através da modernização do processo produtivo, viabilizando o uso crescente de máquinas, implementos e insumos modernos". O fato do produtor ter recorrido aos recursos do crédito rural é, portanto, fundamental para a determinação de sua capacidade de investimento; ele passa a sobressair em relação aos demais, por poder ampliar seus investimentos em insumos modernos. A pesquisa mostrou, ainda, que, dentre os agricultores não adotantes de qualquer dos itens de inovação considerados pelos autores, a maioria declarou não recorrer aos recursos do crédito rural por receio de contrair dívidas, para não perder a posse da terra ou pela descrença quanto ao acesso ao crédito pela falta de garantias a oferecer à rede bancária por não possuírem terras.

Os dados por nós obtidos corroboram estas afirmações e também aquelas de autores como Araújo et alii (1974) que, analisando a evolução dos principais mercados e fatores - mão-de-obra, tratores e fertilizantes-, concluíram que a implanta-

ção da indústria brasileira de tratores no início da década de sessenta, produzindo a preços reais declinantes, provocou alteração nos preços relativos dos fatores trator e mão-de-obra e se tornou um dos principais fatores da acelerada mecanização e diminuição de mão-de-obra nas atividades rurais. Além disso, à medida que aumentou a relação capital x trabalho na agricultura, o consumo de fertilizantes também cresceu. Ressaltam os autores que o crédito rural passou a ser oferecido amplamente aos agricultores, constituindo-se no elemento viabilizador destas modificações.

Araújo e Meyer (1979) consideram difícil avaliar a importância do crédito no financiamento de insumos como sementes, fertilizantes, calcários, praguicidas e rações, embora os programas de crédito tenham sido muito expressivos em termos de volume financiado. Quanto aos tratores, estes autores comparam o aumento da produção anual em 1967 (6.300 unidades) para mais de 62.000 em 1975, esclarecendo que a maior parte foi, efetivamente, adquirida pela agricultura, em grande parte financiada pelo crédito rural, principalmente nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Para Guedes Pinto (1981), a modernização da agricultura brasileira, através da utilização crescente de insumos de natureza química (fertilizantes e praguicidas) e do emprego de máquinas e implementos agrícolas, vem ocorrendo nos últimos quinze anos, coincidindo com a institucionalização do crédito rural, através do Sistema Nacional de Crédito Rural. Chama a atenção para o jogo de interesses que está por trás do rótulo "modernização", integrado pelo que ele chama de burguesia agrária, pela indústria e pelo sistema bancário. Ao descrever a posição de cada um destes segmentos no sistema, o autor realça que "as comparações entre o valor dos financiamentos e o valor das vendas de insumos e máquinas para a agricultura não deixam a menor dúvida a respeito da total dependência das indústrias de defensivos, fertilizantes e tratores em relação ao crédito rural". Estas, inclusive, funcionam como instrumentos de pressão muito mais poderosos sobre o governo para ampliação

dos recursos destinados ao financiamento da agricultura e, realmente, conseguem retornos muito mais rápidos do que os produtos rurais, mais fracos e mais desorganizados.

Com a finalidade de verificar a diferenciação interna da amostra no que se refere a estes aspectos, calcularam-se os índices de "qui-quadrado" isoladamente para cada um dos estratos de área. A tabela 20 resume os resultados obtidos. Considerando-se o mesmo critério, isto é, 99% de nível de confiança com 1 grau de liberdade, o valor previsto na tabela de probabilidades é igual a 6.63.

Analisando os resultados obtidos para os estabelecimentos do estrato de menor área, observou-se que, com exceção do elemento "posse do trator", todos os outros índices obtidos foram superiores a 6.63, significando que nestes pequenos estabelecimentos o fato do agricultor utilizar o crédito rural está muito correlacionado com o uso dos outros insumos como adubos químicos, sementes selecionadas e praguicidas vegetais ou animais; aliás, neste estrato, obteve-se o maior índice de correlação entre crédito e praguicidas, confirmando o que foi expresso no Capítulo II sobre a aplicação indiscriminada de praguicidas pelos agricultores dos estabelecimentos de menor área. O pequeno valor encontrado na relação uso do crédito rural x possuidores de trator não significa que o usuário de crédito rural dos pequenos estabelecimentos não possua trator ou outras máquinas. Como vimos, de 1960 a 1983, vários foram os contratos de crédito firmados para aquisição de máquinas; tanto é assim que, ao considerarmos a utilização do crédito rural e a adoção dos 4 insumos ao mesmo tempo, o valor encontrado foi o mais elevado quando comparado aos outros estratos de área.

Nos estabelecimentos de área intermediária, os elementos comportaram-se de modo um pouco diferente: é muito elevada a correlação entre usuários do crédito rural e possuidores de trator (47.34) e também significativo o índice encontrado entre usuários do crédito rural e utilização de adubação química (14.34). As relações com o emprego de sementes selecionadas

TABELA 20

ÍNDICES DE "QUI-QUADRADO" - USUÁRIOS DE CRÉDITO RURAL E ADOÇÃO DE INSUMOS MODERNOS POR ESTRATO DE ÁREA DO ESTABELECIMENTO
(n = 293)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	USUÁRIOS DE CRÉDITO RURAL X ADOÇÃO DE INSUMOS MODERNOS				
	TRAÇÃO ME- CÂNICA *	ADUBAÇÃO QUÍMICA	SEMENTES SELECIO- NADAS	PRAGUICIDAS VEGETAIS OU ANIMAIS	TODOS ESTES INSUMOS
0,1 - 20,2	1.70	10.48	7.36	9.36	10.93
20,2 - 242,4	47.34	14.34	4.26	0.13	2.46
313,3 - 6.017,7	3.04	1.38	1.34	3.03	0.05

* Agricultores possuidores de trator

Org. L.C. Poltroniéri

e praguicidas foram inferiores ao nível estabelecido, 4.26 e 0.13, respectivamente, significando que a adoção destes insumos independe do fato do agricultor vincular-se a um empréstimo bancário. O mesmo pode ser dito quando consideramos a adoção conjunta dos 4 insumos considerados (2.46).

No que se refere aos estabelecimentos de maior área, todos os índices obtidos foram inferiores àquele predeterminado, significando que não são os recursos do crédito rural que fazem com que os proprietários destes estabelecimentos possuam trator, usem fertilizantes químicos, sementes e mudas selecionadas ou apliquem praguicidas. Eles utilizam todos os insumos citados e, em grande quantidade, mas não dependem dos recursos do crédito rural para isso.

Dos quatro insumos selecionados, o único que podemos tratar com base mais concreta é a mecanização, pois somente sobre este aspecto temos dados de quantidades das diversas máquinas possuídas, enquanto para os outros só sabemos se o agricultor é usuário ou não. Deste modo, os estabelecimentos de menor área da amostra, cuja área totaliza 1.590,85 hectares, possuem 38 tratores com implementos além de outras máquinas como plantadeira, colheitadeira, carpideira, carregadeira de cana, enlheradeira, máquina de benefício de arroz, bomba de irrigação e resfriador de leite.

Nos estabelecimentos de área média, o número de tratores com implementos eleva-se para 90, e existe uma infinidade de outras máquinas: plantadeira, roçadeira, desfibradeira, colheitadeira, enlheradeira, debulhadeira de milho, bomba de irrigação, máquina de arroz, resfriador de leite, ordenhadeira mecânica, dentre outras, para uma área total de 6.656,76 hectares.

Os estabelecimentos maiores abrangem uma área de 10.337,03 hectares¹⁹; possuem 266 tratores com implementos, adu

¹⁹ Excluídas as áreas ocupadas pelos dois Hortos Florestais da FEPASA para não enviesar os resultados.

badeiras, enheradeiras, carregadeiras de cana, colheitadeiras para algodão e para cereais e ordenhadeira mecânica. Um destes grandes estabelecimentos não declarou o número de tratores de que dispõe, podendo-se inferir ser este número elevado pelo fato de dedicar-se à lavoura canavieira, cujo plantio é altamente mecanizado.

Observa-se que, comparativamente, os estabelecimentos de menor área utilizam em maior quantidade a força mecânica do que os de área média; quando se consideram apenas as áreas de lavouras, são os médios estabelecimentos que se destacam, fato compreensível, uma vez que os grandes estabelecimentos têm grande parte de suas áreas ocupadas por pastagens artificiais, matas naturais e espaços ocupados por reflorestamento.

Necessário lembrar, ainda, a existência do Departamento de Mecanização Agrícola da EMDERC que, alugando máquinas aos proprietários de estabelecimentos de até 10 hectares, permite que eles usem a tração mecânica sem adquiri-las; nos outros estratos de área, principalmente o intermediário, é o serviço de particulares, alugando suas máquinas por hora, que contribui para ampliar o uso da mecanização.

Araújo (1980) preocupou-se em estudar os fatores associados ao uso do crédito na agricultura paulista. Neste estudo, o objetivo básico do autor era estimar as relações quantitativas existentes entre o crédito de custeio e total e variáveis econômicas selecionadas e, além disso, relacioná-las com o tamanho das propriedades. Aplicando técnicas estatísticas, concluiu que o valor médio de custeio está relacionado ao tamanho da propriedade, ao índice de tecnologia biológica (medido pela relação entre despesas com fertilizantes e valor da produção) e ao índice de produtividade. O coeficiente de correlação encontrado lhe deu segurança para ressaltar que as três variáveis (tamanho, tecnologia biológica e produtividade) estão positivamente associadas ao uso do crédito rural, e variações nestes aspectos provocarão variações proporcionais no uso do crédito, acontecendo estas, em menor proporção, no que se refere à tecnologia biológica.

Outras conclusões interessantes deste autor e que coincidem com os resultados por nós descritos se referem à tendência de aumento do uso do crédito rural em função do tamanho da propriedade e ao uso mais intensivo do capital nos estratos de menor tamanho, considerando a relação entre o estoque de capital em máquinas e benfeitorias e a área total do imóvel. Nas pequenas propriedades, as benfeitorias exigidas por instalações avícolas, leiteiras e de suínos constituiriam, segundo o autor, uma explicação para este fato.

Além de estabelecerem relações entre a utilização dos recursos do crédito rural e o emprego de insumos modernos na agricultura, os autores têm revelado preocupações no sentido de procurar cotejar o fato do indivíduo solicitar um empréstimo bancário e sua idade, profissão e, principalmente, nível educacional (Moreno, 1971; Araújo, 1972; Soares, 1976).

Com o intuito de verificar este relacionamento, caracterizou-se, qualitativamente, o perfil dos tomadores de crédito da amostra durante o período 1940/1983, quanto a estes três aspectos.

Com relação à idade, observou-se não haver diferenças nos três estratos de área; os valores variaram de 34 a 76 anos, com nítido predomínio de proprietários rurais com idade entre 40 e 70 anos. Estes corresponderam a 83.8% dos proprietários de estabelecimentos de menor área, 79.2% daqueles de área média e 57.1% dos proprietários de estabelecimentos de maior área, significando serem agricultores adultos jovens e adultos os que efetuam, com maior frequência, os contratos de financiamentos bancários, devido, sobretudo, ao desenvolvimento da atividade agrícola de forma mais sólida e estável.

No que se refere aos setores de atividade econômica nos quais os tomadores de crédito rural desenvolvem sua atividade principal, observou-se que:

- a) a grande maioria desempenha sua atividade principal no setor primário, isto é, são realmente lavradores, apicultores ou pecuaristas, correspondendo

a 58% dos proprietários de estabelecimentos de menor área e 77% dos proprietários de estabelecimentos de área média;

- b) tanto nos pequenos como nos médios estabelecimentos, é expressivo o número de proprietários tomadores de crédito rural que, ao lado da atividade agrícola, exercem atividades econômicas no setor terciário, como comerciantes, professores, agrônomos, engenheiros, representantes comerciais, técnicos, contadores, médicos, dentre outros, correspondendo, respectivamente, a 27.4% e 15.8% do total de cada um destes estratos de área. Pequena parcela está engajada no setor secundário, como empresários industriais: 3.2% no estrato de menor área e 2.9% no estrato de área média;
- c) no estrato de maior área, 71.5% dos proprietários desenvolvem sua atividade principal no setor secundário como usineiros, e 28.5%, no setor terciário como médicos;
- d) na classe dos não economicamente ativos foram enquadrados os aposentados e pensionistas do FUNRURAL e do INPS, os quais correspondem a 11.2% dos tomadores de crédito do estrato de menor área e 3.9% daqueles do estrato de área intermediária.

O grau de escolaridade dos tomadores de crédito nos parece o mais importante destes aspectos porque tem muito que ver com toda a documentação exigida para fins de financiamento bancário. Soares (1976) encara este aspecto como fator de exclusão dos agricultores do processo creditício, afirmando que "Em 1970, no Brasil, 58.5% da população economicamente ativa no setor primário não tinham qualquer instrução; outros 21.6% tinham dois anos ou menos de escola primária. Esses trabalha-

ginásio e colegial (in-	
completo e completo)	- 15.84%
universitário (completo	
e incompleto)	- 4.95%
sem declaração	- 0.99%
total	100.00%

- <u>estrato de maior área:</u>	
até o 4º ano primário	- 57.14%
colegial completo	- 14.28%
universitário completo	- 28.57%
total	100.00%

Observa-se que, embora 70.90% dos tomadores de crédito enquadrados no estrato de menor área e 78.22% daqueles enquadrados no estrato intermediário não possuam instrução formal, apenas saibam ler e escrever ou tenham cursado apenas um, dois, três ou os quatro anos da escola primária, este fato não funcionou como barreira e de nenhum modo os excluiu do processo creditício. Este fato é comprovado também no estrato de maior área, onde 57.14% dos tomadores possuem apenas a escolaridade primária.

Os níveis mais elevados de escolaridade, do ginásial até o universitário, foram mais comuns entre os proprietários de estabelecimentos de maior e de menor área em detrimento daqueles proprietários dos estabelecimentos de área intermediária. Este fato pode ser explicado, considerando-se não só o setor da economia no qual estes últimos desenvolvem sua atividade principal, basicamente o setor primário, mas também o seu local de residência: quase 50% deles residem efetivamente nas propriedades, tendo tido poucas chances de frequentar escolas. No estrato de menor área, apenas 17.7% dos proprietários tomadores de crédito e nenhum daqueles do estrato de maior área residem na propriedade, justificando os maiores níveis de escolaridade pelas maiores oportunidades de estudo de que dispuseram, enquanto moradores da cidade.

Os dados expostos permitem chegar a algumas conclusões prévias:

- 1) tanto proprietários de pequenas como de médias e grandes áreas da amostra utilizaram os recursos do crédito rural;
- 2) esta utilização teve implicações na introdução de elementos modernos, principalmente mecanização e adubação química e, secundariamente, emprego de praguicidas vegetais e animais e cultivo de sementes e mudas selecionadas, tanto nos pequenos como nos médios estabelecimentos da amostra;
- 3) conseqüentemente, houve injeção de capitais no setor agrícola do município de Rio Claro, além daqueles próprios dos agricultores, representados pelos recursos advindos de financiamentos bancários no período 1940/1983;
- 4) a idade, o exercício de outra atividade profissional, além da desenvolvida no setor agrícola, e tampouco o grau de escolaridade dos tomadores de crédito da amostra são elementos que não tiveram qualquer ação restritiva ao acesso ao crédito rural em nenhum dos estratos de área.

A injeção de capital, próprio ou proveniente de financiamentos, provocou, evidentemente, transformações no setor agrícola do município, transformações estas que foram percebidas pelos agricultores em maior ou menor grau dependendo de suas peculiaridades individuais.

As transformações ocorridas no desempenho das atividades agrícolas, em Rio Claro, em função da utilização dos recursos do crédito rural de 1940 a 1983

Não há possibilidade de quantificar as transformações pelas quais passou a agricultura nos estabelecimentos da amostra no período considerado. Por este motivo, as informações aqui colocadas são extremamente qualitativas e decorrentes da forma como o agricultor percebeu alguma modificação em sua atividade depois da utilização do crédito rural. As transformações que se processaram na atividade agrícola serão apenas detectadas, tentando-se relacioná-las com benefícios que possam ter trazido aos proprietários rurais.

Evidentemente, a questão relativa às mudanças ocorridas foi formulada apenas para os agricultores que utilizaram o crédito rural em alguma época ou o estavam utilizando no ano de 1983. Estes totalizaram 171 e correspondem a 58.36% do total da amostra, tendo representantes dos três estratos de área (Anexo 8).

No conjunto, observou-se que aproximadamente 20% dos agricultores usuários do crédito rural responderam que não houve mudanças no desenvolvimento de sua atividade, "continuou tudo do mesmo jeito". Pouco mais de 20% preferiram não se posicionar a respeito. Os restantes, que correspondem a 57.89% do total de usuários, admitiram que a utilização do crédito rural foi o fator que provocou mudanças, para melhor, no desenvolvimento da atividade agrícola.

Como os representantes do estrato de maior área não declararam se houve ou não modificação ou disseram apenas que houve mudança, sem maiores esclarecimentos, deteremos a análise apenas nos estabelecimentos de menor área e de área média que são, justamente, os que mais nos interessam, uma vez que já ficou evidenciado que a implementação de insumos modernos na atividade agrícola dos estabelecimentos de maior área depende da aplicação de recursos do crédito rural e que seus

proprietários se utilizam deste expediente apenas em vista da taxa de juros ser menor quando comparada a outros mercados.

A grande maioria dos usuários do crédito rural no período de 1940/1983 apresentou justificativas de mudanças relativas à melhoria de técnicas de plantio, mecanização da atividade agrícola e aumento de produtividade. Portanto, para mais de 65% dos agricultores, para os quais a utilização do crédito rural foi o fator responsável por transformações em sua atividade, estas mudanças se traduziram em plantio com melhores técnicas, conseqüente aumento de produtividade, além da possibilidade de aquisição de máquinas e implementos agrícolas. De fato, não foram poucos os contratos de investimento destinados à aquisição de tratores e máquinas agrícolas firmados por agricultores engajados nos dois estratos de área, no período considerado. O depoimento destes agricultores ilustra o fato ao qual nos referimos:

- "- Antes praticava o mesmo tipo com recursos e técnicas próprias. Não teve sucesso. Com o financiamento consegui melhorar a técnica e a produtividade aumentou."
- "- Eram 7.0 alqueires de pastos naturais; plantei 6.5 alqueires de lavouras temporárias com sementes selecionadas, máquinas, curva de nível e boa produtividade."
- "- Fizemos logo que arrendamos (1974). A utilização do trator e a irrigação facilitaram o trabalho e aumentaram a produtividade. Temos 11.5 hectares de horta."

A segunda transformação citada pelos agricultores, em ordem de importância, devido ao número de envolvidos, foi implantação de infra-estrutura para criação de gado leiteiro, aumento de plantel e de produtividade, evidenciada pelo relato

destes agricultores:

"- Mudanças físicas bastante, cana, casa e toda a infra-estrutura prá tirar leite."

"- Consegui construir tudo e dar todo conforto à família. Implantei criação de gado leiteiro."

Em terceiro lugar, foi apontada a eletrificação rural. Como vimos, muitos agricultores tiveram acesso à eletrificação rural através da própria CESP, porém pelo menos 5 agricultores da amostra levaram energia elétrica até os seus sítios com recursos do crédito rural, valorizando a propriedade e provocando uma série de mudanças, conforme se expressou este agricultor:

"- Mudou 200%, principalmente por causa da luz elétrica."

Implantação de infra-estrutura de granja foi outra transformação apontada, significando que dos 11 estabelecimentos integrantes da amostra que se dedicam à avicultura no município de Rio Claro, excluindo a empresa ligada à multinacional, 4 granjas foram implantadas graças aos recursos liberados pelo crédito rural em diferentes épocas.

Principalmente nos estabelecimentos de área média, ocorreram, também, mudanças relativas à formação de lavouras temporárias ou permanentes, formação de pastos e melhoria da qualidade dos pastos e do gado. Basta verificar o depoimento deste agricultor, cujo estabelecimento tem 32,6 hectares:

"- Plantei cana, arroz e milho, feijão e alho. Comprei trator, implementos, máquina de arroz, sementes, adubo e a produtividade aumentou bastante."

E deste outro:

"- Plantava pouco e colhia pouco, só no meu sítio. Agora planto em mais 5 sítios. Só consigo isto por causa do financiamento."

E, finalmente foi citada a modificação de atividade: de pecuária leiteira para cultivos temporários ou permanentes, mudança com menor significado, que ocorreu com agricultores, cuja atividade principal - criação de gado leiteiro-se modificou para o cultivo de arroz, feijão e milho, e principalmente a cana-de-açúcar.

A apreciação das modificações provocadas pela utilização do crédito rural, embora qualitativa, é suficiente para mostrar os benefícios que os agricultores, principalmente os pequenos e os médios, passaram a usufruir com a implantação de atividades desenvolvidas de modo mais racional, com maior produtividade e rendimento. Pelos depoimentos, pode-se perceber que os agricultores usuários do crédito rural encaram esta política como a única oportunidade que eles têm para desenvolver a atividade agrícola em função das suas expectativas em relação à política futura de crédito rural.

Por enquanto, cremos ser suficiente apresentar o desabafo deste lavrador, cuja área do estabelecimento é 12,1 hectares:

"- Se não tenho feito financiamento no banco já tinha vendido há muito tempo; por minha conta não poderia tocar!..."

É interessante para este estudo a abordagem de alguns aspectos relativos às conseqüências que o processo de modernização pelo qual passou a agricultura de Rio Claro vem provocando não só na organização da terra agrícola e nos processos produtivos, mas, também, na elevação do nível de vida dos produtores rurais, agentes do processo.

Após a caracterização da agricultura que se desenvolve no âmbito dos estabelecimentos da amostra, constatou-se:

- 1) não haver diferenças marcantes entre os estratos de área quanto à utilização de insumos modernos;
- 2) que a maioria dos agricultores de todos os estratos de área, principalmente do pequeno e do médio, recorre ao crédito rural como forma de suprir os recursos a serem aplicados na atividade;
- 3) que estes recursos têm sido fator de mudança, o mais das vezes, para melhor, embora haja carência quase total de assistência técnica, por absoluta falta de interesse dos próprios agricultores, os quais vão aplicando, sem nenhuma orientação, técnicas, adubos-e o que é pior-praguicidas altamente tóxicos;
- 4) que a maioria dos proprietários dos estabelecimentos da amostra não reside no campo (65.97%).

Qual seria, então, a contribuição de todo este processo de mudança, que os próprios agricultores vivenciaram, para a elevação de seu padrão de vida, principalmente no que se refere aos proprietários residentes nas propriedades, em bairros rurais ou distritos?

O que se pode notar nos trabalhos de campo, com relação à habitação, serviços e escolaridade, é que os agricultores que efetivamente moram nas propriedades possuem moradias com relativo conforto, a maioria com luz elétrica, e alguns possuem até carro de passeio, quase sempre de modelo recente. Nas áreas mais afastadas do centro, existem escolas rurais, como é o caso, por exemplo, dos estabelecimentos desmembrados da antiga Fazenda Angélica, a nordeste do município, e de outros bairros rurais.

Entretanto, o fato de residir na propriedade, bairros rurais ou distritos, não é a regra; são poucos os agricultores residentes, apenas 34.01% do total, e além disso, pouco mais

da metade da amostra é composta por aqueles, cuja atividade principal é a agricultura (50.85%). Deste modo, a situação descrita pode ser encarada como exceção.

O nível de informação e escolaridade é, de modo geral, muito baixo; 6.52% não possuem instrução formal, 2.47% apenas sabem ler e escrever, e 62.88% cursaram apenas até o 4º ano primário.

Se a modernização e consequentes transformações na organização agrícola estivessem contribuindo para a melhoria das condições de vida do agricultor, após tantos anos de utilização do crédito rural para a aquisição dos insumos, não seria ainda tão elevada a proporção de proprietários rurais que têm necessidade de se assalariar em outros estabelecimentos, em determinadas épocas do ano, executando trabalhos por empreitada: 55.55% dos proprietários de estabelecimentos de menor área e 40% daqueles, cujos estabelecimentos têm área média, justamente a classe que apresenta maior porcentagem de proprietários residentes.

O depoimento de um agricultor residente em estabelecimento de 9,58 hectares ilustra este aspecto:

"- Sítio não dá lucro; se o cara põe a mulher, o filho e ele prá trabalhã, com roupas rasgadas, ele só vai ter prá sobreviver; não vai sobrar!" e continua ... "- Muitas vezes precisei de Cr\$500.000 e o banco me deu só Cr\$ 250.000. Ficava louco. Depois, na hora de pagar o juro, dava graças a Deus por ele ter me dado só a metade!"

Nessas condições, é possível entender por que a atividade agrícola em Rio Claro vem sendo desenvolvida como da forma descrita: o agricultor é impelido a utilizar os chamados insumos modernos, principalmente os biológicos; pela falta de recursos para adquirir tais insumos, recorre aos financiamentos bancários. Compra adubos químicos, praguicidas, sementes selecionadas e, sem procurar assistência técnica, vai "jogan-

do" estes produtos na terra e obtendo sua produção. Vende a safra, paga o banco e, na hora de plantar, novamente recorre ao financiamento, significando que não houve acúmulo de capital. Logo, a contribuição para elevar seu padrão de vida está sendo nula.

CAPÍTULO IV

AS EXPECTATIVAS DOS AGRICULTORES DE RIO CLARO EM RELAÇÃO A POLÍTICA FUTURA DE CRÉDITO RURAL

A análise da utilização do crédito rural como fonte de recursos para a agricultura em Rio Claro, no período 1940/1983, demonstrou que, comparando-se o número de agricultores que já se haviam utilizado do crédito em algum período com aqueles que contraíram empréstimos no ano de 1983, houve diminuição em todos os estratos de área. Esta diminuição foi muito mais sensível no estrato de menor área, da ordem de 70%, e muito menos marcante nos estabelecimentos de área grande e de área intermediária: 42.8% e 39.1%, respectivamente.

Desde a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, a política de crédito vem sofrendo modificações, principalmente - no que se refere a taxa de juros, prazos de pagamento e mudanças de orientação nas instituições financeiras oficiais e comerciais, as quais, seguindo determinações do Banco Central, têm direcionado seus recursos a determinadas modalidades de crédito (custeio, investimento ou comercialização) e a determinados tipos de clientes (pequenos, médios ou grandes produtores) de modo a conseguir reduzir os custos operacionais dos empréstimos.

Durante o ano de 1983, as taxas de juros do crédito rural já estavam muito elevadas, em torno de 35% a 45% ao ano, e

os custos de produção na agricultura também devido ao alto preço dos insumos (fertilizantes, sementes, praguicidas, maquinaria). Além disto, os preços dos produtos estavam em baixa, provocando diminuição na rentabilidade (IEA, 1982).

Toda esta conjuntura fez com que os agricultores entrevistados ponderassem uma série de fatores ao responder sobre as perspectivas de utilização futura do crédito rural. Antes de entrarmos propriamente nesta questão, cremos ser conveniente levantar alguns pontos sobre a política de crédito rural em vista das recentes modificações propostas pelo Conselho Monetário Nacional.

Perspectivas da política de crédito rural nos anos de 1983 e 1984

Com apoio nas opiniões de técnicos e especialistas do setor e na forma como a imprensa divulgava, em 1983, as principais modificações previstas para o ano agrícola de 1984, desenvolvemos este item.

Na visão dos especialistas em agricultura, um dos pontos mais importantes da política agrícola em 1983 referia-se ao caráter imediatista das medidas propostas e à falta de discussão e de participação das lideranças rurais no processo decisório.

A economia brasileira, no seu conjunto, experimentava, segundo técnicos do Instituto de Economia Agrícola, alguns traços que revelavam alto grau de intranquilidade, principalmente relacionados ao pequeno crescimento do produto interno, à queda na renda "per capita", e às conseqüentes altas nas taxas de juros (IEA, 1983 b).

No setor rural, a situação não se apresentava de modo diferente, não só pelo fato das medidas gerais tomadas para a economia como um todo afetarem o setor, mas, também, pela elevada subordinação do setor agrícola às questões mais amplas como deficit público, desequilíbrios externos e inflação.

O crescente aumento das taxas de juros e a disponibilidade cada vez menor de recursos, têm procurado ajustar a agricultura às características gerais da economia. Desde junho de 1983, através de resolução do Conselho Monetário Nacional, os tomadores de crédito rural têm vivido momentos de incerteza e apreensão; a nova sistemática de cobrança de juros (85% da variação das ORTN + 3%, para os Estados de São Paulo e do Centro-Sul), significa elevação de praticamente o dobro da participação dos juros nos custos agrícolas e, além disso, introduz a correção pós-fixada.

Esta foi a forma que o governo brasileiro encontrou para diminuir os subsídios à agricultura e poder cumprir parte do acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional; esta forma, entretanto, segundo os técnicos do IEA, configura "uma política econômica recessiva que objetiva promover o ajuste externo através de uma ótica conservadora, que redundará no agravamento da crise econômica interna atual, sem a garantia de que o estrangulamento externo seja resolvido" (IEA, 1983 a).

No caso do Estado de São Paulo e demais Estados do Centro-Sul, para o ano de 1984 estava prevista na Resolução de 09/06/83, correção monetária de 95% e de 100% a partir de 1985. Nos contratos formalizados anteriormente àquela data (1º semestre de 1983), seriam mantidas as taxas combinadas, mas os firmados no segundo semestre de 1983 estariam já sujeitos a taxas de juros de 80%.

Toda a política parecia girar em torno de obtenção de bons resultados na safra do ano; isto é, os investimentos têm sido deixados de lado e têm tido sua participação diminuída desde 1977. Mas a grande inovação introduzida na política de crédito rural foi a pós-fixação dos juros; no final de 1982, os juros do crédito rural variavam de acordo com o INPC, mas o agricultor conhecia, previamente, a taxa a ser paga. Esta medida durou muito pouco e, praticamente, só atingiu os contratos da safra da seca de 1983.

Para a safra de 1983/84, já foram cobrados os juros de 85% da correção monetária de cada mês; deste modo, a participação dos juros nos custos agrícolas aumentou muito e, com isto,

também aumentou muito o risco do produtor. Os próprios técnicos do IEA expressaram muito bem esta preocupação: "Sendo a atividade agrícola um processo descontínuo, com obtenção de receita em período restrito, o produtor não tem como se adaptar a eventuais mudanças que possam afetar as decisões tomadas, como adversidades climáticas ou quedas bruscas de preço. A incerteza de quanto pagar pelo empréstimo torna mais difícil a decisão de produzir. A preocupação em arcar com um mínimo de dívida, por menor período de tempo, é uma das principais causas do atraso e mesmo redução dos contratos de financiamento para a próxima safra" (IEA, 1983 a).

Ressalte-se, ainda, que a redução dos subsídios vem penalizando mais os pequenos e miniprodutores, uma vez que, da safra 1982/83 para a safra 1983/84, houve elevação de 148% nas taxas de juros pagas pelos mini e pequenos produtores, contra 32.5% naquelas pagas pelos grandes produtores. Comparando os juros cobrados nos primeiros seis meses de 1983 com os previstos para a próxima safra, a variação para pequenos e miniprodutores foi de 65.5%, para os médios de 31.1% e para os grandes produtores de apenas 16.2% (IEA, 1983 a).

Deste modo, fica muito claro ser esta orientação completamente contrária aos objetivos previstos pela política de crédito rural, qual seja, beneficiar os pequenos e médios agricultores. Há que se acrescentar, ainda, que, a partir de 1985, deixa de existir diferenciação dos produtores quanto às taxas de juros, pois todo o crédito rural terá correção monetária plena, acrescida de 3% ao ano.

Completando-se as informações sobre a forma como os especialistas do setor encaravam a situação da agricultura, resumiu-se um texto publicado em agosto de 1983, que exprime a média das opiniões dos economistas pertencentes ao Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Conjuntura Econômica vol.37, nº8, 1983). O artigo, intitulado "ÚLTIMA TRINCHEIRA", retrata a situação da economia brasileira e as infundáveis negociações com o Fundo Monetário Internacional, além dos problemas provocados por secas e enchentes, aumento da inflação e emissões de papel-moeda. Dentro deste contexto os autores in

serem a safra agrícola de 83/84 como a última trincheira da economia nacional e chamam a atenção tanto para os benefícios de uma safra bem sucedida como para as consequências danosas de uma safra escassa, em termos de diminuição de divisas, falta de alimentos e aumento de inflação. Analisam os dois elementos básicos que o agricultor pondera ao se decidir a plantar: 1) preços de mercado, posicionando-se a favor da manutenção da liberdade dos preços agrícolas como prioritária numa política econômica sensata; 2) disponibilidade de crédito rural, destacando as regras duras impostas pelas Autoridades Monetárias, limitando - em 85% a expansão do crédito subsidiado via Banco do Brasil e 95% no conjunto de toda a rede bancária. Como os valores básicos de custeio aumentaram, em média, 135%, os recursos serão escassos; esta constatação fez com que os limites de adiantamento de crédito fossem restritos para 90, 60 e 40%, respectivamente para os pequenos, médios e grandes produtores, restringindo também o teto de cada operação do Banco do Brasil. Os autores, naquela oportunidade, lembravam ser de vital importância que a escassez de crédito rural não comprometesse a oportunidade de plantar, justamente num ano tão crítico como o de 1983. No entender destes especialistas, considerando a alta de preços nos insumos modernos indispensáveis ao sucesso da safra, o fluxo de crédito rural deveria ser encarado como prioridade absoluta, não para defender os interesses dos produtores, mas para proteger a última linha de defesa da soberania econômica do país.

As discussões e ponderações feitas por técnicos agrícolas, economistas ou outros especialistas do setor, infelizmente, não chegam até os agricultores, os mais interessados no processo de produção agropecuária. Neste sentido, incluíram-se algumas notícias e reportagens divulgadas por jornais diários como a Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e sua publicação semanal dedicada à agricultura, o Suplemento Agrícola, e periódicos como o Informativo Faesp da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, o Correio Agro-Pecuário e O Indicador Rural.

Estes órgãos de divulgação, com maior ou menor penetração junto aos agricultores, correspondem às fontes através das quais, entre outras coisas, o agricultor é informado sobre as

condições que nortearão os empréstimos rurais na próxima safra; enfim, sobre os direcionamentos que serão dados à política agrícola em geral.

Assim, na edição de 14/01/83, a Folha de São Paulo noticiava as regulamentações das decisões do Conselho Monetário Nacional relativas ao setor bancário e, em especial, ao crédito rural.

Como serão as aplicações no crédito à agricultura

BRASÍLIA — As instituições financeiras deverão aplicar, até o final deste ano, 100% dos depósitos líquidos à vista no crédito subsidiado à agricultura. Conforme circular n.º 756, divulgada ontem pelo Banco Central, permanece a exigibilidade de aplicação de 25% dos depósitos líquidos à vista no primeiro trimestre do ano. Mas a partir de abril estas aplicações serão acrescidas de 1/12 (um doze avos), mês a mês, chegando a atingir o total do saldo dos depósitos líquidos à vista dos bancos. Com esse esquema de escalonamento, o governo espera atender à demanda de crédito agrícola nos meses em que ela é mais forte (segundo semestre).

No caso dos bancos de investimento, que devem fechar o ano com financiamentos agrícolas equivalentes a 10% de suas aplicações (a taxas no equivalente à ORTN mais 12%), o sistema adotado pelo Banco Central é o seguinte: até junho, os bancos de investimento terão que aplicar 5%. Em julho e agosto, esse percentual sobe para 6%, aumentando em 1 ponto percentual em cada mês, até dezembro.

Ainda segundo a circular, o que os bancos não emprestarem a taxas especiais (ORTN mais 8% para os bancos comerciais e ORTN mais 12% para os bancos de investimento), poderão compensar aplicando a taxas subsidiadas de 60% (fixadas para o 1.º semestre), sendo, porém, computado no limite de expansão. Essa inclusão dos

excessos de aplicações a taxas subsidiadas no limite de expansão do banco parece uma incongruência, pois, na prática, desestimula o crédito subsidiado.

Os bancos de desenvolvimento, Banco do Brasil, BNH, CEF, BNDES, cooperativas de crédito e sociedades de crédito, financiamento e investimento, agora incluídas nas exigências de emprestarem 35% de suas aplicações a taxas subsidiadas no crédito rural e 10% a taxas especiais, terão que cumprir até 31 de dezembro um cronograma de aplicações a ser definido pelo Banco Central.

Ainda conforme determina a circular 756, a taxa de custeio da safra 82/83 — de 60% — será extensiva a todos os tomadores de EGF (Empréstimos do Governo Federal), indústrias, beneficiadores e comerciantes.

Outra circular, também distribuída ontem pelo Banco Central, esclarece que os postos avançados de crédito rural devem situar-se a uma distância mínima de 20 km da unidade bancária mais próxima e ter, em sua área de influência, no mínimo 200 propriedades exploradas por mini ou pequenos produtores. Os Pacre — Postos Avançados — não se podem transformar em agência bancária, mas poderão realizar pagamentos e recebimentos de interesse do agricultor, tais como: taxas, impostos, contas relacionadas com entidades concessionárias do poder público e benefícios do Funrural.

O Informativo Faesp, de abril de 1983 ressaltava as discussões em torno do subsídio à agricultura, visto por muitos como o responsável pelo insucesso da política econômica do país. O autor questionava o porquê desta culpabilidade recair apenas na agricultura, propondo maior dinamização do mercado interno e revisão da taxaço de impostos, considerando o acordo com o Fundo Monetário Internacional como "a pedra no sapato" que permite apenas adiar o problema. Além disso, a

Insensibilidade dos banqueiros Internacionais e dos governos dos países ricos são fatores que contribuem para agravar a situação social interna, transformando os grandes centros em verdadeiros depósitos de dinamite onde basta apenas riscar o fósforo (as depredações em São Paulo ainda estão na nossa memória).

A partir de junho de 1983 começaram a ser veiculadas pelos jornais referências à elevação dos juros agrícolas e ao caráter retroativo desta medida. É o que mostra notícia publicada em O Estado de São Paulo de 2/06/83 na qual, segundo informações do Banco do Brasil, a elevação dos juros agrícolas atingiria inclusive os "contratos já assinados e com recursos já desembolsados de crédito a custeio com prazo superior a um ano e todos os financiamentos à comercialização e investimento rural". A nota divulga ainda que o reajuste poderia atingir também contratos de outras linhas de crédito e a obrigatoriedade de inclusão, nos novos contratos de financiamentos agrícolas, de uma cláusula referente a "que os encargos acompanharão os reajustes fixados pelo CMN".

Em 30/06/83 através de O Estado de São Paulo, os agricultores puderam tomar conhecimento das principais mudanças verificadas na política de crédito rural. Reproduzimos partes da nota para que se tenha idéia sobre as principais implicações das mesmas.

Mudanças no crédito rural

Por ocasião do recente "pacote" econômico, muitos foram os representantes de produtores agrícolas que protestaram veementemente contra o encarecimento do crédito fornecido ao setor. No entanto, as autoridades procuraram inculcar um espírito de confiabilidade, sustentando que seriam dadas algumas compensações, de modo a contrabalançar o aumento dos custos financeiros. Aos poucos estas compensações vão sendo divulgadas, mas a maior expectativa ainda fica por conta dos próximos Valores Básicos de Custeio e dos preços de garantia.

O ponto fundamental destas mudanças foi o aumento na taxa de juro, que passou para 85% da correção monetária, considerando-se para efeito de cálculo a anualização composta da variação das ORTN nos três meses antecedentes à data da operação, acrescidos de três pontos percentuais a título de juros.

Outro ponto de destaque refere-se à forma parcelada de pagamento dos débitos de custeio enquadrados pelos VBCs, que passa a ser estendida até 120 dias, após a colheita, para todas as categorias de produtores.

A nível do Proagro, houve uma alteração importante e que beneficiou os agricultores. Antigamente, estabelecia-se que a cobertura, no caso de perda parcial, só poderia ser realizada após o recolhimento das receitas decorrentes da produção. Isto levava frequentemente os produtores a vender precipitadamente, pressionados pela necessidade de receber as indenizações. Agora, com a nova sistemática, poderão receber estes valores, independentemente do recolhimento de eventuais receitas. Além disso, o valor da correção monetária será considerado como principal para efeitos de cobertura, o que protege o recebimento esperado pelo produtor.

Em síntese, as regulamentações apontadas comprovam a intenção de se trazer, paulatinamente e verdade, a agricultura para uma realidade de mercado, mesmo considerando-se os riscos envolvidos nesta atividade. Resta ver como a produção responderá a estas medidas por ocasião da próxima época de plantio e, principalmente, como se comportará o governo no momento de fixar os novos VBCs e preços de garantia.

Em 1º de julho de 1983 o Banco Central divulgava normas para projetos agrícolas ligados ao Proinvest, destinados ao financiamento da abertura de novas áreas e investimentos agrícolas a prazos de até seis anos e juros subsidiados.

E a esta altura do ano já surgiam movimentos reivindicando a volta dos subsídios à agricultura como mostra esta notícia publicada no mesmo jornal e no mesmo dia.

Produtores gaúchos vão pedir volta de subsídios

Das sucroseis e do correspondente

Entidades gaúchas do setor rural, reunidas ontem na Comissão de Agricultura da Assembléa Legislativa do Rio Grande do Sul, decidiram, entre as questões que deverão constar de um documento reivindicatório dos produtores, iniciar um processo de pressão política pelo retorno do subsídio ao crédito agrícola. O presidente da Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul, Jarbas Pires Machado, disse que a retirada do subsídio ao trigo é aceitável, "pois, afinal, favorecia apenas às grandes indústrias, mas sem o subsídio ao crédito vai elevar-se o preço, o consumidor não vai poder comprar e, paralelamente, se perderão as condições de competitividade no mercado externo".

O documento deverá ser concluído hoje, quando os participantes voltarão a se reunir para aprovar o texto final que está sendo elaborado pela assessoria parlamentar da Comissão de Agricultura. O presidente da comissão, deputado Caetano Peruchin, incluiu uma proposta de definição de uma política específica para o Sul do País, "a exemplo da instituída para o

Nordeste, que recebeu uma série de vantagens para enfrentar a seca, de modo que o produtor tenha amenizados os reflexos das enchentes".

O presidente da Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul (Fearroz), Homero Fegas Guimarães, alertou que a falta de sementes provocará uma redução da área plantada na próxima safra e também reclamou dos custos financeiros. A Federação das Cooperativas de Carnes do Rio Grande do Sul (Fecocarne), por intermédio de seu diretor Paulo Vaihrich, argumentou que o aumento do ICM de 4,7% para 16% "está resultando na redução da arrecadação tributária, pois os produtores não conseguem pagar isso".

Segundo a notícia, a maior consequência da retirada do subsídio será a imediata elevação dos preços dos alimentos ao consumidor final. No Estado do Paraná, os produtores contavam com o apoio da Secretaria da Agricultura, cujo titular considerava que

o movimento mostra "a falência não só do modelo econômico mas, também, do modelo agrícola e tecnológico". A agricultura — disse —, depois de destruir os recursos naturais até o ponto-limite, "agora exige mudanças em todo o modelo empregado, revendo os critérios impostos para uso do solo, de defensivos e máquinas".

Em 06/07/83, o Suplemento Agrícola de O Estado de São

Paulo publicou matéria intitulada "Vendas de trator quase a zero", mostrando a preocupação dos treze fabricantes de motores agrícolas com "a divulgação do pacote econômico e sua influência direta na agricultura e, conseqüentemente, no poder aquisitivo do produtor rural".

Segundo o vice-presidente da Anfavea, "colocar financiamentos à disposição do agricultor para compra de insumos e mãquinas agrícolas, mesmo cobrando juros de mercado; e, depois, oferecer-lhe um preço justo pela produção agrícola, compatível - com custos de produção e que lhe dê boa rentabilidade" é a primeira forma de melhorar a situação. Por outro lado, é também de importância fundamental "criar um seguro eficiente que cubra eventuais perdas na lavoura, já que a agricultura é uma atvidade de alto risco". Para o diretor do Departamento de Marketing da Caterpillar, "o corte gradual de subsídios e a elevação das taxas de juros agrícolas (mesmo que compensados com uma política de preços mínimos que ofereça maior garantia ao agricultor) fatalmente afastarão novos investimentos no setor agrícola em 1983".

Adquirir um trator significa um elevado investimento para o agricultor, mas a juros equivalentes aos de mercado, este questionará fatalmente se será válido investir na agricultura . O consenso geral entre os produtores de máquinas agrícolas é que a falta de definição precisa a respeito dos planos para a agricultura a curto, médio e longo prazo, por parte do governo, é o maior problema que a indústria nacional de tratores tem em frenteado.

Em meados de julho, o pronunciamento do Ministro da Agricultura sobre o aumento de lucros na atividade agrícola com a retirada dos subsídios ao crédito rural provocou reações como esta, publicada em O Estado de São Paulo de 23/07/83

Crédito agrícola é caro, diz empresário

Da sucursal de
BRASÍLIA

Os empresários rurais estão em grandes dificuldades para prosseguir no trato de suas culturas pois os juros dos empréstimos rurais estão bem acima do tabelamento dos juros das operações comerciais, denunciou ontem o ex-deputado e empresário Sérgio Cardoso de Almeida, ao fazer uma análise da situação atual da agricultura brasileira.

Além do problema de crédito, segundo Cardoso de Almeida, os produtores não compreendem, ao certo, a orientação do governo federal, que por isso vem perdendo a confiança do meio rural.

"O ministro da Agricultura, em pronunciamento recente no Rio de Janeiro, noticiado pela imprensa, declarou que, com a retirada do subsídio ao crédito rural, os produtores teriam maior lucro na atividade. E os produtores não entenderam o porquê dessa afirmação" — diz o ex-deputado.

O Suplemento Agrícola de 27/07/83 publicou matéria intitulada "Bancos na Agricultura" que achamos conveniente reproduzir, na íntegra, uma vez que expressa de forma muito clara todos os problemas enfrentados pelos agricultores, principalmente pequenos e médios, que exercem sua atividade vinculada ao sistema de financiamento bancário.

O que pode levar um agricultor a tirar dinheiro da caderneta de poupança, onde ganha correção monetária e juros de 6% ao ano, para saldar dívidas junto ao banco, em vez de fazer EGF a juros de 45% ao ano e ganhar com isso um capital de giro extremamente barato? Por mais absurdo que possa parecer, este não é um caso isolado e talvez muitos produtores rurais de pequeno ou médio porte já tenham feito a mesma coisa, por receio de ver mudadas as regras do financiamento do dia para a noite.

Crédito subsidiado vem diminuindo

Nos últimos anos, o governo tem diminuído substancialmente a disponibilidade de crédito subsidiado para o setor. De 1970 a 1979, a taxa de juros do custeio agrícola ficou em 15%, passando para 45% em 1981, até alcançar os níveis determinados no último "pacote": para este ano, 85% da

correção monetária mais 3% de juros, com a agravante de que o produtor não sabe de quanto vai ser sua dívida, a não ser na hora de pagá-la.

Além de reduzir o crédito subsidiado, as autoridades acabaram por aumentar a participação dos bancos privados na agropecuária, forçando-os a aplicar parte significativa de recursos. Na faixa de crédito não-subsidiado, o Banco Central previa, no início do ano, que o saldo dos financiamentos rurais passaria de Cr\$ 182,43 bilhões (em dezembro de 82) para Cr\$ 520 bilhões, correspondentes a 10% do total das aplicações sujeitas a limite nos bancos comerciais e de investimento. Para o crédito subsidiado, o total de recursos deverá alcançar Cr\$ 1,2 trilhão, equivalente a 35% das aplicações dos bancos comerciais.

A razão para uma presença crescente

Cresce a participação dos bancos privados

dos bancos comerciais e de investimento na agricultura está nas diretrizes oficiais de cortar subsídios e diminuir as pressões sobre o orçamento do Banco do Brasil, ainda o maior banco agrícola do País. Para os bancos privados, esta participação é benéfica, pois, em vez de recolherem mais dinheiro para o compulsório do Banco Central, emprestam-no a juros cada vez mais próximos dos chamados juros de mercado, praticados nas transações industriais e comerciais que não são subsidiadas.

É claro que não existe o mesmo esquema de reciprocidade na agricultura, principalmente para os pequenos e médios produtores. Geralmente, estes efetuam todas as suas operações com um mesmo banco, deixando, portanto, que este trabalhe com todo seu dinheiro. Não é o caso dos grandes agricultores ou das agroindústrias, que não escapam das reciprocidades, ou seja, para receber crédito acabam realizando algumas operações extras com a instituição, e é justamente nisto que elas lucram.

Mas a agricultura não é só um mar de rosas para os bancos. Não basta existir dinheiro em abundância para emprestar. É preciso que haja quem se habilite a tomá-lo emprestado. E, nas atuais circunstâncias, este talvez seja o maior problema, pois os agricultores estão seriamente desconfiados das intenções do governo. As regras mudam muito rapidamente, quase de safra para safra, com novos elementos sendo introduzidos em cada mudança. O novo sistema de crédito subsidiado toma como base a correção monetária, algo que o agricultor desconhecia até hoje, quanto mais uma correção monetária "expurgada", que não reflete a variação dos preços (inflação).

Para os bancos, esta situação é perigosa, pois, se não aplicam mensalmente o montante obrigatório, devem fazê-lo no mês seguinte, caso contrário precisam recolher parte destes recursos ao Banco Central. Na medida em que a demanda pelo crédito rural é sazonal, ocorrerão meses em que haverá excesso de aplicações e outros em que estas serão insuficientes. Além disso, os bancos privados ainda não estão familiarizados com o novo sistema, que força uma liberação maior e mais rápida dos recursos, embora possa não haver clientes para estes financiamentos.

Na próxima safra, a agricultura poderá enfrentar, então, uma situação bastante paradoxal: ter um volume muito grande de dinheiro à sua disposição, mas com poucos tomadores. Contrariando a lógica de uma economia de mercado, esta abundância de dinheiro também não significará um custo necessariamente baixo. Com o reajuste vin-

Maior reciprocidade para os grandes

culado à correção monetária, a taxa de juros tende a subir, caso a inflação não decline. Como os produtores são livres para escolher os insumos, nada garantirá uma safra de boa qualidade, nem uma área plantada suficiente para repor as grandes perdas registradas este ano.

Todo o dinheiro que está à disposição da agricultura custa hoje muito mais caro do que na safra anterior. Apesar de ainda existir um certo subsídio no crédito, deve-se considerar que os recursos podem ter sua liberação dificultada pelas autoridades. Nada pode obrigar o governo a abrir as torneiras do crédito quando a orientação geral de sua política é de forte contenção monetária. Os Valores Básicos de Custeio podem perfeitamente ser financiados de modo parcelado, ainda que isto leve os produtores à incerteza. O problema é que qualquer decisão de caráter econômico está diretamente vinculada a toda a política econômica, como um castelo de cartas.

Esta situação só seria diferente se a agricultura contasse com mecanismos próprios de autofinanciamento. Quem afirma isto é o diretor de Crédito Rural e Industrial do Banespa, Yoshiaki Nakano, para quem o Brasil deveria definir uma política de longo

Na Europa, produtor é sócio do banco

prazo, voltada para as especificidades do setor. Uma vez comprovada a ineficiência dos subsídios, o governo teria que fazer com que os recursos gerados na agricultura fossem reinvestidos nela mesma, evitando-se a drenagem para outros setores. Nakano argumenta com base nos exemplos francês e americano, onde os produtores são acionistas dos estabelecimentos de crédito rural, alcançando assim uma condição muito mais independente das instabilidades da política econômica a nível federal. Mas este ainda parece ser um futuro distante: por enquanto, é preciso elevar a renda global dos produtores, tornando a agricultura um setor tão competitivo e atrativo quanto os demais.

Neste mesmo sentido, o periódico Correio Agro-Pecuário, na edição de 25/07 a 07/08/83, insere opinião sobre " O maior inimigo do produtor rural "

Qual é o maior inimigo do produtor rural brasileiro? A lagarta? Os fungos? A seca? As enchentes? Nada disto. O maior inimigo do produtor rural brasileiro é o governo. Incrível! Assombroso! Não dá para entender, mas é a triste verdade! Há algum tempo promoveram um seminário internacional de crédito rural, creio que com o objetivo velhaco de apoiar a retirada dos derradeiros subsídios aos produtores rurais.

Entretanto, o resultado saiu pela culatra. O tal seminário provou, além de qualquer dúvida, que enquanto todos os países apoiam e subsidiam a agropecuária, só no Brasil ela é perseguida, confis-

cada, boicotada, vilipendiada, sacrificada, explorada, humilhada, espoliada.

O autor mostra o contraste entre a situação da agricultura brasileira e a da Austrália, principalmente no que se refere ao financiamento da atividade agrícola em termos de prazo e taxas de juros e também quanto ao estabelecimento de outros mecanismos que garantem os preços.

Vale a pena comparar o que acontece no Brasil e na Austrália, um dos grandes exportadores mundiais de alimentos, apesar de secas, enchentes e pragas muito mais danosas que no Brasil. Os dados seguintes são do Boletim do Banco do Brasil de outubro de 1982, com a apresentação do Ministro Galvão (insuspeito, pois faz parte do grupo que está liquidando com nossa agropecuária). No Brasil, depois que lançaram a "prioridade", os financiamentos a prazo médio e longo foram cancelados e só restaram os financiamentos a prazos

curtos, a juros estratosféricos, inteiramente incompatíveis com a baixa rentabilidade e alto risco da atividade agrícola. Na Austrália, onde, ao contrário do Brasil, o governo é amigo do produtor rural, os fazendeiros contam com financiamentos de 8 a 30 anos de prazo, com períodos de carência de 8 a 10 anos. Só isto chega para provar que nosso governo é nosso maior inimigo. Mas tem mais. Os produtores australianos têm tranquilidade para planejar sua atividade e para produzir, pois o governo instituiu mecanismos para garantir a sustentação dos preços. Entre estas medidas está a "drástica" restrição à importação de produtos concorrentes.

No Brasil, como sempre, é o contrário. Nossos dirigentes agem como se fossem elementos infiltrados de outras nações, que desejam a ruína do país. Neste sentido, quando é boa a safra de feijão, por exemplo, o governo adquire grandes estoques a preços abaixo do custo, e faz o "dumping" no mercado, para aviltar os preços e arruinar os produtores rurais. Para aniquilar os pecuaristas, importa carne do Uruguai. Para desencorajar os produtores de maçã e do alho, autoriza importações na hora da safra. Isto não é apenas incompetência, e sim a disposição indiscutível de prejudicar-nos, provando, pela enésima vez,

que temos inimigos em postos-chaves do poder, que desejam destruir-nos, ao contrário da Austrália, onde o governo é patriota e tudo faz para defender os produtores rurais.

Outra reportagem publicada no Suplemento Agrícola de 0 Estado de São Paulo em 03/08/83 relativa ao assunto merece ser reproduzida inteiramente.

Dinheiro escasso

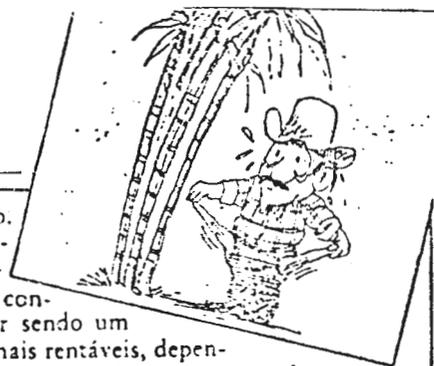
Está na hora de o agricultor procurar o gerente do banco para saber da disponibilidade de crédito. Por Olivier Udry.

Uma das principais dúvidas dos produtores rurais hoje em dia refere-se à disponibilidade de dinheiro para o próximo plantio. Mesmo com a maior participação dos bancos privados no setor, ninguém está seguro de que encontrará os recursos necessários ao financiamento de custeio, ainda que se disponha a pagar muito mais do que no ano passado. E, ao que tudo indica, deverão ocorrer realmente sérios problemas nesta área, como deixam transparecer os dados do próprio governo.

As negociações com o Fundo Monetário Internacional levaram as autoridades a prever uma inflação de 138,9% até dezembro, embora este número possa ser revisto, chegando em torno de 160%. Isto significa que a média de preços na economia obedecerá a esta variação, incluindo forçosamente os insumos agrícolas, combustíveis etc, que podem subir até mais do que isto. Para o agricultor, seria lógico esperar que o crédito disponível junto aos bancos também crescesse nesta proporção, caso contrário faltarão recursos nas instituições financeiras, oficiais ou privadas.

A escassez de crédito torna-se ainda mais evidente quando se verifica que os meios de pagamento não poderão ter expansão superior a 90%, neste ano, sendo que o saldo dos empréstimos do Banco do Brasil ao setor agrícola deverá ficar restrito a um aumento de 82%, em função da contenção de gastos do governo. Toda esta restrição é contraditória com dois outros números: a média de 135% de aumento nos Valores Básicos de Custeio e a perspectiva de um reajuste ainda maior para os preços mínimos.

A recessão econômica já forçou o governo a cortar drasticamente os subsídios ao crédito. Outras medidas acentuaram este corte, conforme Guilherme da Silva Dias, professor de Economia na Universidade de São Paulo: o critério de enquadramento dos produtores em grande, médio e pequeno manteve como referência o valor dos MVR de dezembro de 82, o que significa aproximadamente uma redução de 15% no crédito subsidiado, em termos reais. Além disso, o cronograma de liberação de recursos será declaradamente restritivo na época do plan-



tio e dos tratos culturais e mais generoso apenas na fase de comercialização. Finalmente, os próprios bancos mostram-se receosos de ampliar suas operações no setor, pois as exigências de aplicações (35% dos depósitos à vista) são difíceis de cumprir, por causa da correção monetária mensal sobre o saldo a ser destinado à agricultura.

Como se não bastasse, os fornecedores de insumos (fertilizantes, defensivos, máquinas e implementos) estão mais exigentes com seus clientes, cobrando juros maiores e não perdendo os atrasos de pagamento. As indústrias de fertilizantes já vêm anunciando que dificilmente terão condições de atender à demanda, por mais que esta diminua em relação à safra passada — o que é quase certo.

Com todas estas restrições, Guilherme da Silva Dias estima entre 25% a 30% a queda real na oferta de recursos subsidiados, com inevitáveis conseqüências para a área plantada. É claro que alguns produtos serão favorecidos, para garantir um abastecimento satisfatório em 84, caso do feijão, arroz e

milho. A soja poderá continuar sendo um dos mais rentáveis, dependendo das cotações externas e do acesso ao crédito, muito importante para esta lavoura.

Sempre existe a possibilidade de mudança de atitude por parte do governo, de modo a levar os bancos privados a deixarem de resistir em trabalhar nesta área. Para isso, seria preciso resolver os inúmeros problemas criados com o tabelamento dos juros e com os limites de expansão do crédito, implícitos na nova sistemática voltada para a agricultura.

É certo que os produtores devem preparar-se para uma grande escassez de dinheiro e para pagar muito mais pelo pouco que conseguirem. Para o Brasil, resta torcer para que os efeitos desta situação não provoquem a repetição da safra de 78/79, de triste lembrança para o setor.

Neste mesmo mês, a Revista Veja publicou novo relatório publicitário sobre "Agricultura: o impacto da seca e das inundações" do qual retiramos a seguinte reportagem:

A 'lavoura da crise': plantar e colher para saldar dívidas

artigo que mostra o alto grau de endividamento do produtor rural, o qual, descapitalizado, recebe menos pelo que vende e paga mais pelo que compra, não tendo outra escolha, senão continuar na atividade para tentar saldar as dívidas. Como todo um complexo industrial gravita em torno da produção agrícola, existe uma grande inquietação sobre a possibilidade de um colapso na agricultura. As indústrias de tratores e máquinas agrícolas estão em crise e, segundo o vice-presidente do Sindicato da Indústria de Máquinas Agrícolas do Estado do Rio Grande do Sul, "os seis principais fabricantes de colheitadeiras, que se concentram no Rio Grande do Sul, venderam no ano passado, apenas - 3,6 mil unidades contra 6,8 mil em 1976 pois, simplesmente não há dinheiro".

A mesma gravidade ocorre na área de insumos, com o consumo de fertilizantes caindo cerca de 10% em 1981 e 1982. Estas dificuldades agravaram-se a partir de 1981, "quando o governo, premido pela necessidade de equilibrar seu orçamento, passou a exigir maior parcela de recursos próprios dos agricultores, ao mesmo tempo em que elevava as taxas de juros do crédito rural".

Segundo especialistas, o choque resultante da retirada dos subsídios nos primeiros anos da década de oitenta não provocou redução da safra, mas na opinião de Fernando Homem de Melo, da Faculdade de Economia da USP, no ano de 1983 "foi possível observar uma redução na área plantada de 31 produtos, de 6.3% em relação ao ano anterior.

Para Renato Ticoulat, presidente da Sociedade Rural Bra

sileira, este resultado é coerente, pois "A agricultura é como um saci, amparada só na perna do crédito. Se tiram essa perna e não reimplantam a do preço, o saci desaba".

O articulista chama a atenção para o fato de o governo já ter sido alertado para este tipo de problema, considerando as propostas oficiais para o setor agrícola para a safra 1983/84, as quais indicam "que o Governo buscará nos preços mínimos a forma de remunerar o produtor". Deste modo, o subsídio ao crédito rural deixará de ser o único apoio da política agrícola e poderá aumentar sua eficiência como instrumento de incentivo ao investimento.

Na primeira quinzena de outubro de 1983, O Indicador Rural publicou duas matérias relativas ao crédito rural que, até certo ponto, revelam, através das opiniões do responsável pela Carteira de Crédito Agrícola do Banco Itaú e do diretor da área de Crédito Rural do Banco Central, certa reativação na procura dos financiamentos bancários por parte dos agricultores. Reproduzimos ambas para destacar o otimismo por parte do setor financeiro quanto às operações de crédito rural no ano de 1984.

Agricultores buscam crédito para plantar

São Paulo (O Indicador) – Pouco antes do anúncio dos novos preços mínimos da safra de verão, fixados no final de agosto, grande número de agências bancárias que atuam no setor agrícola promoviam "cursinhos" para agricultores, num esforço para efetivar operações de crédito rural, que se encontravam, na época, praticamente paralisadas. Sobrava dinheiro nos bancos.

Hoje, com a divulgação dos novos mínimos, considerados pelos produtores "realistas" e atrativos, a situação inverteu-se e os bancos encontram dificuldades em atender a surpreendente demanda. Nem mesmo a grande interrogação introduzida nas regras do jogo do crédito rural, ou seja, a incógnita da

figura das ORTNs no cálculo dos juros – recebida a princípio com reservas pelos produtores –, foi capaz de arrefecer o estado de ânimo dos agricultores, ávidos por plantar rapidamente e nas maiores áreas e quantidades possíveis.

Mas se a situação hoje favorece a maioria dos bancos que operam o crédito rural com grande ênfase, o quadro, até meados de agosto passado, era realmente desanimador.

– Nunca tinha visto nada parecido em 12 anos de atuação no crédito rural – confidencia Aldous Galletti, responsável pela carteira de crédito agrícola do Banco Itaú. De acordo com ele, não foram

poucos os bancos que experimentaram deficiência nos meses de junho, julho e agosto. O próprio Itaú fechou o mês de julho com deficiência, posição recuperada nos meses subsequentes.

O problema de deficiência é tanto mais sério para os bancos quando se sabe que 35 por cento dos empréstimos realizados devem ser, obrigatoriamente, concedidos ao setor agrícola. Caso o banco não atinja esta marca, o não realizado é recolhido, compulsoriamente, pelo Banco Central, a juros de dez por cento.

Basicamente, três fatores explicam as dificuldades vividas pelo sistema financeiro nas operações de crédito rural, nos últimos meses: a divulgação

tardia dos novos valores dos VBCs, a alteração do sistema de cálculo das taxas de juros e o atraso na fixação dos novos mínimos (que, ineditamente, foram anunciados somente no final de agosto).

- Tudo isso - coloca Aldous Galletti - levou o produtor a retardar sua tomada de decisão. A situação só voltou a se equilibrar a partir da fixação dos mínimos, quando o produtor se sentiu seguro para se dedicar ao plantio.

Ainda de acordo com Galletti, a recuperação das operações de crédito não é explicada unicamente pela fixação de preços mínimos condizentes.

Para ele, os preços internacionais da soja e do milho foram fundamentais para a normalização das operações de crédito. Como consequência, os maiores empréstimos concedidos ao setor rural foram destinados a produtores de milho e soja.

De toda forma, a participação dos bancos comerciais nas operações de crédito rural é dia-a-dia maior. O Banco do Brasil, que até há pouco tempo respondia por 90 por cento das inversões totais, hoje realiza 60 por cento de todos os empréstimos rurais. E o diretor da área de crédito rural do Banco Central, Kleber Leite de Castro, calcula que as aplicações rurais dos bancos privados, até o final

do ano, deverão atingir a casa do 1,1 trilhão de cruzeiros. A crescente participação dos bancos privados no setor agrícola tem no Banco Bamerindus um excelente exemplo. As aplicações do banco passaram de 26 bilhões em 82, para 58 bilhões, este ano.

As operações de crédito rural contabilizadas pelo Banco Central, que registra os empréstimos realizados pelo setor financeiro privado, somou, até o final de agosto (último dado disponível) 976 bilhões de cruzeiros dentro dos 35 por cento obrigatórios, e 490 milhões de cruzeiros na faixa em que os bancos emprestam a taxas de ORTN (dez por cento das aplicações totais).

Kleber: 'Em 15 anos, nunca vi uma euforia tão grande'

Depois de ter apresentado acentuada retração nos meses de julho e durante quase todo o mês de agosto, a demanda por crédito pelo setor rural acentuou-se velozmente a partir de setembro e possivelmente irá atingir em outubro os limites de aplicações obrigatórias da rede privada estipulados pelo Governo. A previsão é do Diretor de Crédito Rural do Banco Central, José Kleber Leite de Castro, que não esconde o seu otimismo em relação à obtenção de uma grande safra em 1984.

- Estou trabalhando na área de crédito rural do Banco Central há 15 anos e nunca vi euforia entre os produtores tão grande como agora - diz o Dire-

tor do Banco Central, que atribui esse ânimo no campo "principalmente aos elevados preços mínimos fixados pelo Governo, que significam a referência mais imediata e segura para o produtor".

Garante Leite de Castro que, segundo informações recebidas dos bancos e o atual ritmo de liberação de recursos para aplicação na agricultura, que estavam recolhidos no Banco Central, ao final de outubro a maior parte dos bancos já terá ultrapassado a quota mínima obrigatória para aplicação no setor rural. No geral, acredita ele que em 31 de outubro se terá atingido o limite global de aplicações dos bancos no setor, o que

significa chegar a essa data com o saldo de aplicações dos bancos comerciais na agricultura de Cr\$ 1,6 trilhão, sendo Cr\$ 1,1 trilhão pela MCR-18 (a taxas mais favorecidas) e Cr\$ 1,1 trilhão pela MCR-37 (a taxas mais elevadas).

Segundo as recentes previsões da Diretoria de Crédito Rural do Banco Central, o saldo das aplicações no crédito agroindustrial deverá alcançar, em 31 de dezembro, Cr\$ 8,3 trilhões, o que significa um aumento de 134 por cento em relação ao ano passado. Deste montante, Cr\$ 6,3 trilhões refere-se à aplicações no crédito rural propriamente dito (o que significa uma expansão de 125 por

cento em relação ao saldo de Cr\$ 2,8 trilhões registrado no ano passado) e Cr\$ 2 trilhões à aplicações no crédito agro-industrial (que inclui o Proálcool e outros programas especiais), volume este que corresponde a um acréscimo de 169 por cento em relação ao saldo de Cr\$ 743 bilhões verificado no final de 1982.

Do saldo de Cr\$ 6,3 trilhões relativo às aplicações normais no setor rural, Cr\$ 3,3 trilhões referem-se a aplicações no custeio (cem por cento a mais do que o saldo do ano passado); Cr\$ 1,9 trilhão em investimento (168 por cento a mais do que

em 1982); e Cr\$ 1,1 trilhão em comercialização (o que corresponde a um acréscimo de 61 por cento em comparação com o saldo registrado no final de 1982).

Observa Leite de Castro que estas novas previsões referentes ao crédito para investimento, incluem os Cr\$ 210 bilhões alocados recentemente pelo Governo para aplicação em investimentos, pelo Proinvest, nos meses de outubro, novembro e dezembro - recursos estes que, segundo ele, "são mais do que satisfatórios para repor a necessidade de capital fixo ou de capital semifixo neste período".

O mesmo periódico, entretanto, na segunda quinzena de novembro de 1983, publica a seguinte notícia: "Conselho Monetário Nacional deverá acabar com subsídio ao crédito agrícola já em 1984" para cumprir o acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional.

Brasília (O Indicador) - Os subsídios ao crédito agrícola deverão desaparecer já em 1984 de acordo com o que será decidido na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), que teve sua reunião adiada do dia 14 para 20 corrente.

A retirada dos subsídios ao crédito nas regiões Norte e Nordeste também deverá ser antecipada, passando a 85 por cento da correção monetária mais três por cento de juros, já em janeiro próximo. Segundo o presidente do BC, Afonso Celso Pastore - que deu a informação - a medida visa a atender o compromisso firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na mesma edição, outra notícia demonstra a preocupação dos empresários do setor de fertilizantes quanto à demanda, em vista das alterações na política de crédito à agricultura.

Tellechea diz que indústria de fertilizantes depende ainda de definições da área oficial

Rio (O'Indicador) — "O futuro não será negro, mas gostaríamos que fosse mais 'cor-de-rosa". Esta afirmação feita pelo diretor-superintendente da Fertilul (Fertilizantes Rio Grande S.A., do Grupo Ipiranga), Angelo Bastos Tellechea, expressa o sentimento e expectativa dos empresários do setor de fertilizantes que aguardam algumas providências por parte do Governo para o adequado desenvolvimento de suas atividades em 84.

As condicionantes são tantas que parecem impedir, no momento, projeções mais otimistas e mais seguras por parte dos empresários para o próximo ano, segundo demonstrou Tellechea em reunião, no último dia 29, com especialistas da Associação Brasileira de Analistas em Mercado de Capitais (Abamec). "Se o setor obtiver, conforme o solicitado, linhas de financiamento à sazonalidade da demanda, que permitam a disponibilidade de matéria-prima de acordo com as necessidades do mercado consumidor; se o Governo adotar adequada política de preços aos produtos agrícolas e se houver melhor conhecimento do comportamento do mercado internacional, será possível fazer previsões mais otimistas para as indústrias de adubos em 84".

Os empresários do setor de fertilizantes — a exemplo do diretor da Fertilul — não escondem sua inquietação em relação às perspectivas futuras do mercado. Seus receios são fundamentados pelas experiências

vividas em passado recente, quando em 81, as indústrias foram testemunhas de uma queda global de 37 por cento no consumo nacional de fertilizantes em comparação com o ano anterior.

Por outro lado, a possibilidade de uma leve ascensão nas vendas para o próximo ano não é de todo descartada. As enchentes do Sul do País, no decorrer deste ano, poderão ser responsáveis pelo incremento das necessidades de fertilizantes nos solos que foram lavados pelas chuvas. Além disso, as recentes elevações nos preços do boi poderão contribuir para a viabilização de investimentos em fertilizantes para a formação de pastagens.

Há inquietação quanto ao futuro do mercado

A reversão no consumo aparente de adubos, a partir de 1981, deveu-se, basicamente — no entender de Angelo Tellechea — a alterações na política de crédito agrícola, modificação nas culturas e nas áreas agrícolas e à relação de preços entre fertilizantes e produtos agrícolas. Em consequência, a Fertilul — que é uma das líderes no mercado com uma participação entre dez e 13 por cento nas vendas globais de

adubos — deverá apresentar em 1983 uma queda em suas vendas de cerca de dez por cento, em termos de quantidades, em comparação com o ano anterior.

A acentuada sazonalidade da demanda, com grandes volumes de vendas no terceiro trimestre deste ano (período em que a Fertilul obteve receita líquida de vendas de Cr\$ 36,3 bilhões), também trouxe algumas dificuldades às indústrias, que foram obrigadas a se reestruturar para atender à procura concentrada. A Fertilul racionalizou os níveis de seus estoques, reduziu os prazos de venda e modificou o perfil de endividamento com diminuição das despesas financeiras. Tais providências permitiram um resultado final positivo de Cr\$ 7,8 bilhões, no terceiro trimestre do ano.

O diretor da Fertilul enfatiza, no entanto, que "continuamos a enfrentar permanentes dificuldades para um adequado e oportuno suprimento de matéria-prima e produtos intermediários, por parte dos produtores nacionais, e maiores restrições a importações". Dentro desse contexto, ele reivindica a criação de uma linha de crédito para o financiamento de compras de matérias-primas pelas indústrias, capaz de atender às exigências da concentração da demanda em determinados períodos. Caso contrário, as empresas não terão capital de giro para a aquisição do produto e para a formação de estoques", assegura ele.

Finalmente, em 21/12/83, O Estado de São Paulo publica, em primeira página, a seguinte manchete:

Termina o subsídio ao crédito agrícola

Além da expansão de 50% da base monetária e dos meios de pagamento e de 57% das operações do Banco do Brasil, conforme havia sido anunciado, o Conselho Monetário Nacional decidiu ontem acabar com os subsídios à agricultura e à exportação. O crédito aos dois setores custará a partir de janeiro 100% da correção monetária mais 3% de ju-

ros; também as pequenas e médias empresas pagarão juros reais de 3%. As medidas significam "o fim do paternalismo do Estado sobre a economia" e "o País volta à realidade para combater a inflação", disse o ministro Camilo Penna. Opinião diferente tem o ministro Amaury Stábele, da Agricultura, para quem a retirada do subsídio acabará aumen-

tando os preços ao consumidor. De modo geral, os empresários acham que haverá um arrocho da economia no primeiro semestre de 84. O ex-ministro Octávio Gouvêa de Bulhões afirmou: "O governo precisará de credibilidade" para fazer valer as medidas de austeridade. Novas decisões serão tomadas segunda-feira pelo CMN.

O mesmo jornal inseriu, ainda, outras notícias, como a da p. 22:

Orçamento reduz subsídios ao crédito

evidenciando o orçamento monetário para 1984 aprovado pelo refe

rido Conselho e as principais modificações no que se refere ao crédito à agricultura e às exportações.

Segundo o orçamento, o crédito à agricultura custará, a partir de janeiro de 1984, 100% da correção monetária mais 3% de juros, tendo sido mantida a excepcionalidade para os produtores rurais do Nordeste; estes pagarão, até o primeiro trimestre de 1984, 70% da correção monetária e 80% a partir de 1º de julho, mantendo-se também as taxas de 35% para os programas implementados nas regiões mais secas.

O mesmo matutino publicou ainda várias opiniões a respeito do corte dos subsídios à agricultura, umas otimistas, outras não, das quais destacamos as seguintes:

- do presidente da Sociedade Rural Brasileira

Perda não é irreparável, considera SRB

O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Renato Ticoulat, afirmou ontem que a decisão do governo de retirar o subsídio ao crédito agrícola, embora possa representar problemas para algumas culturas, "não significa uma perda irreparável para a agricultura". Ele lembrou que o subsídio ao crédito foi adotado a partir de 1.968 "e antes disso a agricultura deu provas de que pode ser uma atividade lucrativa".

Na opinião de Ticoulat, mais importante que o subsídio é uma política de preços que permita ao agricultor manter sua produção em níveis satisfatórios: "Se tivermos preços adequados, o País vai produzir mais, independentemente da existência do crédito subsidiado".

- do diretor- secretário da mesma sociedade

Também o diretor secretário da SRB, Flávio Menezes, que a partir de março será o presidente da entidade, considera que o fim do subsídio não representa o principal problema do setor: "O crédito agrícola já vinha sendo cortado de 1977 e assim o impacto deixará de ser tão forte quanto se imagina. Além disso, o agricultor não necessita de crédito de custeio mas de financiamento para fazer investimentos".

- do diretor de Crédito Rural e Industrial do Banespa

O diretor de Crédito Rural e Industrial do Banespa, Yoshiaki Nakano, tem opinião semelhante: "O subsídio não resolve os problemas. Prova disso é que no tempo do subsídio total ao crédito agrícola a expansão rural ficou abaixo do que se previa".

Nakano lembra, no entanto, que a rápida retirada dos subsídios está prejudicando o setor: "As medidas que o governo vem tomando em relação ao assunto, sem adotar uma estratégia adequada de preços, poderiam causar um desastre para o setor rural. A catástrofe só não acontecerá porque o clima desfavorável nos Estados Unidos puxou os preços para cima, impedindo que o agricultor tivesse perdas mais sérias".

- do Ministro da Agricultura

Produtos agrícolas terão alta no custo, diz Stábile

Da sucursal de
BRASÍLIA

O ministro da Agricultura, Amaury Stábile, disse ontem que a retirada do subsídio ao crédito rural vai gerar alta no custo dos produtos agrícolas e que este aumento será transferido aos preços pagos pelo

consumidor. Stábile saiu da reunião do Conselho Monetário Nacional afirmando que foi o único conselheiro a votar contra a retirada total dos subsídios. O ministro defendeu o estabelecimento de correção monetária com base em 95% da ORTN, acrescida de 3% de juros nos empréstimos para o setor rural.

Amaury Stábile disse que, apesar da tendência imediata de alta dos produtos agrícolas, o governo espera uma estabilização nos preços devido à regulação do próprio mercado. "O que é importante", frisou o ministro, "é uma política de preços mínimos que garanta remuneração ao produtor, pois o agricultor precisa de preço." A agricultura, segundo Stábile, vai continuar sendo subsidiada pela prática de bons preços, que ele considera a melhor maneira de incentivar o crescimento da produção agrícola do País.

Para o Ministro, a retirada do subsídio ao crédito rural não provocará redução na área plantada, afirmando que, apesar dos constantes aumentos nos juros para o setor, houve um crescimento de aproximadamente 1 milhão de hectares da área cultivada em relação a 1982, apenas no Centro-Sul do país.

- do diretor de Crédito Rural e Industrial do Banco Central

O diretor de Crédito Rural e Industrial do Banco Central, José Kleber Leite de Castro, disse que a retirada do subsídio ao crédito agrícola não vai gerar prejuízo ao agricultor, que este ano sofrerá a falta de financiamentos para produzir. Ele explicou que a elevação nas taxas dos empréstimos será compensada pela prática de preços melhores.

O diretor do BC afirmou também que o governo espera agora que seja redisciplinada a área do crédito rural, com o produtor observando melhor a hora certa de tomar empréstimos usando formas diferentes de crédito, como a compra de insumos e equipamentos a prestação, e empregando mais recursos próprios na produção.

Durante o ano de 1983, o agricultor tomou conhecimento, através da imprensa, de notícias, as mais das vezes, preocupantes no que se refere à política de crédito rural, principalmente no que diz respeito à retirada dos subsídios e aos juros pós-fi

xados devido à cobrança de correção monetária.

Considerando todas estas modificações, quais eram, então, as perspectivas de utilização futura dos financiamentos bancários pelos agricultores da amostra?

Ao serem questionados sobre a possibilidade de utilizar os recursos do crédito rural no futuro, entendido como para a próxima safra ou para safras futuras, os agricultores entrevistados levaram em consideração uma série de informações que possuíam, por intermédio de instituições financeiras, conversas com vizinhos ou por terem tomado conhecimento através da imprensa falada e ou escrita.

A tabela 21 mostra que, embora no conjunto da amostra, houvesse maior propensão a não recorrer ao banco em busca de recursos (60.75%), no que se refere aos estratos de área houve uma tendência de aumento do número de contratos, aumento este, muito mais significativo nos estabelecimentos de menor área e de área intermediária do que nos estabelecimentos de grandes áreas.

É interessante notar as justificativas apresentadas pelos agricultores para os casos de utilização e não utilização de recursos do crédito rural (Anexo 9).

Examinemos primeiramente os motivos alegados para a não utilização. Excluindo aqueles que responderam simplesmente não, sem apresentar justificativas, basicamente os agricultores não pretendiam recorrer aos financiamentos bancários ou por querem tentar desenvolver a atividade agrícola por mais um ano com seus próprios recursos, ou por considerarem a taxa de juros muito elevada ou pelo fato de acharem muito complicado trabalhar com o banco. Parte bem menos significativa dos agricultores acha que não valeu a pena, que não compensa, pelo fato da área ser pequena, por achar que pode plantar menor quantidade com recursos próprios ou por ter resolvido arrendar as terras para a Usina.

As justificativas para continuar utilizando os recursos do crédito rural podem ser um pouco mais detalhadas em número, embora a maioria dos agricultores se concentre em determinadas atividades. Excluindo-se também aqueles cuja resposta foi ape

TABELA 21

ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATO DE ÁREA - PERSPECTIVAS FUTURAS DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO CRÉDITO RURAL (n = 106)

ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES	UTILIZAÇÃO				DISPONIBILIDADE DE RECURSOS PRÓPRIOS			
	NÃO	SIM	SEM DECLARAÇÃO	TOTAL	NÃO	SIM	SEM DECLARAÇÃO	TOTAL
0,1 - 20,2	108	37	4	149	28	-	9	37
20,2 - 242,4	63	65	5	133	38	10	17	65
313,3 - 6.017,7	7	4	-	11	-	4	-	4
TOTAL	178	106	9	293	66	14	26	106

Org. L.C. Poltroniéri

nas sim, notou-se que o maior número de agricultores pretendia recorrer aos financiamentos bancários para investimento agrícola, incluindo principalmente melhoria de máquinas e formação de lavouras, pertencendo estes, quase que exclusivamente, ao estrato de menor área.

Outra justificativa apresentada por grande número de proprietários, principalmente do estrato de área média, se referiu à utilização até quando tivesse crédito, pois os agricultores afirmaram não ter possibilidade de continuar sozinhos, simbolizada pela resposta deste agricultor: "Sim, não dá sem. Eternamente!" (9.68 hectares - granja).

Utilizar o crédito para custeio agrícola também era intenção de vários agricultores, principalmente aqueles com área média, apenas para compra de adubos e sementes ou para o custeio total das lavouras de arroz e cana-de-açúcar.

Investimento pecuário, também nos estabelecimentos de área média, necessitará de recursos bancários, principalmente para formação de pastos, aumento de plantel e melhoria do padrão de leite.

As outras justificativas apresentadas foram mais individualizadas como: custeio avícola, implantação de apiário, eletrificação rural e destoca de eucaliptos.

Há que se chamar a atenção para aqueles, cuja resposta foi considerar mais vantajoso aplicar o dinheiro no mercado de capitais e usar os recursos do crédito rural no desempenho da atividade agrícola; estes coincidem com alguns daqueles que declararam dispor de recursos e correspondem a 13.20% do total que pretende usar o crédito futuramente.

De modo geral, entretanto, mais de 60% do total de agricultores que pretendem utilizar o crédito não dispõem de recursos, manifestando suas preferências quanto às instituições a que pretendem solicitar os empréstimos:

- bancos oficiais - 37.73%, principalmente Banco do Brasil
- bancos particulares - 10.37%
- cooperativas - 1.88%
- combinações entre várias instituições - 35.87%

- sem declaração - 14.15%

Ao manifestarem a intenção de continuar ou não se utilizando de financiamentos bancários para desenvolver a atividade agrícola, os agricultores entrevistados foram solicitados também para emitir sugestões que possibilitassem melhorar a política creditícia, no sentido de torná-la mais acessível e mais útil para aqueles que realmente necessitam utilizar-se dela.

As respostas dadas pelos agricultores a esta questão - certamente retratam o que pensam sobre a política de crédito rural. Usuários e não usuários se manifestaram, e a proporção daqueles que emitiram opiniões foi maior nos estratos de menor área e de área média, significando que é este grupo que, evidentemente, sofre as consequências das formulações políticas.

No conjunto da amostra, o maior número de reivindicações foi quanto à taxa de juros e aos prazos de pagamento (58.99%); 25.15% dos que se manifestaram, além do prazo e da taxa de juros, incluíram o problema relativo ao acesso ao crédito, e 15.33% referiram-se a outros aspectos, basicamente sobre assistência técnica, maior fiscalização, garantia de preços mínimos, crédito rural exclusivo para pequenos e médios agricultores ou, pelo menos, com taxas de juros menores e, até mesmo, eliminação total do subsídio à agricultura.

Alguns depoimentos de agricultores apresentados a seguir evidenciarão, de modo mais contundente, as suas aspirações quanto à política futura de crédito rural.

"-Deviam dar assistência total: agrônomo, veterinário..." (engenheiro)

"-Na minha opinião o crédito rural não existe. Para os grandes fazendeiros não devia ter crédito rural, pois eles já tendo muito dinheiro não aplicaria ele na sua fazenda. O crédito rural só é válido para pequenos e médios agricultores." (comerciante)

"- O juro devia ser mais acessível para pequenas coisas e para o pequeno agricultor. Devia haver mais critério." (comerciante)

"- A burocracia é demais, só a terra já devia ser a garantia. O pequeno lavrador não tem acesso. O prazo de pagamento está

razoável. Na pior das hipóteses considera a colheita e dá uma certa carência. A taxa de juro é que mais está apertando. Acho absurdo que o Governo vá mexer exatamente neste ponto quando deveria facilitar muito mais. O custeio tinha que ser facilitado. O custo de 5L.de Roundup no fim do ano (82) era Cr\$19.000.00 em janeiro de 83, Cr\$36.000.00, em março Cr\$58.000.00 e em maio Cr\$76.000.00. Não dá." (comerciante)

- "- Deviam ajudar os pequenos. Prazo maior e juro menor." (lavrador)
- "- Prazo bom. O juro deve ser mais barato e ter garantia de preço no final" (comerciante)
- "- As taxas de juros são muito elevadas. Devia ser muito menor para o menor para o agricultor. Se voce não dá os cereais - prá turma comer como é que vai viver! Não vai comer plástico!" (lavrador)
- "- Juro muito elevado. Muita distância entre o agricultor e o Banco. Muita burocracia." (lavrador aposentado pelo FUNRURAL)
- "- Querem muita garantia para pouca coisa. Juro está alto". (lavrador)
- "- Diminuir as exigências pois se não tiver nada o Banco não dá nada. Prazos maiores e juros mais baixos." (pecuarista)
- "- As normas dos Bancos é uma coisa difícil, sempre tem alguma coisa, nunca acaba. Juro altíssimo." (avicultor e agrônomo)
- "- O prazo é pequeno. Juro de 45% e 60% ao ano não dá. Me deram para o custeio do milho Cr\$160.000.00 e gastei só de óleo diesel para preparar a terra Cr\$110.000.00. O Banco financia o mínimo. Nas máquinas a gente acaba ganhando mas na lavoura não compensa". (desenhista)
- "- Prazo maior para poder esperar o preço. Juro muito elevado; prá fazer uma lavoura fica caro." (pecuarista)
- "- Em vez de pagar em julho deveria pagar no fim do ano. No meio do ano, o alimento é mais barato. O juro é caro prá daná, é barbaridade." (agricultor)
- "- Juro muito elevado e fiscalização melhor. Exigências: saldo médio e garantias a serem oferecidas. Quem tem isso não pre

cisa do dinheiro! Só está levando mesmo quem não precisa do dinheiro". (avicultor)

"- O prazo tá bom. O Governo tinha que dar um jeito de não aumentar ou até tirar o juro, nem que fosse com fiscalização, porque a turma aproveita." (lavrador)

"- Estou começando, não sei bem o que acontece. Como gerente de banco, o cliente fazia a proposta e nós atendíamos quando possível. A reclamação maior era o juro alto e o prazo que poderia ser mais esticado. Bancos particulares exigem a recíproca do cliente: o saldo médio." (bancário aposentado)

"- Acho que não deve ter. Acho que precisamos aprender a trabalhar e não vir a coisa de graça. Acho errado o subsídio." (comerciante e suinocultor)

"- Acho que o governo não devia emprestar dinheiro pro pessoal (os fazendeiros). O povo tem dinheiro." (lavrador)

Através destes depoimentos, observa-se que os agricultores, os quais estão "sentindo na pele" as modificações nas formulações da política de crédito rural, consideram que nos financiamentos deveriam ser cobradas taxas de juros menos elevadas, com maior prazo para o pagamento ou, pelo menos, permitir a possibilidade de venda do produto na época em que se alcance maior preço para poder cobrir as parcelas do banco.

Dois outros pontos muito importantes emergem destas sugestões e referem-se a: 1) diminuição de exigências e garantias, isto é, maior facilidade de acesso ao crédito, pois quem necessita de complementação de recursos é justamente aquele agricultor que não dispõe de capital próprio e, muitas vezes, só detém a propriedade da terra e 2) direcionamento da política creditícia aos pequenos e médios agricultores ou, pelo menos, taxas de juros diferenciadas e prazos de pagamento maiores para estes grupos.

Por outro lado, evidenciado pelos depoimentos de um ex-gerente de banco, agora produtor de leite no município, e de um avicultor, foi lembrado o problema da exigência de reciprocidade do cliente por parte das instituições financeiras, isto é, para que o banco particular empreste dinheiro para ser empregado na atividade agrícola, o agricultor tem que, além de apresentar

as garantias normais exigidas (posse da terra, a própria safra, etc), manter determinado saldo médio em conta-corrente.

E, evidentemente, repetindo as palavras deste avicultor, "quem tem isso não precisa do dinheiro! Só está levando mesmo quem não precisa do dinheiro".

Estas foram as principais sugestões dos agricultores da amostra, objetivando melhorar a política do crédito rural, além de terem sido apontados, também, aspectos relativos à ampliação de assistência técnica, à maior fiscalização dos projetos e, por uma minoria, à retirada total dos subsídios à agricultura.

Durante todo o ano de 1984, época em que tabulamos as informações obtidas através das entrevistas com os agricultores e redigimos este trabalho, acompanhamos, através de bibliografia recente e especializada e reportagens divulgadas pela imprensa, as modificações introduzidas na política de crédito rural.

Com base nestas fontes, analisamos a visão de técnicos e especialistas do setor e a forma como a imprensa divulgava o assunto, isto é, como as informações chegavam até parte dos agricultores. A análise foi completada com o posicionamento de alguns autores sobre o subsídio à agricultura como agente contribuidor para o aumento da inflação.

A publicação do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo denominada Prognóstico 84/85. (IEA, 1984) foi considerada básica para resumir o pensamento dos técnicos a respeito das diretrizes que nortearão a política futura do crédito rural.

Ao analisarem a política agrícola brasileira, os técnicos do referido órgão manifestam opinião pessimista no que se refere aos instrumentos de política capazes de estimular a produção de alimentos no país. Esta preocupação decorre dos resultados da reunião do Conselho Monetário Nacional de agosto de 1984, na qual foram definidos os valores básicos de custeio e todo o esquema de financiamento para a safra de 84/85.

Segundo estes pesquisadores, apesar dos produtos de mercado interno terem recebido tratamento diferenciado, preferencialmente arroz, feijão, mandioca, milho, amendoim e sorgo, a

oferta de alimentos em 1985 não será ampliada justamente pela restrição de recursos imposta pela política monetária.

Toda a política econômica brasileira vem sendo direcionada para o ajustamento do setor externo sob a ótica do FMI, e a estratégia escolhida para viabilizar o pagamento da dívida externa é a recessão econômica. Os acordos com o FMI obrigaram a redução da atuação do Banco do Brasil como criador de moeda, limitando sua expansão de crédito; esta restrição é extremamente prejudicial, uma vez que o Banco do Brasil figura como o principal fornecedor de crédito para a agricultura tornando clara a causa da atual e possivelmente futura escassez de recursos para o setor agrícola.

Os bancos particulares devem destinar recursos para a agricultura em função da evolução dos depósitos à vista, e não mais das aplicações globais, o que provocará uma redução de aproximadamente 30% no volume total de crédito disponível para o setor, segundo pesquisa do IEA.

Considerando-se os elevados valores de inflação do período atual, compreende-se a diminuição dos depósitos à vista. O empenho governamental em controlar a expansão da base monetária e dos meios de pagamento concorre para o agravamento da situação em vista da queda real destes indicadores de aproximadamente 50%, verificada no período de dezembro de 1982 a abril de 1984.

Assim, haverá decréscimo na disponibilidade total de crédito para a economia e para o setor agrícola em particular, obrigando os agricultores ao oferecimento de garantias e reciprocidades para a obtenção de recursos no sistema financeiro.

A determinação dos custos financeiros do crédito rural através da correção monetária funciona como elemento auxiliar da expansão da base monetária, mantendo as taxas de juros reais positivas. Com isto, torna-se mais vantajoso investir em aplicações financeiras do que no processo produtivo provocando o prolongamento da recessão e a elevação dos custos de produção agrícola em função das elevadas taxas de juros do crédito agrícola.

Para os técnicos do IEA, o coroamento de toda a política econômica inspirada nos padrões do FMI consiste na restrição

dos gastos em custeio e investimento e no estabelecimento de u ma política de achatamento salarial, o que contribui para a ele vação dos preços agrícolas, principalmente dos alimentos.

Tratando especificamente do financiamento da safra - 1984/85, os técnicos do IEA chamam a atenção para o fato de que o tratamento preferencial para alguns produtos, ao contrário do que se possa pensar, prejudicou os pequenos produtores, os quais anteriormente obteriam limite de adiantamento de até 90% para qualquer produto, passando agora a 80% ou 60%, dependendo do pro duto²⁰. Deste modo, as operações dos pequenos agricultores tor nar-se-ão ainda mais caras, uma vez que os recursos complementa res ao limite de adiantamento serão obtidos a taxas de juros muito mais elevadas. Os grandes agricultores, por sua vez, serão novamente beneficiados, pois, enquanto teriam somente 40% do VBC com encargos de variação da ORTN + 3%, por este novo critê rio passarão a obter até 60% do VBC para produtos de mercado in terno e sorgo, reduzindo sensivelmente seus custos financeiros.

Na opinião dos técnicos do IEA, as medidas tomadas pelo Conselho Monetário Nacional para o financiamento da safra 1984/85 necessitam de complementação, principalmente nos seguintes sentidos:

- elevação do volume de recursos oficiais liberados via Banco do Brasil, que é o principal agente da política de crédito ru ral;
- estabelecimento de preços de garantia para os produtos ali mentícios, os quais, quando há excesso de produção são vendi dos à Companhia de Financiamento da Produção (CFP) ao preço mínimo.

Além disso, o maior problema a ser enfrentado na safra

20

Amendoim, arroz, feijão, mandioca, milho e sorgo terão adian tamento de até 80% do VBC para os pequenos produtores e de até 60% para os demais. Os outros produtos terão, respectivamente, 60 e 40% do valor básico de custeio.

1984/85 consiste na escassez de recursos, o que fatalmente provocará redução na área cultivada e na oferta de produtos agrícolas, principalmente alimentos, justamente os que apresentam maiores riscos, deixando os produtores em desvantagem perante os agentes financeiros na busca de crédito.

Durante o ano de 1984, continuamos a selecionar notícias e reportagens divulgadas por jornais diários ou periódicos, as quais contribuem para demonstrar a forma como os agricultores ou, pelo menos, parte deles tomou conhecimento das alterações que continuaram processando-se na política de crédito rural.

O Estado de São Paulo publicou em 06/04/84 nota a respeito da redução de recursos para as atividades agrícolas que foi reproduzida integralmente, por coincidir, em vários pontos, com o que foi tratado pelos técnicos do IEA.

Menos recursos para a agricultura

As modificações no crédito rural decididas quarta-feira pelo Conselho Monetário Nacional diminuirão em Cr\$ 105 bilhões os recursos para a agricultura, de acordo com cálculos feitos ontem por produtores. Segundo esses levantamentos, os novos percentuais de aplicação obrigatória dos bancos — que variam de 10 a 55% dos depósitos à vista — reduzirão as aplicações de sete entre dez grandes bancos pesquisados.

De acordo com esse estudo, haverá redução de aplicação em crédito rural no Francês e Brasileiro (Cr\$ 38 bilhões), Noroeste (também 38 bilhões), Banco de Crédito Nacional (21 bilhões), Lloyds (20 bilhões), Boavista (6 bilhões) e Unibanco (29 bilhões), representando perda total de Cr\$ 152 bilhões. Deverão aumentar o crédito ao setor apenas o Bradesco (40 bilhões), Itaú (6 bilhões) e Bamerindus (1 bilhão), o que significa aumento de Cr\$ 47 bilhões.

Preocupados com esses números, os produtores prevêem nova diminuição da produção na safra 84/85. Renato Ticoulat, presidente do Cedes (Câmara de Estudos e Debates Sócio-Econômicos) e ex-presidente da Sociedade Rural, é um dos que estão pessimistas: "O crédito ficará mais escasso, enquanto o custo de produção será pelo menos três vezes maior. Somando-se a isso a redução dos recursos do EGF (empréstimo para comercialização), tem-se um quadro de proporções sombrias para a próxima safra".

Mantida essa situação, Ticoulat prevê uma redução de 20% na safra 84/85, o que diminuirá a oferta de alimentos: "Se a produção cair, o País terá que pagar um preço excessivamente caro. Mesmo se a colheita for igual à deste ano o abastecimento será prejudicado, já que a população continua a crescer anualmente".

Essa também é a opinião do presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, Fábio Mei-

relles, para quem as decisões do Conselho Monetário tornarão os recursos para a agricultura ainda mais escassos: "Antes, os bancos tinham que destinar 45% de suas aplicações no crédito agrícola. Agora, aplicarão percentuais variados sobre os depósitos à vista, que são a cada dia menores por causa do aumento da inflação. Por isso, teremos muito menos recursos disponíveis".

Meirelles prevê dificuldades também com a decisão do CMN de transferir o risco do EGF do Tesouro Nacional para os bancos: "Com essa medida, haverá mais riscos e complicações para os produtores conseguirem empréstimos, pois os bancos deverão aumentar a taxa de juros".

O presidente da Fiesp elogiou a iniciativa do ministro Nestor Jost, que pediu mais recursos para a agricultura, mas lembrou que "infelizmente, os apelos dele não têm sido atendidos e assim a produção agrícola deverá continuar a cair nos próximos anos".

O referido jornal publicou, no mesmo dia, artigo que exprime a opinião daquele matutino sobre as alterações na política de crédito rural em vista das decisões do CMN e que também foi reproduzido na íntegra.

As mudanças no crédito rural

Não houve surpresa nas decisões adotadas pelo Conselho Monetário Nacional no que tange ao setor agropecuário. A principal alteração referiu-se à base de cálculo para determinação das exigibilidades de crédito a ser aplicado pelos bancos. Até agora, o volume de recursos era computado a partir das aplicações dessas instituições financeiras, passando doravante a sê-lo a partir dos depósitos líquidos à vista. Nesse sentido, é lícito esperar menor disponibilidade de crédito subsidiado, havendo obviamente uma contrapartida que será a maior oferta de recursos a taxas de juro de mercado.

Na realidade, as medidas aprovadas pelo CMN contemplaram fundamentalmente o setor financeiro, uma vez que os bancos foram divididos em categorias distintas de acordo com seus respectivos portes. Pela sistemática vigente, as aplicações no crédito rural obedecem a critérios mais realistas, na medida em que os bancos menores poderão operar em outros segmentos com maior liberdade, em vez de serem levados a concentrar quase todas suas operações no setor agropecuário. Foi providenciada uma compensação para essa redução de oferta de crédito mediante aumento do percentual obrigatório por parte dos grandes bancos.

Um ponto importante desse conjunto de medidas é a transferência

do risco operacional das operações de EGF (crédito de comercialização de safra) para os bancos, com o consequente alívio de pressão sobre o Banco Central. Ademais, tornou-se facultativa a opção pelo Proagro (seguro rural), nos créditos de custeio e de investimento. Tais regulamentações têm por efeito imediato aproximar mais o setor financeiro do rural, o que constitui sem dúvida um passo positivo. Afinal, a profissionalização da agricultura não se traduz apenas nas transformações ao nível da produção, mas engloba igualmente as relações entre os produtores e o mercado. A experiência de países como a França e os Estados Unidos é bastante eloquente sob tal aspecto.

É preciso deixar claro que a orientação das decisões do CMN não foi pautada pelo estigma de "prejudicar" a agricultura. Ocorre que o volume de recursos para o setor já é conhecido desde o final do ano passado, por ocasião da elaboração do orçamento monetário. Quando o ministro Nestor Jost assumiu suas funções, prometeu angariar fundos adicionais. No entanto, poucos foram aqueles que vislumbraram a possibilidade efetiva disso vir a ocorrer. E agora, com as medidas do CMN, haverá menos recursos à disposição dos produtores, embora tudo leve a crer que a diminuição não será alarmante.

Deduz-se assim o caráter tipicamente conjuntural das mudanças em questão. Em um contexto de política monetária rígida, sem condições de favorecer o menor desvio em relação às metas existentes, procurou-se operar um remanejamento de recursos, de modo a aliviar a pressão da demanda de crédito nos demais setores da economia. Não se deve supor que o CMN terá sido ingênuo a ponto de convencer-se de que os recursos subtraídos à agricultura serão suficientes para produzir um impacto de redução nas taxas de juro, em prol da recuperação do crescimento...

Este continua dependendo de um substancial arrefecimento da inflação, o mesmo podendo ser dito no tocante aos custos financeiros. Quanto ao setor agropecuário, arca com sua parcela de sacrifício, a qual pode parecer desmesuradamente grande em função dos cortes nos subsídios, o que é uma ilusão. O processo de ajustamento interno passa igualmente pela normalização dos fluxos financeiros dessa atividade, e não poderia ser diferente. Desse modo, deve-se compreender as decisões do CMN como um "mal necessário", que certamente será eliminado quando possível, mediante a formulação de uma autêntica política agrícola, forte o suficiente para suportar flutuações conjunturais adversas.

Em 07/04/84, inserido em um debate realizado pelo jornal O Estado de São Paulo sobre "Brasil, as opções da crise", foi publicado um painel sobre a posição da agricultura no crescimento econômico do país. Reproduzimos este painel na totalidade, principalmente por exprimir, com clareza, a opinião dos agricultores, a nível de Brasil, sobre o crédito rural, os quais fazem proposições análogas àquelas expressas pelos agricultores

de Rio Claro por nós entrevistados.

Brasil, as opções da crise - 6

Agricultura, a solução esquecida pelo governo

ALBERTO TAMER

A agricultura poderia representar um papel vital na retomada do crescimento econômico, pois além de gerar emprego, atender ao abastecimento interno, evitando pressões inflacionárias, e proporcionar receita de exportação, tem um retorno de investimento extremamente rápido, não gerador de tensões inflacionárias, como os grandes projetos sem fim. De todos os setores da economia nacional, neste momento de crise, é o mais factível, tendo em vista a escassez de recursos, a carência de divisas externas e as elevadas taxas de inflação. Apesar dessas vantagens, que deveriam levar o governo a dar prioridade absoluta e total à agricultura, continua esta relegada a soluções aleatórias, a uma danosa insegurança de rumos, vítima, acima de tudo, do confronto entre correntes opostas dentro da própria administração federal. De um lado, estão os que estimulam o plantio e oferecem crédito oficial até agora subsidiado e, do outro, os que amarram os preços, na esperança inútil de conter a inflação. Obrigado a saldar os compromissos assumidos com o próprio governo, o agricultor tem de vender a qualquer preço, incapaz de estocar parte de sua safra por três ou seis meses.

"Os agricultores responsáveis não querem subsídio. Eles querem isto sim, é que na hora da comercialização os preços sejam remuneradores. Que a promessa feita na hora de plantio, de preços compensatórios, seja efetivamente cumprida. Neste momento, por exemplo, há sinais alarmantes de que a comercialização se processará em níveis absolutamente inaceitáveis, com importações que têm efeitos baixistas", afirma Renato Ticoulat, ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira e presidente da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais — Cedec. Acrescenta que em consequência, o agricultor não poderá saldar os seus compromissos da safra 1983/84, o que gerará uma grave situação de insolvência e de desestímulo.

"Há sinais alarmantes de que a comercialização se processará em níveis absolutamente inaceitáveis, com importações ..."

"Estes fatos explicam em parte essa manutenção da produção de grãos em torno de 50 milhões de toneladas, absolutamente inaceitável em um país que poderia produzir 80 ou cem milhões", acrescenta.

A safra argentina há cinco anos era de 26 milhões e, apesar da comoção política e quase guerra civil, hoje se eleva a mais de 40 milhões de toneladas. Os Estados Unidos produzem 340 milhões, a URSS 200 milhões de toneladas. O Brasil mal se mantém em 50 milhões de toneladas, obrigando-se a uma política de mão para a boca e de importações constantes. Para Ticoulat, um país com 850 milhões de hectares, com uma área agricultável de 450 milhões — 250 milhões dos quais de cerrado — teria de produzir no mínimo

cem milhões de toneladas de grãos. Mesmo assim, apesar das profundas desvantagens em relação a outros setores, em contradição com as imensas vantagens comparativas — investimento de rápido retorno, abastecimento, exportação — a agricultura responde por 50% da receita externa, embora represente apenas 10% do PIB.

FALTA ORIENTAÇÃO

Igualmente errada tem sido a política pecuária brasileira, quase que combatida pelos diversos governos. Ainda agora, os pecuaristas foram informados de que não haverá financiamento para estocar na estivação, no período de entressafra. Em consequência, não se pode prever um abastecimento regular, a não ser que, a exemplo do passado, o governo recorra a importações do Mercado Comum. As perspectivas para a pecuária brasileira são ainda mais dramáticas do que para a agricultura em geral. Um fato mostra bem as distorções que dominam os dois setores: atualmente, em São Paulo, um quilo de feijão custa mais do que um quilo de carne. O feijão leva 90 dias para produzir; a carne, cinco anos...

Atualmente, em S. Paulo, um quilo de feijão custa mais do que um quilo de carne. O feijão leva 90 dias para produzir.

Toda a política agrícola brasileira tem um único pecado: não existe. O crédito rural ora foi fortemente subsidiado, agora está sendo enxugado. O subsídio está errado, porém, mais errado é oferecê-lo, criar um ambiente de estufa que desaparece quase que de um ano para o outro. O certo será eliminá-lo gradualmente, mas proporcionar preços justos e compensadores. Neste sentido, mais do que nunca inexistiu uma política porque, apesar das promessas, o governo sempre acaba por intervir quando os preços pressionam a taxa de inflação. Tabela ou importa e vende a preços inferiores, como se tais medidas resolvessem um problema que é bem mais profundo e estrutural, que se baseia no próprio déficit governamental, fator principal da inflação.

Outros erros que deveriam ser corrigidos para pelo menos não desestimular a agricultura: a aplicação de uma política de crédito rural diferenciada. Não se pode aplicar as mesmas condições para lavouras de exportação e de subsistência; para o grande e o pequeno agricultor; para o fazendeiro latifundiário e o pequeno sítiante.

O setor de abastecimento deveria ter uma atenção especial até que conseguisse capitalizar-se. No entanto, trata-se de um apoio que deveria ter curta duração para evitar que se mascarem as regras do mercado. Este deve ter a palavra final. Uma vez saneada a economia, controlada a inflação, reduzidas a níveis normais as taxas absurdas de juros, a correção monetária — hoje uma verdadeira loucura para o lavrador, que não sabe se o preço final cobrirá os cus-

tos —, tudo se normalizará. Há no Brasil espaço disponível e gente suficiente, mais do que em qualquer outro país do mundo, para que se possa produzir em volumes mais do que necessários para atender à demanda externa e pelo menos duplicar as exportações. Os Estados Unidos e o Canadá são um exemplo disso.

SUGESTÕES

Técnicos do Banco Mundial que analisaram profundamente a agricultura brasileira apresentaram uma série de sugestões que poderiam servir de base para um modelo nacional de curto prazo. Sugerem:

1 — Drástica redução e eventual eliminação do subsídio ao crédito agrícola.

2 — Acesso aos pequenos lavradores ao programa de preços mínimos, que deveriam acompanhar a evolução do mercado, considerando o momento da comercialização.

3 — Estímulo, mas não proteção excessiva, à indústria nacional de fertilizantes, que se deve esforçar para manter preços internacionalmente competitivos. Um subsídio destacado, ou uma proteção alfandegária elevada, acaba reduzindo o poder de competitividade dos agricultores.

4 — Maior volume de investimentos e canalização de recursos para a produção e distribuição de sementes agrícolas selecionadas, principalmente de feijão preto e produtos alimentícios.

5 — Promoção ao máximo da agroindústria com a finalidade de exportar mais produtos semi ou industrializados.

O Brasil não tem uma política de médio e longo prazo, nem mesmo para o dia-a-dia. Precisa desenvolver uma agricultura com base em um modelo de diretrizes claras para um horizonte de pelo menos cinco anos, uma vez que a maioria das atividades agrícolas, mesmo as que têm ciclo vegetal curto, dependem de uma programação de longo prazo. Para outras, como o café, o cacau, a

Enquanto tudo for aleatório, o empresário da cidade não investirá no campo — e ele precisa ir para a agricultura

seringueira, esse prazo se estende a dez anos. Hoje, nada disso existe, o que é um absurdo na medida em que a agricultura é o único setor da economia nacional que poderia dar uma resposta rápida e positiva para a crise brasileira. Enquanto tudo for aleatório, o empresário da cidade não investirá no campo — e ele precisa ir para a agricultura onde poderá aplicar com bons resultados o capital e o espírito de competição adquirido nas lides industriais ou financeiras. Os poucos que foram deram mostras de que a agricultura está precisando dessa renovação dinamizadora. Mas ninguém investirá seriamente no campo enquanto não se souber o que as diversas áreas conflitantes do governo irão decidir, não para o próximo quinquênio, mas para o próximo ano, ou próximo mês...

As alterações propostas na política de crédito provocaram reações em todo o setor agrícola. Assim é que, em 11/04/84, o Estado de São Paulo publicou nota sobre a limitação do crédito rural aos mini e pequenos produtores, fato que já àquela altura, preocupava as cooperativas agrícolas do Estado do Paraná.

Crédito rural limitado para médio produtor

Da sucursal de
CURITIBA

As restrições ao crédito rural vão limitar o acesso aos financiamentos apenas aos médios e grandes produtores, responsáveis por 70% da produção para exportação e somente por 30% dos produtos para consumo interno. Com isto, já na próxima safra de verão a produção poderá ser insuficiente para atender às necessidades básicas do País.

A previsão é do diretor do Departamento de Crédito da Cooperativa Agrícola de Cascavel (Coopavel) que, como todas as cooperativas do Paraná, está manifestando sua preocupação com as conseqüências das novas medidas adotadas pelo governo no campo do crédito rural.

Chama-se atenção para o fato de que os cortes efetuados nos recursos das próprias instituições bancárias provocam adoção de critérios mais rigorosos de seleção, atendendo os clientes de acordo com o saldo médio, a área plantada e os índices de produtividade, o que fatalmente eliminará os mini e pequenos produtores, responsáveis por 70% da produção de alimentos de consumo interno.

Uma notícia acerca da formulação de um plano para política agrícola baseado em trabalho de Guilherme Leite da Silva - Dias e José Roberto Mendonça de Barros, publicada em 15/04/84 - em O Estado de São Paulo, demonstrou que as principais mudanças estariam concentradas nos seguintes pontos:

no crédito de custeio:

1 — Com a participação do Banco do Brasil e dos bancos comerciais, manutenção do esquema de amortizações parceladas e juros reais muito baixos ou próximos de zero. Eventual eliminação do Valor Básico de Custeio — VBC (depende do Proagro e do grau de racionalamento necessário e dada a disponibilidade de recursos).

2 — Para evitar uma exigência excessiva de colateral (concentração do crédito), seria mantido o Proagro com algumas alterações. Na eventual ausência dos VBCs seria introduzida a cobertura para o valor da produção avaliada ao preço mínimo (cobertura de 70 a 100% do valor de produção, com opção mediante prêmio adicional, o que possibilita a participação gradual de seguro privado nesta cobertura adicional).

3 — Deve ser estimulada a participação das cooperativas como órgãos de repasse de crédito de custeio, devido ao seu papel de ampliação do acesso aos pequenos produtores. A assistência técnica ao nível de carteira dessas instituições é muito eficiente.

no crédito de comercialização:

1 — Deve ser readmitido o desconto de títulos comerciais com os recursos da exigibilidade de crédito rural, concentrando nesta forma de crédito a maior participação do setor comercial e industrial no crédito de comercialização.

2 — O EGF de produtor, excepcionalmente o de terceiro, deve ser mantido para um prazo de 90 a 120 dias, sem remissão parcelada. Dependendo da disponibilidade geral de recursos, essas operações continuariam a ser realizadas nos bancos comerciais (devido ao pouco interesse demonstrado até agora e também às dificuldades de controle) ou concentradas no Banco do Brasil. O juro real dessas operações deve vir da introdução de reajustes nos preços de garantias até a entressafra.

3 — A prorrogação desse EGF do produtor (por mais 90 a 120 dias com amortizações parciais) e sua abertura a terceiros deve ser uma decisão de política comercial tomada depois de iniciada a colheita, quando houver uma caracterização confiável de oferta longa para os principais produtos agrícolas de abastecimento interno. Essas operações devem ser concentradas no Banco do Brasil e com recursos previstos nos orçamentos monetário e fiscal (depende de decisões tomadas no âmbito da reforma bancária).

no crédito de investimento:

Deveriam ser mantidas duas linhas principais de investimento rural: A) uma normal, concentrada no Banco do Brasil; a participação dos bancos comerciais dependeria da opção pelas cadernetas de poupança, com custo financeiro equivalente ao da captação mais despesas operacionais e com um esquema de amortização flexível para refinarçar parcelas (a mesma taxa de juros), quando houvesse redução acentuada na capacidade de pagamento do mutuário; e B) programas de fomento agropecuário para aplicação seletiva em ações prioritárias de desenvolvimento rural (investimento em áreas de pobreza rural, áreas prioritárias de reforma agrária, desenvolvimento tecnológico e ocupação de fronteiras), com juros subsidiados através de dotações do orçamento fiscal para a equalização das taxas de juros. Os agentes financeiros desses programas seriam os bancos oficiais de desenvolvimento regional, estaduais e o Banco do Brasil.

Os referidos autores recomendam, ainda, modificações na política fiscal:

1 — Na área de impostos indiretos poder-se-ia pensar na eliminação dos incentivos fiscais para investimentos agropecuários nas declarações de pessoas físicas e jurídicas e na reformulação da cédula G. Esta seria concebida de forma semelhante ao sistema australiano, onde o imposto devido em anos que o setor tenha lucro fica depositado num fundo (rendendo apenas correção monetária). Em anos de prejuízo, o agricultor poderia sacar parte de sua parcela nesse mesmo fundo. Esses recursos comporiam parte do fundo de investimento mencionado no item 2. Estariam isentos dessa declaração todos os pequenos produtores.

2 — O Imposto Territorial Rural seria revisado, e colocado como complemento do Imposto de Renda, isto é, cobrado apenas no caso de propriedades maiores, que não declaram renda.

3 — Na área de impostos indiretos, o ICM seria alterado, do atual critério de princípio de origem para o princípio de destino. Essa é uma questão geral, que não decorre apenas do setor agrícola, mas que permitiria várias alterações. De um lado seria possível isentar completamente os produtos de mercado interno consumidos in natura (arroz, feijão, principalmente), beneficiados os consumidores, e aqueles destinados à exportação. Os produtos agrícolas industrializados e consumidos domesticamente continuariam taxados.

Estas alterações foram bem recebidas por aqueles que atuam no setor agrícola, conforme demonstra a notícia publicada pelo mesmo órgão em 17/04/84.

Setor agrícola apóia as propostas de mudanças

As mudanças que o governo está estudando para dinamizar o setor agrícola, anunciadas domingo pelo Estado, foram bem recebidas por produtores e empresários ligados ao setor. Para eles, a agricultura precisa de novos planos e o fato de as autoridades planejarem modificações representa um passo importante nesse sentido.

Apesar dos elogios, os produtores lembram que as alterações precisam ser bem estudadas para evitar mais problemas para o setor. Eles consideram que, em linhas gerais, as mudanças serão acertadas, já que elas se aplicarão às áreas mais críticas do setor (crédito de custeio, comercialização e política fiscal), mas existe ceticismo em relação à aplicação das sugestões dos técnicos Guilherme Dias e José Mendonça de Barros, que o governo está pensando em adotar.

O presidente da Comissão Técnica de Soja e Trigo da Federação da Agricultura de São Paulo considerou oportunas as modificações propostas, principalmente aquelas ligadas ao custeio, achando que o mais correto é financiar o agricultor de acordo com a sua produção, eliminando o Valor Básico de Custeio (VBC). As mudanças na comercialização dos produtos, no seu entender, também beneficiam os produtores.

Na mesma nota, o diretor do Moínho Pacífico considera importantes as modificações propostas na política de crédito rural, mas lembra que elas dependem de autorização do FMI para serem adotadas. Uma vez que se retirou o subsídio por uma exigência do Fundo, qualquer outra alteração precisa ser submetida à análise daquela entidade. Sua dúvida principal é se com estas modificações os recursos creditícios chegarão ao pequeno produtor.

Em 25/04/84, o Suplemento Agrícola de O Estado de São Paulo publicou reportagem sobre AS MUDANÇAS NO CRÉDITO AGRÍCOLA, trazendo três diferentes opiniões sobre as novas diretrizes para o setor rural:

- do diretor de Crédito Rural do Comind, abordando aspectos relativos a: 1) maior participação de recursos próprios dos pequenos e médios agricultores no desenvolvimento da atividade agrícola; 2) perspectiva de queda da inflação e das taxas de juros, o que ajustaria a demanda de crédito às necessidades de produção; 3) maior tendência à aplicação de insumos modernos para aproveitar mais eficientemente o crédito e os recur

soz próprios;

- do presidente da Sociedade Rural Brasileira, para quem o corte no volume de recursos é uma situação temporária que se estabilizará com os preços mínimos para o próximo plantio;
- do co-autor da proposta já referida, para quem a necessidade atual é de uma revisão total da política agrícola, uniformizando a atuação dos vários organismos (CPF, CACEX, etc). Além disso, considera ser o investimento a médio e longo prazo o que resolverá o problema da agricultura, propiciando preços agrícolas reais e estáveis. "Para isso, é preciso revolucionar completamente todo o padrão econômico vigente desde os anos 30. E, infelizmente, o ambiente atual para se discutir estas mudanças não é o mais propício".

Pelo que temos afirmado até o momento, cremos estar perfeitamente nítido que compartilhamos a opinião de Dias, sobre a necessidade urgente de reformulação da política agrícola como um todo em termos de crédito e principalmente de preços mínimos.

Em 20/05/84, O Estado de São Paulo publicou várias reportagens, revelando um dinamismo no setor agrícola em virtude da melhoria dos preços agrícolas, os quais se refletiram diretamente no volume de vendas das indústrias de máquinas agrícolas.

Agricultura investe em máquinas

A euforia na agricultura brasileira em função dos melhores preços agrícolas este ano, sobretudo para os produtos de exportação como soja e laranja, provocou uma grande reativação nas vendas de caminhões, maquinários e especialmente tratores — neste primeiro quadrimestre, as vendas aumentaram 119,1% em relação a igual período do ano passado — surpreendendo até mesmo as fábricas, que elevaram a produção acima de suas previsões, contratando mais operários.

Mas, embora as vendas desse segmento da indústria automobilística sejam as mais altas dos últimos tempos, produtores rurais e industriais são unânimes em afirmar que isso não significa o fim da crise que atingiu severamente a agricultura nos últimos quatro anos, mas apenas a retomada dos investimentos no setor, com a renovação do parque motorizado (sobretudo tratores), já desgastado e obsoleto.

A previsão da indústria de caminhões e tratores é vender, este ano, mais veículos do que em 83 e 82. Porém ainda se estará longe de atingir o volume de comercialização em 80, quando se agravou a crise econômica e se aprofundou a descapitalização dos agricultores, em razão dos baixos preços agrícolas no mercado interno e externo. Isso fez que os produtores rurais passassem a reformar máquinas e equipamentos, ao de renovar a frota, como começa a acontecer agora.

De qualquer forma, o aumento das vendas de maquinário agrícola não deixa de ser um bom indicio, como mostra um levantamento feito pelas sucursais do ABC, Brasília, Campinas, Curitiba, Porto Alegre, pelos correspondentes em Campo Grande, Londrina, presidente Prudente e a regional de Ribeirão Preto, com texto final de Germano de Oliveira, da sucursal do ABC.

Outros títulos na mesma página confirmam o revigoreamento do setor agrícola e o aumento dos investimentos em máquinas e implementos:

Recuperação na indústria de tratores

Venda de caminhões cresce 22%

Preço melhor permite renovar frota obsoleta

Porém, lado a lado com estas notícias tão alvissareiras, foram publicadas outras duas que revelam a grande preocupação dos produtores rurais e do Secretário-Geral do Ministério da Agricultura com a escassez dos recursos para a safra agrícola em

curso.

Recursos para safra, agora mais difíceis

O governo federal não parece disposto a liberar mais recursos para a agricultura. Segundo o secretário-geral do Ministério da Agricultura, Léonidas Maia Albuquerque, o Banco Mundial tem uma disponibilidade de 30 a 40 milhões de dólares para financiamento da compra de máquinas agrícolas no País, mas esse dinheiro não está sendo utilizado porque o orçamento monetário montado pelo Ministério da Fazenda e Secretaria de Planejamento da Presidência da República não prevê recursos nacionais a serem aplicados; como contrapartida exigida pelas regras da instituição financeira internacional.

Mostrando-se preocupado com a falta de recursos para a agricultura, Albuquerque explica que isso poderá comprometer significativamente a economia nos próximos dois anos. "A falta de recursos para a comercialização

(Empréstimos do Governo Federal-EGF) está estrangulando a movimentação das safras de arroz, milho, feijão, soja e algodão. Da mesma forma, a indefinição e a falta efetiva de recursos para custeio poderão comprometer o plantio de centeio, cevada, trigo, linhaça, ervilha e fumo."

Todo e qualquer planejamento na área agrícola depende, atualmente, da política econômica traçada pelo ministro do Planejamento, Delfim Netto, que reiterou sua disposição de impedir o crescimento da base monetária acima dos 50%, o que significa menos recursos para a agricultura.

O total de recursos para a comercialização, estipulado em Cr\$ 1,3 trilhão pelo orçamento monetário, é insuficiente, segundo os assessores do ministro da Agricultura, Nestor Jost, que tem tentado junto a Delfim o adiamento das parcelas previstas para junho e julho e até mesmo a alteração do orçamento. Jost, segundo assessores, teria chegado a ter um diálogo rispido com Delfim Netto: "Vocês vão acabar comendo papel", teria dito.

Produtores mantêm pessimismo

Se depender das previsões dos agricultores e dos fabricantes de insumos, de São Paulo, a próxima safra não será tão boa quanto imaginam outros setores ligados à agricultura. Para os paulistas, em 83/84, não se chegará aos 50 milhões de toneladas de grãos e, no próximo período, poderá haver novo decréscimo, consequência de crédito escasso e desestímulo ao setor.

Mesmo os que fazem previsões menos pessimistas lembram que na próxima safra pode haver melhora, mas só se comparada com "o fundo do poço" do ano passado. É o caso de Wilson Armelin, presidente do Sindicato da Indústria de Adubos de São Paulo, que prevê crescimento de 5% na venda do produto este ano, em relação a 1983: "Deveremos vender

6,5 milhões de toneladas de fertilizantes em 84, número que pode ser considerado bom em relação ao ano passado, mas bem abaixo da média de 7,5 milhões de toneladas comercializadas entre 1975 e 1980".

Armelin acha que as vendas de

adubos serão maiores no primeiro semestre em relação ao mesmo período de 1983, mas não vê vantagem nessa elevação: "Acontece que a comercialização nos seis primeiros meses do ano passado foi excessivamente baixa. Assim, os resultados do início deste ano só são animadores quando comparados a esse fraco período".

Os fabricantes de sementes têm opinião semelhante. Para eles, as vendas deste ano deverão, no máxi-

mo, ser equivalentes ao resultado do ano passado (120 mil toneladas), mesmo porque a produção será reduzida, em consequência das secas, que causaram quebra na safra do produto.

PESSIMISMO

Os produtores estão ainda mais pessimistas. Eles garantem que a safra 83/84 ficará muito abaixo das previsões otimistas do ex-ministro Amaury Stabile, que falava em 50 milhões de toneladas de grãos, e também aquém das últimas estimativas de 50 milhões de toneladas.

Flávio Teles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira, é um dos que menos acreditam em boa safra: "Mesmo soja e milho devem ficar abaixo das expectativas, apesar das previsões de crescimento em consequência da alta das cotações no mercado internacional, em setembro".

Quanto à próxima safra, Menezes também faz estimativas pessimistas: "As perspectivas para 84/85 não são boas. Houve eliminação do subsídio ao crédito, mas não se com-

pensou essa medida com preços remuneradores".

Opinião semelhante tem o presidente da Federação da Agricultura de São Paulo, Fábio Meirelles, que prefere não falar em números em relação à próxima safra, mas acha que ela não alcançará níveis satisfatórios: "Mesmo que cheguemos a 50 milhões de toneladas de grãos, a produção ficará abaixo das necessidades do País, porque há anos a safra gira em torno desse número, enquanto a população cresce 2% ao ano".

(T.C.J.)

A publicação em 27/05/84 dos resultados de uma Mesa-Redonda sobre os desafios vividos pela agricultura, promovida por O Estado de São Paulo e pela Sociedade Brasileira de Economia Rural, propiciou o acesso do público, principalmente agricultores, às opiniões de grandes especialistas do setor. Optamos pela reprodução integral deste debate pela riqueza de informações que contém.

A política agrícola-

Os desafios vividos pela agricultura

Descapitalizada e empobrecida a ponto de não poder investir em novos equipamentos e tecnologia, enfrentando o agravamento da escassez de crédito rural, vivendo à mercê de decisões desordenadas provenientes dos mais diversos endereços de Brasília, reduzida a uma pequena participação tanto no nível econômico quanto no de representação política no Legislativo — essa a situação

real em que vive hoje a agricultura brasileira, e que foi discutida em mesa-redonda promovida pelo Estado de S. Paulo e pela Sociedade Brasileira de Economia Rural.

Os debatedores identificaram como necessidade básica a definição de uma verdadeira política agrícola, com uma prioridade urgente à produção de alimentos voltada ao abastecimento do mer-

cado interno. Não chegaram a um acordo sobre se essa política deve ser estabelecida pelo Congresso ou pela lei de livre mercado, se o governo que a fixar deve resultar de eleições diretas ou indiretas, se essas diretrizes devem ser de longo prazo ou — diante da grave situação econômica do País — apenas medidas de emergência. Apontaram, contudo, uma longa lista de soluções e de correções nos rumos

do setor agrícola, desde o investimento no aumento da produtividade até a criação de um banco privado de fomento, da elevação da produtividade à redução do ritmo de expansão da cana-de-açúcar, da inovação tecnológica ao voto distrital.

Participaram da mesa-redonda o presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, Fábio Meirelles; o presidente da So-

ciidade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes; o diretor presidente da Manah, Fernando Penteado Cardoso; o especialista em agricultura da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Fernando Homem de Mello; também conselheiro do "Suplemento Agrícola" do Estado; o presidente da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, Paulo Fernando Cidade de Araújo; o diretor do

Banco Econômico, Paulo Roberto Viana, ex-presidente da Companhia de Financiamento à Produção (CFP); o deputado do PMDB, Roberto Cardoso Alves, da Comissão de Agricultura da Câmara Federal; José Ramalho, diretor da Embrapa e presidente da Sober; o editor do "Suplemento Agrícola" deste jornal, José Carlos Cafundó de Moraes, e o repórter Theofilo Carnier Júnior.

Falta uma definição para o setor

Estado — Nós estamos enfrentando uma situação econômica que todos conhecem. Quais as perspectivas da agricultura brasileira nessas condições?

Meirelles — A projeção da agricultura brasileira no futuro é fundamental, para efetivamente se consolidar a economia nacional como um todo. Mas isso não pode ficar apenas à vontade de nós, agricultores. Nós temos demonstrado capacidade de produzir, nós realmente nos profissionalizamos na atividade agrícola. O que é necessário — e que eu venho repetindo há dez anos — é uma verdadeira política agrícola para o País. Não resta dúvida de que o governo central se tem esforçado para adotar na economia agrícola uma série de medidas no sentido de promovê-la. Porém, isso é insuficiente; quando não se estabelecem programas adequados na agricultura. Há pessoas que dizem que, na agricultura, não se precisa planejar, é só resolver o dia-a-dia. Ao contrário, ela tem de ser planejada. E a verdade é que o agricultor quer assumir suas responsabilidades no processo econômico, mas não pode, de maneira nenhuma, ser afastado das decisões principais.

Quanto a programas para a agricultura, ela sempre está disposta a receber, mas prefere receber um justo preço pelo produto, porque a agricultura não tem o espírito especulativo de outras atividades econômicas. Porém, ela quer, em contrapartida, obter menos risco para sua atividade, que já é de risco. Ela prefere lucros justos — e menores até, se o caso requerer — do que especular sobre preços futuros, como foi levada a fazer ainda nesta última safra. Em minha opinião, é preciso haver uma conscientização da sociedade como um todo para a agricultura.

Meneses — Entre 1930 e 1980, a agricultura teve reduzida de 50 para 11% sua participação no Produto Interno Bruto, o que denota a diminuição de sua importância relativa na economia do País, que é o reflexo de uma política nacional de censa e rápida industrialização e urbanização. Isso pode ser notado, também, por dados que refletem um período mais recente, entre 1968 e 1980 — quando o produto real brasileiro cresceu à taxa de 8,3% ao ano. Nesse período, a indústria cresceu 8,4%, portanto acima da média; os transportes e comunicações, 10,8%; o comércio, 8,3%; e a agricultura, apenas 3,8%. Embora esse crescimento urbano industrial mais rápido tenha também atraído grandes massas de população para a cidade, nós ainda temos um terço da população, ou algo em torno de 30%, morando no campo ou dependendo diretamente das atividades agrícolas, o que faz com que a taxa de renda per capita no campo crescesse a taxas menores do que a do habitante urbano. Assim, o quadro que os números nos dão é de um empobrecimento do setor agrícola em face do restante das atividades econômicas da Nação.

Bem, isso é um retrato da agricultura visto pelo lado de sua renda. E o lado operacional, como é hoje? É uma agricultura que, em 1984, passa a operar com a totalidade de seus custos reais indexados ou penalizados, quer no fornecimento de insumos, quer na sua mão-de-obra, quer em seus custos financeiros. Por outra parte, opera dentro de um mercado

ainda submetido a fortes restrições do governo. Portanto, temos uma agricultura sujeita ainda a proibições de exportação, liberações de importação ou subsídio a produtores estrangeiros, em alguns casos submetida a tabelamentos ou acordos de cavalheiros.

Homem de Mello — Eu tenho a impressão de que as evidências mostram, de uma maneira muito nítida, um declínio bastante acentuado na produção per capita de alimentos básicos, a partir da segunda metade dos anos 60 até o final dos anos 70. Naquele momento, quando toma posse o atual governo, é colocada a chamada "prioridade agrícola" para o período de 1979 a 84, e, agora que estamos no fim deste governo, portanto no fim dessa proclamada prioridade, as evidências disponíveis nos indicam que os resultados foram muito modestos, particularmente no que diz respeito à evolução dos alimentos básicos, a qual continua sendo desfavorável.

Só que o setor de exportações também passa a enfrentar uma situação desfavorável. Apenas quatro produtos da agricultura brasileira como um todo — incluindo os alimentos, cana-de-açúcar e produtos de exportação — apresentaram crescimento da produção per capita entre 1977 e 84. Apenas a cebola, entre os produtos chamados "alimentares de mercado interno"; somente o cacau e a laranja, entre os de exportação, e a cana-de-açúcar como cultura energética, em função dos incentivos ao programa do álcool. E a soja retomou seu crescimento apenas em 83, depois de um declínio a partir de 1980. A meu ver, isso coloca um quadro bastante sério no momento atual.

Um segundo ponto é que, ao lado desse declínio da produção, temos uma estagnação da área cultivada desde 1980, exceto na cultura de cana-de-açúcar, que mantém altos índices de crescimento. Por último, temos um desequilíbrio tecnológico causado por um padrão diferenciado de geração de inovações tecnológicas na agricultura brasileira, muito mais voltadas às culturas de exportação e à cana-de-açúcar e muito menos aos produtos alimentares de mercado interno, os quais mostram, mesmo em vários casos, tendências declinantes de produtividade.

Em qualquer política agrícola, eu colocaria como primeira prioridade a formulação de uma política de produção de alimentos *vis-à-vis* com uma política de exportação via taxa de câmbio — que eu acho que já existe, pelo menos em grandes linhas — e uma política energética, mediante a cana-de-açúcar. E parto, tam-

bém, do princípio de que o crédito rural vai ser escasso daqui para a frente, em função de estarmos amarrados aos acordos já assinados com o Fundo Monetário Internacional e as conseqüências que daí seguem em termos de política monetária.

Dentro desse quadro de crédito rural escasso, sem subsídios, eu salientaria a necessidade de maior apoio creditício e montantes de financiamento nos produtos alimentares de mercado interno, juntamente com uma definição efetiva de valores básicos de custeio, realistas e efetivos, através da participação não só de técnicos do governo, mas das classes produtoras e mesmo de técnicos e analistas independentes. Em segundo lugar, uma garantia integral do Proagro para a produção de alimentos, semelhante àquele que já existe no caso do feijão atualmente. Em terceiro lugar, preços mínimos remuneradores, sem o que essa atividade não terá um mínimo de garantia. Em quarto lugar, um programa de estoques reguladores voltados à estabilização de preços. E em quinto lugar, como parte da reforma tributária que já vem sendo estudada por técnicos do governo federal há alguns anos, a isenção de impostos na comercialização de alimentos básicos, através de medidas compensatórias aos Estados produtores.

Em sexto lugar, um programa especial de aumento da área cultivada com produtos alimentares, inclusive envolvendo subsídios ao crédito e investimentos às novas proprieda-

des produtoras de alimentos. E em sétimo e último lugar, eu definiria a urgência de se definir, a nível governamental e na cesta mínima de alimentos básicos consumidos, principalmente pelas famílias de nível de renda familiar até um salário mínimo — aí já são grandes números, já temos algo como dez milhões de famílias nesta categoria, algo como 40 milhões de pessoas — uma cesta mínima de alimentos subsidiada, através do aumento da receita tributária do governo.

Remalho — O problema é que a política agrícola vem sendo feita voltada não para o setor agrícola em si, mas para a sua participação na solução dos problemas da economia como um todo. Voltada ou para equilibrar os desequilíbrios externos — e aí tem toda uma política de incentivos às exportações — ou para solução dos desequilíbrios internos, cuja grande meta é reduzir a inflação, produzir alimentos básicos a um preço justo. Agora, nós sentimos muita falta de uma política que se preocupe com o emprego no meio rural, com o ensino, com a renda. Na realidade, há os incentivos temporários, quando se necessita que aquele setor tenha uma participação maior na solução de um desequilíbrio existente, como tinha ocorrendo com a exportação. Como se diz, a inflação dói, mas a dívida externa mata. E, agora, temos também de dar para o setor o equilíbrio interno, que é a produção de alimentos, mediante uma política ativa, usando talvez todas essas ferramentas a que o Fernando (Gonçalves de Mello) se referiu. E esse equilíbrio se dará, realmente, num novo nível tecnológico, de maquinaria e, principalmente, da própria computação, na programação mais lógica do setor agrícola, tratando aquilo realmente como um negócio e usando todas as ferramentas disponíveis. hoje.

Economista pede maior abertura

Estado — De maneira geral, identificamos aqui uma série de problemas da agricultura. Gostaríamos, agora, de identificar alguns caminhos, algum futuro para essa agricultura. Então, especificamente no campo da representatividade política, o que Fábio Meirelles acha que precisa ser feito já?

Meirelles — Deve haver o fortalecimento das instituições agrícolas, com o governo dando-lhes mais liberdade de ação, ouvindo suas críticas e contribuições, como forma de participação no processo e não como uma reação aos planos políticos. É importante que a sociedade urbana tenha consciência do momento histórico em que vivemos.

Agora, quanto aos aspectos da política partidária, é muito difícil a área rural se aglutinar em termos de representação classista — o qual nem entendemos válido, como democratas que somos. Entendemos que é tempo de a agricultura procurar prestigiar os agricultores dentro de seus políticos.

Homem de Mello — É importante lembrar a necessidade de a nossa sociedade continuar avançando na abertura política e iniciar um avanço

também na abertura econômica, na formulação da política econômica, na qual se insere a política agrícola. Acho que aí reside a chave da questão da representatividade do setor agrícola, e, a meu ver, o fundamental aí é levar essa questão a nível do Congresso Nacional. Só dentro do Congresso é que poderemos ter algo próximo de uma política econômica, de uma política agrícola consensual.

Estado — Nisso estariam implícitas eleições diretas em todos os níveis, senão já, em 88?

Menezes — Eu queria realçar um aspecto que acho que ainda não foi devidamente considerado e que, em meu entender, é mais fundamental que a representação política da agricultura: o agricultor responde à economia de mercado, tanto que, com essa mesma falta de representação política, houve setores de agricultura que se conseguiram desenvolver porque encontraram condições propícias de mercado. Nesse aspecto, menos política é melhor que mais política, menos governo é melhor que mais governo, menos regulamentação é melhor que mais regulamentação.

Meirelles — Não acho que, num processo econômico tão grave como o que enfrentamos, se as eleições "diretas já" viessem, as soluções seriam tão fáceis daqui para a frente.

Menezes — Estou de acordo.

Estado — Mas há possibilidade de que haja esse fortalecimento político da agricultura frente a essa situação econômica ruim, com os compromissos assumidos com o FMI, que tornam escassa a disponibilidade de recursos?

Ramalho — O Paulo Viana disse que há um emaranhado de pessoas definindo a política. Logicamente, isso conduz a uma situação em que o Ministério da Agricultura é um dos órgãos e, talvez, não o mais forte. Então é aí realmente onde está o grande campo de ação do Legislativo, para a definição das regras do jogo, de quem é quem dentro disso. Quer dizer, tudo está embutido nessa política de abertura, onde o que se busca é a estabilidade. Não é só um mercado aberto, o preço num determinado momento, mas uma certa estabilidade de preço, de renda, que você pode cortar um pouco quando for excessiva e dar um pouco quando ela for lenta.

Difícil a solução para abastecimento

Homem de Mello — O Flávio (Menezes) acha que o problema do abastecimento do mercado interno pode ser facilmente resolvido — eu acho que aí há a definição política fundamental envolvida. Nós temos evidências claras de um agravamento do abastecimento alimentar no Brasil, nos últimos 15 anos. Portanto, é preciso modificar a definição do processo político escolhendo prioridades, sem o que esse "facilmente" nunca será facilmente.

Ramalho — Essa questão da política emergencial da produção de alimentos existe. Um dos problemas é que nós, realmente, precisamos aprender a lidar com excessos — excessos aparentes. Porque, até hoje, nós só sabemos lidar com escassez, importando, etc. Quer dizer, então, é um problema de recursos. Eu acredito que os recursos realmente não estão fáceis hoje. Aí, é uma questão de definição de prioridades. Onde alocar, em que proporção, para se atingir aqueles objetivos que são os mais prementes.

Estado — Então, vamos falar sobre isso.

Cidade de Araújo — Eu tenho a impressão de que, entre nós, as coisas ocorrem de modo muito dinâmico e dentro de uma característica de instabilidade muito forte. Eu apontaria, por exemplo, o problema do crédito rural. Quando foi institucionalizado em 65, fixava a obrigatoriedade de aplicação por todo o sistema bancário de um certo percentual dos depósitos. Depois, houve uma evolução muito grande no sistema finan-

ceiro nacional e o que se verificou é que os depósitos à vista começaram a perder, a declinar ao longo do tempo. E, a partir de um certo momento, sentindo essas dificuldades, o Sistema Nacional de Crédito Rural levou ao Conselho Monetário e ele aprovou resoluções que aumentaram esse percentual ao longo do tempo. Mais tarde, chegou-se à conclusão de que não era possível continuar-se daquele jeito. Então, o que se fez? O Conselho Monetário aprovou uma resolução em que não eram mais os depósitos à vista que serviriam de base para as aplicações em crédito rural, mas sim o total das operações ativas do sistema bancário.

Mais recentemente, agora em abril, houve uma reviravolta em que acho que a Nação inteira foi surpreendida. Da noite para o dia, surgiu uma nova resolução do Conselho Monetário Nacional, alterando novamente as regras do jogo, e voltando-se agora ao sistema de depósitos à vista.

Meirelles — O que diminuiu os recursos.

Cidade de Araújo — O ponto a que eu queria chegar é o seguinte: a partir dessa resolução, estabeleceu-se uma polêmica no País. Alguns diziam que iriam diminuir os recursos, outros diziam e dizem ainda que os recursos iriam aumentar, porque os bancos maiores participariam com até 45% dos depósitos à vista, enquanto os menores declinariam suas aplicações. Mas acontece que os bancos maiores eram tão grandes, pesavam tanto que aquele decrésci-

mo nos pequenos bancos não traria maiores problemas. Acontece que a gente está chegando agora ao final de ano agrícola 83/84 e o que está ocorrendo? A própria CFP, em seus boletins muito bem-feitos sobre acompanhamento conjuntural, reconhece em todo o País que está existindo uma tremenda escassez de crédito, inclusive para comercialização. E o interessante é que isso foi feito em 24 horas ou, talvez, em uma semana no máximo, e sem nenhum envolvimento das pessoas que representam os maiores interessados. Eu acho que essa é uma evidência de que a instabilidade e a frequência com que se mudam as coisas no Brasil é realmente preocupante.

Estado — Só um detalhe. Essas novas normas para crédito rural foram anunciadas pelo Milton Nóbrega (secretário-geral do Ministério da Fazenda), em São Paulo, 20 dias antes da resolução do CMN e ninguém disse nada. O setor agrícola não se manifestou.

Homem de Mello — Eu iria até mais além. Eu acho que, implicitamente, isso que está ocorrendo agora fica claro a todos aqueles que acreditaram no Conselho Monetário Nacional em dezembro de 1983, quando foi elaborado o orçamento monetário. Lá, já estava nas contas implícito que ia haver um arrocho creditício este ano. Acontece que, no Brasil, nós passamos a nunca acreditar em documentos do Conselho Monetário Nacional. Só que, desta vez, foi para valer, talvez nem tanto por influência dos bancos, mas sim por influência externa do acordo com o FMI.

Crédito rural diminui cada vez mais

Viana — Eu diria que, embora existindo uma política agrícola, ela tem deficiências flagrantes e tem sempre se rendido mais a objetivos de curtíssimo prazo. Talvez, como consequência disso, a ação governamental para o setor é incompleta, desordenada e freqüentemente inconsistente. Algumas coisas da agricultura são tratadas por mais de um endereço e, como é fatal nesses casos, um determinado endereço puxa para um lado e outro endereço puxa para o outro e o efeito acaba sendo nulo.

Temos também uma falta de sensibilidade da sociedade em relação aos problemas da agricultura. Muitas donas-de-casa podem chegar à absurda conclusão de que, se o fazendeiro vai mal, isso não importa muito para ela, porque ela compra as coisas no supermercado. Então, eu diria que, em termos de política para a agricultura, nós teríamos de realmente repensar. Acho que a proposta que o Fernando fez foi uma proposta de emergência. Estamos, realmente, diante de uma situação de tal forma dramática, trágica quase, que ele assinala uma série de coisas que são para o imediato. Em acréscimo a isso, acho que também nos devíamos preocupar, sem desmérito da proposta dele evidentemente, de dar talvez uma pauta de prazo mais longo para a nossa agricultura, aonde seria muito aconselhável, praticamente indispensável, que a liderança rural faça esse trabalho, que dê uma base política que sustente os preços da agricultura, como acontece na maioria dos outros países.

Acho, também, que nós precisamos ter uma decisão governamental endossada naturalmente por essa base política de dar uma uniformidade ao comando da ação governamental no setor. A segunda contribuição que eu gostaria de trazer aqui refere-se a um assunto mais da minha especialidade, que é exatamente o crédito

rural. Já foi assinalado aqui que tem sido servido à agricultura, nos anos recentes, um mingau cada vez mais ralo de crédito rural e ela tem sobrevivido a isso. Quer dizer, o que nós estamos buscando é aquele milagre da galinha dar o ovo sem ter o que comer — quando ela estava quase conseguindo, ela morre. Isso realmente está acontecendo: as estatísticas demonstram que os saídos de crédito rural assinalados em dezembro de cada ano têm sido decrescentes em termos reais, desde 1977.

Cidade de Araújo — No início da década de 80, assistimos a algumas mudanças muito sensíveis na política econômica voltada para a agricultura, com o "choque do petróleo" de 79 causando mudanças muito fortes no sistema de preços relativos. Quando se analisa a relação de trocas — e aí a gente faz uma análise específica de preços recebidos e pagos pela agricultura —, apesar da pequena reação que houve em 83, observa-se que nos principais Estados do Brasil, com exceção talvez do Rio Grande do Sul e provavelmente de Santa Catarina, essa reação foi muito modesta e esse índice continua a indicar uma situação desfavorável em termos de renda para a agricultura.

Um segundo ponto é que as alterações no crédito rural me pareceram muito fortes. Ao longo da década de 70, a gente via e percebia claramente que a distribuição do crédito era extramadamente concentrada e somente cerca de 15% dos estabelecimentos rurais no Brasil, segundo os dados disponíveis, estariam recebendo ou se beneficiando desse instrumento. Também percebíamos que aquele objetivo de exportar mais estava bem claro no crédito rural — basta lembrar a dobradinha soja-trigo: tínhamos cerca de 30% do total do financiamento de custeio concentrado apenas nesses dois produtos.

Outro desequilíbrio que ocorreu

na década em que estamos vivendo foi a intensificação da produção de biomassa para fins energéticos, causando o "efeito substituição" na área cultivada, em razão dos incentivos concedidos. Um problema que também me preocupa muito é a questão do consumo de insumos modernos na agricultura, que neste momento se encontra em nítido processo de declínio.

Em termos de política agrícola, vou colocar apenas três sugestões. Uma seria a necessidade de se dar cada vez mais ênfase à política de pesquisa agrícola. Outra sugestão está na área da comercialização, onde precisaríamos fazer muito esforço para aumentar a eficiência e o desempenho de suas funções — transporte, armazenamento, informação de mercados. Eu lembraria, também, a necessidade de se pensar, pelo menos em termos de médio prazo, numa política de incentivos ao desenvolvimento agroindustrial, sobretudo da pequena agroindústria.

Estado — Gostaríamos que o deputado Cardoso Alves comentasse o problema da falta de lobby a nível político da agricultura.

Cardoso Alves — Eu quero concordar com Fábio Meirelles que, realmente, não há uma política agrícola estabelecida no Brasil. Ao contrário, há até o que se poderia chamar de uma despolítica agrícola, de uma desorganização daquilo que se faz de maneira tão penosa na agricultura. Desde 64, sempre estiveram nos postos do governo na área de agricultura pessoas totalmente alheias aos problemas do setor. Quanto ao lobby, acho que sua ausência decorre de um fator muito compreensivo: não é apenas a falta de presença motivada pelos recursos parcos dos agricultores, não; acho que é também, sobretudo, pela falta de entrosamento entre os agricultores. E acredito que esse lobby teria um grande papel a desempenhar.

0 Suplemento Agrícola de 26/09/84 publicou entrevista com um produtor de soja do Distrito Federal, o qual emitiu opinião sobre o custo do dinheiro para a agricultura, da qual re produzimos parte:

“Isso não é subsídio. É suicídio”

Luis Estevão, produtor de soja, no Distrito Federal, fala sobre o custo do dinheiro para a agricultura, em entrevista a Jorge Rosa.

Os agricultores que estão-tomando financiamentos para custeio da safra 1984/85 a juros de mercado (correção monetária integral mais 25% de juros, na melhor das hipóteses) não terão condições para pagar esses títulos. Essa é a previsão do empresário Luis Estevão, o maior produtor de soja do Distrito Federal. Na sua opinião, “esse será o primeiro grande problema para o futuro governo, seja ele Máluf ou Tancredo, resolver, já que as dívidas vencerão nos meses de junho, julho e agosto de 1985. Para evitar a explosão de movimentos de protestos em toda a zona rural do País, a única saída será conceder prorrogações e parcelamentos em condições mais favoráveis”.

Luis Estevão disse que plantar soja no cerrado é um investimento garantido, desde que se observem as recomendações da assistência técnica, mas ele adverte para os riscos do alto

endividamento do agricultor que precisar tomar empréstimos para o custeio da safra.

Para Luis Estevão, que está usando a maior parte de recursos próprios para o plantio da safra 1984/85, “chega a ser brincadeira o governo dizer que os juros oficiais cobrados nas operações de crédito rural são juros favorecidos”. Ele não vê nenhum favorecimento “porque, se o governo remunera a caderneta de poupança com 100% da correção monetária mais 6% de juros, qual a vantagem do agricultor pagar pelos financiamentos de custeio 100% de correção monetária mais 3% de juros?”

“Agora se o governo diz que os juros são favorecidos comparando-os com os juros de mercado, que chegam a 30% acima da correção monetária, isso não se chama favorecimento. Para mim é suicídio. Quem está tomando financiamento a juros de mercado não terá condições de pagá-lo. Esse será o primeiro grande problema do futuro governo. As pressões serão muito grandes, porque estou prevendo um nível muito grande de inadimplência.”

Ao próximo governo, Luis Estevão recomenda uma preocupação maior com a questão dos investimentos. Na sua opinião, “é um absurdo um país com tanta terra agricultável disponível não conseguir produzir 50 milhões de toneladas de grãos (sem contar o café). Para isso, são necessários elevados recursos para investimento, que o agricultor não possui. É necessário um programa oficial a juros realmente favorecidos, que lhe permita pelo menos a aquisição de calcário, já que se trata de um insumo vital para a incorporação de áreas de cerrado”.

Estas afirmações coincidem, em grande parte, com aquelas emitidas pelos agricultores rio-clarenses componentes da amostra.

Em setembro, ainda, em Relatório da Gazeta Mercantil sobre a safra 84/85 em 38 páginas foram tratados todos os aspectos relacionados à atividade agrícola, tais como: política agrícola, novas fronteiras, insumos agrícolas, produtividade, crédito rural, culturas de exportação, pecuária e uma abordagem regional destinada aos Estados de São Paulo, do Sul do Brasil e Bahia. Destacou-se uma notícia sobre uma instituição financeira particular que foi reproduzida integralmente por refletir os critérios estabelecidos para o fornecimento de crédito durante o ano de 1985.

Crédito rural fica mais seletivo

✠ por Wanda Jorge
de São Paulo

A demanda por crédito rural para custear a próxima safra aumentou e os bancos já selecionam quem não atender prioritariamente, a partir do risco e da rentabilidade da cultura do produtor e seu histórico como cliente da agência. Operações casadas — que são empréstimos na taxa obrigatória de financiamento agrícola a base de ORTN mais 3% de juros ao ano complementados com recursos a juros de 20% — deverão ocorrer, pois a circular do Banco Central, inclusive, permite, mas não faz parte da política estabelecida pelo Banco Auxiliar, afirma Antônio Pereira Ribeiro, gerente técnico de crédito rural.

dade de Cr\$ 20 bilhões para aplicar em agricultura no segmento de juros mais baixos. Além disso, o banco, que tem 58 agências atuando em crédito rural —, abriu uma linha adicional de Cr\$ 100 bilhões para atender a operações a juros de 20% mais ORTN.

Este montante na faixa obrigatória de crédito rural, que é calculado sobre os depósitos a vista de cada banco, não chega a 60% do que o Auxiliar aplicou no ano passado, quando o cálculo da exigibilidade era feito sobre as aplicações ativas.

“O número de consultas às agências do Auxiliar aumentou e, certamente, o tratamento de cada caso será mais seletivo, buscando financiar principalmente clientes tradicionais.” Ribeiro acrescenta que, de setembro a dezembro, o Auxiliar terá a disponibili-

A alteração no cálculo da exigibilidade dos bancos, para atender principalmente aos bancos menores mas que tinham grande volume de aplicações, restringiu bastante a disponibilidade de recursos para esta safra. A necessidade de recursos para custear a mesma área plantada no ano passado seria de Cr\$ 7 trilhões, mas apenas Cr\$ 4,2 trilhões estariam disponíveis. No início de setembro, contudo, o Banco do Brasil anunciou que colocará à disposição mais Cr\$ 1,4 trilhão, o que eleva o montante de recursos, a taxas mais favorecidas, que a área privada e a oficial terão para oferecer aos agricultores.

O mesmo relatório publicou, também, nota sobre a implantação pelo Banco do Brasil de uma estrutura de fiscalização dos créditos visando averiguar a adequação da aplicação dos mesmos.

Fiscalização do crédito: uma estrutura eficiente

O Banco do Brasil é o maior agente do Sistema Nacional de Crédito Rural. Cerca de 60 por cento de todos os recursos aplicados na agricultura, no País, provêm dos cofres do BB, representando 47 por cento de todas as suas aplicações. A tradição do Banco no apoio ao setor agrícola e a crescente prioridade dada pelo Governo às atividades rurais explicam o grande volume de recursos investidos no setor.

Isto levou o Banco do Brasil a montar uma eficiente estrutura de fiscalização da correta e adequada aplicação dos créditos. A fiscalização desenvolvida pelo Banco do Brasil na área rural é realizada por meio de inspeções diretas ao empreendimento financiado, com o intuito de verificar, prioritariamente, como os recursos estão sendo aplicados. Tais visitas, normalmente, são feitas pelo quadro próprio de fiscais do Banco do Brasil, que hoje atinge 3.323 pessoas distribuídas pelas agências do Banco em todo o País.

A tarefa de fiscalizar a aplicação dos créditos não exige conhecimentos específicos e treinamentos especiais para os funcionários do

Banco, pois não pretende entrar nos aspectos técnicos dos empreendimentos vistoriados. Cabe ao fiscal, prioritariamente, averiguar se as verbas adiantadas estão sendo empregadas nos fins para os quais foram programadas.

O trabalho dos fiscais do Banco do Brasil consiste, basicamente — além da verificação da aplicação dos empréstimos feitos —, em examinar também outros cinco pontos:

- a exatidão dos dados e informações que serviram de subsídio para o estudo da proposta;
- o fiel cumprimento do orçamento financiado, verificando gastos realizados, examinando os respectivos comprovantes e consignando informações pertinentes ao desenvolvimento do empreendimento beneficiado;
- os estoques físicos em poder de mutuários ou em depósitos, qualquer que seja a modalidade da operação feita;
- a integridade física das garantias, o real desempenho administrativo do mutuário e a evolução das explorações ou atividades

consideradas para efeito dos rendimentos programados;

- a existência de bens extraproprietários e de outras fontes de renda, consignando suas quantidades e valores, além de quaisquer outras informações ou dados relacionados com a exploração financiada.

A fiscalização do crédito é uma exigência legal. A Lei número 4.829, de 5 de novembro de 1965, através de seu artigo 10, estabelece que as operações de crédito rural se subordinam às seguintes exigências fundamentais: idoneidade do proponente, apresentação de orçamento de aplicação do crédito nas atividades específicas e fiscalização pelo financiador.

Todas estas exigências, esclarece o Banco do Brasil, estão direcionadas para o correto e efetivo uso dos recursos do crédito rural para as atividades programadas. O incremento da fiscalização evita o fácil desvio dos recursos para outras atividades ou o seu emprego inadequado, concorrendo, ainda, para que os fins previstos sejam alcançados integralmente.

As vistorias dos fiscais são feitas através de inspeções diretas aos empreendimentos financiados e

são promovidas, no mínimo, uma vez no curso da operação. Nos empréstimos feitos a pequenos e miniprodutores, entretanto, é admitida a fiscalização por amostragem, através de vistorias em, pelo menos, 10 por cento desses financiamentos contratados nos últimos 12 meses, desde que a soma das responsabilidades do mutuário junto à carteira não seja superior a 50 maiores valores de referência (MVR).

Sem prejuízo de intensificar-se as fiscalizações dos créditos, sempre que julgado necessário ao interesse do Banco, as operações de custeio agrícola devem ser vistoriadas: a) antes das liberações das parcelas subseqüentes; b) após a colheita, para verificar a produção obtida. Já nos créditos para investimentos, serão estabelecidas as épocas mais oportunas para executar a fiscalização, segundo a natureza e a finalidade de cada financiamento.

ATENÇÃO AO HOMEM DO CAMPO

No trabalho de fiscalização, o Banco do Brasil recomenda especial atenção dos seus técnicos à figura do homem do campo. O agri-

cultor traz consigo a pureza dos hábitos tradicionais, cultuados desde seus antepassados e, conseqüentemente, mantém um sentimento natural de receio contra todos aqueles que julga estranhos a seu meio.

Por isso, o Banco recomenda aos seus fiscais o esmero no trato com os clientes, em especial os mini e pequenos produtores, atuando sempre como verdadeiro "relações públicas", na qualidade de representante do Banco, pois tornando-se simpático e agradável conquistará a amizade e o respeito do agricultor.

Este trabalho é de fundamental importância, uma vez que da hábil atuação do fiscal dependem, geralmente, fatores como:

— a permanência do agricultor como cliente do Banco: ninguém gosta de se sentir viagido, em especial aquele mutuário honesto e cumpridor de obrigações que, se cometeu algum deslize, foi por desconhecimento total de alguns fatores capazes de melhor orientá-lo no trabalho. Aliás, nesses casos as falhas são, regra geral, sanáveis sem acarretar qualquer prejuízo ao empreendimento.

— o êxito final do empreendimento: o cliente, sabedor de que conta com o respeito e a amizade do fiscal, envidará o máximo esforço possível para cumprir integralmente a tarefa de sua alçada, condicionada pelas cláusulas contratuais, com o objetivo de, caso contrário, não "agradar" ao fiscal e perder a confiança que lhe fora creditada antes.

— o exigido retorno dos capitais emprestados — condição fundamental que credenciará não só o agricultor como também os profissionais que o acompanham nas lides rurais (fiscal, agrônomo, avaliador, etc.).

Assim, o Banco do Brasil orienta o fiscal para que esteja atento às peculiaridades inerentes à personalidade do homem rural, para poder entendê-lo e compreender suas atitudes e maneira de ser. O homem do campo, pelo fato de viver isolado, é de poucos amigos, mas é leal e dedicado. É hospitaleiro, mas torna-se arredio quando se trata de estranhos e pessoas de pouca confiança. Por isso, o fiscal, como preposto do Banco, deve sempre adaptar suas atitudes à maneira de ser do agricultor.

Dentre tantos pontos positivos, destaca-se, nesta fiscalização, o cuidado que deverá ser dado ao agricultor de modo - que se respeite sua personalidade e se conquiste sua confiança, visando ao êxito final da proposta apresentada.

Paralelamente, analisou-se o trabalho que alguns autores têm realizado, posicionando-se a favor ou contra o caráter inflacionário do crédito rural, uns mais recentemente, outros em períodos anteriores.

Deste modo, apresentam-se os posicionamentos desfavoráveis à manutenção dos subsídios do crédito rural, em ordem cronológica do ano de publicação do artigo, procedendo da mesma forma com relação às argumentações favoráveis.

Na linha que considera o subsídio agrícola como agente contribuidor do processo inflacionário pelo qual passa a economia do país, destacam-se os seguintes trabalhos:

Estudo Especial sobre SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS E A EXPANSÃO DA BASE MONETÁRIA, publicado pela Fundação Getúlio Vargas em Conjuntura Econômica (vol.33, nº 3, 1979). O artigo analisa os vários fatores de expansão e contração da base monetária, de acordo com dados relativos aos anos de 1974 e 1975, detendo-se no impacto provocado pelos subsídios governamentais, tanto creditícios como fiscais, sobre esta expansão; relaciona os subsídios e a base monetária, concluindo que o crédito subsidiado estimula a inflação, ocasionando vinculação entre os subsídios e a emissão da base monetária. O artigo expressa ainda, que "Sem dúvida alguma, a presença dos subsídios tem contribuído para reduzir o controle da expansão da base monetária, que é essencial à execução adequada da política monetária do país".

Segundo este estudo, a introdução de algumas modificações poderia permitir o controle da base monetária sem promover a eliminação total dos subsídios governamentais. Detivemos a atenção naquelas relativas aos subsídios creditícios para os quais se sugeriu que 1) as taxas subsidiadas fossem fixadas em termos reais, e não nominais, para que o subsídio real não aumentasse ou diminuísse com a taxa de inflação; 2) que o Banco do Brasil fosse transformado em um banco comercial como qualquer outro, de modo que se diferenciasssem os financiamentos que

este banco faz ao setor agrícola por iniciativa própria e aqueles vinculados às Resoluções BACEN, que obrigam os bancos a em prestar à agropecuária determinada porcentagem dos depósitos à vista, a juros subsidiados. O estudo sugere que o controle da base monetária só será possível com mais impostos, crédito mais caro e menos abundante, menos subsídios e menos incentivos. Isto provocaria consequências desfavoráveis a curto prazo não só sobre a atividade econômica, mas também sobre os juros; entretanto, a longo prazo, os efeitos serão favoráveis sobre a inflação e melhor desempenho da economia no seu conjunto. O estudo propõe, ainda, que os subsídios para algumas áreas ou regiões deverão ser financiados por impostos cobrados a outras áreas ou regiões e não através da expansão da base monetária ou do endividamento público interno, pois existem várias formas de financiar os subsídios, e nem todas são necessariamente inflacionárias.

POLÍTICA DE CRÉDITO AGRÍCOLA NO BRASIL: OBJETIVOS E RESULTADOS (Araújo e Meyer, 1979). Após tecerem considerações sobre os objetivos da política brasileira de crédito e avaliarem os efeitos do crédito sobre o desempenho do setor agrícola, os autores apresentam algumas implicações do estudo e propõem sugestões; assim, afirmam que a política de crédito rural tem sido viabilizada pela utilização de um amplo e diversificado espectro de incentivos e controles, e as distorções resultantes têm influenciado o fluxo e o custo social do crédito. Asseguram que o problema mais sério resulta do controle sobre taxas de juro dos empréstimos rurais, o que as torna excessivamente negativas; segundo os autores, se as taxas de juros não forem aumentadas, será muito difícil prever até quando as instituições financeiras serão capazes de atender à demanda do setor rural. Em vista disto, as sugestões destes autores referem-se ao reajuste das taxas de juros, justamente para poder conhecer a demanda efetiva nos vários tipos e tamanhos de propriedade agropecuária. Por outro lado, pensam os autores que instrumentos como "preços de garantia ou subsídios diretos aos produtores de insumos seriam opções mais baratas e de maior efeito distributivo", uma vez que

consideram o crédito rural como altamente seletivo. Sugestões mais amplas referem-se a: 1) maior remuneração às instituições bancárias, subsidiando uma parte dos juros de contratos destinados a pequenos agricultores; 2) empréstimos para grupos de pequenos agricultores; 3) empréstimos fundiários; 4) aperfeiçoamento e expansão de políticas complementares à de crédito, como preços mínimos e seguro agrícola.

IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA ECONÔMICA NA AGROPECUÁRIA (Simonsen, 1982). O artigo enfoca dois pontos básicos: a agricultura e os subsídios. Segundo o autor, o sistema atual de incentivos à agricultura via créditos subsidiados, criados pela expansão da base monetária, não apenas peca por ser inflacionário, mas também por ser altamente instável, do ponto de vista dos agricultores. A principal crítica é que este sistema inibe o uso de outros meios de incentivo à produção agrícola, como a fixação de preços mínimos e de valores básicos de custeio, porque esses instrumentos, quanto mais estimulam a agricultura, mais se refletem na expansão monetária. Esta situação faz com que os conflitos entre a política monetária e a de incentivo à agricultura sejam cada vez mais agudos, pois, para o autor, os incentivos à agricultura deveriam ser colocados no orçamento fiscal e não deixados a cargo do Conselho Monetário Nacional. O fato de o setor agrícola constar do orçamento governamental só traria vantagens como as destacadas pelo autor: 1) o Governo seria obrigado a explicitar a prioridade à agricultura; 2) o crédito agrícola não seria racionado; 3) haveria concessão de menor quantidade de subsídios ao crédito e maiores recursos ao Proagro e à política de preços mínimos; 4) os valores básicos de custeio poderiam ser fixados em níveis mais adequados; 5) evitar-se-ia o confronto direto entre a agricultura e a Autoridade Monetária, onde ambas perdem: a agricultura e a política de combate à inflação.

CRISE ATUAL E PAPEL DO SETOR AGRÍCOLA (Rezende, 1984). O autor analisa amplamente a política agrícola brasileira, considerando os objetivos a atingir, as relações entre a oferta de alimentos e o mercado externo e entre o mercado de trabalho urbano. Ao

tratar das modificações recentes que se processaram no crédito rural e seus efeitos, analisa a questão do subsídio, lembrando que a concessão de subsídios nem sempre provoca diminuição dos preços agrícolas, como era de esperar, justamente pelas possibilidades que os tomadores de crédito têm de aplicá-lo fora da agricultura, mesmo sem burlar as normas vigentes. Deste modo, segundo Rezende, a retirada do subsídio causaria pouco impacto sobre a produção ou sobre os preços agrícolas²¹. O autor considera que as alterações no sistema de crédito rural só não provocam um verdadeiro colapso no setor agrícola, se houver uma transformação radical na política agrícola, a qual, segundo a sua concepção, deverá estimular não o subsídio via crédito, mas o subsídio via preço. Este "só é apropriado por quem efetivamente produz, e por isso sua eficácia - um aspecto especialmente relevante numa época de restrição de gasto público - é maior". Neste sentido, Rezende considera que a retirada do subsídio via crédito pode ser uma mudança na direção certa por parte da política econômica.

REFORMA TRIBUTÁRIA E AGRICULTURA (Spitzcovski, 1984). Artigo publicado no Diário do Rio Claro de 18/10/84, no qual o autor expõe os trabalhos do prof. Carlos Longo, da Faculdade de Economia e Administração da USP, que desenvolve "estudos para uma nova política tributária no setor agrícola". Além disso, o referi

21

Este raciocínio do autor foi desenvolvido em artigo publicado anteriormente: "A política de crédito agrícola e sua eficácia": Conjuntura Econômica, vol. 35, nº5, maio 1981, pp. 88/90.

do professor critica a política brasileira de subsídios à agricultura, os quais "têm um efeito perverso; dão impressão de beneficiar o setor, mas causam inflação, que no ano passado foi capitaneada pelos produtos agrícolas". Reconhecendo que o assunto é extremamente complexo e que não se pode apenas ser "a favor ou contra esse auxílio", o professor afirma que a agricultura tem necessidade dos subsídios por ser uma atividade extremamente instável, mas precisa também de "uma política comercial agressiva e uma política cambial realista".

Dentre os autores que não consideram o subsídio ao crédito rural como agente inflacionário, destacam-se os seguintes trabalhos, publicados também no período 1979/1984:

CRÉDITO RURAL: UMA NOTA ADICIONAL (Dias e Soares, 1979) O artigo preocupa-se em analisar a política agrícola recente, principalmente a de crédito rural, no contexto geral da economia brasileira. Deste modo, considera exagerada a ênfase que tem sido dada a determinadas características do crédito rural, tais como concentração nas mãos de poucos produtores, pequeno volume de recursos destinados a investimentos fixos, possibilidade de aplicação de recursos em outros setores da economia, deixando de lado outros aspectos da economia brasileira relevantes para a formulação de políticas alternativas para o setor rural. Para os autores, são três os aspectos principais: economia em processo de intensa especulação financeira, processo de integração agroindustrial e assalariamento da mão-de-obra. A sugestão deles

apoia-se na definição de uma nova política para o setor rural, assentada em dois pilares: 1) "a definição de subsetores na economia que receberiam a maior parcela de investimentos futuros e uma nova estrutura de preços e financiamento..."; 2) "criação de... uma estratégia que conduza à eliminação do atual círculo vicioso da especulação financeira com dívida interna e externa crescentes". Os autores afirmam que a conveniência da manutenção do atual sistema de crédito rural se justifica porque as distorções evidenciam sintomas de um desajuste maior no sistema econômico, qual seja, a crise de crescimento depois de 1974 e a especulação financeira por toda a economia. Dias e Soares explicam o porquê da ineficácia do sistema de crédito subsidiado, tanto de custeio como de investimento; o primeiro pelo fato de provocar maior substituição entre fatores, devido ao uso indiscriminado de insumos modernos, ou através da substituição de capital próprio de giro pelo bancário sem qualquer estímulo a um maior volume de produção, e o segundo, porque "a apropriação dos ganhos de capital implícitos nos juros subsidiados ocorre imediatamente após a realização do gasto não representando um estímulo para a utilização mais eficiente do bem de capital durante sua vida útil". Consideram o crédito para comercialização insensato destes inconvenientes pelo fato de depender da existência da produção para ser concedido e porque sua função básica é complementar o capital circulante do produtor, permitindo a venda da safra depois da época de colheita, na entressafra, quando o produtor obtém um maior preço médio pelo seu produto". Concluem o artigo, afirmando que a eliminação dos juros subsidiados no crédito rural não pode ser compensada por maiores preços aos produtores por não haver garantias de que eles se apropriarão desses novos preços sem a ocorrência de alterações mais profundas na economia. Segundo Dias e Soares, somente com a instituição de condições que possibilitem relação de trocas mais favoráveis para o setor agrícola é que a eliminação do crédito rural subsidiado poderá não provocar queda significativa no produto agrícola a curto e médio prazo.

POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NO BRASIL (Barros, 1979). O autor faz ampla análise da agricultura brasileira, dividindo-a em dois períodos: até 1974 e após 1974, enfocando todos os aspectos ligados à política agrícola. Ao analisar as relações entre a política de crédito e o orçamento monetário, Barros afirma ser difícil estabelecer uma relação linear entre crédito agrícola e expansão monetária. Através de dados relativos às várias linhas de crédito, demonstra que a proporção crédito rural/credito total concedido pelo Banco do Brasil permanece razoavelmente constante, significando ter sido o total de crédito concedido ao setor privado que aumentou muito e não apenas o crédito agrícola. O autor propõe elementos para a formulação de uma nova política agrícola e enfatiza a necessidade de uma revisão na política atual de crédito rural, ressaltando dois pontos principais: deixar de usar o crédito como instrumento de planejamento e estabelecer uma linha de crédito para custeio e outra para investimento, com taxas de juros uniformes em cada linha e reduzindo o volume de subsídio via crédito, através da elevação das taxas nominais de juros, com a exigência de maior participação do agricultor com recursos próprios.

CRÉDITO RURAL: CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA E ESTIMATIVAS DOS SUBSÍDIOS IMPLÍCITOS (Mata, 1982). O autor apresenta a evolução do Sistema Nacional de Crédito Rural e mostra a expansão dos saldos do crédito rural, analisando os subsídios implícitos no sistema. Discute a afirmativa de que os subsídios são inflacionários, destacando que, se estes fossem considerados como prioridade na política econômica, não teria sentido considerá-los inflacionários, pois isto equivaleria a tratá-los como residuais na escala de prioridades. Por isto, destaca a necessidade de discussões mais amplas sobre o assunto que possibilitem decisões políticas mais acertadas e fundamentadas.

AGRICULTURA E SUBSÍDIOS: NOVOS CAMINHOS (Wedekin e Pinazza, 1983). Os autores analisam e rebatem as críticas que vem sofrendo o programa de subsídios do crédito rural, principalmente as referentes a que o crescimento da produção agropecuária não

tem acompanhado, proporcionalmente, as variações dos montantes de crédito alocados ao setor, provocando ampliação de seu endividamento, e aquelas que apontam o crédito rural como instrumento negativo por promover elevação demasiada dos preços da terra. Quanto à questão da eliminação do subsídio, Wedekin e Pinazza - manifestam-se por uma redução gradual dos mesmos a fim de não provocar reflexos negativos e, inclusive, comprometer as safras agrícolas futuras. Além disso, outras medidas paralelas devem ser tomadas, tais como política de preços de insumos e produtos atrelada às variações do mercado internacional, revisão da política fiscal de modo que se restrinja a imensa carga de impostos que recaem sobre o setor rural e, quanto ao crédito rural, especificamente, maiores investimentos revertendo o processo recente de priorização ao custeio.

AGRICULTURA, NOVA POLÍTICA (Araújo, 1983). O autor reconhece e acata as críticas feitas ao sistema de crédito subsidiado vigente no país, mas concorda, também, que o crédito rural, é um dos elementos, não o mais importante do deficit consolidado do setor público e, por isso, deve ser objeto de cuidadosa análise do programa de controle da inflação. É de opinião que outros instrumentos, como preços mínimos, política de estoques reguladores e seguro agrícola, poderiam substituir o sistema de crédito subsidiado, mas reconhece que a retirada dos subsídios deve ser gradual e acompanhada de mecanismos compensatórios destinados a atender às especificidades regionais e de alguns produtos, de modo que não haja rupturas no processo produtivo.

CINCO ANOS DE POLÍTICAS AGRÍCOLAS QUESTIONANDO A "PRIORIDADE" (Couto, 1984). Este trabalho apresenta uma análise recente da agricultura brasileira, desde a escolha da agricultura como prioridade nacional, convocada para salvar o país da crise econômica, através da consecução de três objetivos principais e conflitantes: aumento dos produtos exportáveis, produção de agroenergéticos e produção de alimentos. Devido às negociações com o FMI, o subsídio à agricultura foi sendo retirado e está condenado à total eliminação em 1985. A análise dos resultados desta

política de 1979 a 1984, com base em dados estatísticos, demonstra que, ao contrário do que se esperava, a retirada dos subsídios foi acompanhada de um recrudescimento do processo inflacionário. Em 55 parágrafos, o autor analisa o papel da agricultura e sua contribuição para o desenvolvimento da economia como um todo e passa a questionar a prioridade agrícola. Citando trabalho publicado pela Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais em 1982, o autor afirma ser a política de preços mínimos de grande valia e com possibilidade de beneficiar os pequenos agricultores. Mas esta não pode substituir o crédito subsidiado porque os preços mínimos não visam a garantir a rentabilidade, mas, quando muito, a cobrir os custos de produção. Quanto aos subsídios, Couto manifesta-se: "Retirar subsídios do crédito rural supondo combater um processo inflacionário que tem outras causas mais estruturais é uma política, no mínimo, irresponsável. E portadora do risco de comprometer o abastecimento interno, forçando importações de alimentos e novas dívidas. É o que demonstram os primeiros resultados". O autor, assessor econômico da Federação da Agricultura da Bahia, encerra o trabalho, afirmando que "para uma ação a curto prazo seria, sem dúvida, a manutenção da luta pelos subsídios ao crédito rural, embora se saiba que ela esbarra nas imposições do Fundo Monetário Internacional. Ocorre que a falta de resultados positivos do acordo, principalmente no controle da inflação, questiona a própria natureza das negociações com o Fundo" e propondo que "Antes que os produtores saibam, pela imprensa, o que será o próximo enigma da agricultura brasileira, é bom que já tenham as suas propostas e saibam lutar por elas. Tanto no nível técnico, quanto nos canais políticos".

CRÉDITO RURAL NO BRASIL - AVALIAÇÃO DAS CRÍTICAS E DAS PROPOSTAS DE REFORMA (Sayad, 1984). O livro é composto por duas partes e é na segunda parte que Sayad trata das principais críticas feitas ao sistema de crédito rural no Brasil, entre elas o problema do subsídio, quando analisa as "Pressões sobre as contas do Governo". Explica de onde provêm os recursos do crédito rural, dos subsídios e de que modo estes contribuem para a ex

pansão da base monetária. Da avaliação destas críticas decorrem as propostas de alteração da política de crédito rural, analisando os problemas criados, principalmente o corte nas disponibilidades de empréstimo e a elevação das taxas de juros. Nas "Conclusões", Sayad defende, entre outras medidas, a política de preços para a agricultura e não juros subsidiados, compartilhando a idéia de Rezende (1981 e 1984); e, explicitamente, afirma que "os subsídios agrícolas não podem mais ser responsabilizados significativamente pela expansão das contas monetárias do Governo. A extinção imediata dos subsídios do crédito rural... não conseguiria aliviar as contas monetárias do Governo em mais do que 10%". Observa-se, portanto, que o autor é contra a política de subsídios via crédito não pelo fato de esta contribuir para o aumento da inflação, mas por achar que "a utilização da política de preços mínimos como instrumento de incentivo à produção agrícola representa instrumento mais eficaz e com probabilidade maior de atingir pequenos agricultores".

DESAFIOS DA POLÍTICA AGRÍCOLA (Nóbrega, 1985). O autor analisa aspectos relativos à política de crédito rural desde a sua origem, tratando também de outros instrumentos de apoio à agricultura, tais como seguro rural, assistência técnica e extensão rural, pesquisa, educação, saúde, tributação e política de preços. Trata dos projetos de irrigação no Nordeste, das migrações internas e, nos dois últimos capítulos, destaca a prioridade à agricultura e algumas reflexões sobre uma nova política agrícola. É neste último item que insere a questão dos subsídios, afirmando que a frequente utilização da expressão "acabar o subsídio à agricultura" tem provocado as reações mais diversas por parte dos produtores rurais. Em sua opinião, "a não ser por desconhecimento das características do setor rural, ninguém, em sã consciência, se posicionaria contrariamente à existência de subsídios e incentivos governamentais em favor da agricultura". Por outro lado, aqueles que protestam "ou não imaginam que existem, fora do crédito rural, outras formas mais saudáveis de subsidiar a agricultura ou receiam que a extinção do crédito subsidiado se faça acompanhar de outras ações capazes de conferir tra

tamento preferencial ao setor". Nóbrega esclarece, entretanto, que o subsídio à agricultura deve ser "eficaz em termos econômicos, justo do ponto de vista social e claro perante a sociedade". E, da forma como é ministrado no Brasil, o subsídio via crédito não atende a essas condições por depender da política monetária, por ser generalizado e não atender todos os produtores, contribuindo para a concentração de renda, tanto pessoal como regional, "eis que distribuído segundo a capacidade de produção, beneficiando relativamente mais os grandes produtores e as regiões mais ricas".

A sugestão deste autor está não na extinção do subsídio à agricultura, mas na sua vinculação a recursos de arrecadação-tributária, a ações de pesquisa e educação, associando-o a uma política de preços mínimos, que poderá conter algum grau de subsídio, visando à estabilização da renda do produtor.

Observa-se, portanto, que tanto os autores que consideram o crédito rural como agente contribuidor da inflação e aqueles que não partilham esta opinião propõem medidas alternativas, geralmente associadas às políticas de preços mínimos, como forma de solução para o problema.

Isto demonstra, a nosso ver, a necessidade urgente de ampla revisão na política agrícola brasileira, de modo que se propicie o encaminhamento dos recursos do crédito rural para o desenvolvimento de uma agricultura mais eficiente, mais rentável e socialmente mais justa.

A postura de alguns agricultores usuários perante a política de crédito rural no ano de 1985

O objetivo é mostrar o acontecido em alguns estabelecimentos rurais, cujos proprietários se estavam utilizando dos recursos do crédito rural no ano de 1983, desde a época em que aplicamos o questionário e qual o posicionamento dos referidos agricultores a respeito desta política nos dias atuais.

Em 1983, dezoito dos pequenos agricultores, cinquenta e

nove dos médios e quatro dos grandes produtores da amostra estavam desenvolvendo a atividade agrícola com o emprego de recursos provenientes do crédito rural (vide tabela 15). Os contratos firmados destinaram-se ao custeio e investimento agrícola e ou pecuário, e os recursos foram provenientes de várias instituições financeiras, com nítido predomínio do Banco do Brasil.

Como acompanhar o ocorrido nestes estabelecimentos devido à retração dos recursos creditícios, à cobrança de correção monetária plena, além do aumento da taxa de juros, no período de 1983 a 1985, e como detectar quais as perspectivas dos agricultores em relação às atividades futuras neste campo? A forma mais conveniente foi contactar, novamente, um número tal de agricultores de maneira que se conhecesse a opinião de 25% do total de usuários de crédito rural, em 1983, em cada um dos estratos de área, aleatoriamente sorteados. Deste modo, retornamos ao campo para fazer o acompanhamento de quatro pequenas, catorze médias e uma grande propriedade, respectivamente.

Dos quatro pequenos estabelecimentos sorteados, três dos agricultores haviam declarado, em 1983, não pretender mais utilizar recursos do crédito rural, principalmente pela elevação da taxa de juros, e apenas um declarou a pretensão de continuar utilizando-se deste expediente.

Mas o que ocorreu na realidade?

Todos terminaram o financiamento que haviam feito e não recorreram mais às instituições financeiras, nem mesmo aquele que pretendia continuar utilizando-as. As explicações para esta atitude foram unânimes, como expressa este depoimento: "O juro agrícola está quase igual ao de uma empresa privada".

Um deles, cuja área é de 14,3 hectares e que havia financiado a lavoura de arroz em 1983, declarou ter perdido 7,26 hectares desta cultura "por falta de chuva na hora que o arroz estava cacheando". Explicou que o Proagro perdoou a dívida, mas "aquilo não cobre nem o custo". Em 1984, formou pasto; deixou uma área para pomar e para "plantar para o gado". Tem 15 cabeças de gado de corte e agora é que "está dando para por o gado".

Outro pequeno produtor (12,10ha) estava utilizando o crédito rural em 1983 para investimento agrícola; pagou aquele

financiamento e não renovou os empréstimos. Continua produzindo frangos em processo de integração e acha que só seria vantagem utilizar-se destes recursos, se o preço do frango fosse aumentado em muito.

O proprietário do terceiro estabelecimento sorteado (13,31 ha) havia feito financiamento para o custeio de flores em 1983. Declarou não ter recorrido mais aos financiamentos bancários porque, além do juro estar muito elevado, não conseguiu mão-de-obra especializada para trabalhar neste ramo: "O sítio está praticamente abandonado; pago caro flores que eu mesmo poderia produzir".

E finalmente, o outro pequeno agricultor (15,12 ha), que havia financiado o custeio da cana-de-açúcar em 1983, declarou não ter utilizado recursos externos nos últimos dois anos por ser "muito complicado para conseguir o crédito". Achou que aumentou muito a burocracia e que isso o prejudicou bastante, pois poderia produzir mais, senão fosse só com recursos próprios.

Observa-se que, destes quatro pequenos agricultores que em 1983 afirmaram não dispor de recursos próprios para desenvolver a atividade, dois continuaram praticando a exploração agrícola, embora tivessem declarado que o faziam com mais dificuldade em vista da falta de recursos, e dois tiveram que ou abandonar de vez (caso do cultivo de flores) ou mudar completamente a atividade, de cultivo de alimentícias para a pecuária de corte, visando à diminuição de riscos e despesas com empregado, óleo diesel, adubos e tratamentos culturais.

No estrato de área média, esta volta ao campo permitiu verificar que, dos catorze estabelecimentos sorteados, 78.57% dos proprietários haviam declarado em 1983 pretender continuar utilizando-se dos recursos do crédito rural, embora 57.14% deles dispusessem de recursos próprios para explorar a terra. O que aconteceu, na realidade, no ano de 1984 foi que a maior parte dos agricultores ainda recorreu aos financiamentos bancários (71.42%), inclusive um que não tinha mais intenção de fazê-lo. Dos que não se utilizaram deste expediente naquele ano, apenas dois já haviam manifestado o desejo de não efetuar mais empréstimos, um por considerar que "o valor do produto está desajusta

do perante a taxa de juro" e o outro por haver-se decidido a " arrendar para a Usina ".

As modalidades para as quais estes agricultores direcio naram os recursos de crédito rural foram o custeio agrícola de arroz, milho, cana-de-açúcar e algodão, o investimento agrícola, principalmente para aquisição de máquinas e tratores, o investi mento pecuário para construção de estábulos e o custeio avícola para compra de rações e medicamentos.

Em 1985, a situação modificou-se uma vez que o percen tual de usuários baixou para 50%, significando que a retração - nos volumes creditícios começou, a partir deste ano, a atingir também os médios proprietários de Rio Claro. Uma evidência cla ra desta retração é que também entre estes houve modificação na atividade agrícola, visando à diminuição de custos e riscos, - tais como:

- 1) abandono da pecuária leiteira e diminuição da área plantada com milho e arroz por falta de condições financeiras;
- 2) formação de áreas de pastagem com capim Jaraguá para criação de gado de corte e diminuição da área plantada com arroz e milho;
- 3) arrendamento para a Usina para plantio de cana-de-açúcar;
- 4) redução da área plantada com arroz e milho e implantação de atividade de recria de gado leiteiro para comercialização.

Estas modificações na orientação da exploração agrícola, visando a diminuir os custos de produção, foram decorrentes da diminuição do volume de créditos, do aumento da taxa de juros e da cobrança de correção monetária plena nos empréstimos à agrí cultura, conforme demonstra este depoimento do proprietário de uma área de 35.09 hectares: "Estou diminuindo a atividade cada vez mais pela restrição de crédito. Não tenho condição de finan ciar nada. A colheita quase não dá para pagar os juros do Ban co".

A situação encontrada na grande propriedade sorteada - foi bastante diferente. Os recursos do crédito rural continua ram sendo utilizados em 1984, conforme o declarado na época da aplicação do questionário em 1983. Foi firmado em 1984 contrato de financiamento para custeio de soja, milho, algodão e laranja

no Banco do Brasil e para a compra de mais um trator através da Caixa Econômica Estadual. Em 1985 pretende continuar financiando, mas a restrição creditícia tem prejudicado muito o desenvolvimento das atividades na fazenda, principalmente porque "aumentou o custo da agricultura". Entretanto, utilizar recursos do crédito rural "ainda continua a ser um bom negócio, para não usar o capital próprio, comparado com o mercado externo em termos de custo de juros".

A restrição dos recursos creditícios nos últimos dois anos foi sentida de modo contundente pelos pequenos agricultores, mas, de modo geral, os médios e os grandes continuaram beneficiando-se, pois, mesmo dispondo de recursos próprios, muitos acham mais conveniente aplicá-los em outras áreas de investimento do que na agricultura.

Com isto, estão sendo desviados montantes que, a priori, deveriam ser destinados aos pequenos agricultores com juros mais baixos, porque de nada adianta dar a terra para o produtor, se ele não tem condições financeiras para desenvolver a atividade agrícola. Além da terra, ele precisa de sementes, adubos, assistência técnica permanente e máquinas para produzir; logo, os recursos governamentais deveriam ser canalizados para o atendimento desta classe de agricultores que está cada vez mais descapitalizada e sem condições de produzir nem mesmo alimentos para o consumo da população local.

A respeito de perspectivas de melhoria destas condições no atual Governo, tanto pequenos, como médios e grandes produtores declararam não ter percebido, nestes primeiros meses, nenhum indicador que permitisse tal inferência. Todos foram unânimes em afirmar que "pelo que tenho lido não vejo nada de mudança ; falam de tudo, menos de ajudar o agricultor".

O que se observou em Rio Claro sobre a utilização do crédito rural não é um caso "sui generis" a nível de Estado . Basta reportar-se a outros trabalhos especializados para sentir que os efeitos de uma certa evolução histórica da política econômica e sobretudo da política agrícola nacional se refletem, - com pequenas "nuances", aqui e ali, em todo o território brasileiro.

Deste modo, no que diz respeito à relação estabelecida entre utilização do crédito rural e modernização da agricultura e todas as conseqüências deste processo, as conclusões podem, perfeitamente, ser generalizadas para todo o espaço paulista, área em que o processo de modernização ocorreu com maior intensidade. Para o conjunto do Brasil, cremos poder extrapolar alguns fatos principalmente relacionados aos reflexos das mudanças na política creditícia que vêm sendo implantadas desde a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural, tais como : dificuldade de acesso, elevação das taxas de juros, eliminação dos subsídios, dentre outras.

No decorrer do trabalho foram apontados alguns elementos que reforçam e outros que contrariam as afirmações constantes da bibliografia sobre a influência dos recursos do crédito rural no desenvolvimento do setor agrícola do Brasil. É interessante destacar, em linhas gerais, alguns destes pontos, coincidentes ou não com o conhecimento teórico.

Em função da política de modernização que predominou no setor agrícola brasileiro a partir da década de sessenta, o consumo de insumos modernos (mecanização, adubação química, sementes selecionadas e praguicidas) apresentou uma elevação constante, tanto nos pequenos, como nos médios e grandes estabelecimentos do município. Como em todo o Brasil, particularmente nos Estados do Sul e Sudeste, os maiores aumentos verificaram-se nos setores de fertilizantes e de praguicidas, mas a também generalizada escassez de assistência técnica provocou conseqüências - desastrosas pela aplicação indiscriminada destes insumos. O maior problema reside, evidentemente, na utilização de praguicidas, uma vez que os agricultores, principalmente os pequenos, estão aplicando formulações altamente e medianamente tóxicas com um mínimo de orientação efetiva por parte de agrônomos, provocando riscos de contaminação, tanto nos indivíduos como na produção.

A níveis estadual e nacional, a política de insumos foi viabilizada pela de crédito, também a partir da década de sessenta. Em Rio Claro, pouco mais de 40% dos proprietários vêm desenvolvendo a atividade com recursos próprios enquanto aproxi

madamente 60%, em algum período, desde 1940, recorreram aos financiamentos bancários ou sempre se utilizaram deste expediente. Isto é válido para os pequenos, médios e grandes produtores do município. O maior incremento à utilização dos recursos creditícios ocorreu no início dos anos setenta, coincidindo com a intensificação do uso do crédito na economia como um todo. O período 1970-75 foi aquele em que o crédito rural apresentou crescimento explosivo em todo o Brasil.

A soma desses fatos contribuiu para que o setor agrícola rio-clarense, assim como o do Estado de São Paulo e da maior parte do país, se tornasse, comprovadamente, um consumidor de produtos industriais em todos os níveis. Tanto pequenos como médios e grandes produtores são pressionados, de um lado, pelos elevados preços dos insumos modernos aplicados no processo produtivo e, de outro, pelos baixos preços obtidos com a venda da produção agrícola. Com isto, tornam-se evidentes a participação cada vez maior do capital industrial no setor agrícola e a implantação de atividades extremamente dependentes daquele, como é o caso das granjas em integração em Rio Claro e em todo o espaço paulista.

A utilização dos recursos do crédito rural vem sendo feita pelos agricultores brasileiros desde a criação da Carteira Agrícola do Banco do Brasil na década de trinta e, em Rio Claro, mais de 20% dos usuários admitem dispor de capital próprio para aplicar na agricultura. Isto demonstra que ali, como em todo o Brasil, os desvios de recursos beneficiam agricultores que, na verdade, deles não necessitam. Estes, muitas vezes, fazem aplicações no mercado financeiro, transferindo recursos do setor agrícola para outros setores da economia.

Este fato ocorre não só com os pequenos produtores, mas, principalmente, com os médios e grandes, evidenciando a falta de fiscalização por parte das instituições financeiras, no que se refere à efetiva aplicação, na atividade agrícola, dos montantes solicitados. As agências bancárias, na maioria das vezes, exigem uma reciprocidade dos clientes aquinhoados com recursos do crédito rural, consubstanciada na manutenção de saldos médios em contas-correntes. Tal procedimento contraria, fundamen

talmente, o sentido social da política de crédito, que é promover a melhoria do nível de vida do produtor rural, principalmente do pequeno. São justamente aqueles que não dispõem de capital para manter saldo médio em contas bancárias que necessitam recorrer aos financiamentos para desenvolver a atividade agrícola.

Os agricultores, de modo geral, não têm meios para denunciar estes fatos às autoridades competentes, apesar da existência dos Sindicatos Rurais. Em Rio Claro, por exemplo, apesar de pouco mais de 60% dos proprietários entrevistados estarem filiados ou ao Sindicato Patronal ou ao dos Trabalhadores Rurais, menos de 20% os reconhecem como entidade de classe e como veículo de pressão. Observou-se também que pequena parcela destes (6.87%) ainda está atrelada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, apesar de deter os meios de produção. Este comportamento define as falhas na estrutura sindical brasileira apontadas por Graziano da Silva (1980), a qual permite que indivíduos com interesses divergentes estejam filiados ao mesmo órgão. Os conflitos surgem quando muitos dos produtores, principalmente pequenos, passam a ter a dupla condição de empregados-empregadores.

Alguns resultados obtidos neste estudo, entretanto, contrariam o conhecimento teórico que se tem a respeito do crédito rural e podem ser extrapolados para todo o Brasil e, principalmente, para o espaço paulista.

O primeiro deles refere-se à utilização dos recursos creditícios pelos pequenos agricultores. A bibliografia insiste na concentração de tais recursos, nas mãos dos grandes proprietários e, até mesmo, em certo alijamento dos pequenos produtores deste processo. Os resultados obtidos mostraram que os pequenos produtores rio-clarenses incorporaram, em alto grau, as inovações tecnológicas, graças aos financiamentos bancários. No ano de 1983, entretanto, apenas 12% dos proprietários de pequenos estabelecimentos se utilizaram do crédito rural, alegando restrições no volume de recursos e taxas de juros muito elevadas. Estas condições eram parte de um conjunto que caracterizou a agricultura brasileira desde o início da década de oitenta, expresso principalmente pela baixa dos preços dos produtos agrícolas.

las, por custos de produção muito elevados e pela diminuição na rentabilidade.

Isto significa que, desde a implantação do sistema creditício até o final da década de setenta, os pequenos proprietários também foram beneficiados pela política de crédito rural, embora tenham sofrido, em maior grau, as consequências da política de restrição ao crédito e aos subsídios implantada nos primeiros anos da década atual. Aliás, as recentes modificações impostas pelo acordo com o Fundo Monetário Internacional já estavam repercutindo também nos médios produtores, conforme evidenciam as declarações destes, em meados de 1985.

O segundo ponto foi detectado com o traçado do perfil dos tomadores de crédito rio-clarenses. Em 1983, a grande maioria dos usuários era composta por indivíduos com baixíssimo grau de escolaridade, isto é, até o 4º ano da escola primária, sem instrução formal ou apenas sabendo ler e escrever. Este fato - contraria a afirmação de Soares (1976), que, referindo-se especificamente ao Brasil de 1970, encarou este aspecto como fator de exclusão dos agricultores do processo creditício.

A análise indicou, inclusive, que a idade, o exercício de outra atividade profissional e o grau de escolaridade não funcionaram, em qualquer época, como restrição de acesso ao crédito rural em nenhum dos estratos de área. Com isto, não houve diferenças marcantes quanto ao emprego de insumos modernos no processo produtivo dos pequenos, médios e grandes estabelecimentos. A maioria dos agricultores recorreu às instituições financeiras para suprir os recursos de capital a ser injetado no processo de produção. Com isto, o setor agrícola tem-se modificado, em certos casos, para melhor, apesar da carência de assistência técnica e de esta não estar contribuindo, atualmente, para a melhoria das condições de vida, principalmente dos pequenos e médios produtores.

Um terceiro aspecto que corrobora estas afirmações refere-se ao absenteísmo, pois, como se viu, em Rio Claro 65% dos proprietários rurais não residem na propriedade; este processo vem ocorrendo em todo o Brasil devido à falta de infraestrutura adequada no meio rural e de apoio ao setor agrícola, como um

todo.

De acordo com os Censos Demográficos do IBGE, a população rural brasileira em 1950 correspondia a aproximadamente 63% do total e, em 1980, a apenas 33%, demonstrando uma diminuição de 50% em quarenta anos. Esta diminuição foi mais brusca a partir da década de sessenta (55%), intensificando-se nos períodos posteriores (44% em 1970) fenômeno esse que coincide com a implantação da política de modernização da agricultura viabilizada pela institucionalização do crédito rural.

Se, na realidade, os objetivos propostos por estas políticas, e já amplamente discutidos, estivessem sendo atingidos, o êxodo rural não se teria verificado de modo tão intenso.

As informações levantadas nesta pesquisa demonstraram a realidade do uso do crédito rural por agricultores de um espaço localizado numa das áreas mais modernizadas do país. No restante do Brasil, onde a propriedade da terra é muito mais concentrada, e o volume de recursos destinados, comparativamente menor, sem dúvida os problemas são muito mais agudizados.

Deste modo, seria de extremo interesse a realização de um maior número de trabalhos em diferentes áreas para detectar problemas e propor soluções adequadas às reais necessidades dos usuários do crédito rural, o que certamente forneceria subsídios valiosos às formulações políticas num momento em que a reforma agrária está em pauta.

CONCLUSÕES E PROPOSTAS

Entendendo-se modernização da agricultura como aplicação de técnicas modernas no processo produtivo, concluímos, após a realização desta pesquisa, que a agricultura rio-clarense realmente se modernizou, isto é, os agricultores adotaram em todos os estratos de área os insumos modernos, tanto mecânicos, quanto químicos e biológicos, produzidos no setor industrial urbano.

O processo de adoção destes insumos foi, sem dúvida, viabilizado pelos recursos do crédito rural a partir dos anos sessenta, conforme demonstrado nos Capítulos II e III. Foi com a utilização destes recursos que os agricultores de todos os estratos de área puderam injetar capital no setor rural do município, principalmente sob a forma de investimento agrícola. Esta situação permaneceu até o final do ano de 1983. Em 1984 a restrição do volume de créditos provocou diminuição da área plantada e mudança de atividade nos pequenos estabelecimentos e, em 1985, estas transformações já foram notadas também em alguns dos médios estabelecimentos.

Embora estes resultados comprovem inteiramente nossa hipótese de trabalho, observaram-se no decorrer do período analisado algumas distorções nesta utilização, principalmente a referente àqueles agricultores pequenos, médios e grandes que, apesar de possuírem recursos próprios para desenvolver a ativi

dade, recorreram aos financiamentos, tirando assim a oportunidade de muitos outros que não dispunham de capital próprio. Mas este é um problema que está afeto à fiscalização por parte das instituições financeiras, a qual deveria, sem dúvida, ser melhor realizada. Cremos, porém, que este fato foi mais frequente quando as taxas de juros eram bem mais favoráveis e que, na atualidade, este aspecto já funciona como restrição à procura de empréstimos agrícolas, com exceção dos grandes proprietários, os quais preferem realmente aplicar seus recursos em outros setores de maior lucratividade e utilizar aqueles provenientes do crédito rural em suas explorações agrícolas.

Dois fatores, entretanto, contribuíram para que a modernização da atividade agrícola em Rio Claro não atingisse plenamente o seu principal objetivo, que é o de aumentar a produtividade e o bem-estar da população rural. Estes fatores correspondem à falta de assistência técnica de modo geral e à penetração do capital industrial multinacional, principalmente no setor avícola do município.

A carência de assistência técnica fez com que os agricultores utilizassem os insumos químicos e biológicos em quantidades muitas vezes desnecessárias, pondo em risco a própria vida e a de seus familiares, no caso dos praguicidas. Os custos de produção têm sido cada vez mais elevados, induzindo-os a recorrer às instituições bancárias para conseguir capital, o qual, nos últimos anos, vem sendo fornecido a juros excessivamente elevados, provocando um endividamento crônico, principalmente dos pequenos agricultores e já a partir de 1985, colocando alguns médios proprietários nesta situação. O resultado deste processo foi verificado através das modificações que os agricultores vêm sendo obrigados a fazer no desenvolvimento da sua atividade, visando à diminuição de custos e de riscos ou, até mesmo, o completo abandono da atividade agrícola por falta de recursos.

A penetração do capital industrial multinacional na avicultura através das granjas em integração fez com que houvesse uma exploração cada vez maior do produtor, geralmente o pequeno, uma vez que este é pressionado, de um lado, pelo for-

necimento de rações e medicamentos a preços elevados e, de outro, pelo estabelecimento de preços não remuneradores para os frangos produzidos.

Pelas afirmações dos agricultores, notamos que eles já têm consciência da falta que faz uma assistência técnica bem orientada, mas ainda não perceberam o fato de estarem sendo explorados pelo grande capital, no caso das granjas em integração.

A realização desta pesquisa e o contato com os agricultores nos permitem colocar uma proposta com o objetivo de melhorar a situação atual da maioria dos agricultores de Rio Claro e de todas as áreas agrícolas do país. Esta proposta, não inteiramente original, decorre da combinação de sugestões de Dias e Soares (1979), Barros (1979), Wedekin e Pinazza (1983), Araújo (1983), Couto (1984), Sayad (1984), Nóbrega (1985), mas principalmente se fundamenta nas opiniões dos usuários do crédito rural. E isto é que é importante. Os intelectuais, os governantes e as Autoridades Monetárias têm outra percepção da realidade. São os agricultores que vivenciam toda a problemática, e nada mais justo do que elaborar propostas conciliatórias que os beneficiem.

Consiste na implantação de uma política agrícola que realmente favoreça os pequenos e os médios agricultores que são responsáveis pela produção de alimentos para a população e que, com as recentes modificações nas decisões políticas, praticamente estão abandonando o campo por absoluta falta de apoio governamental. Uma política mais adequada ao verdadeiro usuário do crédito rural, isto é, aquele que realmente não dispõe de recursos próprios para desenvolver a atividade, teria de conter, na nossa opinião, três aspectos fundamentais:

- 1) crédito rural com juros compatíveis e proporcionais à capacidade produtiva do agricultor;
- 2) garantia de preços mínimos reais que cubram os custos de produção;

3) assistência técnica eficiente e permanente.

Esta proposta pode parecer ingênua e impossível de ser aplicada. Ela já vem sendo sugerida, em parte, desde 1979, portanto, há seis anos, e até o momento nenhuma medida foi implantada; por outro lado, resume as reivindicações atuais de grande parcela dos agricultores de Rio Claro e que não são isoladas (vide artigos publicados na grande imprensa) que demonstram a concordância destas com aquelas de produtores de todo o Brasil.

Portanto, quando os bancos deixarem de exigir saldos médios em conta-corrente para liberar os financiamentos solicitados; quando passarem a fiscalizar de maneira mais eficiente se o dinheiro está realmente sendo aplicado na atividade para a qual foi liberado; quando o governo estabelecer preços mínimos para os diversos produtos agrícolas condizentes com os custos de produção e que estimulem o agricultor a produzir com alguma perspectiva de lucro; quando houver pessoal técnico especializado em número suficiente e bem remunerado nas Casas de Agricultura para dar assistência técnica efetiva aos produtores; quando o setor agrícola deixar de ser comandado pelo setor industrial e principalmente pelo capital multinacional; quando houver, no campo, uma infra-estrutura mínima de educação, assistência médica e lazer que permita à população rural fixar-se e viver com dignidade; quando pelo menos uma parte dos tributos pagos ao Estado e à União reverter em benefícios para o próprio campo; quando esta for a realidade, os agricultores, que sentem no dia-a-dia os reflexos das formulações políticas, poderão ter satisfeitas as suas aspirações, melhorando o nível de vida e as condições de trabalho, além de aumentar a produção de alimentos e a produtividade agrícola em geral.

A discussão atual em torno da Proposta para Plano de Reforma Agrária apresentada pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário em maio último e calcada no Estatuto da Terra (Lei nº 4.501, de 30/11/64) tem ocupado espaço na imprensa nacional e internacional, gerando polêmicas e eviden-

ciado o posicionamento de pessoas das mais variadas formações, de integrantes de instituições representativas do setor agrícola, de empresários e de trabalhadores rurais. As opiniões se dividem, a favor ou contra a implantação da medida.

Uma análise profunda a respeito desta proposta foge completamente aos objetivos desta pesquisa. Porém a simples leitura da mesma permite perceber que a intenção é alterar todo o conjunto de políticas governamentais dirigidas ao setor, inclusive a de crédito rural. A proposta menciona, explicitamente, a necessidade de um redirecionamento deste mecanismo através de programas mais simplificados e com condições especiais de juros e correção monetária para as diferentes modalidades previstas, visando a atender às necessidades dos assentados pelo processo de Reforma Agrária.

Estas proposições não solucionarão de imediato todas as falhas apresentadas pelo Sistema, mas o fato de estar em pauta alterações deste tipo pode representar um ponto de partida para modificações mais profundas. Estas, atenderão às aspirações denunciadas e realmente trarão benefícios à população rural, desde que sejam efetivamente colocadas em prática.

BIBLIOGRAFIA CITADA

OBRAS GERAIS

- Amaral, Luís - História Geral da Agricultura Brasileira, vol. 1, Coleção Brasiliense, Companhia Editora Nacional, 1939, pp. 276-302.
- Araújo, Ney B. - Agricultura, nova política. Conjuntura Econômica, vol. 37, nº 3, março, 1983, pp. 83-86.
- Araújo, P.F.C. de; Anjos, N.M. dos; Yamaguishi, C.T. e Pescarin, R.M.C. - Crescimento e desenvolvimento da agricultura paulista. Agricultura em São Paulo, Ano XXI, Tomo III, 1974, pp. 169-199.
- Barros, J.R. Mendonça de - Política e Desenvolvimento Agrícola no Brasil. Ensaio sobre Política Agrícola Brasileira. Secretaria de Agricultura. São Paulo, 1979, pp. 9-35.
- Castro, Paulo Rabello de - Barões & Bóias-Frias: repensando a questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: APEC; São Paulo: Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais, 1982, pp. 33-62.

- Cole, J.P. - Geografia Quantitativa. Instituto Brasileiro de Geografia. Fundação IBGE, 1972, pp. 15-25.
- Couto, Vitor de Athayde - Cinco anos de política agrícolas - questionando a prioridade. Federação da Agricultura do Estado da Bahia, Salvador, 1984, 71 páginas.
- Dean, Warren - Rio Claro - Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura - 1820 - 1920. Editora Paz e Terra, 1977, 205 páginas.
- Diniz, Diana Maria de Faro Leal - Rio Claro e o Café - Desenvolvimento, Apogeu e Crise (1850 - 1900). Tese de Doutorado. F.F.C.L. de Rio Claro. Rio Claro, 1973, 226 páginas.
- Diniz, José Alexandre Felizola - Geografia da Agricultura. Difel, 1984, 278 páginas.
- Furtado, Celso - Análise do "Modelo" Brasileiro. Civilização Brasileira, 5a. edição, 1975, pp. 89-122.
- Gerardi, L.H.O. e Silva, B.C.N. - Quantificação em Geografia. Difel, 1981, 161 páginas.
- Graziano da Silva, José - O que é questão agrária. Coleção primeiros passos, nº 18, Editora Brasiliense, 1a. edição 1980, 108 páginas.
- Graziano da Silva, José - A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Coleção Agricultura e Sociedade. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982, 192 páginas.

Homem de Melo, Fernando - A agricultura nos anos 80: Perspecti
va e Conflitos entre Objetivos de Política. Estudos Econô-
micos, vol. 10, nº 2, maio-agosto, 1980, pp. 57-101.

Instituto de Economia Agrícola - Prognóstico Região Centro-Sul
79/80. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. São Paulo,
1979, pp. 235-245.

Instituto de Economia Agrícola - Prognóstico Região Centro-Sul
80/81. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. São Paulo,
1980, pp. 33-54.

Instituto de Economia Agrícola - Prognóstico Região Centro-Sul
82/83. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. São Paulo,
1982, pp. 197-235.

Instituto de Economia Agrícola - (a) Prognóstico Região Cen-
tro-Sul 83/84. Secretaria da Agricultura e Abastecimento.
São Paulo, vol. 10, 1983, pp. 165-182.

Instituto de Economia Agrícola - (b) Prognóstico 83/84 - São
Paulo. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. São Pau-
lo, vol. 12, 1983, pp. 205-222.

Instituto de Economia Agrícola - Prognóstico 84/85. Secretaria
da Agricultura e Abastecimento. São Paulo, vol. 13, 1984, pp
201-212.

Krejcie, R.V. e Morgan, D.W. - Determining sample size for re-
search activities. Educational and Psychological Measurement,
vol. 30. nº 3, 1970, pp. 607-610.

Litholdo, A. - Metodologia Científica e Geografia. UNESP -
IPEAPP, Campus de Presidente Prudente, 1980.

- Nóbrega, Mailson Ferreira da - Desafios da Política Agrícola.
Gazeta Mercantil e CNPq, 1985, 188 páginas.
- Oliveira, J.B. de; Menk, J.R.F.; Barbieri, J.L., Rotta, C.L. e Trecomoldi, W. - Levantamento pedológico semidetalhado do Estado de São Paulo: Quadrícula de Araras. Boletim Técnico nº 71, Instituto Agrônomo, Campinas, 1982, 180 páginas.
- Penteado, Margarida Maria - Contribuição ao estudo do clima do Estado de São Paulo: Caracterização da área de Rio Claro. Notícia Geomorfológica, ano VI, nº 11, Campinas, junho de 1966, pp. 33-39.
- Penteado, Margarida Maria - Geomorfologia do setor centro-ocidental da depressão periférica paulista. Série Teses e Monografias nº 22 - Universidade de São Paulo - Instituto de Geografia, São Paulo, 1976, 86 páginas.
- Rezende, Gervásio Castro de - Crise atual e papel do setor agrícola. Conjuntura Econômica, vol. 38, nº 6, junho, 1984, pp. 119-123.
- Ribeiro, Sylvio Wanick - Desempenho do Setor Agrícola - Década de 1960/70. IPEA, Série Estudos para o planejamento nº 6, 1973, pp. 1-26.
- Sanchez, Miguel César - Agricultura e Industrialização - Características Econômicas. Rio Claro sesquicentenária. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. Governo do Estado de São Paulo. Rio Claro, 1978, pp. 91-101.
- Simonsen, Mário Henrique - Implicações da política econômica na agropecuária. Dirigente Rural, vol. XXI, nº 9, setembro, 1982, pp. 44-49.

Soares, Gláucio Ary Dillon Soares - A Questão Agrária na América Latina. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976, pp. 115-146.

Spiegel, Murray R. - Estatística. Coleção Schaum. Editora Mc Graw-Hill do Brasil, Ltda, 1978, pp. 331-361.

OBRAS ESPECÍFICAS

Araújo, Paulo Fernando Cidade de - Pesquisa em crédito rural. Agricultura em São Paulo, Ano XIX, Tomo II, 1972, pp. 191 - 204.

Araújo, P.F.C. de e Meyer, R.L. - Política de Crédito Agrícola no Brasil: objetivos e resultados. Ensaio sobre Política Agrícola Brasileira. Secretaria da Agricultura. São Paulo, 1979, pp. 137-162.

Araújo, Paulo Fernando Cidade de - Fatores associados ao uso de crédito na agricultura. Agricultura em São Paulo, Ano XXVII, Tomo II, 1980, pp. 81-113.

Associação Nacional de Defensivos Agrícolas - Quantos defensivos agrícolas há no País? Defesa Vegetal nº 2, maio - junho, 1984, p. 6.

Campos, Antonio Guedes Batista - O crédito rural oficial em São Paulo no período 1958/1962. Agricultura em São Paulo, ano X, n.ºs. 7 a 12, julho a dezembro de 1963.

Campos, Antonio Guedes Batista - Comentários à criação da Coordenação Nacional de Crédito Rural. Agricultura em São Paulo, ano XII, n.ºs. 3 e 4, março e abril, 1965, pp. 49-56.

Centrais Elétricas de São Paulo S/A - Programa de Eletrificação Rural. Diretoria de Distribuição. Assessoria de Eletrificação Rural, novembro de 1976. 65 páginas.

Coelho, Cláudio Meira - (a) Aspectos do crédito rural em São Paulo. Agricultura em São Paulo, ano VII, nº 8, agosto de 1960, pp. 27-32.

Coelho, Cláudio Meira - (b) Aspectos do crédito rural em São Paulo - II. Agricultura em São Paulo, ano VII, nº 11, novembro de 1960, pp. 29-40.

Coelho, Cláudio Meira - Panorama do Crédito Rural Oficial no Estado de São Paulo. Agricultura em São Paulo, ano VIII, nº 1, janeiro de 1961, pp. 27-34.

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Coletânea de portarias e informações gerais sobre o comércio de defensivos agrícolas e receituário agrônômico. Impresso Especial CATI, Campinas, São Paulo, agosto 1981. pp. 1-8.

Crédito Rural - Resolução nº 69 do Banco Central do Brasil. Agricultura em São Paulo, ano XV, nºs. 7/8, julho / agosto, 1968, pp. 63 e 64.

Dias, Guilherme L.S.; Soares, Paulo, T.P.L. - Crédito Rural: Uma Nota adicional. Estudos Econômicos, vol. 9, nº 2, IPE - USP, São Paulo, 1979, pp. 47-55.

Dirigente Rural - Mecanização Agrícola em Rio Claro, vol. XX, nº 8, agosto, 1981, p. 48.

Dirigente Rural - Tratores e outras máquinas encaixam nos pátios. Vol. XX, nº 12, dezembro, 1981, pp. 8-12.

- Dirigente Rural - Com crédito apertado, adubação mais difícil. Vol. XXI, nº 9, setembro 1982, pp. 8-12.
- Fundação Getúlio Vargas - Subsídios governamentais e a expansão da base monetária. Conjuntura Econômica, Vol. 33, nº 3, março, 1979, pp. 93-107.
- Fundação Getúlio Vargas - Última Trincheira. Conjuntura Econômica, vol. 37, nº 8, agosto, 1983, pp. 7-12.
- Fundação IBGE - Modernização da Agricultura no Sudoeste de Goiás. Fundação IBGE, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Rio de Janeiro, 1982, pp. 77-135.
- Graziano Neto, Francisco - Questão Agrária e Ecologia. Crítica da Moderna Agricultura. Coleção Primeiros Vãos, 12, Editora Brasiliense, São Paulo, 1982, 154 páginas.
- Guedes Pinto, Luis Carlos - Notas sobre a política de crédito rural. Texto para discussão nº 4. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de Economia e Planejamento Econômico - UNICAMP, Campinas, 1981, 135 páginas.
- Instituto de Planejamento Econômico e Social. Instituto de Planejamento. Setor de Agricultura. Tecnologia moderna para a agricultura. Brasília, 1973, 122 páginas.
- Mata, Milton da - Crédito rural: caracterização do sistema e estimativas dos subsídios implícitos. Revista Brasileira de Economia, ano 36, nº 3, julho/setembro, 1982, pp. 215-245.
- Mesquita, O.V., Gusmão, R.P. e Silva, S.T. - A modernização da agricultura brasileira. Revista Brasileira de Geografia, ano 39 nº 4, Rio de Janeiro, 1977, pp. 3-65.

Ministério de Agricultura, Secretaria de Defesa Sanitária e Vegetal - Sumário das Recomendações aprovadas para os defensivos agrícolas - 1977/1981, Brasília, 1980.

Moreno, Fernando - O crédito rural e os fatores que afetam e limitam o seu uso. Ministério da Agricultura. Secretaria da Agricultura de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1971, 55 páginas.

Noticioso Rhodia - Mérieux - As razões para as modificações no crédito rural - Ano VI, nº 57, março, 1977, p. 3.

Oliveira, João do Carmo e Montezano, Roberto Marcos da Silva - Os limites das fontes de financiamento à agricultura no Brasil. Estudos Econômicos, vol. 12, nº 2, agosto, IPE-USP, São Paulo, 1982, pp. 139-159.

Paiva, Ruy Miller - Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. Pesquisa e Planejamento, vol. 1, nº 2, dezembro de 1971, pp. 171-234.

Rask, N.; Meyer, R.L. e Pêres, F.C. - Crédito agrícola e subsídios à produção como instrumentos para o desenvolvimento da agricultura brasileira. Revista Brasileira de Economia, vol. 28, nº 1, janeiro/março, 1974, pp. 151-171.

Rezende, Gervásio Castro de - A política de crédito agrícola e sua eficácia. Conjuntura Econômica, vol. 35, nº 5, maio, 1981, pp. 88-90.

Sayad, João - Crédito Rural no Brasil. Avaliação das críticas e das Propostas de Reforma. Livraria Pioneira Editora. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, 1984, 125 páginas.

Secretaria de Economia e Planejamento - Contribuição ao estudo do crédito rural no Estado de São Paulo. Coordenadoria de Ação Regional - Governo do Estado de São Paulo (sem data). 89 páginas.

Stellfeld, A.M. de C., Gonçalves, A.L.; Ross, J.R. de; Almeida, M.E.W. de e Sara, W.H. - Resíduos de pesticidas em alimentos no Brasil. Documento Técnico CATI, nº 32, Campinas, São Paulo, janeiro, 1981, 239 páginas.

Stellfeld, Ana Maria de Carvalho - Subsídios para a utilização de defensivos agrícolas no Brasil. Documento Técnico CATI, nº 48, Campinas, São Paulo, março, 1984, pp. 1-16.

Wedekin, Ivan; Pinazza, Luiz Antonio - Agricultura & subsídios: novos caminhos. Conjuntura Econômica, vol. 37, nº 1, janeiro, 1983, pp. 97-103.

ARTIGOS DE JORNAIS E REVISTAS DE DIVULGAÇÃO

Correio Agropecuário:

Huáscar Terra do Valle - O maior inimigo do produtor rural-25/07 a 07/08/83.

Diário de Rio Claro:

Jaime Spitzcovski - Reforma tributária e agricultura -18/10/84.

Folha de São Paulo:

Como serão as aplicações no crédito à agricultura - 14/01/83.

Informativo Faesp - Federação de Agricultura do Estado de São Paulo:

José Venâncio de Resende - Estamos em crise, mas os sacrifícios são mal distribuídos - abril de 1983.

O Estado de São Paulo:

A elevação dos juros agrícolas é retroativa - 02/06/83.

Mudanças no crédito rural - 30/06/83.

BC divulga norma para novos projetos agrícolas - 01/07/83.

Produtores gaúchos vão pedir volta dos subsídios - 01/07/83.

Crédito agrícola é caro, diz empresário - 23/07/83.

Orçamento reduz subsídios ao crédito agrícola - 21/12/83.

Produtos agrícolas terão alta no custo, diz Stábile - 21/12/83.

Perda não é irreparável, considera SRB - 21/12/83.

Termina o subsídio ao crédito agrícola - 21/12/83.

Menos recursos para a agricultura - 06/04/84.

As mudanças no crédito rural - 06/04/84.

Brasil, as opções da crise-6: Agricultura, a solução esquecida pelo governo - 07/04/84.

Crédito rural limitado para médio produtor - 11/04/84.

Setor agrícola apoia as propostas de mudanças - 17/04/84.

Agricultura investe em máquinas - 20/05/84.

Recuperação na indústria de tratores - 20/05/84.

Venda de caminhões cresce 22% - 20/05/84.

Preço melhor permite renovar frota obsoleta - 20/05/84.

Recursos para safra, agora mais difíceis - 20/05/84.

Produtores mantêm pessimismo - 20/05/84.

A política agrícola: Os desafios vividos pela agricultura
27/05/84.

Murilo Murça - Em fase final, plano para política agrícola
15/04/84.

O Indicador Rural:

Kleber: Em 15 anos, nunca vi uma euforia tão grande. Caderno Especial nº 43, outubro de 1983.

Agricultores buscam crédito para plantar. Caderno Especial nº 43, outubro de 1983.

Tellechea diz que indústria de fertilizantes depende ainda de definições da área oficial. 2a. quinzena de novembro de 1983.

Conselho Monetário Nacional deverá acabar com subsídio ao crédito agrícola já em 1984. 2a. quinzena de novembro de 1983.

Relatório da Gazeta Mercantil:

Fiscalização do Crédito: Uma estrutura eficiente. Setembro de 1984.

Wanda Jorge - Crédito rural fica mais seletivo. Setembro de 1984.

Suplemento Agrícola de O Estado de São Paulo:

Eugenio Araújo - Vendas de trator quase a zero - 06/07/83.

Jorge Rosa - "Isso não é subsídio. É suicídio" - 26/09/84.

Olivier Uldry - Bancos na Agricultura - 27/07/83.

_____ - Dinheiro escasso - 03/08/83.

_____ - As mudanças no crédito agrícola - 25/04/84.

Veja:

Os bons frutos da política agrícola. Relatório Publicitário - nº 726, 04/08/1982. Editora Abril, pp. 93-114.

Agricultura: o impacto das secas e das inundações. Relatório Publicitário. nº 782, 31/08/83, Editora Abril, pp. 127-136.

FONTE DE DADOS

Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 1982 - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1984.

Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 1983 - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1984.

Banco Central do Brasil - Crédito Rural - Dados estatísticos - 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980 e 1981. Departamento de Crédito Rural - Brasília (DF).

Cadastro do INCRA - 1980.

V Recenseamento Geral do Brasil - 1940 - Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Série Regional - Parte XVII - São Paulo, Tomo 3, IBGE, Rio de Janeiro, 1950.

VI Recenseamento Geral do Brasil - 1950 - Censo Agrícola - Estado de São Paulo - Série Regional - Vol. XXV, Tomo 2, Estado de São Paulo. IBGE. Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro, 1955.

VII Recenseamento Geral do Brasil - Censo Agrícola - 1960 - São Paulo - Vol. 2, Tomo 11. Fundação IBGE, Rio de Janeiro-1966 67.

VIII Recenseamento Geral do Brasil - 1970. Censo Agropecuário - São Paulo, vol. 1, Tomo 17. Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 1979.

IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980. Censo Agropecuário - São Paulo, vol. 2, Tomo 3, nº 19. Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 1983.

V Recenseamento Geral do Brasil, 1940 - Série Regional, Parte XVII, São Paulo, Tomo 2. Censo Demográfico - População, Rio de Janeiro, 1950.

VI Recenseamento Geral do Brasil - 1950 - Estado de São Paulo. Censo Demográfico. IBGE, Conselho Nacional de Estatística.

VII Recenseamento Geral do Brasil - 1960 - Estado de São Paulo. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. IBGE, Serviço Nacional de Recenseamento.

VIII Recenseamento Geral - 1970. Censo Demográfico. São Paulo. Série Regional, vol. 1, Tomo XVIII - 2a. parte. Fundação IBGE.

DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA

Folha de Campinas - SF-23-Y-A - Fundação IBGE, segunda edição, 1980.

Levantamento pedológico semi-detalhado do Estado de São Paulo. Quadrículas de São Carlos SF23-Y-A-I e Araras SF-23-Y-A-II.

Plano Cartográfico do Estado de São Paulo - 1980. Instituto Geográfico e Cartográfico - Cobertura Aerofotogramétrica de 1978.

Mapa do Município de Rio Claro. Prefeitura Municipal de Rio Claro - Escala 1:50.000.

A N E X O S

ANEXO 1

FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS POR REGIÃO BRASILEIRA NO PERÍODO 1975/1981, EM PORCENTAGEM

REGIÕES	1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981	
	PORCENTAGEM DO NÚMERO	VALOR												
NORTE	1.14	1.30	1.38	1.72	1.56	1.89	1.81	2.30	2.43	2.63	3.36	3.03	3.12	2.45
NORDESTE	13.70	12.71	15.33	13.57	15.19	12.74	15.35	13.07	18.31	14.01	23.07	16.63	31.52	18.51
CENTRO-OESTE	6.58	10.10	6.00	11.62	5.87	9.62	6.08	9.98	6.48	10.93	6.65	10.55	6.37	10.34
SUDESTE	40.12	37.69	38.79	35.66	40.34	36.33	38.68	36.89	35.74	34.66	32.73	34.07	27.70	31.33
SUL	38.46	38.20	38.50	37.43	37.04	39.42	38.08	37.76	37.04	37.77	34.19	35.72	31.29	37.37

FONTE: Banco Central do Brasil - Departamento de Crédito Rural - Dados Estatísticos: 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980 e 1981.

ANEXO 2

BRASIL-FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS POR TIPO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NO PERÍODO 1975/1981, EM PORCENTAGEM

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981	
	PORCENTAGEM DO NÚMERO	VALOR												
Bancos Oficiais Federais	59.77	63.53	60.92	64.87	59.96	66.62	60.68	67.25	62.05	69.12	67.08	71.76	74.30	71.38
Bancos Oficiais Estaduais	9.10	10.54	9.13	10.27	8.92	8.48	8.60	8.26	7.95	7.19	7.20	6.84	6.35	6.27
Bancos Privados	28.30	24.48	26.78	23.19	27.88	23.27	26.83	22.74	26.78	22.53	23.54	20.10	17.23	20.75
Caixas Econômi- cas	0.94	0.59	1.47	0.84	1.57	0.87	2.04	0.93	1.68	0.66	1.18	0.74	0.90	0.72
Cooperativas de Crédito Rural	1.89	0.86	1.70	0.83	1.67	0.76	1.85	0.82	1.54	0.50	1.00	0.56	1.22	0.88

FONTE: Banco Central do Brasil - Departamento de Crédito Rural - Dados Estatísticos: 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980.e 1981.

ANEXO 3

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES

A UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO RURAL E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURAI - Características do estabelecimento

1. Nome _____

Área _____ Área de lavouras _____

Área de pastagens _____

Município _____

Distância do centro do município _____

Acesso _____

Desde quando o senhor explora esta propriedade? _____

O senhor sempre foi agricultor? sim não

No que o senhor trabalhava antes de ser agricultor? _____

2. Habitat _____

3. Serviços: eletrificação

rural não própria sim pública telefone não sim

4. Tipo de propriedade
- individual
- estatal
- sociedade de pessoas
- sociedade anônima

5. Forma de valorização econômica:

Proprietário

Arrendatário

Meia

Parceiro

Terça

Outro _____

6. Utilização da terra:

Lavouras

_____ produtividade/ha

_____ "

_____ "

_____ "

_____ "

_____ "

Matas naturais área/ha _____

Reflorestamento " _____

Áreas não uti- " _____
lizadas

Pastagens

_____ naturais área/ha _____

_____ plantadas " _____

Rebanhos

_____ de corte n° de cab. _____

_____ leiteiro n° de cab. _____

_____ o gado é criado: solto

_____ no estábulo

_____ suínos n° de cab. _____

Animais de n° de cab. _____
trabalho

Porque estas áreas não são utilizadas? _____

Observações: _____

7. Equipamentos e insumos:

Máquinas e implementos

trator	<input type="checkbox"/>	colhetadeira	<input type="checkbox"/>
arado	<input type="checkbox"/>	batedeira	<input type="checkbox"/>
grade	<input type="checkbox"/>	resfriador de leite	<input type="checkbox"/>
veículo	<input type="checkbox"/>	outros	_____

Sementes e mudas selecionadas:

não	<input type="checkbox"/>	na propriedade	<input type="checkbox"/>
sim	<input type="checkbox"/>	outro local	<input type="checkbox"/>

Adubos e fertilizantes

não	<input type="checkbox"/>	orgânico	<input type="checkbox"/>
sim	<input type="checkbox"/>	químico	<input type="checkbox"/>

Combate às pragas não sim

Quais os defensivos agrícolas utilizados pelo senhor?

pesticidas	<input type="checkbox"/>	_____
herbicidas	<input type="checkbox"/>	_____
fungicidas	<input type="checkbox"/>	_____
outros	<input type="checkbox"/>	_____

Quantas vezes o senhor aplica este produto durante o ano? _____

Recebe alguma orientação técnica para esta aplicação?

não sim

De quem? _____

8. Mão-de-obra

Quantos membros da família trabalham na propriedade?

Quantos assalariados fixos? _____

E temporários? _____

Para que são utilizados os trabalhadores temporários?

preparo da terra colheita capina

outros serviços _____

Qual a produtividade por trabalhador? _____

Quais as técnicas de cultivo utilizados pelo senhor?

plantio em curvas de nível

rotação de culturas com pousio

rotação de culturas com pastagens naturais

rotação de culturas cultivos contínuos plantadas

Irrigação outras _____

9. Capital

Fundiário Cr\$ _____ animais Cr\$ _____

máquinas Cr\$ _____

10. Assistência técnica

O senhor recebe alguma orientação técnica? Não Por

quê? _____

Sim De quem? _____

Para que o senhor usa esta orientação?

aquisição de sementes

utilização de máquinas e implementos

técnicas de plantio

vacinas inseminação artificial

outros serviços _____

Quantas vezes isto acontece durante o ano?

todo mês a cada 2 meses a cada 3 meses

a cada 4 meses 1 vez cada 6 meses

1 vez por ano

Aguarda a visita? sim não

Solicita a visita? sim não

II - Assistência financeira ou utilização do Crédito Rural

1. O senhor já utilizou o crédito rural? não

Por que? _____

Sim

2. O senhor foi motivado a utilizar o crédito por indicação de:

iniciativa própria vizinho funcionário do banco

agrônomo parente outro _____

3. A partir de que ano o senhor começou a utilizar o crédito rural? _____

4. Desde esta época tem utilizado o crédito rural com frequência?

não sim todo ano a cada 2 anos
a cada 3 anos outros _____

5. O senhor utilizou o crédito oferecido por:

Bancos oficiais Banespa
B. Brasil
Bancos particulares _____
Cooperativas _____
Por que? _____

6. Quais as exigências feitas pelo Banco para lhe conceder o crédito rural?

7. Para que finalidade o senhor utilizou o crédito rural?

custeio agrícola custeio pecuário
investimento comercialização

8. O senhor utilizou o crédito de custeio agrícola para a cultura de _____ principalmente para as atividades de:

aração gradeação plantio colheita
compra de sementes outros serviços _____

9. O senhor utilizou o crédito de custeio pecuário para a criação de _____, principalmente para:

compra de rações (cevada, aveia)

limpeza e restauração de pastagens

compra de sais minerais (mão-de-obra)

compra de defensivos (inseticidas, desinfetantes) plantio de forrageiras

compra de vacinas e medicamentos reparo de instalações (cercas, estábulos)

compra de sêmem de touro puro fretes, carretos

outros serviços _____

10. O senhor utilizou o crédito de investimento principalmente para:

formação de lavoura _____

formação de pastos _____

reflorestamento _____

Melhoramentos:

construção de granja construção de estábulos

eletrificação construção de pocilga

construção de casa outros: _____

Aquisição de equipamentos:

trator bate-deira arado resfriador de leite

grade veículo colhetadeira outros _____

11. O senhor acha que valeu a pena? Sim Por quê? _____

Não Por quê? _____

12. O senhor poderia ter desempenhado a atividade sem a utilização do crédito rural?

sim Por quê? _____

não Por quê? _____

13. O senhor está utilizando o crédito rural? não

Por quê? _____

sim

14. O senhor foi motivado a utilizar o crédito rural por indicação de:

iniciativa própria agrônomo parente
vizinho funcionário do banco outro _____

15. O senhor está utilizando o crédito oferecido por:

Bancos oficiais Banespa

B.Brasil

Bancos particulares _____

Cooperativas _____

Por que? _____

16. Quais as exigências feitas pelo Banco para lhe conceder o crédito rural? _____

17. Para que finalidade o senhor está utilizando o crédito rural?

custeio agrícola custeio pecuário

investimento comercialização

18. O senhor está utilizando o crédito de custeio agrícola para a cultura de _____ principalmente para as atividades de:

aração gradeação plantio

compra de sementes outros serviços _____

19. O senhor está utilizando o crédito de custeio pecuário para a criação de _____ principalmente para:

compra de rações (cevada, aveia) limpeza e restauração de pastagens

compra de sais minerais (mão-de-obra)

compra de defensivos (inseticidas, desinfetantes) plantio de forrageiras

compra de vacinas e medicamentos reparo de instalações (cercas, estábulos)

compra de sêmem de touro puro fretes, carretos

Outros serviços _____

20. O senhor está utilizando o crédito de investimento principalmente para:

- formação de lavoura _____
 formação de pastos _____
 reflorestamento _____

Melhoramentos:

- construção de granja construção de estâbulos
 eletrificação construção de pocilgas
 construção de casa outros _____

Aquisição de equipamentos:

- trator arado grade colhetadeira
 bateadeira resfriador de leite veículo
 Outros _____

21. O senhor acha que está valendo a pena?

Sim Por quê? _____

Não Por quê? _____

22. O senhor acha que poderia estar desempenhando esta atividade sem recorrer ao crédito rural?

Sim Por quê? _____

Não Por quê? _____

23. O senhor já utilizou ou está utilizando o crédito rural. Poderia me dizer como era praticada a agricultura no seu estabelecimento antes de utilizar o crédito rural?

<u>Quanto à utilização da terra</u>	Área/ha.
lav. permanentes	_____
lav. temporárias	_____
pastos naturais	_____
pastos plantados	_____
matas naturais	_____
reflorestamento	_____
áreas não utilizadas	_____

Quanto à utilização de máquinas e implementos:

Quanto à utilização de adubos e fertilizantes:

Quanto ao combate às pragas:

Quanto às técnicas de cultivo:

Quanto à mão-de-obra:

Quanto à produtividade:

Outros aspectos:

24. O senhor acha que a utilização do crédito rural provocou mudanças no desenvolvimento da sua atividade?

Não Por quê? _____

Sim Em que sentido? _____

Quanto à utilização da terra

Área/ha

lav. permanentes _____

lav. temporárias _____

pastos naturais _____

pastos plantados _____

matas naturais _____

reflorestamento _____

áreas não utilizadas _____

Quanto à utilização de máquinas e implementos:

Quanto à utilização de sementes selecionadas:

Quanto à utilização de adubos e fertilizantes:

Quanto ao combate às pragas:

Quanto às técnicas de cultivo:

Quanto à mão-de-obra:

Quanto à produtividade:

Outros aspectos: _____

25. O senhor pretende continuar utilizando o crédito rural?

Não Por quê? _____

Sim Por quê? _____

26. O senhor pretende continuar utilizando o crédito oferecido por:

Bancos oficiais Banespa

B. Brasil

Bancos particulares

Cooperativas

Por quê? _____

27. O senhor acha que não terá condições de realizar o que está pretendendo sem recorrer ao crédito rural?

Não Por quê? _____

28. Futuramente o senhor pretende utilizar o crédito rural?

Sim Para que? _____

Não Por quê? _____

29. O senhor resolveu utilizar o crédito rural por indicação de:

iniciativa própria

vizinho

agrônomo

funcionário do banco

parente

outro _____

30. O senhor pretende utilizar o crédito oferecido por:

Bancos oficiais Banespa

B. Brasil

Bancos particulares

Cooperativas

Por quê? _____

31. O senhor conhece as exigências feitas pelo Banco para ter direito ao crédito rural?

Não

Sim Quais são? _____

32. O senhor acha que não terá condições de realizar o que está pretendendo sem recorrer ao crédito rural?

Não Por quê? _____

33. Quais as sugestões que o senhor faria para melhorar o crédito rural?

Quanto às formas de conseguir o crédito _____

Quanto aos prazos de pagamento _____

Quanto às taxas de juros _____

Outras _____

34. O senhor conhece outras pessoas que utilizaram o crédito rural e tiveram problemas?

não

sim o que aconteceu? _____

35. O senhor acha que através de um intermediário seria mais fácil conseguir o crédito? _____

36. O senhor conhece alguém que conseguiu crédito através de intermediários? _____

37. O senhor conhece o Sindicato Rural?

Sim Não

38. O senhor é sócio do Sindicato Rural?

Não Sim

39. Desde quando? _____

40. Por que o senhor se associou ao Sindicato Rural? _____

41. O que o Sindicato Rural oferece aos seus associados?

42. O senhor conhece o Departamento de Mecanização Rural da Prefeitura?

Sim Não

43. O senhor sabe o que este Departamento oferece aos agricultores?

Não Sim _____

44. O senhor já utilizou alguma vez os serviços deste departamento?

Não Por quê? _____

Sim Para que? _____

Ficou satisfeito? Sim Não

Por quê? _____

45. O senhor acha que utilizar as máquinas do Departamento de Mecanização Rural fica mais barato do que comprá-las?

Sim Não

Por quê? _____

III - Informações gerais sobre o proprietário:

Sexo _____

Nacionalidade _____ Profissão _____

Idade _____ Residência _____

Município _____ Estado _____

Grau de escolaridade:

1º grau 1º 2º 3º 4º 5º 6º 7º 8º

2º grau 1º 2º 3º

3º grau 1º 2º 3º 4º

O senhor exerce outro tipo de atividade econômica?

não sim _____

Quais os meios de informação utilizados pelo senhor para o desempenho das atividades agrícolas?

Jornal local Revistas especializadas

Jornal da capital Agrônomo

T.V. Todos

Rádio Outros _____

E na sua casa quais os meios de informação utilizados?

Informante _____

IV - Informações gerais sobre o informante:Arrendatário Parceiro Outro _____

Sexo _____

Nacionalidade _____ Profissão _____

Idade _____ Residência _____

Município _____ Estado _____

Grau de escolaridade:

1º grau 1º 2º 3º 4º 5º 6º 7º 8º2º grau 1º 2º 3º3º grau 1º 2º 3º 4º

O senhor exerce outro tipo de atividade econômica?

não sim _____

Quais os meios de informação utilizados pelo senhor para o desempenho das atividades agrícolas?

Jornal local Revistas especializadas Jornal da capital Agrônomo T.V. Todos Rádio Outros _____
_____E na sua casa, quais os meios de informação utilizados?

ANEXO 4

VENDAS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS POR REGIÕES GEOECONÔMICAS E/OU ESTADOS - ANO 1983

REGIÕES GEOECONÔMICAS (UNIDADES DA FEDERAÇÃO)	VOLUME FÍSICO (QUILOS)			TOTAL
	INSETICIDAS	FUNGICIDAS	HERBICIDAS	
NORTE: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá	334.072	41.689	338.108	713.869
NORDESTE: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia	4.455.519	568.837	1.640.887	6.665.243
SUDESTE: Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro	7.163.141	1.685.265	2.104.775	10.953.181
CENTRO OESTE: Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal	2.370.268	296.327	1.069.756	3.736.351
MATO GROSSO DO SUL	1.383.226	531.375	1.745.573	3.660.174
SÃO PAULO	14.508.281	13.729.190	9.612.296	37.849.767
PARANÁ	6.231.450	7.678.162	8.065.497	21.975.109
SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL	6.882.606	2.144.198	10.893.433	19.920.237
TOTAL BRASIL	43.328.563	26.675.043	35.470.325	105.473.931

FONTE: Defesa Vegetal nº 2, maio/junho, 1984

ANEXO 5

QUAIS AS ESPÉCIES DE PRAGUICIDAS UTILIZADAS PELO SENHOR E QUAL A FINALIDADE? (n = 137)

NOME DO PRAGUICIDA, ESPÉCIE E FINALIDADE DA APLICAÇÃO	ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES			TOTAL
	0,1 - 20,2	20,2 - 242,2	313,3 - 6.017,7	
1. Desconheciam o nome, a classificação quanto à espécie e a finalidade da aplicação	-	4	-	4
2. Desconheciam o nome, a classificação quanto à espécie e conheciam a finalidade da aplicação	9	3	1	13
3. Desconheciam o nome, classificaram quanto à espécie e desconheciam a finalidade da aplicação	14	22	2	38
4. Desconheciam o nome, classificaram quanto à espécie e conheciam a finalidade da aplicação	-	12	3	15
5. Conheciam o nome, desconheciam a classificação quanto à espécie e a finalidade da aplicação	1	2	-	3
6. Conheciam o nome, desconheciam a classificação quanto à espécie e conheciam a finalidade da aplicação	8	5	-	13
7. Conheciam o nome, classificaram erroneamente quanto à espécie e desconheciam a finalidade da aplicação	-	9	-	9
8. Conheciam o nome, classificaram erroneamente quanto à espécie e conheciam a finalidade da aplicação	10	2	-	12
9. Conheciam o nome, classificaram corretamente quanto à espécie e desconheciam a finalidade da aplicação	17	10	-	27
10. Conheciam o nome, classificaram corretamente quanto à espécie e conheciam a finalidade da aplicação	-	-	3	3
TOTAL	59	69	9	137

ANEXO 6

PORQUE O SENHOR NÃO UTILIZOU O CRÉDITO RURAL? (n = 127)

PORQUE:	ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES			TOTAL
	0,1 — 20,2	20,2 — 242,4	313,3 — 6.017,7	
1. Não precisei	29	15	2	46
2. A propriedade é muito pequena; não compensa mecanização	8	-	-	8
3. Tentei, mas não consegui	3	-	-	3
4. Não gosto, prefiro fazer de acordo com as posses, sem mexer com o Banco, é muito complicado	21	7	-	28
5. O juro é muito elevado	-	1	-	1
6. Comprei há pouco tempo e ou herdei agora	5	1	-	6
7. Arrendei para a Usina desde que comprei	1	-	-	1
8. Sem declaração	22	12	-	34
TOTAL	89	36	2	127

ANEXO 7

PORQUE O SENHOR NÃO ESTÁ UTILIZANDO O CRÉDITO RURAL? (n = 208)

PORQUE:	ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES			TOTAL
	0,1 - 20,2	20,2 - 242,4	313,3 - 6.017,7	
1. Não precisei	4	9	-	13
2. O financiamento não sai	1	1	-	2
3. Está muito caro; todo lucro vai para os juros bancários	4	4	-	8
4. Lavoura não dá mais; o adubo é muito caro	1	1	-	2
5. Planto em parceria e sobrou adubo	2	1	-	3
6. Já está tudo formado e não havia planos de expansão	-	4	-	4
7. Prefiro fazer com recursos próprios	2	-	-	2
8. Já tive prejuízos; fiquei com a dívida e sem o produto	1	-	-	1
9. Arrendei as terras para fornecedor de cana ou para a Usina	1	2	1	4
10. Herdei neste ano (1983)	1	2	-	3
11. Sem declaração	114	50	2	166
TOTAL	131	74	3	208

ANEXO 8

A UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO RURAL PROVOCOU MUDANÇAS NO DESENVOLVIMENTO DE SUA ATIVIDADE? (n = 171)

JUSTIFICATIVAS:	ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES			TOTAL
	0,1 — 20,2	20,2 — 242,4	313,3 — 6.017,7	
1. Sim, houve mudanças	4	5	1	10
2. Eletrificação	1	4	-	5
3. Modificação de atividade: pecuária leiteira para cultivos temporários ou permanentes	1	1	-	2
4. Formação de lavouras temporárias ou permanentes, formação de pastos e melhoria de qualidade dos pastos e do gado	-	4	-	4
5. Implantação de infraestrutura para a criação de gado leiteiro, aumento de plantel e de produtividade	3	5	-	8
6. Implantação de infraestrutura de granja	3	1	-	4
7. Melhoria de técnicas de plantio e aumento de produtividade	12	21	-	33
8. Melhoria de técnicas de plantio, mecanização da atividade agrícola e aumento de produtividade	4	29	-	33
9. Não houve mudanças	24	10	-	34
10. Sem declaração	10	22	6	38
TOTAL	62	102	7	171

365

ANEXO 9

FUTURAMENTE, PRETENDE UTILIZAR O CRÉDITO RURAL? (n = 293)

JUSTIFICATIVAS:	ESTRATO DE ÁREA EM HECTARES			TOTAL
	0,1 - 20,2	20,2 - 242,4	313,3 - 6.017,7	
1. Sim	12	37	4	53
2. Até quando tiver crédito	2	10	-	12
3. Para custeio agrícola	2	7	-	9
4. Para custeio avícola	-	1	-	1
5. Para custeio pecuário	-	2	-	2
6. Para investimento agrícola	17	1	-	18
7. Para investimento pecuário	1	4	-	5
8. Para eletrificação rural	1	-	-	1
9. Para destocar eucalipto	1	-	-	1
10. Para implantação de apiário	1	-	-	1
11. É mais vantagem aplicar o dinheiro	-	3	-	3
	37	65	4	106
12. Não	74	27	7	108
13. Não compensa, a área é pequena	3	-	-	3
14. Vou plantar menos	-	2	-	2
15. Pretendo não plantar mais	1	-	-	1
16. Quero tentar mais este ano sem usar	12	5	-	17
17. Não gosto de trabalhar com o banco; é muito complicado	6	8	-	14
18. Os juros estão muito elevados	9	16	-	25
19. Vou arrendar para a Usina	-	5	-	5
20. Acho que não valeu a pena	3	-	-	3
	108	63	7	178
21. Sem declaração	4	5	-	9
TOTAL	149	133	11	293

Revisão de linguagem: Prof. Luiz Martins Rodrigues Filho

Datilografia: Isabel Cristina da Costa Delle Vedove

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffeilch.usp.br/>.

